

# Relatório Cobradi 2021

---

A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco

Rafael T. Schleicher



# Relatório Cobradi 2021

---

A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco

Rafael T. Schleicher



## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

#### **Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

#### **Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

# Relatório Cobradi 2021

---

A Cooperação Educacional e Científica Brasileira em Foco

Rafael T. Schleicher

Brasília, 2024



© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

**Coordenador**

Rafael T. Schleicher

**Equipe técnica**

Concepta McManus

Cristina Sydow

Igor Araújo

Paula Barros

Polianna Portela

S341 Schleicher, Rafael T. (coord.)  
Relatório Cobradi 2021 : a cooperação educacional e científica brasileira em foco / coordenação: Rafael T. Schleicher. –  
Brasília : IPEA, 2024.

251 p. : il.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN: 978-65-5635-073-8

1. Cooperação Internacional. 2. Ajuda para o Desenvolvimento. 3. Cooperação Educacional. 4. Cooperação Científica. 4. Brasil. I. Título. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 327.81

Ficha catalográfica elaborada por Andréa de Mello Sampaio CRB-1/1650

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/9786556350738>

**Como citar:**

SCHLEICHER, Rafael T. (coord.). **Relatório Cobradi 2021**: a cooperação educacional e científica brasileira em foco. Brasília: Ipea, 2024. 251p. ISBN: 978-65-5635-073-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/9786556350738>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

ENTRE PANDEMIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O EQUILIBRISMO BRASILEIRO NO ANO DE 2021 .....	7
REFERÊNCIAS .....	22
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	24

## CAPÍTULO 1

A PESQUISA COBRADI 2021-2024: NOVOS HORIZONTES METODOLÓGICOS.....	27
REFERÊNCIAS .....	62
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.....	62
APÊNDICE A .....	65
APÊNDICE B .....	67

## CAPÍTULO 2

UMA VISÃO GERAL DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2021 .....	71
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	99

## CAPÍTULO 3

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: UMA VISÃO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS .....	103
REFERÊNCIA .....	174
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	174

## CAPÍTULO 4

A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA: MOBILIDADE, REDES DE PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS .....	179
REFERÊNCIAS .....	231
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	231

<b>APÊNDICE A</b> .....	235
<b>ANEXOS</b> .....	237
ANEXO A .....	237
ANEXO B .....	241
ANEXO C .....	244
ANEXO D .....	245
ANEXO E .....	246
ANEXO F .....	248
<b>NOTAS BIOGRÁFICAS</b> .....	249

## INTRODUÇÃO

### ENTRE PANDEMIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: O EQUILIBRISMO BRASILEIRO NO ANO DE 2021

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia de covid-19, tendo registrado um total absoluto de quase 35 milhões de casos e 688.567 mortes por covid-19 entre fevereiro de 2020 e novembro de 2022.<sup>1</sup> Tais dados tornam o Brasil o segundo país que mais registrou mortes por covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos, país que registrou 1.100.121 mortes pelo vírus no mesmo período. Em termos do total absoluto de pessoas infectadas, o Brasil figura em quinto lugar neste mesmo período selecionado, atrás apenas de Estados Unidos (1<sup>o</sup>), Índia (2<sup>o</sup>), França (3<sup>o</sup>) e Alemanha (4<sup>o</sup>).

Embora a mortalidade excedente de mais de 14 milhões de pessoas ligada à covid-19, estimada pela OMS para os dois primeiros anos da pandemia, esteja mais concentrada no Sudeste Asiático, na Europa e nas Américas,<sup>2</sup> já se sabe que os efeitos da pandemia vão muito além das mortes, impactando o retorno de doenças como sarampo (UNICEF and WHO..., 2022) e outras doenças tropicais negligenciadas, como a malária (Solomon *et al.*, 2021). No Brasil, o real impacto da pandemia de covid-19 na saúde de longo prazo da população ainda necessita de estudos mais aprofundados (Werneke, 2022). Entretanto, já se estima que especialmente os dois primeiros anos da pandemia tenham contribuído para a queda de 1,3 ano na expectativa de vida ao nascimento (Castro *et al.*, 2021) e para a subnotificação da epidemia de dengue, que coincidiu com a de covid-19 no Brasil (Rabiu *et al.*, 2022).

Examinando os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), ilustrados no gráfico 1, vê-se que em 2021 o grande número de contaminações ocorreu no primeiro semestre, em um período que ficou marcado como a “segunda onda” da covid-19. Conhecida pelo nome da variante do vírus que lhe deu origem, a onda da variante ômicron teve impactos severos para a população brasileira em 2021, tanto em termos de contaminações quanto de mortes, cujos totais já foram mencionados anteriormente. No gráfico 1, percebe-se que três quartos das contaminações se deram no primeiro semestre ou até o final da 26<sup>a</sup> semana epidemiológica (11.025.620), em comparação com o segundo semestre do ano de 2021, equivalente às semanas epidemiológicas de 27 a 52 (3.549.482).

1. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

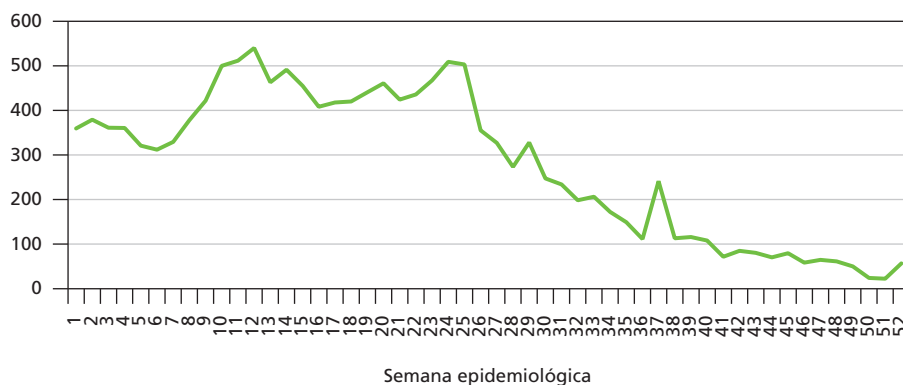
2. Disponível em: <https://www.who.int/data/stories/global-excess-deaths-associated-with-covid-19-january-2020-december-2021/>. Acesso em: 12 nov. 2022.



GRÁFICO 1

## Total de novos casos de covid-19 por semana epidemiológica (2021)

(Em 1 mil)



Fonte: Painel Nacional: covid-19/Conass. Disponível em: <https://cieges.conass.org.br/paineis/listagem/situacao-de-saude-da-populacao/casos-e-obitos-covid-19>. Acesso em: 5 dez. 2023.

Não obstante os impactos da pandemia na saúde da população brasileira e em outras áreas – como trabalho e emprego (Lameiras, Corseuil e Ramos, 2021), cultura (Góes *et al.*, 2022), saúde (Sá *et al.*, 2022), pobreza (Neri, 2022), desigualdade (Costa, Barbosa e Hecksher, 2021; Souza, 2021), infância (Rocha e Resende, 2022) e educação (Castioni *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2020) – tenham sido em alguma medida discutidos, escassas são as análises dos efeitos na administração pública federal brasileira. O exame dos impactos da covid-19 no contexto da força de trabalho na administração federal é de fundamental importância para a discussão sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) do Brasil, por duas razões. A primeira é o fato de ser a União a responsável pela condução da política externa e representação internacional do Brasil. A segunda – conforme discutido em maior profundidade no capítulo 2 (seção 6) deste livro – é a concentração, nas instituições federais, de grande parte do gasto e da implementação das iniciativas de cooperação prestadas pelo Brasil em 2021.

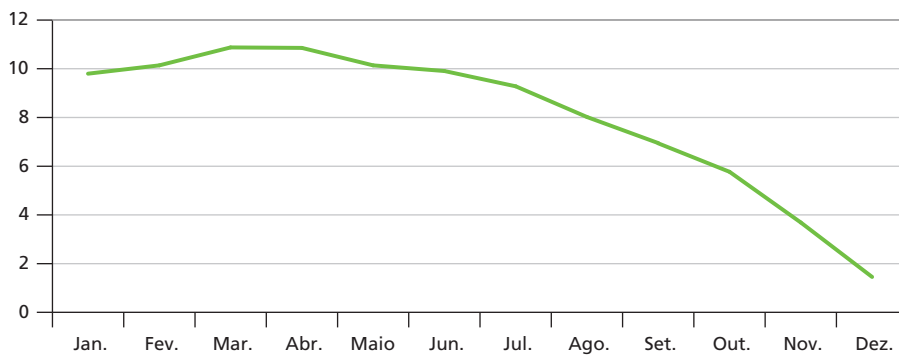
Isolar a força de trabalho dedicada exclusivamente à condução da cooperação internacional de União, estados e municípios é uma tarefa extremamente árdua, dado que as instituições públicas de cada ente federativo possuem diferentes arranjos organizacionais, sendo que, muitas vezes, a representação internacional encontra-se mesclada com as atividades de relações públicas e institucionais. Nesse sentido, a melhor aproximação para se discutirem os impactos da pandemia na CID brasileira em 2021 parece ser o exame dos dados de afastamentos no âmbito da administração pública federal como um todo.

Afortunadamente, a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia (SGP/ME) mantém registros detalhados de todos os afastamentos no governo federal, contendo marcadores para aqueles referentes à covid-19. O gráfico 2 representa a distribuição mensal do total de afastamentos por covid-19 registrados em 2021 nas instituições que compõem a administração pública federal brasileira.

### GRÁFICO 2

#### Número total de afastamentos por covid-19 na administração pública federal – Brasil (2021)

(Em 1 mil)



Fonte: SGP/ME. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/gestao-de-pessoas-executivo-federal---afastamentos-e-licencas>.

No total, a SGP/ME registrou 557.783 afastamentos de agentes públicos no período, por diversos motivos. Especificamente, aqueles relacionados a casos de covid-19 representaram 96.834 afastamentos, ou 17,36% do total. Analisando-se o total de afastamentos por covid-19 entre os dez órgãos supervisores da administração pública federal direta (ministérios) no gráfico 3, vê-se que os mais afetados foram o Ministério da Educação (39.387 afastamentos, 40,67% do total) e o Ministério da Economia (17.825 afastamentos, 18,4% do total). Embora por razões diferentes, estes dois ministérios representaram quase 60% dos afastamentos totais por covid-19 em 2021.

É oportuno lembrar que há, sob a supervisão direta do Ministério da Educação, 69 universidades federais e 38 institutos federais, entre outras instituições. No caso do Ministério da Economia, tratava-se de um órgão resultante da fusão de três ministérios no ano de 2019 (Fazenda, Planejamento e Desenvolvimento e Comércio Exterior).<sup>3</sup> Sabendo-se que o número de casos por órgão é proporcional ao tamanho de suas forças de trabalho, seria esperado que os dois ministérios citados estivessem entre os mais impactados em 2021.

3. Em 2023, o Ministério da Economia foi desmembrado em quatro ministérios (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento; e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

## GRÁFICO 3

**Total de afastamentos por covid-19 nos órgãos superiores da administração pública federal (2021)**

(Em 1 mil)

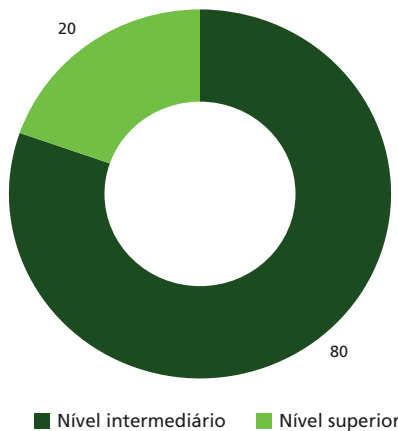


Fonte: SGP/ME. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/gestao-de-pessoas-executivo-federal---afastamentos-e-licencas>.

Seria igualmente presumível que a desigualdade no impacto e na distribuição do fardo da covid-19 na sociedade brasileira no ano de 2021 também se verificasse na administração pública federal, uma vez que as instituições brasileiras tendem a reproduzir os padrões de desigualdade encontrados na sociedade. Assumindo que é verdadeira a correlação direta e positiva entre a remuneração e o nível hierárquico do agente público federal, confirma-se que a distribuição do número total de 96.834 afastamentos por covid-19 é radicalmente desigual entre agentes detentores de cargos de nível superior e de nível intermediário. Com efeito, e embora haja dados desagregados apenas para 75.713 dos 96.834 afastamentos por covid-19, pode-se dizer que quatro a cada cinco afastamentos por covid-19 na administração federal em 2021 foram de ocupantes de cargos de nível intermediário. O gráfico 4 ilustra a desigualdade dos impactos da covid-19, no que tange à posição hierárquica e à renda do agente público federal.

## GRÁFICO 4

**Número de afastamentos por covid-19 na administração pública federal, por nível hierárquico (2021)**  
(Em %)



Fonte: SGP/ME. Disponível em: <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/gestao-de-pessoas-executivo-federal---afastamentos-e-licencas>.

A breve análise dos impactos da covid-19 na administração federal permite três conclusões importantes para a CID brasileira em 2021. Primeiramente, é inegável, pela comparação entre os gráficos 3 e 4, que os impactos na administração pública federal refletiram tendência muito próxima àquela da população brasileira. Sabendo-se que o Brasil foi um dos países mais afetados pela covid-19 no que concerne a infecções e mortes, é perfeitamente possível que a força de trabalho responsável pela condução da CID brasileira, em suas diversas modalidades, tenha sido afetada proporcionalmente ao seu tamanho no total da força de trabalho federal. Em termos de horas de trabalho, por exemplo, assumindo-se que uma licença médica para tratamento de covid-19 possui duração média de sete dias corridos (sem complicações que ensejem internação), seria possível estimar que o governo federal empenhou no mínimo 3,8 milhões de horas úteis de trabalho para que os seus 96.834 agentes públicos pudessem se recuperar plenamente da doença.

Em segundo lugar, e ainda mais importante para a CID brasileira, é o fato de a área de educação abarcar a maioria dos afastamentos por covid-19. Conforme será discutido detalhadamente ao longo deste livro, e particularmente no capítulo 4, a cooperação educacional e científica do Brasil possui peso relativo muito importante quanto ao número de iniciativas e aos gastos. No contato com universidades, institutos federais e centros federais de educação técnica (Cefets) ao longo da pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) 2021, ficaram evidentes os profundos efeitos nas atividades de ensino-pesquisa, com várias instituições de ensino superior (IES) ainda em processo de ajuste de

seus calendários acadêmicos no período de coleta de dados da pesquisa Cobradi 2021. Relembrando a pesquisa suplementar *Impactos da pandemia de covid-19 na Cooperação Internacional Brasileira* (Ipea, 2022), executada especialmente para a pesquisa Cobradi 2019-2020, percebe-se que algumas dificuldades apontadas em 2020 persistiram em grande parte do ano de 2021, como a adaptação de práticas às plataformas digitais, bem como as próprias tendências de exposição da força de trabalho federal em CID à covid-19.

A terceira e mais importante conclusão é que as atividades de CID brasileiras ainda viveram um razoável estado de suspensão no primeiro semestre de 2021. Pode-se dizer que os agentes públicos responsáveis pela condução das atividades de CID viveram um estado de equilíbrio institucional em 2021: de um lado, mantendo a cooperação internacional do Brasil; e, de outro, observando as medidas sanitárias obrigatórias a toda a população do país. Entretanto, foi também neste contexto de equilíbrio que diversas instituições promoveram novos arranjos e ideias para a cooperação do Brasil, além de o próprio entendimento da CID brasileira ter sido reinterpretado à luz de novos horizontes metodológicos e parcerias internacionais.

No campo das estratégias e métodos de mensuração e quantificação da CID do Brasil, o Ipea finalizou um processo de melhoria e aperfeiçoamento metodológico em curso desde 2018. Fosse pela necessidade de aprimoramento da pesquisa Cobradi para aproximá-la da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ou simplesmente para de fato inserir o Brasil nas discussões internacionais sobre mensuração da CID, a parceria entre o Ipea, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no âmbito da Força-Tarefa do TOSSD (Total Official Support for Sustainable Development, em inglês), resolveu um problema metodológico que perdurava desde a criação da pesquisa Cobradi. Em quase todas as suas edições, o Ipea aprimorava essa pesquisa, de forma a aperfeiçoar conceitos, métodos e estratégias de coleta de dados. Ocorre que as constantes mudanças dificultaram a consolidação de uma metodologia única que permitisse o treinamento efetivo das instituições participantes, a construção de uma série histórica para a CID brasileira, bem como a efetiva utilização dos dados para orientação das ações internacionais do Brasil.

Com a participação brasileira na Força-Tarefa do TOSSD e o efetivo compromisso do país no envio de dados para esta iniciativa, as variáveis a serem investigadas pela pesquisa Cobradi automaticamente receberam um contorno mais estruturado e perene, conforme discussão constante do capítulo 1 deste livro. Além disso, a aproximação entre a metodologia Cobradi e a metodologia TOSSD possibilitou maior nível de detalhamento no que se coletaria de informação sobre a CID brasileira, cujos resultados são discutidos nos capítulos 2 e 3. Por fim, e por se tratar

de uma estrutura estatística internacional cujas discussões são acompanhadas pelo Ipea, a ABC e o IBGE, os dados coletados pela Cobradi passam automaticamente a ter comparabilidade com aqueles de diversos países participantes da Força-Tarefa do TOSSD.

Ainda em relação à padronização estatística e à participação do Brasil nos principais fóruns sobre a temática da mensuração da Agenda 2030 e dos ODS, uma segunda oportunidade garantiu ainda mais qualidade para os dados oriundos da pesquisa Cobradi: o novo compromisso brasileiro com o modelo de quantificação da cooperação Sul-Sul, gerenciado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Essencialmente elaborada no âmbito do Grupo Interagências e de Especialistas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Inter-agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators – IAEG-SDGs, em inglês), o modelo encontra-se atualmente em fase piloto, sendo o Brasil um dos cinco países que testará a metodologia entre 2022 e 2023. A pesquisa Cobradi é fonte de dados tanto do compromisso brasileiro com a Força-Tarefa do TOSSD quanto para o Modelo de Quantificação da Cooperação Sul-Sul administrado pela UNCTAD.

Seja pelos compromissos internacionais do Brasil com TOSSD e UNCTAD, seja pelo próprio interesse do Ipea no aperfeiçoamento da Cobradi, as inovações metodológicas na pesquisa foram inúmeras, resultando na criação de um ciclo de quatro anos para a sua efetiva implementação. O ciclo 2021-2024 da nova pesquisa Cobradi traz consigo nove principais inovações.

A primeira é a fixação de seis variáveis centrais para a pesquisa, de modo que se colem dados sistemática e regularmente com o melhor nível de desagregação possível. De um lado, passam-se a coletar dados das iniciativas de cooperação internacional desagregados por instituição responsável, ODS/Metas, setor econômico-industrial, modalidade de cooperação internacional, arranjo de cooperação internacional e canal de implementação. De outro, a pesquisa passa a quantificar todas essas variáveis pelo número de iniciativas, gasto direto, número de horas técnicas e valor das horas técnicas (gasto indireto). Além das seis variáveis e quatro formas para quantificá-las, a Cobradi intensifica os esforços para produzir maior nível de detalhamento e descrição de cada iniciativa de CID informada pelas instituições participantes.

Diretamente ligada à ampliação do número de modalidades de CID de cinco para dez, a segunda inovação é a ampliação da população de interesse da pesquisa. Em suas seis primeiras edições, a pesquisa Cobradi caracterizava-se como uma pesquisa do tipo amostral, intensificando a coleta de dados nas instituições mais representativas do gasto em CID no governo federal. Com o aumento do número de modalidades, cresce também o número de instituições federais participantes da pesquisa. De fato, e a partir de 2021, a pesquisa Cobradi passa a incluir todas as

instituições federais dos três poderes. Igualmente, e tendo em vista o crescimento da cooperação direta dos entes federados, essa pesquisa inclui progressivamente as instituições dos estados e municípios brasileiros.

Com base na experiência acumulada de mais de uma década, e tendo em vista as lições da realização da edição 2019-2020 em um contexto de isolamento social pleno, a terceira inovação do novo ciclo da pesquisa é a intensificação do uso de ferramentas digitais. Entre as ações mais significativas, citemos a preferência por plataformas *on-line* para realização de reuniões, seminários e debates com as instituições parceiras. Embora essa estratégia não substitua plenamente os eventuais encontros presenciais, o seu uso racional diminui custos da pesquisa e aumenta a eficiência no tratamento com as instituições participantes. Da mesma forma, está a criação de um sítio eletrônico definitivo para a pesquisa, que passa a servir de ponto de encontro tanto para os práticos da cooperação quanto para pesquisadores nacionais e estrangeiros empenhados no estudo dessa temática.

A criação do sítio viabiliza também a implementação de outras três melhorias igualmente relevantes: i) elaboração de uma estratégia digital para disseminação das ferramentas e conhecimentos sobre a pesquisa para as instituições participantes, além de fortalecimento do endereço eletrônico ([cobradi@ipea.gov.br](mailto:cobradi@ipea.gov.br)) como canal unificado de contato entre a equipe e todas as instituições e pessoas interessadas na pesquisa; ii) desenvolvimento progressivo de materiais de treinamento para as instituições participantes, como vídeos, guias e publicações; e iii) disponibilização gradual de todo o repositório de conhecimento em CID já produzido pelo Ipea, inclusive de todas as versões do relatório Cobradi já publicados, textos para discussão, notas técnicas, artigos etc.

A quarta inovação para o novo ciclo da pesquisa é a utilização simultânea de diferentes técnicas de pesquisa para a coleta de dados. Historicamente, a pesquisa Cobradi caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que teve no instrumento de *survey* e entrevistas junto a instituições federais as suas estratégias por excelência para a coleta de dados, excetuando-se a edição 2017-2018, que focou quase a sua integralidade nos dados orçamentário-financeiros federais. A partir da edição 2021, a pesquisa começa a intensificar o uso simultâneo de técnicas de ciência de dados para a exploração de bases de dados públicas, coleta de dados a partir de formulário estruturado e realização de entrevistas complementares com as instituições participantes. Dessa forma, a pesquisa amplia a possibilidade de coleta de dados para todas as variáveis de interesse.

No campo das técnicas de ciência de dados na pesquisa Cobradi 2021, destaca-se inicialmente o trabalho com a base do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) do governo federal, cuja análise permitiu a solução de um problema de longa data da pesquisa: a padronização do valor da hora técnica. Além

disso, e conforme exaustivamente discutido na seção 2 do capítulo 2 deste livro, as técnicas de análise de grandes bancos de dados da área da saúde também possibilitaram construir uma aproximação inicial dos gastos com internações custeadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em favor de nacionais de outros países em desenvolvimento. Por fim, outras técnicas de análise de grandes bancos de dados também foram aplicadas para a coleta de dados sobre contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil às organizações multilaterais e demais parceiros internacionais.

No que diz respeito à pesquisa do tipo *survey* junto à população de interesse, pela primeira vez houve a implementação de formulário automatizado para a coleta de dados, que realiza a dupla função de orientar o preenchimento dos campos necessários e registrar as iniciativas em banco de dados próprio. Constituindo uma trinca, o formulário de coleta de dados passou a vir acompanhado de um guia de orientações completo, com explicações detalhadas sobre cada item, bem como de um vídeo de treinamento de quinze minutos, exemplificando o melhor preenchimento dos campos do formulário. É importante lembrar que o processo de preenchimento do formulário também foi apoiado pela realização de sessões de orientação e entrevistas mediadas por plataformas de videochamada, com dezenas de instituições, entre os meses de junho e outubro de 2022.

Uma demanda de longa data da sociedade civil, do governo e da academia era a divulgação integral da base de dados da pesquisa Cobradi. Assim, a quinta inovação do ciclo 2021-2024 é a implementação de uma estratégia de transparência ativa, que envolve não somente a divulgação das bases de dados da pesquisa, mas de tudo o que é produzido por ela, inclusive formulários, guias, manuais, apresentações, entre outros produtos. A partir do que o Ipea produz, a estratégia baseia-se no entendimento de que há diferentes produtos possíveis para diferentes públicos que se interessam pela pesquisa. Se as bases de dados são relevantes para pesquisadores do ramo, o relatório Cobradi é essencial para os práticos da cooperação. Em contrapartida, se as apresentações da equipe têm a função posterior de memória e fonte de informações, as ferramentas e estratégias da pesquisa Cobradi constituem *benchmark* para outros países em desenvolvimento que queiram implementar pesquisas similares.

A transparência ativa, por si só, seria insuficiente para garantir o aproveitamento efetivo de tudo o que é produzido no âmbito da pesquisa Cobradi. Sendo assim, a sexta inovação é a promoção de uma estratégia de governo aberto. Uma estratégia de governo aberto se baseia no entendimento de que o relatório Cobradi não é o único produto possível e nem a única forma de explorar a riqueza dos dados coletados pela pesquisa Cobradi. Igualmente, o uso das metodologias desenvolvidas permite que não somente outros países em desenvolvimento, mas também os entes federados, possam realizar as suas próprias pesquisas no âmbito da CID. A promoção ativa do conteúdo da Cobradi pelo Ipea em seminários,



reuniões, apresentações, entre outros, aumenta o potencial de reuso de dados e conhecimentos, contribuindo para a criação de valor público adicional. Um exemplo claro é a utilização dos dados da Cobradi para discussão de temas afetos à internacionalização do ensino superior, técnico e tecnológico do Brasil, conforme apresentado no capítulo 4 deste livro.

Seria impensável que apenas as ações regulares no âmbito da pesquisa pudessem sozinhas ajudar a promover o trabalho e os resultados da Cobradi. Assim, a sétima inovação é o desenvolvimento e a implementação de uma estratégia de comunicação. Para garantir o efetivo diálogo, engajamento e uso dos produtos, é fundamental mapear quem é o público de interesse da pesquisa e como acessá-lo. Já se sabe que as estratégias formais de promoção via eventos e publicações oficiais, além de canais tradicionais de comunicação como jornais, revistas e periódicos acadêmicos, são insuficientes e inadequados para atingir os públicos-alvo da pesquisa. A estratégia de comunicação para o período 2021-2024 aperfeiçoa as características e a definição do público-alvo (por exemplo, a criação de personas), define os melhores canais para alcançá-los (por exemplo, as redes sociais) e utiliza os melhores formatos de peças de comunicação. A criação de infográficos, vídeos promocionais temáticos e uma série de estudos de caso sobre a cooperação internacional de cada instituição participante constituem exemplos de formatos alternativos e produtos para os diferentes públicos no ciclo 2021-2024.

Seria um contrassenso pesquisar cooperação sem o desenvolvimento de uma rede robusta de colaboração entre o Ipea, as instituições participantes da pesquisa Cobradi e demais interessados na temática. Portanto, a oitava inovação é a criação e desenvolvimento de uma rede de instituições que trabalham com CID no Brasil. A pesquisa de 2021 concentrou-se diretamente na identificação, levantamento de contatos e mobilização direta das instituições participantes, esforço que resultou em uma lista única de instituições. Igualmente, o Ipea passa a buscar ativamente parcerias com outras instituições representativas que apoiem a mobilização e que constituiriam nós na rede de colaboração, como foram a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) na pesquisa Cobradi 2021. Nos próximos anos do ciclo, espera-se fortalecer ainda mais a colaboração e criar efetivamente uma comunidade de práticas na temática da CID brasileira.

Por fim, e corroborando o compromisso do Ipea com a transparência e a participação, a nona inovação foi a abertura do Relatório Preliminar da Pesquisa Cobradi para comentários de toda a sociedade brasileira, e não somente das instituições que integram a pesquisa. Entre 15 de dezembro de 2022 e 31 de janeiro de 2023, o Ipea recebeu sugestões e críticas de diversos segmentos sociais, ação que

contribui tanto para aumentar a qualidade do produto final quanto para transformar o *Relatório Oficial Cobradi* em um relatório de país, e não somente de governo.

As mudanças e inovações no ciclo 2021-2024 também têm impacto profundo nos produtos entregues pela pesquisa Cobradi. Se, nas edições anteriores, a pesquisa Cobradi e o relatório Cobradi se confundiam como um único produto, no novo ciclo a pesquisa e o relatório se tornam produtos distintos. O Ipea passa a promover o Relatório Oficial do Governo Brasileiro sobre CID como um dos possíveis usos dos dados coletados, razão pela qual o instituto começou a divulgar ativamente as bases de dados da pesquisa. Além disso, é da base de dados da pesquisa que têm origem dois importantes recortes que constituem o envio de dados do Brasil para o Secretariado do TOSSD e para a UNCTAD. Por fim, o próprio Ipea passa a utilizar a base da Cobradi para outros estudos mais detalhados em temas relacionados à cooperação internacional do Brasil – educação, oceanos e refugiados, por exemplo.

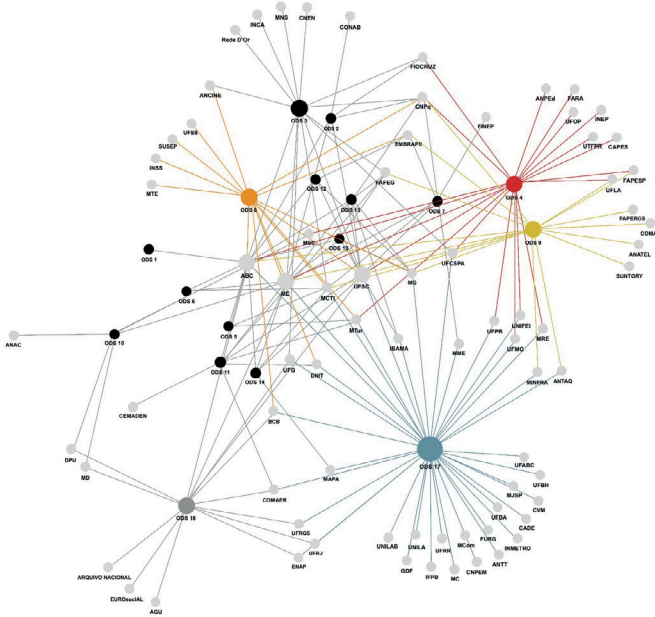
Se, na primeira metade de 2021, a pandemia gerou efeitos adversos para o alcance e a implementação de iniciativas de cooperação do Brasil, em 2022, as eleições gerais tiveram impacto negativo no plano da pesquisa e na efetiva coleta de dados para a Cobradi 2021. As constantes mudanças na maioria das instituições federais e estaduais, em virtude da rotatividade natural ao fim de governo, demandou esforços redobrados da equipe da pesquisa Cobradi para o levantamento dos setores de interesse, dos seus responsáveis e de uma lista de contatos atualizados. No total, foram enviados 236 ofícios-convite individuais a instituições federais e governos estaduais assinados pelo presidente do Ipea. Os ofícios aos dirigentes das instituições federais e governadores foram seguidos de quase quatrocentas ligações telefônicas e mais de seiscentos correios eletrônicos às áreas internacionais das instituições que compuseram a população de interesse da pesquisa Cobradi 2021. Por vezes redundantes, em virtude da já mencionada rotatividade da força de trabalho durante o período eleitoral de 2022, os contatos pelos canais formais foram complementados por mais de uma centena de reuniões realizadas pela equipe da Cobradi e quatro seminários *on-line* para a promoção da pesquisa, sendo dois a pedido do Secretariado do TOSSD, um feito diretamente pelo Ipea e um em parceria com a Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Mesmo diante dos efeitos da pandemia sobre a CID brasileira em 2021 e do contexto avesso para uma coleta de dados, em decorrência das eleições gerais de 2022, a Cobradi 2021 é a maior pesquisa sobre CID já realizada no Brasil. Os dados que subsidiam a construção deste livro apontam o maior número de instituições participantes na história da pesquisa (82 instituições), o maior valor nominal anual da série histórica da pesquisa Cobradi (gasto total de R\$ 6.643.038.538,18) e o maior número de iniciativas de CID já mapeadas para um ano (total de 8.057).

Entretanto, é preciso ter cautela na interpretação dos grandes dados oriundos da pesquisa Cobradi 2021. Ainda que o esforço de mobilização do Ipea tenha sido monumental para garantir a efetiva participação e o engajamento, o aumento exponencial do número de instituições participantes só foi possível a partir do trabalho metodológico prévio que resultou na expansão das modalidades de cooperação internacional e na melhoria da estrutura da pesquisa. Além disso, o valor aberrante de mais de R\$ 6,6 bilhões só foi efetivamente alcançado em virtude da priorização do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) na estratégia recente do país, resultando em um desembolso efetivo de R\$ 3,45 bilhões em 2021. Por fim, também é preciso levar em consideração a inclusão inédita dos custos de matrícula com estudantes estrangeiros no ensino superior público do Brasil, os gastos de internação de estrangeiros custeados pelo SUS, bem como a expansão do entendimento da cooperação científica e educacional do Brasil para as relações Sul-Sul e Sul-Norte.

Não bastassem as inúmeras inovações no âmbito da pesquisa Cobradi e os resultados expressivos alcançados já no primeiro ano do ciclo 2021-2024, o Brasil atualmente se encontra em posição singular, entre os países em desenvolvimento, no tocante às estimativas de contribuição externa para o avanço dos ODS e da Agenda 2030. Como resultado das melhorias metodológicas da pesquisa Cobradi 2021, já é possível estimar, com nível confortável de segurança, os ODS para os quais as iniciativas brasileiras mais contribuem e os valores efetivamente investidos pelo Brasil em cada um deles, conforme se discute no capítulo 2 (seção 3) deste livro. Excluindo-se a iniciativa desviante referente à contribuição do Brasil ao NBD, o maior número de iniciativas da CID brasileira em 2021 esteve concentrado nos ODS 17, 9, 8 e 4. Além disso, é igualmente possível estimar a intensidade da relação entre as instituições brasileiras a partir da ligação de suas iniciativas de CID com os respectivos ODS para as quais elas contribuem, conforme exibido na figura 1.

FIGURA 1  
 Rede social das instituições responsáveis pela CID brasileira, por ODS (2021)



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Duas frentes de trabalho e expansão da pesquisa Cobradi se mostram promissoras para os próximos anos do ciclo 2021-2024. A primeira é o aperfeiçoamento da metodologia e dos instrumentos da pesquisa para permitir o monitoramento dos indicadores de internacionalização das instituições de ensino superior, técnico e tecnológico. A inclusão das IES brasileiras na pesquisa Cobradi 2021 se deu essencialmente pelas modalidades de cooperação “E – Bolsas” e “K – Pesquisa e desenvolvimento”, uma vez que estas possuem correspondência direta com os temas de mobilidade internacional estudantil/acadêmica e redes internacionais de pesquisa. Entretanto, a agenda de internacionalização é consideravelmente mais ampla que os dois temas que estão postos, estendendo-se a questões referentes ao ensino de línguas, a parcerias com instituições públicas e privadas estrangeiras, à construção de currículos, ao uso de plataformas de ensino a distância e às próprias ações de cooperação internacional das IES. Mesmo diante do desafio da inclusão das IES, este livro já conta com dados de dezoito universidades federais e um instituto federal, além de um capítulo especial dedicado às temáticas de mobilidade, produção científica e redes internacionais de pesquisa do Brasil.

O segundo caminho promissor para a expansão da pesquisa Cobradi nos próximos três anos é a efetiva inclusão dos estados e municípios. Embora a pesquisa Cobradi 2021 tenha estabelecido contato com todos os governos das Unidades da Federação, considerou-se a pesquisa de 2021 como uma fase piloto e de aprendizado em relação à participação dos entes federados, dado o contexto de eleições estaduais de 2022 e o ineditismo da participação na pesquisa. Mesmo assim, os estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Paraíba, Amazonas, Minas Gerais e o Distrito Federal efetivamente se engajaram na pesquisa, sendo que a análise contida neste livro reflete as contribuições de instituições dos estados de São Paulo e Goiás, bem como do Distrito Federal. No caso dos municípios, e para além das ações de CID, a sua inclusão será essencial ao menos para estimar a assistência a estrangeiros não residentes no âmbito do SUS e a inclusão da população refugiada e solicitante de refúgio nas políticas de assistência social do Brasil.

Em relação aos desafios, é inquestionável o impacto negativo da ausência de regulamentação que atribua ao Ipea a prerrogativa legal de condução da pesquisa Cobradi, sob responsabilidade do instituto há mais de doze anos. Apesar de o caráter voluntário ser uma oportunidade para a criação de uma comunidade de práticas solidárias entre as instituições participantes, a inexistência de regulamentação pode constituir fator impeditivo para a expansão da pesquisa nos próximos anos. Observando-se o nível de excelência da pesquisa e dos resultados produzidos desde 2010, acredita-se que não haja razões para o retardo de promulgação de decreto presidencial específico delegando oficialmente ao Ipea a prerrogativa legal para a produção da pesquisa e do relatório oficial Cobradi. Outro desafio que pressupõe a inclusão dos entes federados é a sistematização de dados sobre a população refugiada no Brasil. De fato, conhecer a demografia e os padrões de distribuição desta população pelo território é necessário para estimar o gasto brasileiro com as atividades de assistência e integração de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil. A seção 4 do capítulo 1 deste livro é o primeiro passo para estruturar o debate vindouro.

Mais um desafio que se apresenta para os próximos anos é o da melhoria das estimativas sobre assistência em saúde a estrangeiros residentes e a estrangeiros não residentes, no âmbito do SUS. A despeito de este livro trazer um caminho possível, a efetiva expansão da amostra de pessoas internadas anualmente para o universo dos milhões de atendimentos custeados pelo SUS implica necessariamente um intenso trabalho de ciência de dados em bases federais, por um lado, e, por outro, de pesquisa exploratória nos municípios que efetivamente concentram a maioria dos atendimentos a essa população. No mesmo sentido de ampliação de esforços estatísticos, temos o exame mais refinado dos estudantes estrangeiros matriculados em universidades e institutos federais públicos. É preciso engajar efetivamente as IES e as fundações de amparo à pesquisa estaduais para que se possa ir além do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa

de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) nas estimativas do gasto educacional brasileiro em favor dos países em desenvolvimento.

Na esfera da reflexão sobre o estado do conhecimento no campo da CID do Brasil, é inadiável o empenho da academia brasileira na produção de novos conceitos para interpretar e explicar diversas questões empíricas que se encontram na fronteira de conhecimento sobre a temática. Já apontada no relatório 2019-2020, a Cooperação Técnica “Sul-Norte” figura com um total de 25 iniciativas na modalidade de Cooperação Técnica Internacional. A existência dessas iniciativas confirma o binômio cooperação prestada-recebida como categoria insuficiente de análise e reforça a necessidade de discussão de conceitos operacionais mais calcados na ideia de parcerias horizontais entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Caso similar é o dos gastos brasileiros com contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos internacionais, dentro e fora do Brasil. Entre os gastos externos do Brasil, é preciso urgentemente promover trabalho de transparência com organismos multilaterais e internacionais para se entender como o gasto para manutenção das estruturas de governança global contribui efetivamente para o progresso da Agenda 2030. Entre perguntas relevantes estariam aquelas ligadas à real contribuição das instituições internacionais para o avanço das metas relacionadas aos ODS, desagregando-se os gastos a partir da contribuição de cada país-membro da organização/instituição. O exame de tais questões pode fortalecer as ações de transparência acerca dos gastos dos países-membros em favor de organismos multilaterais, bem como ajudar na discussão de eventuais sobreposições de mandatos entre organizações distintas, visando à melhoria do gasto com os ODS e as suas metas.

Mais importante que o gasto externo do Brasil com contribuições obrigatórias e voluntárias a organismos multilaterais é aquele referente aos gastos internos do Brasil com organizações multilaterais que atuam no território brasileiro, usualmente caracterizados por acordos e transferências diretas dos orçamentos das instituições públicas federais a tais organizações. Historicamente, estes valores foram excluídos da pesquisa Cobradi, pois se pressupunha que as iniciativas implementadas por organismos multilaterais em território brasileiro e custeadas por recursos públicos nacionais beneficiavam exclusivamente os cidadãos brasileiros. Tal pensamento, todavia, mostra-se simplório diante da complexidade da operação de organizações multilaterais no Brasil, que não pode se resumir ao binômio prestado-recebido, como o caso da assistência a refugiados e solicitantes de refúgio em território brasileiro ilustra perfeitamente.

Assim, questiona-se: a integralidade do gasto brasileiro com tais organismos é revertida apenas em iniciativas que beneficiam a população brasileira? Como são os padrões de cobrança de custas administrativas, de gestão ou de logística e de processamento que beneficiam o organismo multilateral? A propriedade intelectual dos

produtos e resultados dessas parcerias é exclusiva do Brasil ou pode ser transferida diretamente pelos organismos a outros países? É fundamental responder a estas e a outras perguntas, para que se possa ter uma imagem completa e transparente do gasto e da atuação de organismos multilaterais/internacionais em território nacional, garantindo-se que estas instituições operem em consonância com as prioridades do Brasil e de seus parceiros.

Este livro é composto por quatro capítulos. O primeiro apresenta uma visão geral da nova metodologia da pesquisa Cobradi e as suas origens internacionais, bem como a discussão de quatro temas que representam desafios metodológicos para o ano de 2021 e os anos vindouros. O segundo é inédito em comparação às edições anteriores dos relatórios Cobradi, destinando-se essencialmente aos formuladores de política pública e tomadores de decisão de dentro e de fora do governo brasileiro. Esse capítulo traz os principais dados da pesquisa em um nível de desagregação intermediário, permitindo rápida leitura e compreensão das principais tendências da CID brasileira em 2021. O terceiro capítulo é voltado essencialmente para os aspectos práticos da CID, de dentro e de fora do governo brasileiro. Possui um nível aprofundado de detalhamento dos dados coletados na pesquisa Cobradi 2021, associando instituições, modalidades e iniciativas de cooperação. Por fim, o quarto capítulo é temático, e primordialmente destinado a todos os interessados na internacionalização das IES brasileiras, particularmente nas temáticas de mobilidade e redes internacionais de pesquisa do Brasil.

Considerando-se todo o esforço empreendido pela equipe da pesquisa Cobradi, os resultados alcançados em 2021 e o grande potencial de melhoria contínua da pesquisa, é inevitável reconhecer que o Brasil se consolida como referência na temática de metodologias de medição e mensuração da CID. É propósito do Ipea que o relatório Cobradi constitua uma importante fonte de evidências para se promover a ligação entre a agenda global e as prioridades nacionais de desenvolvimento do Brasil e de seus parceiros. Espera-se que as evidências produzidas pelo instituto, em sua pesquisa Cobradi 2021, apoiem diretamente o fortalecimento da atuação do país no exterior e a recuperação da imagem externa do Brasil nos anos vindouros.

## REFERÊNCIAS

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?** Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia de covid-19**. Brasília: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

GÓES, G. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, 1º trim. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Impactos da pandemia de covid-19 na Cooperação Internacional Brasileira. *In*: BAUMANN, R. *et al.* (Coord.). **Cooperação internacional em tempos de pandemia**: relatório Cobradi 2019-2020. Brasília: Ipea, 2022. p. 149-177. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10920>.

LAMEIRAS, M.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, 2º trim. 2021.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

RABIU, A. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de. *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases**: a model-based analysis. Geneva: WHO, 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

UNICEF AND WHO warn of perfect storm of conditions for measles outbreaks, affecting children. **Joint News Release**, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/27-04-2022-unicef-and-who-warn-of-perfect-storm-of-conditions-for-measles-outbreaks-affecting-children>. Acesso em: 12 nov. 2022.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.



### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo**: uma parceria de sucesso. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

KNIGHT, J. **Internationalization**: elements and checkpoints. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education**: a festschrift in honor of Philip G. Altbach. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datasus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura. **Carta de Conjuntura**, n. 53, p. 1-24, 4<sup>o</sup> trim. 2021. (Nota de Conjuntura, n. 27).

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019**: migration, displacement and education – building bridges, not walls. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report**: the race against time for smarter development. Paris: UNESCO, 2021.



## A PESQUISA COBRADI 2021-2024: NOVOS HORIZONTES METODOLÓGICOS

### 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) é conduzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde o fim da primeira década de 2000. A principal intenção da pesquisa àquela época era levantar o montante gasto e as características das iniciativas da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) do Brasil. Em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o esforço do Ipea resultou em cinco relatórios Cobradi, que cobriram o período de 2005 a 2018 da CID brasileira.

Apesar do louvável esforço do Ipea em apresentar dados inéditos a cada dois anos e estruturar o debate sobre a CID nacional, consolidar uma metodologia a cada edição da pesquisa mostrou-se um desafio. Isso ocorreu devido à natureza dinâmica dessa CID, resultante de seu caráter altamente descentralizado, e devido às diferentes perspectivas sobre o que constitui esse tipo de cooperação. As cinco primeiras edições da pesquisa Cobradi foram caracterizadas pelo uso de metodologias distintas. Embora as mudanças metodológicas constantes possam ser justificadas pelo compromisso do Ipea com o aprimoramento contínuo da pesquisa, esse caminho resultou na impossibilidade de construir uma série histórica da CID brasileira. Em outras palavras, a comparação entre os dados dos cinco primeiros relatórios tornou-se extremamente difícil, dificultando a construção de uma visão de longo prazo das ações externas do Brasil no campo de tal cooperação.

Sabendo da relevância do problema para o debate da CID no Brasil, o Ipea viu nas discussões internacionais sobre as metodologias de acompanhamento da implementação da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* uma oportunidade para consolidar um conjunto metodológico mínimo e regular para a Cobradi. Unindo-se aos esforços já empreendidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela ABC, o Ipea passou a acompanhar os debates no âmbito do Grupo Interagências e de Especialistas para os ODS<sup>1</sup> (Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goals Indicators – IAEG-SDG) e se aproximou da Força-Tarefa da Quantificação Total do Apoio Oficial ao Desenvolvimento Sustentável (Total Official Support For Sustainable Development – TOSSD). Na participação brasileira em ambos os fóruns, a ABC é responsável pela representação

---

1. ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

do Brasil; o IBGE, pelas questões estatísticas referentes à contribuição interna das políticas públicas brasileiras aos ODS; e o Ipea, pela tarefa de computar a contribuição externa do Brasil a outros países para o avanço desses objetivos.

Amparada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD), a metodologia TOSSD tem como foco central a mensuração e as características do gasto externo dos países desenvolvidos e em desenvolvimento para o avanço da Agenda 2030 e dos ODS, com especial foco nos países em desenvolvimento. A participação do Brasil na TOSSD iniciou-se em 2018, e, no ano seguinte, o Brasil se comprometeria a colaborar com o envio regular de dados ao secretariado da organização. A sexta edição da pesquisa Cobradi trouxe uma metodologia que mesclava a experiência do Ipea com a proposta da TOSSD. O primeiro envio de dados ocorreu ainda em dezembro de 2021, referente às iniciativas da CID brasileira em 2020.

Em relação ao IAEG-SDG, o principal destaque para os interesses brasileiros foi a criação do Grupo de Trabalho sobre Mensuração do Suporte ao Desenvolvimento, que abrigou um subgrupo específico sobre a criação de indicadores padronizados para mensurar os elementos monetizáveis e os não monetizáveis da Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento (CSSD). De fato, e com participação ativa do Brasil, as discussões nesse subgrupo foram levadas por certa insatisfação sobre como a CSSD estava incluída na metodologia TOSSD. Os trabalhos resultaram em uma metodologia híbrida para o acompanhamento global da CSSD, que passaria a capturar aspectos quantitativos (por exemplo, gasto) e qualitativos (por exemplo, número de horas técnicas, quantidade de estudantes estrangeiros, peso de doações internacionais de alimentos, número de refugiados e solicitantes de refúgio, entre outros). Se o secretariado da metodologia TOSSD ficasse a cargo da OCDE, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) passaria a conduzir a estratégia de quantificação da CSSD. No início de 2022, o Brasil integrou o grupo dos cinco países-piloto que coletariam dados para o desenvolvimento e a posterior ampliação da estratégia.

Diante das novas necessidades e dos desafios da participação do Brasil nas estratégias internacionais de mensuração de ODS e CSSD, o Ipea decidiu estruturar um ciclo de quatro anos para consolidar a nova pesquisa Cobradi. Nesse novo ciclo, a pesquisa passa a ser fonte direta de dados para três fins: i) geração de evidências para orientar as ações e as políticas ligadas à CID brasileira; ii) cumprir o compromisso internacional de participação anual brasileira na TOSSD/OCDE; e iii) apoiar o desenvolvimento da estratégia de quantificação da CSSD na UNCTAD. O resultado lógico desses desenvolvimentos é que a pesquisa e o relatório Cobradi passam a ser produtos distintos e elaborados anualmente pelo Ipea. Embora o relatório seja o documento oficial do governo brasileiro sobre a CID, no novo ciclo de 2021 a 2024, ele se torna apenas um dos usos potenciais dos dados da pesquisa.

No contexto das mudanças metodológicas decorrentes da aproximação da TOSSD e da estratégia de quantificação da CSSD, é relevante destacar o aumento significativo das modalidades de cooperação internacional que passaram a ser incluídas na pesquisa Cobradi. Enquanto, nas seis primeiras edições, a pesquisa abordava apenas cinco grandes modalidades de cooperação (técnica, humanitária, científica, educacional e contribuições a organizações multilaterais), no novo ciclo de 2021 a 2024, esse número se expande para dez. Ao considerar o total de subitens que compõem as dez modalidades de cooperação, o número total chega a 26 diferentes possibilidades de classificação de uma iniciativa de CID, conforme consta no apêndice A.

Naturalmente, e com o aumento das modalidades de CID, o público-alvo da pesquisa Cobradi conheceu considerável ampliação. Nas seis edições anteriores, o público estava concentrado em poucas instituições, caracterizando-se por amostra de conveniência acrescida dos dados de contribuições a organizações multilaterais fornecidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais do então Ministério da Economia (Sain/ME). Na edição de 2021, todas as instituições do Executivo, do Legislativo e do Judiciário federais foram convidadas a participar; de forma inédita, o Ipea também convidou todos os estados da Federação. O próximo capítulo traz com maior detalhamento o planejamento e o plano de coleta de dados da pesquisa Cobradi 2021.

Um dos resultados não antecipados da ampliação do público-alvo em 2021 foi aquele referente à participação das instituições federais de ensino superior (Ifes) e das instituições federais de ensino técnico, particularmente as universidades e os institutos federais. O primeiro desafio foi aquele ligado ao número total dessas instituições, que alcançou inicialmente 107 órgãos, sendo 69 universidades e 38 institutos. Para enfrentar o desafio da mobilização de mais de uma centena de instituições, o Ipea construiu parcerias produtivas com as respectivas associações representativas, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Entretanto, foi do segundo desafio, o de materializar a participação inédita das universidades e dos institutos federais na pesquisa, que surgiu uma oportunidade: incluir o monitoramento da internacionalização do ensino superior, técnico e tecnológico público brasileiro como objetivo da pesquisa Cobradi.

Ao longo da implementação dessa pesquisa em universidades e institutos federais, cristalizou-se o entendimento de que ela e a agenda de internacionalização do ensino superior e técnico possuíam íntima ligação por intermédio de duas modalidades de cooperação, a saber: i) bolsas e treinamentos; e ii) pesquisa e desenvolvimento. No primeiro caso, a coleta de dados sobre *bolsas e treinamentos* se associou diretamente ao mapeamento da mobilidade internacional de alunos

e pesquisadores “para fora” (*outbound*) e “para dentro” (*inbound*) do Brasil – um dos principais temas da agenda de internacionalização. Da mesma forma, o resultado prático do cômputo de dados de iniciativas internacionais de *pesquisa e desenvolvimento* pela Cobradi em universidades e institutos é o mapeamento das redes internacionais de pesquisa das quais o Brasil faz parte, outro tema central da agenda de internacionalização. Diante dessa oportunidade, a pesquisa Cobradi 2021 passou a gravitar em torno de quatro perguntas centrais, distanciando-se consideravelmente das duas primeiras fases, conforme exibido no quadro 1.

QUADRO 1  
Perguntas orientadoras da pesquisa Cobradi

Pergunta orientadora	Fase 1: Cobradi 2005-2018	Fase 2: Cobradi 2019-2020	Fase 3: Cobradi 2021-2024
1. Quanto e como o Brasil participa da CID?	Sim	Sim	Sim
2. Quanto e como o Brasil participa no avanço externo dos ODS?	Não	Parcialmente	Sim
3. Como quantificar a CSSD?	Não	Não	Sim
4. Quais são as características da internacionalização das IES do Brasil?	Não	Não	Sim

Elaboração dos autores.

Obs.: IES – instituições de ensino superior.

A expansão das modalidades de cooperação internacional e do público-alvo da pesquisa em âmbito federal exigiu que o Ipea aumentasse o uso de ferramentas de ciência de dados na pesquisa de 2021 a fim de auxiliar as instituições participantes. Naquele contexto, um dos principais problemas resolvidos com as ferramentas de ciência de dados foi a padronização do valor médio da hora técnica para todas as instituições federais.

Na edição de 2021, os gastos podem ser classificados como diretos ou indiretos. Os dados referentes aos gastos diretos provêm do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) ou são informados diretamente pelas instituições participantes. É importante destacar que apenas os valores “pagos” são considerados no conjunto de dados sobre gastos diretos cuja origem é o Siafi. Valores apenas empenhados ou liquidados não são incluídos na pesquisa. Restos a pagar de anos anteriores também não fazem parte dos gastos diretos. Igualmente importante é chamar atenção para o fato de que todas as iniciativas de cooperação cuja origem do gasto direto é o Siafi obrigatoriamente também trazem a informação sobre a respectiva ação orçamentária ou programática à qual o pagamento está relacionado.

Os gastos indiretos, por sua vez, podem ser classificados como a forma por excelência de monetizar as horas técnicas dedicadas por agentes públicos brasileiros em iniciativas de CID. Todavia, o efetivo cômputo do valor gasto com horas técnicas sempre constituiu barreira para as instituições participantes nas seis primeiras edições da pesquisa Cobradi (2005-2020). Nessas publicações anteriores, a prática foi a de repassar o ônus tanto da contagem de horas técnicas quanto da sua efetiva monetização para as instituições participantes.

Tal prática implicava que cada instituição deveria examinar cada afastamento que seria objeto da pesquisa no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) do governo federal, para posteriormente computar o número de horas e o valor equivalente ao salário do agente público afastado para fins de participação em iniciativa e cooperação técnica internacional. Sabendo que o cômputo de horas técnicas apenas se aplica aos casos de participação em iniciativas de cooperação técnica internacional ou de pesquisadores em redes internacionais, o próprio Ipea identificou as modalidades correspondentes de afastamento no SCDP, em 2021, de forma a propor R\$ 123,60 como o valor médio a ser utilizado para monetizar cada hora técnica dedicada às iniciativas de CID.<sup>2</sup> Nessa nova divisão de trabalho, as instituições participantes passariam apenas a identificar os afastamentos e a computar o total de horas técnicas.

Embora um dos objetivos da pesquisa Cobradi seja identificar as iniciativas e os respectivos valores gastos pelas instituições, as mudanças metodológicas trouxeram um nível inédito de detalhamento dos dados em 2021. Além da ampliação das modalidades de CID para dez, a aproximação com a TOSSD resultou na associação obrigatória de cada iniciativa a pelo menos um ODS e a uma meta relacionada ao ODS escolhido.

No que diz respeito à classificação da iniciativa de CID por setor econômico, a Cobradi continuou a utilizar a Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas (Isic, em inglês) das Nações Unidas. Outra novidade implementada na desagregação dos dados no ciclo de 2021 foi a classificação por arranjo de CID (sul-sul, sul-sul triangular, sul-norte, outras) e uma classificação que contém o nome e a natureza da(s) instituição(ões) implementadora(s) da iniciativa

---

2. O cálculo foi feito com base nos salários dos 1.967 servidores do Executivo federal afastados em 2021 nas seguintes modalidades: i) missão no exterior com ônus e com ônus limitado; ii) viagem/serviço para fora do país com ônus e com ônus limitado; e iii) programa de treinamento para congresso/encontro com ônus e com ônus limitado. No que concerne ao número de dias úteis por mês, o cálculo também está em consonância à Portaria nº 430, de 30 de dezembro de 2020, do ME, que estabeleceu os feriados nacionais e os pontos facultativos para o serviço público em 2021. Mesmo assim, é importante salientar que, quando afastado em missão oficial, o agente público está à disposição da administração durante a integralidade do período de afastamento, o que restringiria a ideia de feriados ou pontos facultativos e ampliaria a média de dias úteis. Como o cálculo preciso é de difícil operacionalização, considerou-se que cada mês teria uma média de 20,92 dias úteis de trabalho, ou 21 dias úteis caso se considere o arredondamento para o número inteiro mais próximo. Todos os dados sobre os afastamentos remunerados do Executivo federal para o ano-calendário de 2021 estão disponíveis no portal de dados abertos do governo federal. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/afastamento-remunerado>.



de cooperação, por exemplo, “canal” de implementação, valendo-se dos códigos já estabelecidos na metodologia TOSSD.

Por fim, e em virtude da participação brasileira na estratégia de quantificação da CSSD sob os auspícios da UNCTAD, a pesquisa Cobradi 2021 passou a ser mais rigorosa na descrição das iniciativas listadas por cada instituição participante, uma vez que elas se transformam na principal fonte de informações para os elementos não monetizáveis de CID do Brasil. Essa mudança proporciona entendimento mais profundo e preciso da cooperação para o desenvolvimento realizada pelo Brasil e por suas instituições.

Se, por um lado, a padronização e a ampliação de modalidades e subitens de CID permitiram a solução de problema de longa data referente à inconstância metodológica, por outro lado, abriu as portas para a discussão de outros desafios práticos e conceituais inerentes a uma pesquisa dessa envergadura. Entre os desafios práticos, estão aqueles relacionados à saúde pública, à educação superior e à assistência a refugiados e solicitantes de refúgio. Do ponto de vista conceitual, verifica-se a necessidade de desenvolvimento de outras perspectivas que vão além da anacrônica visão de cooperação “prestada” ou “recebida” pelo Brasil.

Muito peculiar ao caso brasileiro, o primeiro desafio é entender o quanto a sociedade brasileira contribui para o avanço do ODS 3 – *saúde e bem-estar* – no atendimento a estrangeiros e estrangeiros não residentes por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). De forma inédita, apresenta-se neste capítulo uma discussão, bem como a metodologia de cálculo, para a inclusão do gasto com estrangeiros não residentes internados via SUS em 2021, com base nas informações do Sistema de Informações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde (MS). Igualmente inédita é a metodologia que permitiu, pela primeira vez, o cômputo dos gastos do Ministério da Educação (MEC) referentes à matrícula e à permanência de estudantes estrangeiros em Ifes públicas, ligadas ao ODS 4 – *educação de qualidade*. Tanto o levantamento de dados sobre refugiados e solicitantes de refúgio quanto a necessidade de novos conceitos para a CID brasileira são desafios para os próximos anos. Ainda que seja um desafio, este capítulo também traz um recorte acurado da população de interesse refugiada e solicitante de refúgio para a pesquisa Cobradi. As seções seguintes desenvolvem esses quatro temas de forma detalhada.

## **2 SAÚDE PÚBLICA: QUANTO E COMO O BRASIL GASTA COM ASSISTÊNCIA EM SAÚDE A ESTRANGEIROS NÃO RESIDENTES NO ÂMBITO DO SUS?**

O Brasil está em uma posição distinta em relação aos demais países no campo da saúde pública. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) e a criação do SUS, o país passou a administrar uma das mais abrangentes e mais complexas estruturas de saúde pública do mundo. Com base na CF/1988, a saúde é

vista como um bem público, cujo direito de acesso é garantido a qualquer indivíduo em território nacional, sendo obrigação do Estado organizar-se para prover serviços de saúde universais e gratuitos. Antes do SUS, sistema que alcançou em 2021 quase a totalidade dos indivíduos em território nacional (190 milhões de pessoas), apenas os cidadãos brasileiros vinculados à Previdência Social tinham acesso a serviços hospitalares. Traduzido em números, quer dizer que apenas um quinto da população brasileira tinha acesso aos serviços públicos de saúde antes da Carta Magna.

Além da universalização e da democratização do acesso à saúde, a criação do SUS em 1988 já materializava também uma mudança radical do conceito e da visão de “saúde”. Anteriormente, a ideia de “ter saúde” significava não estar doente, resultando em políticas de saúde majoritariamente voltadas para o tratamento de doenças ou a intervenção hospitalar em casos mais graves. A criação do SUS sacramentou uma visão holística da “saúde”, muito próxima àquela promovida pelo ODS 3. Ademais, as políticas de saúde passaram a ser orientadas para a promoção ativa da saúde da população e a prevenção de doenças. Foi fundamentalmente uma quebra de paradigma entre uma visão prevalente da “doença” para uma visão mais ampla da saúde do indivíduo, de forma integral. Além de universalização do acesso e da equidade, a integralidade do indivíduo nas ações de saúde constitui o terceiro princípio basilar do SUS.

Adicionada às mudanças em relação às políticas de saúde pública implementadas após o SUS, a estrutura de gestão do sistema também se mostrou inovadora. Durante os anos de regime militar no Brasil, a participação da sociedade no planejamento e na implementação de políticas públicas era essencialmente inexistente, sendo delegada aos técnicos do Estado responsáveis por tais conduções. Embora já estivessem previstas no art. 90 da Lei nº 378/1937, foi a partir de 1980 que as conferências nacionais de saúde se mostraram um caminho viável para a construção dos princípios que regem a relação entre o governo federal, os estados e os municípios na gestão do SUS. Compostas por entidades prestadoras de serviços, usuários e gestores de saúde, as conferências consolidaram a primazia da participação ativa como característica da gestão do SUS.

Conseqüentemente, a estrutura geral de gestão do SUS é composta pelo MS (governo federal), pelas secretarias estaduais de saúde (estados) e pelas secretarias municipais de saúde (municípios), que atuam de forma participativa e solidária no planejamento, na implementação e no monitoramento das políticas de saúde. Ainda, e como herança do modelo participativo, os conselhos nacional, estaduais e municipais são as instâncias máximas de decisão em saúde, sendo compostos por 50% de usuários, 25% de trabalhadores da área da saúde e 25% de prestadores públicos e privados de serviços de saúde. Além dos conselhos de cada ente federado, ainda há mais cinco formatos de conselhos no âmbito da gestão do SUS, mas o Conselho Tripartite (entre União, estados e municípios) e o Conselho Bipartite

(entre estados e municípios) são os dois mais importantes para as decisões referentes à gestão desse sistema.<sup>3</sup>

Seja pelas suas raízes históricas, seja pelos princípios que o regem, qualquer indivíduo em território nacional tem acesso à assistência no âmbito do SUS. Ao contrário do modelo que o precedeu, em que a assistência à saúde pública só existia para o grupo que contribuía diretamente para o seu financiamento, agora o atendimento é universal. Tal abrangência permite considerar que qualquer estrangeiro não residente no Brasil, como turistas ou indivíduos em viagem de negócios, por exemplo, pode ter atendimento garantido. Entretanto, o acesso a serviços de saúde por estrangeiros e estrangeiros não residentes, o que é garantido pelos princípios da universalidade e da equidade, não implica dizer que não haja custo para o erário. De fato, a proposta desta seção é justamente discutir o atendimento a estrangeiros e estrangeiros não residentes como uma modalidade de CID, uma vez que não há cobrança direta pelo atendimento prestado.

Inicialmente, é preciso discutir como a contribuição do Brasil a nacionais de outros países por meio do SUS poderia ser classificada a partir da metodologia Cobradi. Em termos de ODS, há pouca dúvida de que tais iniciativas se encaixariam no ODS 3 (saúde e bem-estar). No tocante à classificação de setor econômico, tampouco restam dúvidas de que se trata de atividades de saúde humana (Q86), sejam hospitalares (Q8610), sejam de clínica médica (Q8620). Para as classificações de instituição responsável (quem financia a iniciativa) e canal (quem implementa a iniciativa), e com base no modelo de gestão do SUS, parece cristalino o entendimento de que o MS, mediante o Fundo Nacional de Saúde (FNS), seria a *instituição financiadora* e que os municípios e/ou os estados seriam o *canal*. As dúvidas remanescentes, portanto, dizem respeito à modalidade de cooperação, ao país beneficiário e aos gastos diretos e indiretos com essa cooperação.

Certamente o maior desafio de classificação é aquele referente à modalidade de cooperação (apêndice A). Infelizmente, não há modalidade ou subitem que corresponda exatamente à necessidade de classificação dos serviços oferecidos a estrangeiros pelo SUS. Entre as opções disponíveis, possivelmente a *modalidade J* (doações em espécie) seria a mais aproximada. Originalmente, essa modalidade está associada a doações em espécie, como medicamentos, materiais hospitalares, equipamentos, alimentos, entre outros. Caso se estendesse o entendimento de “doação em espécie” para englobar a categoria “serviços”, seria possível englobar tanto o custo dos atendimentos (gastos diretos) quanto as horas técnicas dedicadas por profissionais do SUS ao atendimento de tais estrangeiros (gastos indiretos). Por fim, a questão da nacionalidade do estrangeiro está condicionada apenas à existência do dado nas bases administradas pelos órgãos gestores da saúde em âmbito federal, estadual e municipal.

---

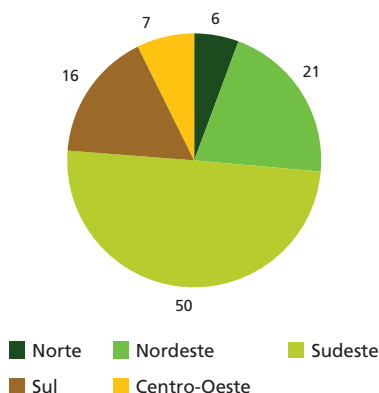
3. Os demais conselhos são o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems).

Em 2021, o MS estimou que mais de 190 milhões de indivíduos foram atendidos no âmbito do SUS. Em termos estatísticos, houve um total de quase 3,5 bilhões de procedimentos ambulatoriais de saúde, além de cerca de 12 milhões de internações.<sup>4</sup> No tocante às despesas totais em 2021, os valores pagos na função orçamentária “saúde” alcançaram cerca de R\$ 131 bilhões, e o próprio MS foi o executor de 92% do total das despesas. As atividades finalísticas de assistência à saúde representaram 53% (assistência hospitalar e ambulatorial) e 25% (atenção básica à saúde) do total de despesas em subáreas diretamente associadas à saúde. O gráfico 1 a seguir ilustra o total de atendimentos ambulatoriais por região do Brasil.

GRÁFICO 1

**Produção ambulatorial do SUS por região de atendimento (2021)**

(Em %)



Fonte: Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/MS). Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 2 nov. 2022.

As bases de dados fornecidas pelo MS sobre assistência no âmbito do SUS são categorizadas conforme a complexidade do atendimento. O SIA contém informações sobre procedimentos de menor complexidade, que totalizaram aproximadamente 3,5 bilhões em 2021. O SIH, por sua vez, abrange dados sobre procedimentos mais complexos, principalmente relacionados a internações hospitalares.

O principal objetivo do SIH é disponibilizar informações sobre atendimentos originados de internações financiadas pelo SUS, e isso permite que os gestores de saúde processem pagamentos às instituições responsáveis pelas internações. Para o governo federal, o SIH fornece dados que orientam o repasse de recursos do MS às secretarias de saúde estaduais e municipais, referentes aos atendimentos de alta e média complexidade, entre outros valores.

4. Para evitar conflitos conceituais na metodologia Cobradi, os trechos que se referem a valores do orçamento federal utilizarão a terminologia padronizada pelo próprio governo federal para a programação financeiro-orçamentária.

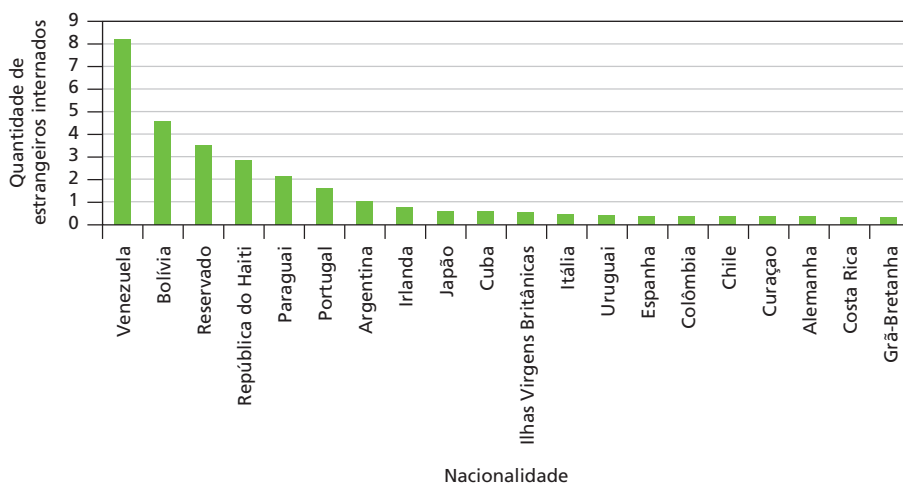
Desafortunadamente, apenas a base do SIH possui a desagregação de dados por nacionalidade, informação fundamental para a metodologia da pesquisa Cobradi. Por essa razão, e embora o SIA certamente disponibilize grande conjunto de dados relacionados a atendimentos de saúde de baixa e média complexidade (ambulatoriais), a análise dos atendimentos a estrangeiros não residentes em 2021 se concentrará apenas nos dados do SIH. Nos anos vindouros do ciclo da pesquisa Cobradi 2021, possivelmente o cruzamento entre dados de outras bases federais com o SIA permitirá identificar os atendimentos ambulatoriais a estrangeiros. Da mesma forma, eventuais gastos indiretos ligados às horas técnicas de profissionais de saúde em atendimentos a estrangeiros também serão incluídos na base da pesquisa.

Em 2021, a base do SIH registrou um total de 11.628.290 internações efetuadas no âmbito do SUS, com um gasto total de R\$ 22.373.108.694,00. Explorando os dados para internações hospitalares em favor de estrangeiros, a base do SIH indica 35.164 estrangeiros de diversas nacionalidades internados, com um custo total de R\$ 67.018.457,00. O gráfico 2 apresenta um detalhamento das dezenove principais nacionalidades com o maior número de internações em 2021 (dados da categoria “reservado” são sigilosos). Uma análise rápida desse gráfico mostra que 36% das internações hospitalares pagas pelo SUS a estrangeiros naquele ano foram para dois países vizinhos do Brasil, a saber, Venezuela e Bolívia. Embora não seja um país vizinho, se as internações de nacionais do Haiti fossem incluídas, o percentual total dessas três principais nacionalidades representaria 45% das internações de estrangeiros.

GRÁFICO 2

## Número de internações por nacionalidade – top 20 (2021)

(Em 1 mil)



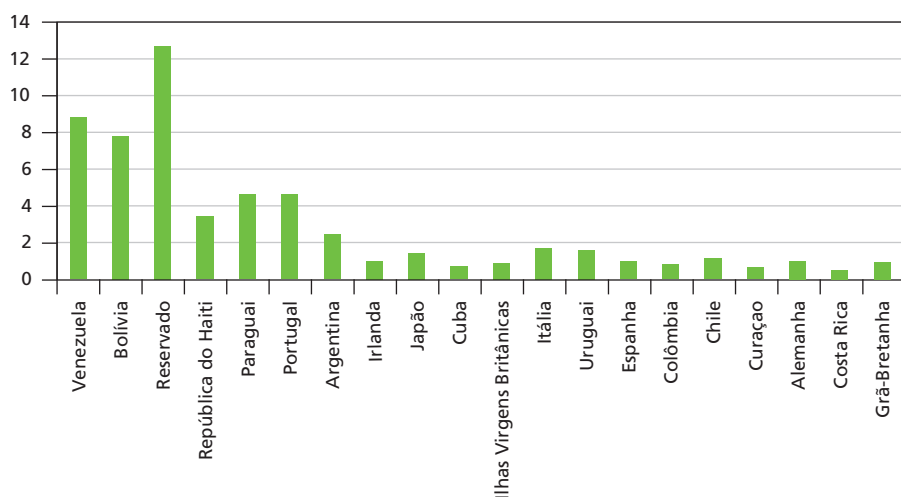
Fonte: SIH/MS.  
Elaboração dos autores.

Caso se considere o gasto total das internações por país de nacionalidade do estrangeiro, a ordenação dos países se apresentará diferente daquela do número de atendimentos apresentada no gráfico anterior. O gráfico 3 confirma que a Venezuela e a Bolívia são os dois principais beneficiários de internações de estrangeiros no SUS. Entretanto, em relação a gastos, Paraguai e Portugal aparecem empatados na terceira posição, com valores totais superiores a R\$ 4 milhões. Tal discrepância entre o número de internações e os gastos totais desagregados por nacionalidade tem essencialmente ligação com o tipo e a complexidade da internação, conforme será discutido a seguir.

GRÁFICO 3

**Gasto com internações por nacionalidade – top 20 (2021)**

(Em R\$ 1 milhão)



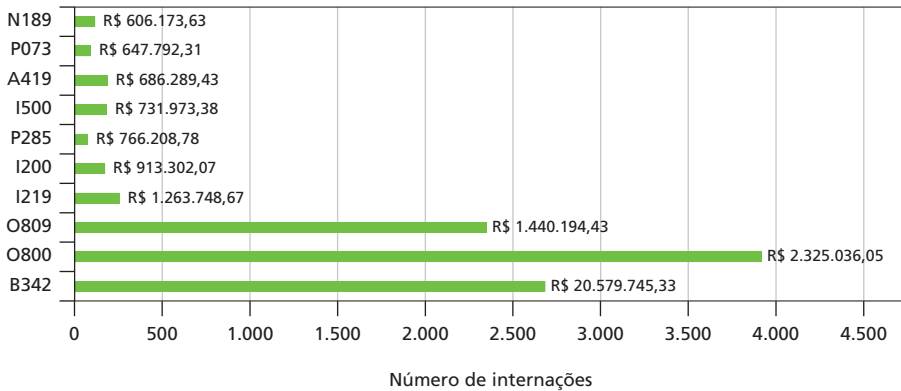
Fonte: SIH/MS.

Elaboração dos autores.

Distribuindo o gasto total e o número total de internações pelos códigos de Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), é possível averiguar a tese de que as diferenças de posição entre nacionalidades nos gráficos anteriores se referem à complexidade das doenças que ensejaram a internação. No gráfico 4, os códigos B342, O800 e O809 se referem aos seguintes casos: *internação por covid-19*, *partos espontâneos cefálicos* e *partos únicos espontâneos não especificados*. Embora tenha havido 2.682 internações de estrangeiros em 2021 ligadas às complicações da covid-19 e 3.917 partos espontâneos cefálicos, o custo das internações devido à covid-19 foi essencialmente o dobro daquele de partos. As três primeiras doenças relacionadas às internações mencionadas anteriormente representaram cerca de 25% do total de internações de estrangeiros pelo SUS em 2021.

## GRÁFICO 4

## Gasto total e número de internações por CID-10 – top 10 (2021)

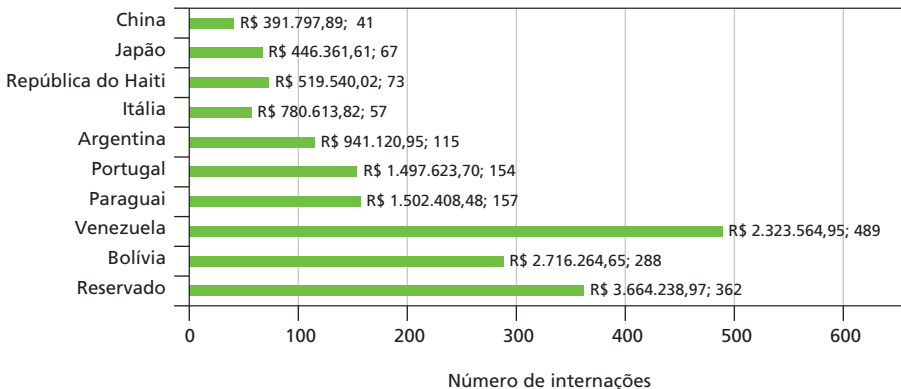


Fonte: SIH/MS.  
Elaboração dos autores.

Sabendo que as internações por covid-19 e que os partos espontâneos cefálicos representaram 19% do total de internações em 2021, faz sentido deter-se nesses casos para examinar as principais nacionalidades beneficiadas com internações no âmbito do SUS. No caso da covid-19, e observando-se o gráfico 5, reforça-se novamente a tese de que os países vizinhos foram os principais beneficiados, uma vez que nacionais da Venezuela, da Bolívia, do Paraguai e da Argentina figuram entre os cinco principais beneficiários de internações em virtude da covid-19 no ano em questão. No tocante aos países desenvolvidos que figuram no gráfico 5, é importante considerar que representam historicamente países que contribuíram para as ondas de migração no Brasil.

## GRÁFICO 5

## Covid-19: gasto total e número de internações – top 10 (2021)

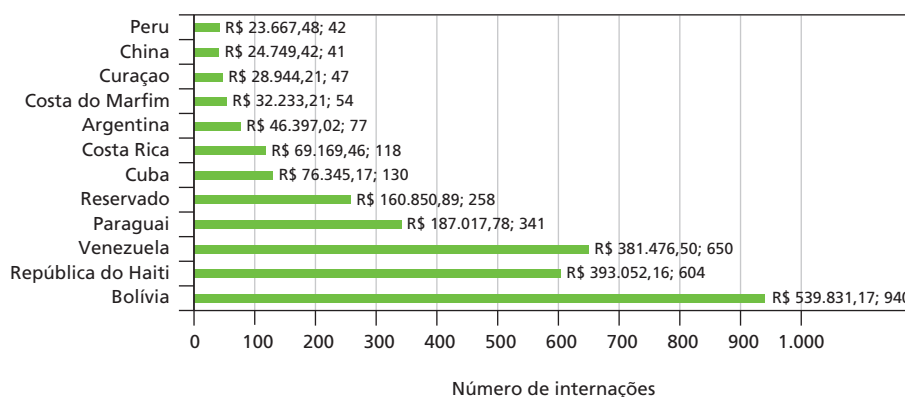


Fonte: SIH/MS.  
Elaboração dos autores.

Observando-se o gráfico 6, todavia, vê-se que a tese da proximidade geográfica para a internação parece se aplicar perfeitamente. De fato, e por se tratar da distribuição de internações para partos espontâneos cefálicos, não é irrazoável pensar que os países vizinhos se utilizem das instalações no âmbito do SUS para esse fim. Ou seja, é muito provável que a maioria dos casos exibidos no gráfico 6 sejam de estrangeiros não residentes, seja em virtude da nacionalidade, seja da própria natureza da internação.

GRÁFICO 6

Partos espontâneos cefálicos: gasto total e número de internações – top 10 (2021)



Fonte: SIH/MS.

Elaboração dos autores.

A hipótese de que o conjunto de estrangeiros internados em 2021 no âmbito do SUS seja, em sua maioria ou integralidade, de não residentes parece ser factível. Efetivamente, estrangeiros não residentes viriam ao Brasil a passeio, a turismo ou intencionalmente para uso das instalações que compõem esse sistema. Entre as vinte doenças que resultaram em internações em 2021 (35% do total de internações), metade é referente a partos e doenças associadas aos procedimentos de parto/maternidade. A metade remanescente das demais doenças está essencialmente ligada às emergências médicas, como internações por covid-19, pneumonia, cálculo renal, acidente vascular cerebral, infecção urinária e complicações ligadas aos próprios procedimentos de internação. Em outras palavras, reforça-se a tese de que a maioria dos estrangeiros internados no âmbito do SUS em 2021 não residiam no Brasil, mas apenas usavam esse sistema.

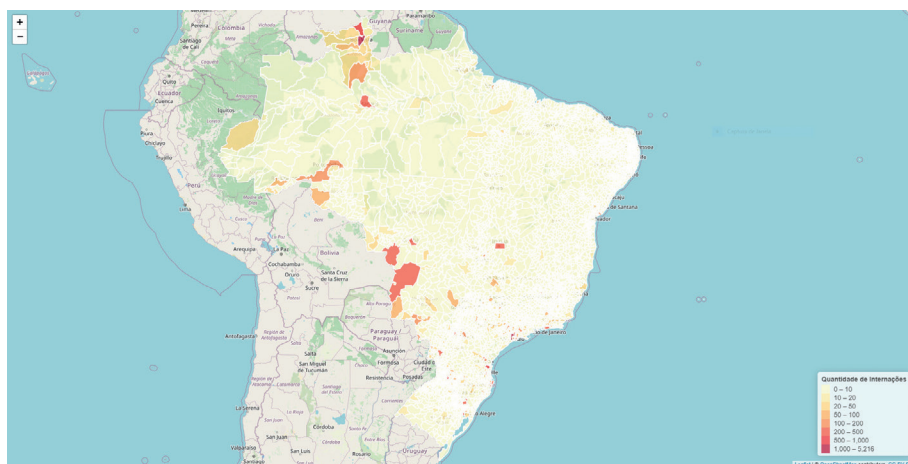
Na tentativa de avaliar a força de hipóteses alternativas sobre o caráter de não residência dos estrangeiros internados no mencionado ano, considerou-se o total de 35.164 estrangeiros e fez-se a distribuição geográfica, a partir de um mapa de calor, utilizando a ferramenta R Studio. Se a hipótese de não residência fosse



falsa, esperar-se-ia encontrar ou distribuição mais homogênea no território ou a concentração das internações hospitalares nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, as quais reúnem a maioria da população e 87% dos atendimentos ambulatoriais na base de dados do SIA (gráfico 1). Entretanto, o mapa de calor resultante dessa análise demonstra um padrão de concentração diferente do esperado, seja pelas características demográficas de distribuição da população pelo território brasileiro, seja pelas tendências encontradas no SIA do SUS.

A figura 1 demonstra ao menos três tendências para as internações hospitalares de estrangeiros. A primeira é a concentração de internações em capitais, fenômeno esperado, uma vez que todas elas são sede de hospitais de referência para atendimentos de média e alta complexidade, além de serem pontos de chegada e partida em razão dos aeroportos. A segunda é a já comentada concentração de internações nos estados brasileiros de fronteira, o que fortalece a tese de que a maioria se refere a não residentes. A terceira – e não esperada tendência – é a concentração em cidades portuárias, o que poderia reforçar a tese de estrangeiros em caráter temporário no Brasil.

FIGURA 1  
Distribuição das internações pelo território brasileiro (2021)



Elaboração dos autores.

Tendo em vista a plausibilidade da hipótese sobre a não residência dos estrangeiros internados no âmbito do SUS em 2021, resta afastar a discussão sobre a inclusão de nacionais de países desenvolvidos no cômputo da CID ligada ao SUS. De fato, e do ponto de vista dos princípios da saúde pública brasileira, as atividades ligadas à saúde e ao bem-estar das populações contribuem diretamente para o *status* dos indicadores de saúde global, independentemente de onde o atendimento

é realizado. Em outras palavras, e de um ponto de vista técnico, só há uma saúde, que não reconhece fronteiras entre os estados nacionais. Contudo, e no intuito de evitar problemas conceituais oriundos de se considerar que uma iniciativa de desenvolvimento possa beneficiar diretamente – e não de forma difusa – um país em desenvolvimento, optou-se por considerar na pesquisa Cobradi 2021 apenas os gastos em iniciativas que beneficiaram cidadãos de países em desenvolvimento.

O apêndice B deste capítulo traz a lista detalhada de países, número e gasto total com internações no âmbito do SUS em 2021, com as classificações de país utilizadas pelo próprio MS. O total de internações de nacionais de países em desenvolvimento chegou a 23.690, representando gasto total de R\$ 36.833.860,72. Tanto os números de internações quanto os respectivos totais integram a base de dados da pesquisa.

### **3 EDUCAÇÃO SUPERIOR, TÉCNICA E TECNOLÓGICA: QUANTO CUSTA UM ESTUDANTE ESTRANGEIRO PARA AS IES BRASILEIRAS?**

As mudanças metodológicas implementadas para o ciclo 2021-2024 da pesquisa Cobradi trouxeram consigo oportunidade de aperfeiçoamento no que diz respeito ao cômputo dos gastos e às características da cooperação educacional do Brasil, particularmente no que se refere aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados em programas de graduação e pós-graduação em IES brasileiras. A metodologia atual possui uma modalidade para o cômputo dos gastos com cooperação educacional, composta por dois subitens relacionados aos gastos de educação com estrangeiros no Brasil e outro voltado para gastos com estudantes estrangeiros e brasileiros em instituições estrangeiras. Nos subitens, é possível classificar os gastos com bolsas para educação/treinamento e as demais despesas.

É preciso notar, todavia, que tal mudança, a qual permite maior detalhamento, tem origem essencialmente nas discussões levadas a cabo no Grupo de Trabalho sobre Mensuração do Apoio ao Desenvolvimento (Working Group on Measurement of Development Support), criado no âmbito do IAEG-SDG. O detalhamento dos subitens relacionados à educação estava entrelaçado às discussões sobre mensuração da CSSD, e a lógica de inclusão passava essencialmente pelo financiamento de bolsas e custeio entre países em desenvolvimento. Em um movimento inédito, tanto as questões educacionais quanto outras propostas sobre mensuração da CSSD aprovadas no Grupo de Trabalho sobre Mensuração do Apoio ao Desenvolvimento foram incorporadas pelo secretariado da TOSSD em revisão publicada em meados de maio de 2022.

É preciso chamar atenção para o fato de que a metodologia utilizada pela pesquisa Cobradi, no que concerne à cooperação educacional (modalidade “E” – apêndice A) e à cooperação científica (modalidade “K” – apêndice A), é mais

abrangente que a proposta aprovada pelo grupo de trabalho criado no âmbito do IAEG-SDG e posteriormente incorporada pela TOSSD. A partir do ciclo 2021-2024, a pesquisa Cobradi passa a medir, na temática da cooperação educacional, os seguintes aspectos: i) as bolsas pagas pelo Brasil para estrangeiros que estudam no Brasil; ii) outros gastos pagos pelo Brasil com estrangeiros que estudam no Brasil; iii) as bolsas pagas pelo Brasil para brasileiros e/ou estrangeiros que estudam no exterior, seja em país desenvolvido, seja em desenvolvimento; e iv) outros gastos pagos pelo Brasil para brasileiros e/ou estrangeiros que estudam no exterior, seja em país desenvolvido, seja em desenvolvimento. De forma análoga, as iniciativas de pesquisa internacionais que o Brasil integra são medidas para casos de cooperação tanto com países desenvolvidos quanto com países em desenvolvimento.

No que concerne à cooperação científica, o tema será retomado na seção 5 deste capítulo, uma vez que a racionalidade para a ampliação está intimamente ligada à necessidade de uma nova visão em rede para a CID brasileira. A cooperação educacional é objeto desta seção, particularmente o tema de bolsas pagas a estrangeiros no Brasil. Historicamente, a pesquisa Cobradi focou os estudantes oriundos de países em desenvolvimento que estudam no Brasil, computando os valores de “bolsas” pagas a esses estrangeiros no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). Contudo, a comentada ampliação dos subitens da modalidade de cooperação educacional permitiu que se tornasse mais preciso o conceito de “bolsa”.

É certo que os estudantes estrangeiros que se matriculam em instituições de ensino públicas brasileiras são isentos de taxas de matrícula e manutenção, como os matriculados em Ifes. Entretanto, o fato de esses estudantes não pagarem as mencionadas taxas não significa que tais custos não existam para as instituições às quais eles estão vinculados. No caso das Ifes, por exemplo, o custeio das matrículas de estrangeiros está diluído nos gastos gerais por elas já efetuados. Nesse sentido, o conceito de “bolsa” deve estar obrigatoriamente associado aos custos de matrícula e manutenção de estudantes estrangeiros em instituições nacionais, sejam públicas, sejam privadas. Assim, o subitem E01 (“bolsas”) apresentado no apêndice A mede essencialmente tais custos de matrícula e manutenção de discentes estrangeiros. O subitem E02 (“outros gastos”) mede os demais valores gastos com esses estudantes, como auxílios de subsistência, deslocamento, passagens aéreas, entre outros.

Ademais, uma questão igualmente importante é o fato de que os alunos estrangeiros que estudam no Brasil não estão apenas cursando programas de graduação e pós-graduação. Eles também estão distribuídos no sistema federal de ensino técnico e tecnológico (como institutos federais), no treinamento profissional oferecido por escolas de governo (como a Escola Nacional de Administração Pública – Enap) e no ensino fundamental e médio público (como refugiados e outras pessoas protegidas

pelo Brasil). No caso específico dos refugiados, os valores são computados de forma agregada em um dos subitens correspondentes na *modalidade I* descrita no apêndice A. Os demais estudantes estrangeiros matriculados no ensino fundamental e médio público constituem desafio para os próximos anos do ciclo 2021-2024 da pesquisa Cobradi, uma vez que estão associados à expansão da pesquisa para os estados e os municípios da Federação. O relatório 2021 considera apenas as bolsas e outros gastos com estudantes estrangeiros no ensino superior (graduação e pós-graduação), técnico e tecnológico, além do ensino profissional.

Destaca-se também a ampliação existente na pesquisa Cobradi em relação à metodologia TOSSD: a inclusão dos gastos com cooperação educacional com países desenvolvidos. No relatório Cobradi 2021, essa cooperação Sul-Norte se materializa essencialmente no custeio de estudantes brasileiros em instituições de países desenvolvidos e nas matrículas de estudantes desses países em instituições nacionais. Em que pese o fato de a cooperação Sul-Norte constituir um aparente oxímoro, mais importantes são os benefícios difusos e as externalidades positivas criadas pela educação para qualquer indivíduo. Essa ideia está alinhada à visão brasileira sobre a educação constituir um bem público, e não apenas uma relação comercial entre a instituição educacional ofertante e o aluno demandante. Tal visão parece consistente com a existência e a longevidade dos programas públicos de custeio de brasileiros em IES estrangeiras, como os da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), constantes na pesquisa Cobradi 2021.

Uma crítica poderia ser direcionada à opção da inclusão de tais valores pagos por instituições públicas a brasileiros em IES estrangeiras em virtude de essas iniciativas constituírem uma “cooperação recebida”, já que o Brasil seria o principal beneficiário do gasto. De pronto, é importante notar que a crítica não teria fundamento com base nas bolsas e no custeio oferecido pelas instituições públicas de financiamento incluídas neste livro. O argumento de benefício exclusivo ao Brasil cessa tanto pela inexistência de cláusula que obrigue de forma final o bolsista brasileiro a permanecer em seu país de origem após período contratual, quanto pela impossibilidade prática de se implementar uma regra dessa natureza caso ela existisse. Dessa feita, e se não há obrigatoriedade de permanência de longo prazo do bolsista no Brasil, parece lógico considerar que o investimento brasileiro possa resultar em benefícios difusos ao menos entre o nacional do país e a instituição de país desenvolvido que o acolheu.

Ainda sobre essa crítica, também é oportuno recorrer às metodologias dos dois principais *rankings* internacionais de classificação das universidades – Times Higher Education e QS World University Rankings. Nas metodologias de ambos, a proporção

de estudantes internacionais constitui critério de pontuação da universidade, assim como a proporção de discentes estrangeiros em relação aos nacionais do país de residência da IES. Da mesma forma, é possível argumentar que, ao menos os estudantes de doutorado e pós-doutorado, estariam contribuindo de forma substantiva para a pesquisa e o desenvolvimento do país de destino, uma vez que a materialização do resultado de tais bolsas ocorre por meio de artigos científicos, livros, entre outros produtos acadêmicos relacionados ao conhecimento. A discussão sobre a inclusão da cooperação Sul-Norte será retomada na seção 5 deste capítulo, em que se desenvolverá de forma mais apropriada uma visão para além de “prestada” e “recebida”.

Apresentadas as três ponderações metodológicas referentes ao melhor entendimento do conceito de “bolsa” no contexto da pesquisa Cobradi, as diferentes opções de cooperação educacional e a questão da inclusão da cooperação educacional Sul-Norte, resta esclarecer o caminho metodológico escolhido para computar o gasto referente à matrícula e à permanência dos estudantes estrangeiros em instituições de ensino brasileiras. Conforme dito anteriormente, o foco da monetização de tais gastos se concentra apenas no ensino superior, técnico, tecnológico e profissional no relatório 2021. Assim, e para ser possível elaborar uma estimativa de tais gastos, é necessário saber com precisão: i) a nacionalidade do estrangeiro ou do grupo de estrangeiros; ii) em qual nível educacional o estrangeiro está matriculado; e iii) o custo por aluno ou a estimativa do custo por aluno na instituição à qual o estrangeiro está vinculado.

Analisando os conjuntos de dados recebidos pela pesquisa Cobradi em 2021, três parecem atender a esses critérios de forma inequívoca, sendo elegíveis para estimativa dos custos de matrícula e manutenção. Os dados fornecidos pela Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC detalham os estudantes regularmente matriculados no PEC-G. As informações da Capes trazem o detalhamento dos estudantes que recebem auxílio pago pela coordenação no âmbito do PEC-PG e do Programa Institucional de Internacionalização (Print). Por fim, a base fornecida pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) apresenta todos os dados referentes aos estudantes estrangeiros matriculados em instituições vinculadas de ensino. Como os dados da Fiocruz serão tratados de forma detalhada no capítulo 3 deste volume, a análise a seguir se concentrará nos dados do PEC-G, do PEC-PG e do Print.

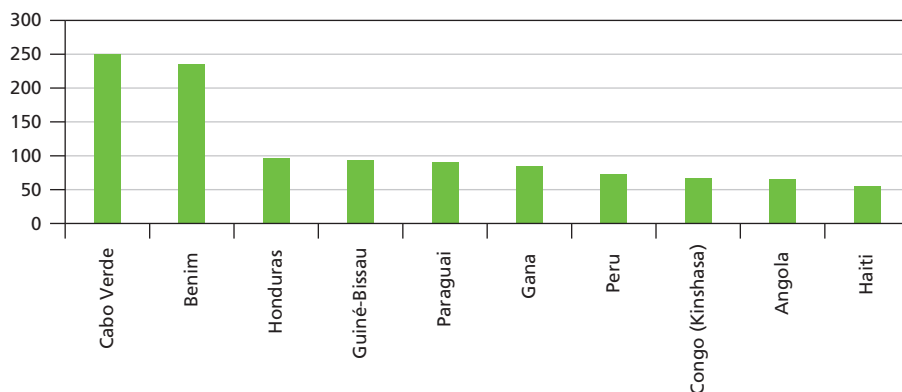
O PEC-G é o mais antigo programa de cooperação educacional do governo brasileiro com os seus parceiros do Sul global. Criado em 1965, permite que os estudantes de países em desenvolvimento que possuem acordo com o Brasil tenham acesso a estudos em nível de graduação em qualquer IES nacional. A criação dessa iniciativa surgiu tanto da necessidade de fomentar as relações entre o Brasil e seus parceiros do Sul quanto de garantir a equiparação entre os estudantes brasileiros de graduação e os vários estrangeiros matriculados nas IES brasileiras à época. Sendo uma parceria entre o MEC e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do

Brasil, foi revisado em 2013 (Decreto nº 7.948/2013), quando recebeu contornos jurídicos mais detalhados sobre o processo de seleção, matrícula, entre outros itens que regem a permanência dos estudantes durante o período de estudos no país.

Especificamente em 2021, foram selecionados 171 novos alunos estrangeiros de países em desenvolvimento para o PEC-G, que integrarão a pesquisa Cobradi 2022. Entretanto, entre aqueles que se graduaram até o fim de 2021, a estimativa total de matrículas de graduação do PEC-G em IES brasileiras alcançou 1.601 estudantes. Conforme ilustrado no gráfico 7, Cabo Verde e Benim representaram cerca de 25% do total de discentes regularmente matriculados naquele ano. As dez principais nacionalidades exibidas no gráfico 7 representam mais de 60% dos estudantes matriculados em 2021 pelo PEC-G.

GRÁFICO 7

## Estudantes matriculados em graduação pelo PEC-G – top 10 (2021)



Fonte: Sesu/MEC.  
Elaboração dos autores.

Já o PEC-G foi criado pelo governo brasileiro em 1981, igualmente com o objetivo de fortalecer as ações de cooperação educacional com países em desenvolvimento. Esse programa é focado na oferta de vagas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em IES brasileiras. Assim como o PEC-G, o PEC-PG é uma parceria entre o MRE, a Capes e o CNPq; essas duas últimas organizações garantem apoio financeiro direto para a subsistência dos estudantes no Brasil.

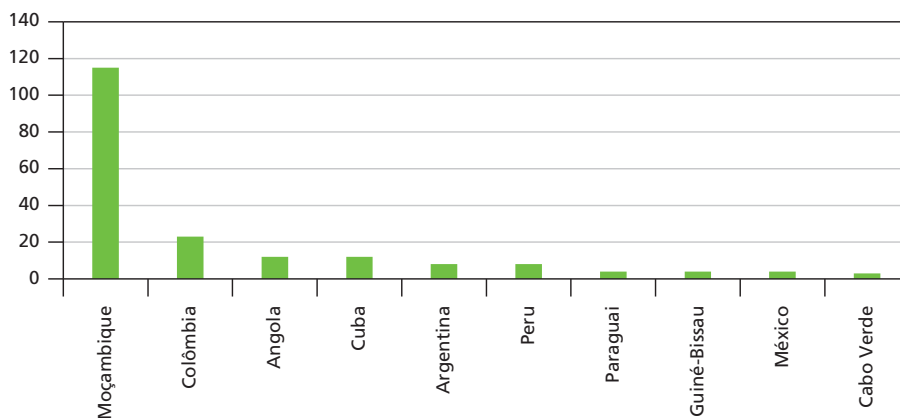
Gerido diretamente pela Capes, o Print é voltado essencialmente para o apoio às IES nacionais em uma agenda fundamental da internacionalização: a mobilidade de discentes, docentes e pesquisadores para dentro (*inbound*) e para fora (*outbound*) do Brasil. Lançado pela Capes em 2017, fomenta tanto a vinda de estudantes e acadêmicos estrangeiros de países em desenvolvimento quanto de

países desenvolvidos. A título de exemplo, a Capes assinou em 2018 um acordo com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD, em alemão) para financiar estudantes alemães em nível de doutorado no Brasil e de brasileiros na Alemanha. Para a análise a seguir, entretanto, só serão consideradas as bolsas nacionais de países em desenvolvimento, uma vez que a atração de estudantes de países desenvolvidos faz parte de uma estratégia de diversificação do público nos cursos de pós-graduação nas IES nacionais. No caso inverso ao argumento apresentado à ida de estudantes brasileiros para IES estrangeiras, o Brasil seria o beneficiário da vinda dos estudantes de países desenvolvidos.

No tocante aos programas de doutorado pleno e pós-doutorado no Brasil, a Capes ofereceu apoio para diversos pesquisadores de doutorado em 2021, conforme exibido no gráfico 8. Entre os auxílios oferecidos aos residentes de países em desenvolvimento, os estudantes moçambicanos despontaram como o principal grupo apoiado em 2021, com 115 bolsas concedidas no âmbito do PEC-PG em nível de doutorado. Já para colombianos, foram concedidas 21 bolsas, sendo três bolsas Print de pós-doutorado e dezoito PEC-PG de doutorado. Por fim, e em terceiro lugar em termos de bolsas ofertadas, onze estudantes angolanos receberam bolsas PEC-PG de doutorado e uma bolsa Print de pós-doutorado. No total, a Capes concedeu 216 bolsas, sendo 195 de doutorado (PEC-PG) e 21 de pós-doutorado (Print).

#### GRÁFICO 8

##### Estudantes matriculados em doutorado e pós-doutorado pelo PEC-PG e pelo Print – top 10 (2021)



Fonte: Capes.  
Elaboração dos autores.

Somando-se o total de estudantes em IES brasileiras em nível de graduação (PEC-G), doutorado (PEC-PG) e pós-doutorado (Print), chega-se a um total de 1.817 estudantes de países em desenvolvimento em 2021. Antes de prosseguir ao cálculo do custo de matrícula e manutenção desses alunos, é fundamental notar que a estimativa apresentada com base nos dados de bolsistas da Capes e dos selecionados para o PEC-G é definitivamente um subdimensionamento do total de estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento que efetivamente estudam no Brasil. É preciso ter em mente que o principal custo de um estudante no ensino superior não é a sua bolsa de manutenção, mas sim os gastos referentes à matrícula e à manutenção na instituição de ensino. As reais estimativas do total de estudantes com o nível de desagregação de dados desejado pela pesquisa Cobradi dependem de envio de dados por parte de cada IES, seja universidade, seja instituto federal. Tal processo ainda será aperfeiçoado nos anos vindouros do ciclo 2021-2024.

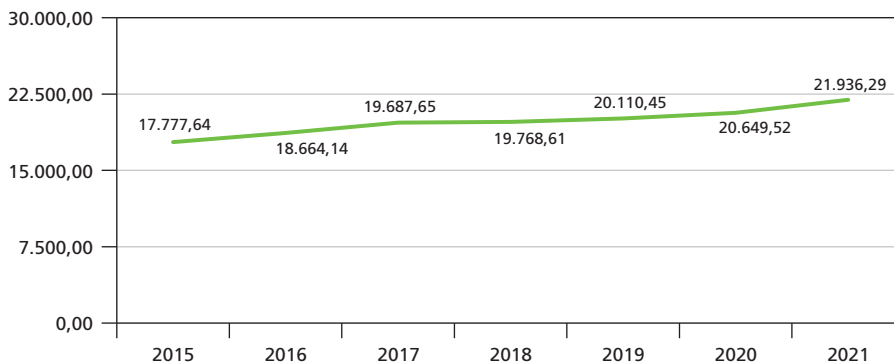
Com os totais de estudantes do PEC-G, do PEC-PG e do Print desagregados no nível adequado de detalhamento, resta responder à seguinte pergunta: quanto custa um estudante estrangeiro para as IES do Brasil? De fato, há uma estimativa consistente produzida pelas próprias IES e informada anualmente para o MEC. O indicador *custo corrente/aluno equivalente em tempo integral (excluídas despesas com hospitais universitários)* traz exatamente a estimativa do custo total da manutenção da estrutura de ensino-pesquisa da IES dividida pela estimativa do número total de estudantes matriculados em tempo integral. Os dados para esse indicador são consolidados pelo MEC no Painel Universidade 360.

Utilizando-se das médias anuais para o indicador, construiu-se o gráfico 9, o qual traz o valor de R\$ 21.936,29 como a média do custo por aluno entre as universidades federais que repassaram estimativas para 2021. Sabendo que os 1.817 estudantes do PEC-G, do PEC-PG e do Print estiveram efetivamente matriculados em IES brasileiras em 2021, o valor de R\$ 21.936,29 aparece como a melhor estimativa para calcular o custo referente a matrículas e manutenção desse grupo de estudantes. O resultado é um valor de R\$ 39.858.238,93 referentes a custeio de matrículas e manutenção de estudantes, número esse que integra a base de dados da pesquisa Cobradi 2021.



## GRÁFICO 9

Média anual do custo corrente/aluno equivalente em tempo integral (2015-2021)  
(Em R\$)



Fonte: MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/universidade360/painel-universidade-360>. Acesso em: 15 out. 2022. Elaboração dos autores.

Obs.: Excluem-se despesas com hospitais universitários.

#### 4 REFUGIADOS E SOLICITANTES DE REFÚGIO: QUANTOS SÃO, QUEM SÃO E QUANTO CUSTAM PARA AS POLÍTICAS SOCIAIS DO BRASIL?

A história recente do refúgio no Brasil tem marco basilar na aprovação da Lei nº 9.474/1997. Promulgada em 22 de julho de 1997, define as características e os mecanismos para a incorporação da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, ou Convenção de Genebra de 1951, como se tornou conhecida. Essa lei completou 25 anos em 2022 e regula o instituto do refúgio em cenário consideravelmente diferente daquele de sua aprovação. A partir da segunda década dos anos 2000, vê-se nitidamente a tendência de diminuição do recurso ao reassentamento como solução duradoura no Brasil e a explosão do número de solicitações de refúgio, particularmente de países da América Central e do Sul. Seguindo a tendência de crescimento de solicitações, o que é estimado pelo Comitê Nacional para Refugiados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Conare/MJSP), foi de 60.800 o número total de refugiados, em 2021, no Brasil. Essa quantidade representa um crescimento impressionante de 1.600% em relação a 2010.

Segundo o *caput* do art. 1º da Lei nº 9.474/1997, refugiado é todo indivíduo que

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Já os solicitantes de refúgio são todos os que ingressaram em território brasileiro regularmente ou irregularmente e que expressaram a “(...) sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira” (Brasil, 1997).

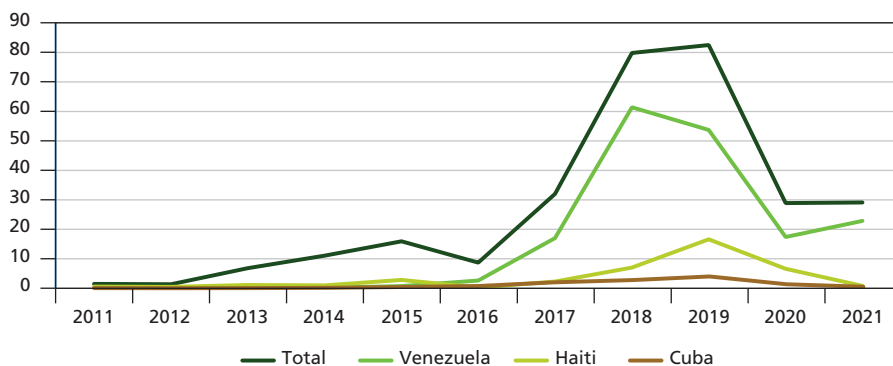
Mesmo para o solicitante de refúgio, concede-se o direito à residência provisória e à carteira de trabalho provisória, além de outros direitos garantidos pelo Estatuto do Estrangeiro, também conhecido como Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017).

O número de solicitações de refúgio sofreu drástica mudança na segunda década dos anos 2000. Entre 2011 e 2021, foi registrado um total acumulado de 297.712 solicitações de refúgio – 2018 e 2019 foram responsáveis por 54,5% desse total. De fato, e recorrendo ao exame da tendência do total anual de solicitações de refúgio no Brasil, observam-se dois períodos de crescimento. Segundo o gráfico 10, o primeiro período ocorreu entre 2012 e 2015, e o segundo, entre 2016 e 2019.

GRÁFICO 10

**Número de solicitações de refúgio no Brasil (2011-2021)**

(Em 1 mil)



Fontes: Polícia Federal (PF/MJSP) e Observatório de Migrações da Universidade de Brasília (Obmigra/UnB).  
Elaboração dos autores.

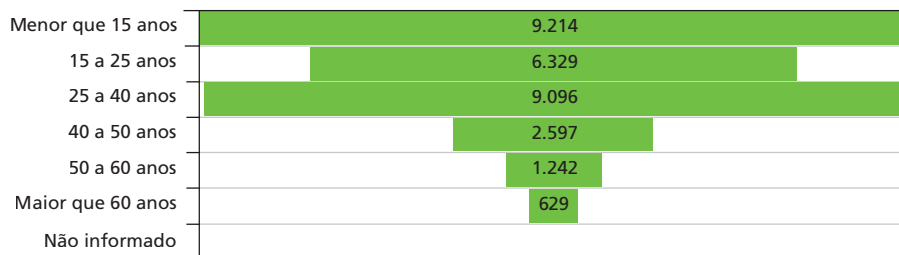
O período de 2012 a 2015 é marcado pelo crescimento de solicitações de nacionais de países de fora das Américas. Com exceção do Haiti, cujas solicitações cresceram ao longo de 2011 a 2021, grande parte do aumento pode ser atribuída a pedidos de nacionais de nove países, a saber, Angola, Gana, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Síria, Paquistão, Guiné-Bissau e Congo. As solicitações de refúgio dos nacionais desses nove países corresponderam a 58,07% do total de solicitações de 2012 a 2015.

Além de sugerir a tendência de crescimento para os dois períodos mencionados, o gráfico 10 enfatiza as principais nacionalidades cujas solicitações ajudariam a explicar o pico de crescimento entre 2016 e 2019. Para esse segundo período quadrienal, apenas as solicitações de nacionais de três países das Américas parecem explicar o crescimento exponencial do total de solicitações de refúgio. As requisições combinadas de venezuelanos, cubanos e haitianos representam 83,88% do total no período de 2016 a 2019. Apenas em 2018 e 2019, esses três países representaram 90% do total de solicitações de refúgio no Brasil, e os requerimentos de cidadãos da Venezuela alcançaram 77% e 65% do total em 2018 e 2019, respectivamente.

Observando-se os dados sobre refugiados no Brasil, nota-se a consolidação de uma tendência em curso desde o início do segundo pico de crescimento nas solicitações: a mudança radical na estrutura demográfica da população solicitante no Brasil. Particularmente para 2021, o gráfico 11 demonstra a concentração nas faixas etárias de 0 a 15 anos e de 25 a 40 anos – a primeira representou 31,65% dos solicitantes naquele ano.

GRÁFICO 11

## Número de solicitações de refúgio no Brasil, por faixa etária (2021)

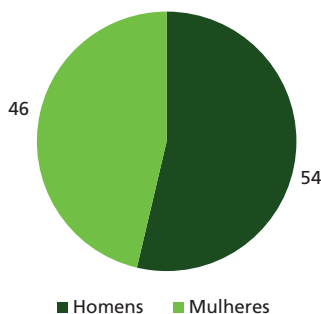


Fontes: PF/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

No caso da distribuição por sexo apresentada no gráfico 12, 2021 indica maior porcentagem de mulheres na população solicitante de refúgio (46,3%). De fato, e observando-se os dados gerais, a mudança em relação à proporção de homens e mulheres iniciou-se exatamente em 2016, quando era de dois homens para cada mulher. Nos anos seguintes, a desproporção homem-mulher diminuiu a uma taxa média de 11% entre 2016 e 2019, tendo continuado a diminuir entre 2020 e 2021. Considerando-se que Venezuela, Cuba e Haiti são as nacionalidades mais relevantes para o aumento das solicitações de 2016 a 2019 e nos dois anos posteriores, a principal hipótese que parece explicar as mudanças demográficas em relação a idade e sexo da população solicitante é a proximidade geográfica entre esses três países e o Brasil. Tal proximidade seria um facilitador para a migração de famílias completas e estendidas, o que acarreta impactos mais visíveis para menores de 15 e maiores de 60 anos.

## GRÁFICO 12

**Número de solicitações de refúgio no Brasil, por sexo (2021)**  
(Em %)

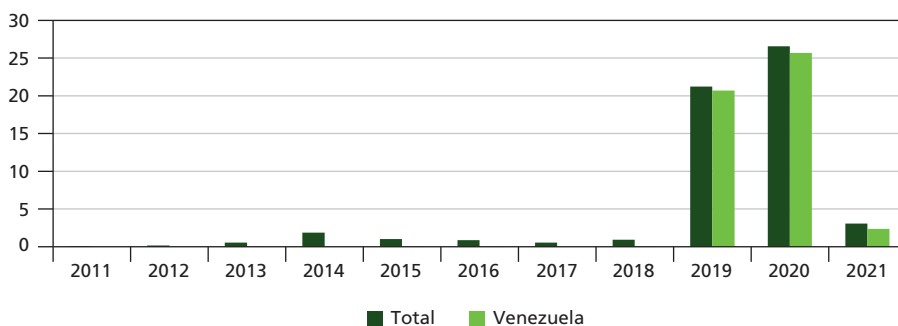


Fontes: PF/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Acompanhando a tendência de aumento exponencial do número de solicitações de refúgio no Brasil entre 2011 e 2021, o tamanho da população refugiada cresceu dezesseis vezes no período. Contudo, como o gráfico 13 sugere, tal aumento é explicado diretamente pelo acolhimento das solicitações de cidadãos da Venezuela. Entre 2019 e 2021, o Brasil reconheceu 48.767 nacionais daquele país como refugiados. Apenas considerando os refugiados reconhecidos nesses três anos, os venezuelanos já representariam mais de 80% do total de 60.800 refugiados no Brasil ao final de 2021. Tomando como base apenas as tendências dos dados da série histórica de 2011 a 2021, é possível que tanto a alta porcentagem de solicitações de refúgio de nacionais da Venezuela quanto a desproporção de refugiados desse país na população refugiada do Brasil permaneçam até o fim do ciclo da pesquisa Cobradi 2021-2024.

## GRÁFICO 13

**Número de refugiados reconhecidos no Brasil, por ano (2011-2021)**  
(Em 1 mil)

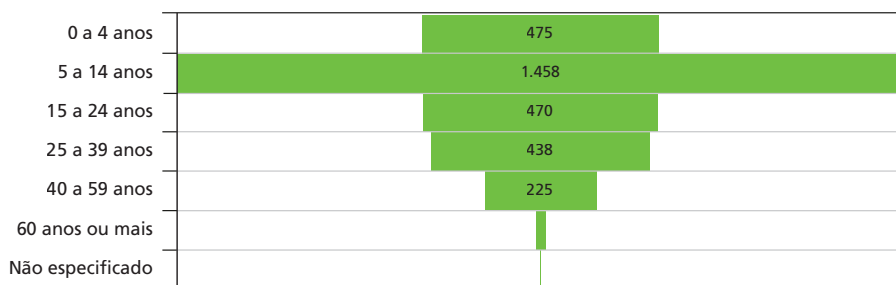


Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Considerando-se as tendências já apontadas para a população de solicitantes de refúgio, não seria raro encontrar mudanças similares para refugiados, no Brasil, na década de 2011 a 2021. Entretanto, em relação à distribuição etária, apenas em 2021 notou-se prevalência da população menor de 15 anos de idade em relação ao total de pessoas, quando essa faixa etária alcançou 63% do total de refugiados reconhecidos. Nos anos anteriores, os menores de 15 anos representaram a menor ou a segunda menor faixa etária entre os refugiados reconhecidos no Brasil.

GRÁFICO 14

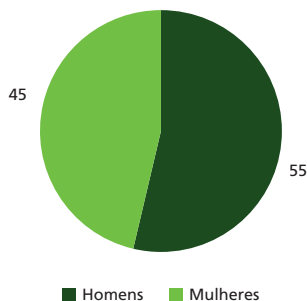
## Refugiados reconhecidos no Brasil, por faixa etária (2021)



Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Ao contrário da distribuição das faixas etárias, a distribuição por sexo acompanhou as tendências apontadas para a segunda fase, de 2016 a 2019, da população de solicitantes de refúgio. Embora 2020 tenha sido caracterizado por prevalência de homens (62%) em relação a mulheres (38%), em 2021 a proporção voltou a ficar mais equilibrada, quando as mulheres representaram 45% do total de 3.086 refugiados reconhecidos. O gráfico 15 ilustra a distribuição por sexo naquele ano.

GRÁFICO 15

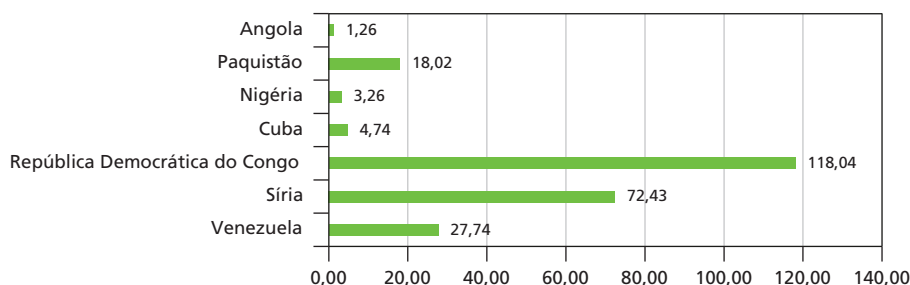
Número de refugiados reconhecidos, por sexo (2021)  
(Em %)

Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Segundo estimativas do MJSP, o Brasil analisou um total aproximado de 187.500 solicitações de refúgio no período de 2011 a 2021, sendo 66.500 com análise de mérito e 121.000 sem análise de mérito.<sup>5</sup> Considerando apenas o total de 297.712 novas solicitações de refúgio apresentadas entre 2011 e 2021, esse período se encerrou com mais de 110.000 solicitações que aguardavam apreciação por parte das autoridades brasileiras. Nesse sentido, o gráfico 16 ajuda a pensar a tendência de crescimento da população refugiada para os anos vindouros com base nas solicitações pendentes e na taxa de reconhecimento por nacionalidade praticada pelo MJSP de 2011 a 2021. No gráfico 16, é importante ressaltar que a taxa de reconhecimento também é afetada pelo acumulado das solicitações de refúgio no período anterior a 2011, particularmente porque o próprio ministério estima que o tempo médio para uma decisão final é de dois anos e três meses. Esse fato pode ser visualizado na taxa de reconhecimento para nacionais da República Democrática do Congo, que alcançou 118% de 2011 a 2021.

#### GRÁFICO 16

**Taxa de reconhecimento de *status* de refugiado no Brasil: nacionalidades selecionadas (2011-2021)**  
(Em %)



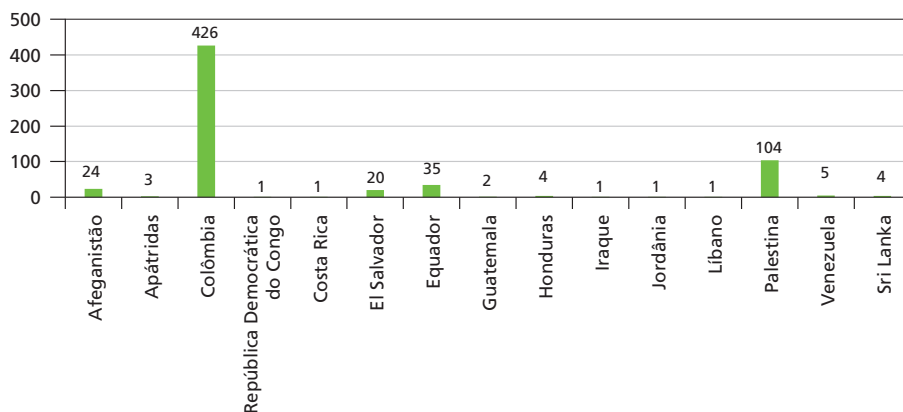
Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Por fim, é importante trazer uma desagregação dos dados apresentados para os refugiados recebidos no Brasil pela ótica do reassentamento. Reassentados diferem do geral da população refugiada no Brasil pelo fato de já possuírem esse *status* em outro país de refúgio. As transferências desses indivíduos para o Brasil ocorrem mormente em razão da persistência do fundado temor de perseguição no contexto do país que primeiro concedeu a tais pessoas esse *status*. Assim, o refugiado é “retransferido” a um segundo país de refúgio para que possa gozar efetivamente da plena proteção de seus direitos. O gráfico 17 apresenta o total de reassentados de 2002 a 2021 por nacionalidade.

5. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrjoiZTk3OTdiZjctNGQwOC00Y2FhLTgxYTctNDNIN2ZkNjZmMwVlliwidC16ImU1YzM3OTgxLTY2NjQtdEzNC04YTBJLTU1NDNkMmFmODBiZS1slmMiOjh9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 20 nov. 2022.

GRÁFICO 17

Total de refugiados reassentados no Brasil, por nacionalidade (2002-2021)

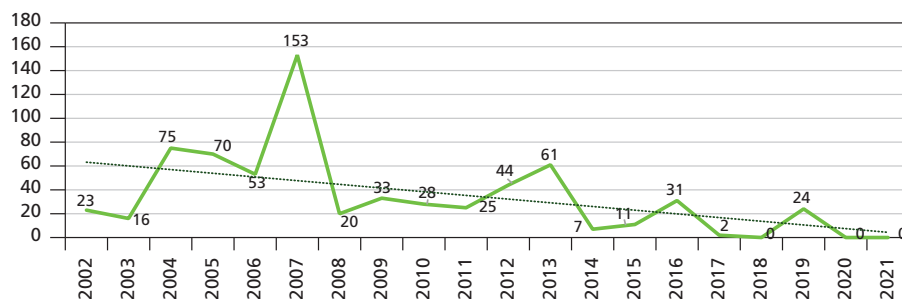


Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

O esforço inicial do governo brasileiro na primeira década dos anos 2000 esteve concentrado essencialmente na recepção de refugiados colombianos que se encontravam em países da América do Sul e Central, fato que explica a prevalência de 67,4% de colombianos no total de 632 refugiados reassentados no Brasil. Ainda que tenha havido diversificação em termos de nacionalidade, como a vinda de 104 refugiados palestinos em 2007, o reassentamento como solução duradoura no Brasil perdeu considerável espaço. O gráfico 18 aponta uma tendência geral de queda ao longo dos vinte anos de utilização do reassentamento como solução, e uma hipótese plausível seria a sobrecarga dos sistemas nacionais de acolhimento no contexto das duas ondas de solicitações de refúgio de 2012 a 2015 e de 2016 a 2019. Contudo, em 2018 e 2019, o Brasil não recebeu refugiados reassentados.

GRÁFICO 18

Fluxo de refugiados reassentados no Brasil (2002-2021)



Fontes: Conare/MJSP e Obmigra/UnB.  
Elaboração dos autores.

Tendo apreciado as características das populações refugiadas e solicitantes de refúgio, faz-se necessário aproximar os números da política de refúgio da agenda CID brasileira. Entre as dez modalidades constantes na metodologia Cobradi, há uma integralmente dedicada a capturar as contribuições do país à promoção e à defesa do instituto do refúgio. A modalidade I (*apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas protegidas*) possui cinco subitens que permitem capturar: o custo direto a essas populações no Brasil (I01 e I02); a contribuição do Brasil para refugiados e solicitantes em outros países de acolhimento (I03); o apoio à repatriação voluntária (I04); e os custos de inclusão de refugiados e solicitantes nas políticas públicas nacionais (I05).

Utilizando o recorte temporal de cinco anos proposto pela metodologia Cobradi para a inclusão de custos e gastos com essas populações (subitens I01, I02, I03), seria possível construir estimativas do tamanho da população de interesse para a pesquisa Cobradi nos anos vindouros. A título de exemplo, para 2021, seriam considerados os dados de 2017 a 2021 para a produção de estimativas de custos diretos em até doze meses (I01), custos diretos após doze meses (I02) e gastos das políticas sociais do Brasil com essas populações em até sessenta meses (I05). A tabela 1 apresenta estimativas para cada subitem, baseadas nas já comentadas 110.000 solicitações entre 2011 e 2021 que permanecem sem apreciação (29.107 apenas em 2021) e no reconhecimento de 52.387 refugiados entre 2017 e 2021. A partir dessas estimativas, seria de 162.387 indivíduos a população de interesse da pesquisa Cobradi 2021 na modalidade de cooperação para o desenvolvimento referente a refugiados e solicitantes de refúgio.

Por fim, ainda sobre a tabela 1, é preciso buscar informações no governo federal sobre os gastos brasileiros com a população refugiada e solicitante em outros países de acolhimento (I03) e sobre os gastos do Brasil com o apoio a ações de repatriação de refugiados do Brasil a seus países de origem ou de outros países de acolhimento a seus países de origem (I04). Em 2021, por exemplo, houve ação específica da ABC no valor de R\$ 539.000,00 para o apoio a cinco campos de refugiados saarauís nos setores de água, saneamento e saúde. É igualmente importante mencionar os gastos do Ministério da Defesa (MD) em 2021 no tocante às ações de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade – um total de R\$ 100.053.643,07.



TABELA 1

**População de interesse para a pesquisa Cobradi 2021: refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil (2017-2021)**

Modalidade de cooperação internacional	Refugiados	Solicitantes de refúgio	Total
101 – Custos incorridos em países doadores para assistência básica a requerentes de asilo, refugiados e pessoas protegidas de países elegíveis (até doze meses).	3.086	29.107	<b>32.193</b>
102 – Custos incorridos em países doadores para assistência básica a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas, além do período de doze meses, desde que o indivíduo não seja reconhecido pelas autoridades competentes do país em que solicitou asilo como portador de direitos e obrigações inerentes à posse de residência ou nacionalidade desse país.	Não aplicável	110.000	<b>110.000</b>
103 – Apoio financeiro, material ou técnico a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas em outros países de acolhimento.	-	-	-
104 – Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas protegidas que regressam voluntariamente a seus países de origem, sua nacionalidade ou sua última residência habitual. Exclui-se a assistência pré-partida.	-	-	-
105 – Custos incorridos em países doadores para promover a integração, em sua economia, de solicitantes de refúgio, refugiados, pessoas protegidas e migrantes. Abrangem atividades que promovem a integração na economia e na cultura do país doador (incluindo formação linguística, formação profissional, regimes de proteção social, programas de emprego, sensibilização para a cultura nacional) até os primeiros cinco anos de permanência. O apoio temporário ou a assistência básica estão cobertos pelas modalidades 101 e 102.	52.387	110.000	<b>162.387</b>

Elaboração dos autores.

## 5 PARA ALÉM DA COOPERAÇÃO PRESTADA E RECEBIDA: REPENSANDO A CID DO BRASIL

Uma das peculiaridades da CID do Brasil é o seu foco quase exclusivo no desenvolvimento de capacidades, particularmente em sua vertente de cooperação técnica. No caso da cooperação técnica internacional, a ABC entende que

o desenvolvimento de capacidades pode ser definido como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento (ABC, 2013, p. 12).

Conforme será apresentado no capítulo 2, a modalidade de cooperação técnica internacional continua a ser a mais relevante no âmbito da CSSD, ficando atrás apenas das contribuições obrigatórias e voluntárias às organizações multilaterais.

Ainda que o desenvolvimento de capacidades norteie grande parte das iniciativas de CSSD, menos clara é a operacionalização do conceito de “vertente de cooperação” – em outras palavras, a classificação dual das iniciativas como “cooperação prestada” ou “cooperação recebida” pelo Brasil. Com base em elementos empíricos oriundos da pesquisa Cobradi 2021, esta seção tem como objetivo central apontar três temas em que há necessidade de aperfeiçoamento conceitual

para discutir a CID brasileira. O primeiro é aquele que se refere às iniciativas de cooperação com países desenvolvidos, mas em que há grande dificuldade de classificação como cooperação “recebida”. O segundo é a relação entre as iniciativas financiadas diretamente por instituições públicas brasileiras para implementação mediante organismos internacionais; essas iniciativas usualmente também são classificadas como cooperação “recebida” pelo Brasil, porque o país é supostamente o único destinatário da integralidade dos benefícios oriundos dos recursos aportados. O terceiro, por fim, estabelece a relação entre o grande volume de gastos com contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil a organismos multilaterais e a real contribuição desses gastos para o avanço da Agenda 2030.

Pelos princípios que norteiam a CSSD do Brasil, vê-se como menos problemática a ideia de que uma iniciativa de cooperação entre o Brasil e um país em desenvolvimento possa ser caracterizada em larga escala por uma parceria, independentemente de quem a financie em parte ou no todo (ABC, 2013). No caso da CSSD brasileira, as ideias de horizontalidade e solidariedade permitem discutir com razoável conforto que as iniciativas de cooperação mais se assemelham a uma parceria, em que cada ator contribui de acordo com as possibilidades (ABC, 2013). Inclusive, não é raro que uma iniciativa de CSSD brasileira resulte em benefícios consideráveis tanto para os parceiros quanto para o Brasil, como demonstra o projeto Cotton-4, por exemplo (ABC, 2016).

Todavia, isso não ocorre em relação às iniciativas de cooperação internacional com países desenvolvidos. Conforme discutido na seção 3, o caso da cooperação internacional educacional, por exemplo, é ilustrativo de se pensarem os benefícios do patrocínio da mobilidade estudantil internacional para além das IES do Brasil. A pesquisa Cobradi 2021 identificou mais de quatro mil bolsas e auxílios pagos a pesquisadores brasileiros no exterior sob o rótulo de “Sul-Norte”, temática que será explorada com profundidade no capítulo quatro deste livro. No caso dessa cooperação, assume-se erroneamente que somente o Brasil se beneficiaria do investimento em formação do pesquisador. São ao menos quatro os fatores que sugerem a necessidade de melhor reflexão sobre o país “beneficiário” da cooperação “recebida” no âmbito da cooperação internacional educacional:

- a presença de alunos brasileiros em universidades estrangeiras contribui para a classificação em *rankings* universitários internacionais;
- o fato de o investimento público em educação superior não implicar obrigatoriamente permanência de médio e longo prazo do pesquisador no Brasil, ou mesmo a elaboração de pesquisas em agendas prioritárias do país pelos pesquisadores, que podem se ligar a pesquisas de outros países;
- a existência de benefícios compartilhados, o que tem origem na produção científica dos pesquisadores brasileiros em instituições estrangeiras; e

- o custeio direto e integral pelas agências de fomento públicas em muitos casos para a presença de centenas de pesquisadores brasileiros em programas de pós-graduação de instituições estrangeiras durante períodos completos ou curtos.

Outro fator advém do cruzamento dos dados sobre os arranjos e as modalidades de cooperação da pesquisa Cobradi 2021: como pensar as 25 iniciativas de cooperação técnica internacional classificadas por seis instituições brasileiras como “Sul-Norte”? No cabedal de conceitos utilizados na área de desenvolvimento internacional, essa cooperação constituiria um oxímoro, uma vez que, no discurso dominante, seria improvável haver iniciativas de cooperação para o desenvolvimento direcionadas a países desenvolvidos. A tabela 2 ilustra as iniciativas de seis instituições e um estado brasileiro no arranjo Sul-Norte de cooperação, incluindo um caso peculiar de parceria com a União Europeia (Programa EUROsociAL), em que a Defensoria Pública da União (DPU) também é canal de implementação das ações, contribuindo de forma substantiva com horas técnicas de seus servidores.

**TABELA 2**  
**Cooperação técnica internacional Sul-Norte (2021)**

Arranjo de cooperação	Gasto (R\$)	Gasto (%)	Número de iniciativas	Número de iniciativas (%)
Cooperação Sul-Norte	1.105.685,74	100,00	25	100,00
Banco Central do Brasil	15.450,00	1,40	12	48,00
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	12.500,00	1,13	1	4,00
Defensoria Pública da União	128.544,00	11,63	2	8,00
Escola Nacional de Administração Pública	55.592,16	5,03	1	4,00
Estado de Minas Gerais	102.635,54	9,28	4	16,00
Fundação Oswaldo Cruz	618,00	0,06	1	4,00
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	790.346,04	71,48	4	16,00
<b>Total</b>	<b>1.105.685,74</b>	<b>100,00</b>	<b>25</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Segundo o Decreto nº 5.151/2004, a cooperação recebida bilateral ou multilateral tem foco essencialmente em contratação de consultorias especializadas, capacitação de indivíduos ou aquisição de bens que resultem em benefícios diretos para o aperfeiçoamento de políticas nacionais brasileiras. A ABC também destaca a possibilidade de que o financiamento advinha de: i) organismos internacionais; ii) agências governamentais estrangeiras; iii) setor privado; iv) fundos internacionais e contribuições de países doadores geridos por organismos internacionais; e v) instituições públicas brasileiras, que viabilizem o patrocínio de projetos de interesse nacional (ABC, 2004; 2020).

Ao que parece, haveria duas questões fundamentais para classificar a cooperação do Brasil como “recebida”. Primeiro, quem financiaria a cooperação em parte ou no todo. Segundo, e mais importante, quem seria o efetivo beneficiário das iniciativas de cooperação para tal desenvolvimento. Entretanto, observando-se a possibilidade de financiamento brasileiro integral ou em parte para projetos de interesse nacional por intermédio de organizações multilaterais ou regionais, pergunta-se: é possível isolar os benefícios das iniciativas de cooperação implementadas via organismo multilateral/regional apenas para o Brasil? Os recursos brasileiros empenhados nesses projetos são integralmente aplicados nos projetos de interesse nacional? Caso não, qual parcela de recursos é destinada à manutenção das estruturas de governança global compostas pelos próprios organismos multilaterais/regionais? Como os resultados da cooperação são distribuídos entre o Brasil e o organismo cooperante?

Curiosamente, o próprio Decreto nº 5.151/2004 define que projetos custeados no todo ou em parte com recursos da União, com “organismos internacionais cooperantes”, fazem parte da vertente de cooperação internacional “recebida” pelo Brasil (art. 1º), mas são obrigatoriamente coordenados por uma instituição pública, e não pelo organismo internacional cooperante (art. 2º, § 2º). Embora a modalidade preferencial de gestão desse tipo de cooperação seja intitulada “execução nacional” (art. 2º, *caput*), o mencionado decreto não proíbe que ações executadas no âmbito de projetos, nessa modalidade de execução, também beneficiem outros países de forma solidária e tampouco impede que outras modalidades de execução de projetos de cooperação recebida venham a acontecer (art. 2º, § 3º). De fato, a única certeza no referido decreto é a de que a cooperação integralmente prestada pelo Brasil a países em desenvolvimento deve ser caracterizada por outra modalidade de execução, que não a nacional (art. 2º, § 4º). Além disso, outra clareza que traz o decreto refere-se à fixação de um valor máximo de 5% do orçamento do projeto para taxas administrativas do “organismo internacional cooperante”.

Do ponto de vista da medição e da quantificação do gasto brasileiro com cooperação internacional para o desenvolvimento na metodologia atualmente utilizada pela Cobradi, há ao menos duas questões práticas que se apresentam para reflexão. A primeira aborda as contribuições obrigatórias de 5% aos organismos internacionais na modalidade de “execução nacional”. Esses valores que apoiam a manutenção das estruturas de governança multilaterais devem ou não ser entendidos como gasto pertinente para a Agenda 2030?

A segunda diz respeito a “quem recebe o que e de quem”: se há diversos projetos cujos recursos são mobilizados no todo ou em parte pela União, se a coordenação de tais projetos é responsabilidade de uma instituição brasileira e se não há impedimentos para ações que beneficiem simultaneamente o Brasil e outros países, não faria sentido examinar mais a fundo o gasto e as iniciativas no

âmbito dos projetos de cooperação internacional recebidos na modalidade *execução nacional* definida pelo Decreto nº 5.151/2004?

Para ilustrar e garantir contornos mais empíricos à discussão proposta acima, seria fundamental examinar exemplos de projetos de cooperação recebida na modalidade execução nacional implementados em 2021. Afortunadamente, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)<sup>6</sup> submeteu à pesquisa Cobradi 2021 um conjunto completo de dados para treze projetos que atendem às características de cooperação recebida e de execução nacional.

A tabela 3 detalha cada projeto de cooperação mediante execução nacional por organização internacional cooperante.

**TABELA 3**  
**Projetos de cooperação por execução nacional do MMFDH (2021)**

Organismo internacional cooperante/título do projeto de cooperação	Gasto (R\$)
Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS)	1.247.867,06
Implantação de infraestrutura de atendimento socioeducativo do Ministério dos Direitos Humanos	1.247.867,06
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)	506.176,80
Organização, fortalecimento e articulação das iniciativas de promoção dos direitos humanos	506.176,80
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)	344.638,75
Fortalecimento dos mecanismos de participação, seguimento e implementação de compromissos nacionais e internacionais em direitos humanos fortalecidos	41.573,17
Fortalecimento, promoção e defesa de políticas públicas dos direitos da pessoa idosa: empoderamento para um Brasil de todas as idades	8.366,22
Inclusão de pessoas com deficiência: ampliando conhecimentos e aperfeiçoando mecanismos de promoção, formulação e implantação de políticas públicas de acessibilidade	294.699,36
Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)	1.506.372,90
Ampliação e fortalecimento dos processos e das estratégias de participação social em espaços de discussão e proposições relacionadas aos direitos da criança e do adolescente	1.506.372,90
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	11.200.885,84
Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos e das comunidades negras tradicionais	1.007.914,00
Boas práticas em redes na implantação e na implementação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), de conselhos tutelares e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase/Sipia)	3.944.390,99
Fortalecimento da garantia do direito à vida e da redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil	5.156.010,92
Fortalecimento da garantia e da promoção de direitos das pessoas com deficiência	41.895,20
Fortalecimento e expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir)	175.561,49
Proteção integral de direitos das crianças e dos adolescentes fortalecida	4.901,60
Seguimento e implementação de compromissos nacionais e internacionais em direitos humanos fortalecidos	870.211,64
<b>Total</b>	<b>14.805.941,35</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

6. Ministério incorporado, em 2023, ao Ministério da Cidadania, que passou a se chamar Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A partir dos dados sobre os projetos exibidos na tabela 3, é possível levantar uma série de observações relevantes. Em primeiro lugar, o valor de dois projetos de cooperação com o PNUD excedeu o de várias contribuições obrigatórias do Brasil a organizações multilaterais em 2021, como aquelas para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (*ação orçamentária 0870*), para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*ação orçamentária 0190*) e para a Convenção sobre Diversidade Biológica (*ação orçamentária 0483*). Em segundo lugar, o Decreto nº 5.151/2004 prevê um total de 5% de taxas administrativas em projetos da modalidade “execução nacional”. No caso do conjunto dos treze projetos da tabela 3, as taxas ultrapassariam R\$ 740 mil. Em terceiro lugar, por fim, observando-se os títulos dos projetos e as descrições fornecidas pelo MMFDH, vê-se que ao menos a metade deles é focada no fortalecimento de políticas de defesa de direitos de populações e grupos em território nacional, como crianças, adolescentes, idosos, comunidades negras tradicionais, entre outras. A própria natureza dessas políticas impediria, por exemplo, que populações refugiadas, solicitantes de refúgio e demais pessoas protegidas fossem excluídas.

De forma análoga ao raciocínio sobre as taxas administrativas em projetos de cooperação recebidas na modalidade *execução nacional*, pode-se argumentar que seriam necessárias uma discussão e uma reflexão mais aprofundadas sobre a relação entre as diversas contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil e os reais benefícios para os países em desenvolvimento e, de forma mais ampla, para o progresso da Agenda 2030. O total de contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil para organizações e instituições multilaterais em 2021 foi estimado em mais de R\$ 5,7 bilhões (inclui contribuição de R\$ 3,452 bilhões ao Novo Banco de Desenvolvimento), o que implica dizer que a maioria da cooperação para o desenvolvimento do Brasil ocorre indiretamente. Seja pela grande concentração do gasto, seja pela importância da via multilateral de cooperação para o desenvolvimento nacional, é fundamental obter mais detalhamento de tais valores.

Tendo em vista as dificuldades apontadas na operacionalização do binômio cooperação prestada e recebida, questiona-se se uma abordagem de redes de cooperação não seria mais apropriada para mensurar, quantificar e qualificar a cooperação do Brasil. Excetuando-se as iniciativas relacionadas às modalidades de bolsas para estudantes (E) e contribuições a programas e fundos (B), as demais modalidades exibem múltiplos parceiros tanto como beneficiários quanto como canais de implementação de iniciativas de cooperação. Além disso, particularmente nas modalidades de projetos (C) e cooperação técnica internacional (D), há foco considerável em iniciativas alinhadas a estratégias de desenvolvimento de capacidades. O pensamento em rede facilitaria tanto uma visão integrada das diversas contribuições financeiras diretas/indiretas quanto o mapeamento das redes de implementação das iniciativas, além de facilitar a aferição dos alcances e dos impactos de tais iniciativas nos países parceiros do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo**: uma parceria de sucesso. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jul. 1997. Seção 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, para fins de celebração de atos complementares de cooperação técnica recebida de organismos internacionais e da aprovação e gestão de projetos vinculados aos referidos instrumentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5151.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5151.htm).

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19**: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino? Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

KNIGHT, J. **Internationalization: elements and checkpoints**. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education: a festschrift in honor of Philip G. Altbach**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho: junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.



RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. Microdatasus: pacote para download e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datusus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis**. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura: dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019: migration, displacement and education – building bridges, not walls**. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report: the race against time for smarter development**. Paris: UNESCO, 2021.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.

## APÊNDICE A

QUADRO A.1  
**Modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**

Modalidade	Descrição	Subtipos	Descrição
A	Apoio orçamentário	A00	Identifica as contribuições do provedor para o orçamento do governo de um país receptor, que tem responsabilidade exclusiva pelo uso e pela prestação de contas pelos fundos. O apoio ao orçamento pode ser genérico (não alocado ao setor) ou setorial, por exemplo, energia, agricultura.
B	Contribuições financeiras a programas e fundos	B01	Os fundos são pagos às organizações não governamentais – ONGs (locais, nacionais e internacionais) para uso a critério delas e contribuem para programas e atividades que as próprias ONGs desenvolveram e que implementam pela própria autoridade e responsabilidade. Contribuições centrais para parcerias público-privadas (PPPs), fundos pagos a fundações (por exemplo, fundações filantrópicas) e contribuições a institutos de pesquisa (públicos e privados) também são registrados aqui.
		B02a	Contribuições <i>obrigatórias</i> aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. As contribuições são calculadas com base na fórmula acordada com a qual os membros se comprometem ao ingressar em uma instituição.
		B02b	Contribuições <i>voluntárias</i> não vinculadas aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. Excluem-se atividades em benefício do próprio país doador.
		B03	Contribuições <i>de uso específico</i> definidas pelo país doador, com foco específico setorial, temático ou geográfico. Inclui contribuições para projetos, programas e fundos administrados por instituições multilaterais, por exemplo, Fundos fiduciários de vários doadores e doadores únicos, bem como alguns fundos agrupados da Organização das Nações Unidas (ONU) e fundos intermediários financeiros, excluindo-se atividades em benefício próprio.
C	Projetos	C01	Identifica recursos, atividades e entregas específicas apoiadas pelo país para atingir objetivos/resultados dentro de prazo definido, com orçamento definido e área geográfica definida.
D	Cooperação técnica	D01	Categoria geral relacionada a gastos com a cooperação técnica implementada por agentes do governo do país. Os gastos diretos com cooperação técnica nos projetos descritos em C01 não estão incluídos neste item.
		D011	Gastos específicos e relacionados a horas técnicas de agentes do governo, contratação de especialistas e custos de oportunidade, diretamente associados à atividade de cooperação técnica.
		D012	Gastos específicos e relacionados a diárias e passagens aéreas, que estão diretamente associadas à atividade de cooperação técnica. Também incluem custos relacionados a viagens de voluntários.
		D013	Gastos específicos e relacionados a aquisição de serviços, materiais, equipamentos e suprimentos necessários para a implementação de atividades/projetos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.
		D021	Despesas específicas relacionadas a atividades de capacitação e treinamento, incluindo conferências, seminários, <i>workshops</i> , visitas de intercâmbio. Incluem a oferta de treinamento com especialistas recrutados internacionalmente ou localmente.

(Continua)

(Continuação)

Modalidade	Descrição	Subtipos	Descrição
E	Bolsas de estudo e gastos com estudantes	E01	Bolsas/treinamento para estudantes estrangeiros <i>no Brasil</i> .
		E02	Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros <i>no Brasil</i> .
		E03	Bolsas/treinamento para estudantes <i>no exterior</i> .
		E04	Outros gastos relacionados a estudantes <i>no exterior</i> .
G	Custos administrativos (não incluídos em outras modalidades)	G01	Custos administrativos de entrega de atividades (não incluídos em outras modalidades). Quando o valor exato não pode ser identificado, os relatores podem estimar esses custos da seguinte forma: i) tomar como ponto de partida os custos administrativos totais da instituição envolvida na entrega das atividades; e ii) fazer um cálculo proporcional, refletindo a participação das atividades nas despesas totais da instituição.
H	Despesas no país fornecedor	H00	Despesas no país fornecedor não incluídas em nenhum outro lugar.
I	Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas protegidas	I01	Custos incorridos em países doadores para assistência básica a requerentes de asilo, refugiados e pessoas protegidas de países elegíveis para Total Official Support For Sustainable Development – TOSSD (até doze meses).
		I02	Custos incorridos em países doadores para assistência básica a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas, além do período de doze meses, desde que o indivíduo não seja reconhecido pelas autoridades competentes do país em que solicitou asilo como portador de direitos e obrigações inerentes à posse de residência ou nacionalidade desse país.
		I03	Apoio financeiro, material ou técnico a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas em outros países de acolhimento.
		I04	Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas protegidas que regressam voluntariamente a seus países de origem, sua nacionalidade ou sua última residência habitual. Exclui-se a assistência pré-partida.
		I05	Custos incorridos em países doadores para promover a integração, em sua economia, de solicitantes de refúgio, refugiados, pessoas protegidas e migrantes. Abrangem atividades que promovem a integração na economia e na cultura do país doador (incluindo formação linguística, formação profissional, regimes de proteção social, programas de emprego, sensibilização para a cultura nacional) até os primeiros cinco anos de permanência. O apoio temporário ou a assistência básica estão cobertos pelas modalidades I01 e I02.
J	Doações em espécie	J01	Doação de bens e materiais. Abrange alimentos, equipamentos (incluindo equipamentos médicos), materiais e veículos motorizados. Os materiais e os suprimentos necessários para implementar as atividades de cooperação técnica são registrados em D013.
K	Pesquisa e desenvolvimento	K01	Gastos gerais para projetos de pesquisa conjuntos entre dois ou mais países. Cobrem o tempo de trabalho e os custos de oportunidade de cientistas/especialistas e outro pessoal de pesquisa do país declarante, bem como as despesas com infraestrutura e serviços relacionados à ciência (laboratórios, equipamentos, materiais, suprimentos) diretamente associada à atividade de pesquisa.
		K011	Gastos específicos relacionados a laboratórios, equipamentos e insumos diretamente associados à pesquisa e às atividades de desenvolvimento.
		K012	Gastos específicos relacionados a horas de trabalho e custos de oportunidade de cientistas/especialistas, bem como de outros pesquisadores do país.

Elaboração dos autores.

## APÊNDICE B

TABELA B.1

**Internações hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde de nacionais de países em desenvolvimento (2021)**

Nacionalidade	Quantidade de internações	Valor gasto em internações (R\$)
Venezuela	8.245	8.813.392,13
Bolívia	4.594	7.789.934,10
Haiti	2.866	3.417.066,15
Paraguai	2.166	4.609.667,28
Argentina	1.056	2.433.184,01
Uruguai	404	1.585.035,28
Chile	403	1.153.678,82
Colômbia	387	795.320,41
Curaçao	367	631.694,66
Costa Rica	347	496.522,86
Peru	328	620.416,74
China	279	770.230,25
Angola	169	176.690,87
Costa do Marfim	138	98.365,00
Botsuana	119	231.248,43
Egito	84	128.926,08
Antígua e Barbuda	74	59.189,48
República Dominicana	69	59.145,13
Bahrein	60	136.353,47
Equador	57	48.377,42
Libano	56	246.714,41
Etiópia	55	137.047,33
Gabão	52	71.122,88
Comunidade das Bahamas	51	80.889,35
Brunei	50	58.586,93
Guatemala	48	99.958,76
Senegal	47	61.966,23
Nigéria	46	46.971,37
Bangladesh	43	107.821,23
Guiana	42	36.032,63
Estados Associados das Antilhas	40	76.089,45
Gana	39	27.976,05

(Continua)

(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de internações	Valor gasto em internações (R\$)
Afeganistão	37	97.095,76
Síria	36	50.620,52
México	34	137.940,46
Suriname	31	21.986,62
Trinidad e Tobago	31	19.191,76
Belize	30	196.443,86
Dominica	29	56.720,01
Honduras	29	28.103,07
Filipinas	29	16.127,02
Marrocos	29	9.936,77
Congo (Kinshasa)	28	19.901,24
Guiné-Bissau	24	15.867,93
Albânia	23	88.071,15
Moçambique	23	23.663,37
Guiné	22	26.100,93
Paquistão	19	27.892,22
China (Taiwan)	18	48.646,54
Nicarágua	16	46.886,92
Namíbia	16	23.226,66
São Vicente e Granadinas	15	121.016,14
Cabo Verde	15	15.307,16
Líbia	13	13.791,66
Bermudas	13	8.580,08
Índia	12	39.578,86
África do Sul	12	16.874,89
Jamaica	12	16.816,43
Panamá	11	37.715,96
Togo	10	14.173,82
Santa Lúcia	10	8.947,85
Nicarágua	10	6.984,43
Turquia	9	37.245,88
Porto Rico	9	13.004,73
Camarões	9	7.424,36
Burquina Fasso	9	5.734,53
Guiana Francesa	9	4.544,33
Jordânia	8	25.097,49
Argélia	8	14.813,87

(Continua)

(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de interações	Valor gasto em interações (R\$)
Palestina	8	10.415,34
Irã	7	30.545,25
Benim	7	16.124,41
Martinica	7	10.164,48
República Democrática do Congo	7	4.592,68
Zimbábue	7	7.529,23
Omã	6	16.801,06
Burundi	6	15.490,23
Iraque	6	4.878,07
Arábia Saudita	6	4.163,62
Lituânia	6	3.404,80
Chade	6	2.849,63
El Salvador	5	12.458,30
Quênia	5	12.214,28
Somália	5	7.365,41
Laos	5	4.726,82
Macau	4	14.795,22
Botsuana	4	13.902,48
Ruanda	4	8.038,97
Lesoto	4	4.907,71
Aruba	4	4.134,14
Guiné Equatorial	4	3.784,62
Iêmen	4	3.363,73
Saara Ocidental	4	3.312,61
Maldivas	4	3.075,83
Zâmbia	4	2.708,18
Níger	4	2.631,25
Zaire	3	34.893,79
Libéria	3	7.305,91
Sri Lanka	3	6.774,92
Butão	3	5.740,33
Papua-Nova Guiné	3	3.785,73
Uzbequistão	3	1.845,65
República Centro-Africana	3	1.634,95
Mauritânia	3	676,32
Serra Leoa	3	485,65
Emirados Árabes Unidos	2	15.666,15

(Continua)

(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de internações	Valor gasto em internações (R\$)
Tailândia	2	13.459,60
Tanzânia	2	4.070,04
Chipre	2	2.431,92
Vietnã	2	2.229,08
Tuvalu	2	2.064,73
Hong Kong	2	1.727,98
Tunísia	2	1.568,22
Madagascar	2	1.503,58
Nepal	2	1.409,04
Letônia	2	1.366,48
Armênia	2	1.327,18
Azerbaijão	1	9.716,50
Tadjiquistão	1	2.930,21
Sudão	1	1.800,44
Samoa	1	1.547,44
Tonga	1	1.500,00
Nguane	1	1.500,00
Mali	1	1.313,74
Mianmar	1	1.208,25
Malásia	1	790,50
São Tomé e Príncipe	1	719,78
Nauru	1	711,77
Vanuatu	1	636,96
Maurício	1	463,21
São Cristóvão	1	414,62
Fiji	1	336,34
Indonésia	1	179,62
Catar	1	55,27

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde (SIH/MS). Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/acesso-a-informacao/producao-hospitalar-sih-sus>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Elaboração dos autores.

# UMA VISÃO GERAL DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2021

## 1 INTRODUÇÃO

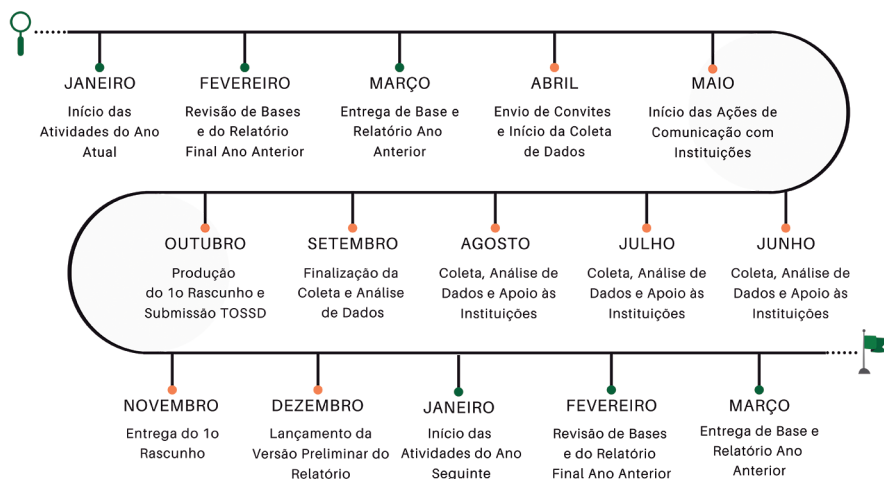
Para além das mudanças já comentadas no capítulo 1 deste livro, que permitiram a consolidação e uma mínima estrutura metodológica perene, o novo ciclo 2021-2024 da pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) também trouxe uma série de inovações no plano de pesquisa e no plano de coleta de dados. Tais inovações possibilitaram, por exemplo, o mapeamento e a consulta de todos os atores dos três poderes nas esferas federal e estadual na pesquisa Cobradi 2021, aproximando-a de um censo brasileiro em cooperação internacional nesses níveis da Federação. Igualmente, a intensificação do uso de ferramentas digitais para a coleta de dados permitiu impor mais agilidade no contato com as instituições participantes, esclarecer celeremente dúvidas e questionamentos, além de apoiar a disseminação de materiais de apoio e educacionais relacionados à pesquisa.

O passo inicial para a elaboração do plano de pesquisa e do plano de coleta de dados foi a definição das etapas para cada ano do ciclo 2021-2024. Os três primeiros meses de cada ano são reservados para as atividades de planejamento e preparação de materiais para a pesquisa do ano corrente, além do encaminhamento da versão final do relatório e da base de dados do ano anterior. O mês de abril é marcado pelo envio de convites a todas as instituições que constituem o público-alvo da pesquisa, além de representar o início formal do processo de coleta de dados para o ano corrente. O período de maio a setembro é utilizado para o apoio direto às instituições participantes, seja em atividades de divulgação interna ou local (por exemplo, seminários e palestras), seja para questões metodológicas ou de estrutura de dados. Os meses de outubro e novembro são reservados para a finalização da análise de dados, a preparação do primeiro rascunho e a construção de base de dados própria para envio ao secretariado da Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD). Por fim, dezembro é marcado pelo envio formal da base de dados brasileira ao secretariado da TOSSD, na primeira semana, e pelo lançamento do relatório preliminar da pesquisa Cobradi, na segunda semana. O cronograma completo da pesquisa pode ser visualizado na figura 1.



É importante salientar que a pesquisa Cobradi 2021 também será fonte de dados para o envio à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a fim de se fortalecer a estratégia de quantificação da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento. A estratégia ainda se encontra em fase piloto, e os dados brasileiros utilizados no piloto serão aqueles levantados pela pesquisa Cobradi 2019-2020.

**FIGURA 1**  
**Cronograma anual da pesquisa Cobradi**



Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No que diz respeito ao plano de pesquisa, o primeiro ano do ciclo 2021-2024 trouxe consigo alguns desafios. Em relação à definição das principais variáveis para as quais os dados seriam coletados, foi preciso um esforço adicional da equipe da pesquisa Cobradi para conciliar a metodologia própria utilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as novas instruções metodológicas submetidas pelo secretariado da TOSSD e a necessidade de coleta de descrições mais detalhadas sobre os projetos de cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento, a fim de compor o estudo-piloto do Brasil para envio à UNCTAD. Tais atividades de calibragem do plano de pesquisa se estenderiam até meados de maio de 2022. Igualmente, o próprio secretariado da TOSSD viria a compartilhar as suas instruções finais para envio de dados somente em 11 de maio de 2022. Por fim, ainda havia o desafio de construir uma base de dados com os contatos das mais de duzentas instituições federais e 27 Unidades da Federação (UFs), de forma que o convite para a pesquisa e as demais ações de apoio pudessem ser implementados.

O processo mais simples entre os três desafios que se apresentaram para o plano de coleta de dados foi o desenvolvimento da visão da pesquisa para o novo ciclo 2021-2024 da Cobradi, reflexão que foi consolidada em publicação específica do próprio Ipea (Schleicher e Barros, 2022). Nesse ciclo, inaugura-se a coleta simultânea de dados em bases federais, bem como as submissões diretas pelas instituições participantes, para a construção da base de dados da pesquisa Cobradi. Em outras palavras, verificam-se uma estratégia baseada em ciência de dados e outra baseada na tradicional pesquisa do tipo *survey*, já implementada pelo Ipea, desde 2010, no âmbito da Cobradi. Por seu turno, o envio tardio das instruções pelo secretariado da TOSSD, em 11 de maio de 2022, de fato contribuiu para o atraso no desenvolvimento dos principais instrumentos da pesquisa 2021, que só puderam ter versões finais no fim de maio de 2022. Por fim, e por conta da desatualização completa dos dados e dos canais de comunicação das áreas internacionais da maioria dos órgãos federais em bases de dados públicas, o processo de levantamento e atualização da lista de contatos tomou cerca de 45 dias. Por essas razões, o plano de pesquisa completo só ficaria pronto em 3 de junho de 2022.

Em relação ao plano de coleta de dados, e por ser o ano de 2021 o primeiro do ciclo 2021-2024, todos os instrumentos de coleta e apoio às instituições participantes foram desenvolvidos de forma original. No plano de coleta de dados, três instrumentos foram centrais para apoiar as instituições: i) uma planilha com programação em *visual basic*, que permitiu o preenchimento de cada iniciativa de forma guiada; ii) um guia de orientações completo, que apoiou o preenchimento da planilha de dados enquanto repassava conhecimentos centrais sobre a metodologia da pesquisa; e iii) um vídeo tutorial de 15 minutos com o passo a passo do preenchimento da planilha de dados. Para que a estratégia de coleta tivesse sucesso, um sítio eletrônico exclusivo foi criado no domínio do Ipea em 1º de junho de 2022, com todos os recursos necessários para a pesquisa, além dos relatórios e das bases de dados das edições anteriores.<sup>1</sup>

Em 9 de junho de 2022, todos os convites de participação na pesquisa foram encaminhados aos dirigentes de 207 instituições federais e estaduais e aos gabinetes dos governadores das 27 UFs, via ofício assinado pelo presidente do Ipea. A partir do ofício-convite, a estratégia no plano de coleta de dados se dividiu em duas partes. A primeira envolveu reforços quinzenais de envio de *e-mails* a todas as áreas internacionais das instituições federais, bem como às casas civis das instituições estaduais. A segunda parte consistiu em duas rodadas gerais de ligações telefônicas a todas as instituições participantes, uma em agosto e outra em setembro de 2022. Durante a pesquisa, e considerando o fato de o número de instituições de ensino superior (IES), técnico e tecnológico ultrapassar uma centena, o Ipea contou com

---

1. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>.

o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif).

Em relação às datas, estabeleceu-se 30 de setembro de 2022 como o primeiro prazo de envio pelas instituições participantes. Fosse pelas novidades metodológicas, fosse pelo ineditismo da participação da maioria das instituições na pesquisa, como no caso das universidades públicas e dos institutos federais, por exemplo, o prazo geral foi estendido para 31 de outubro de 2022. Com o apoio da Andifes e do Conif, e no caso das IES, dos institutos federais, dos centros federais de educação tecnológica (Cefets) e do Colégio Pedro II, combinou-se o prazo diferenciado de 11 de novembro de 2022 para envio. Igualmente, e após pedido de várias instituições federais, a equipe da Cobradi decidiu aceitar dados tardios enviados até 31 de dezembro de 2022 para compor o relatório final. Com efeito, os prazos alargados e a ampliação da população de interesse da pesquisa Cobradi 2021 implicaram necessariamente que poderia existir diferença na base de dados que compôs o relatório preliminar e aquela que compõe este relatório final, em virtude das instituições que submeteram dados até o prazo final de 31 de dezembro de 2022.

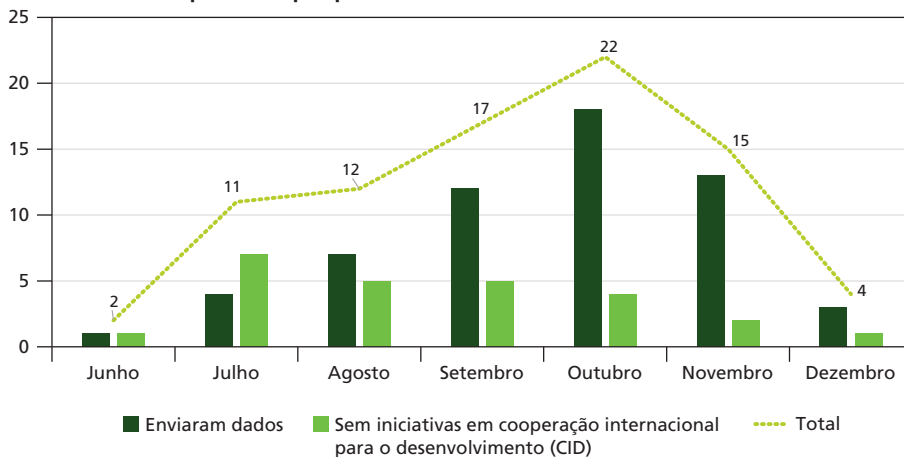
Até 31 de dezembro de 2022, prazo final para integrar a análise do relatório, a equipe da pesquisa Cobradi recebeu 83 respostas ao convite original enviado pelo presidente do Ipea em 9 de junho de 2022. Desse total, 25 instituições informaram que não tiveram iniciativas em 2021 no escopo da mencionada pesquisa. Das 58 instituições que submeteram informações, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) apresentou dados que estão na região de fronteira metodológica da pesquisa.<sup>2</sup> O Senado Federal e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentaram iniciativas importantes, mas sem o nível de detalhamento necessário para a análise.

O gráfico 1 apresenta o fluxo de recebimento de respostas das instituições federais e estaduais durante o período compreendido entre 9 de junho e 31 de dezembro de 2022. O gráfico demonstra claramente a importância de outras ações de reforço a partir de agosto de 2022, que foram além do envio de ofícios e *e-mails*, como rodadas de ligações telefônicas, videochamadas e pequenos seminários internos com grupos de instituições.

---

2. Consultar a seção 5 do capítulo 1.

GRÁFICO 1  
Fluxo de respostas na pesquisa Cobradi 2021



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Além disso, a análise dos dados oriundos do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), do Ministério da Saúde (MS), permitiu a inclusão de 24 novas instituições federais. Portanto, *a amostra final deste relatório é composta por dados de 82 instituições (58 oriundas de envio direto e 24 provenientes das atividades de análise de dados em bases federais).*

De forma inédita, a pesquisa Cobradi apresenta um capítulo com a visão geral dos dados coletados, desagregados pelas principais variáveis da pesquisa: i) instituição responsável; ii) objetivos e metas de desenvolvimento sustentável; iii) setor econômico-industrial relacionado à iniciativa; iv) modalidades de cooperação internacional; e v) arranjos e canais de cooperação internacional. O desempenho em cada uma dessas variáveis é apresentado em relação a quatro métricas centrais, duas ligadas à monetização e duas ligadas à quantificação/contagem. Em relação à monetização, computam-se os valores em reais referentes aos gastos diretos (desembolsos diretos informados pelas instituições e valores – pagos em 2021 – identificados nas bases de dados do Siafi e do SIH) e aos gastos indiretos (valores referentes a horas técnicas de trabalho de agentes públicos ligados à iniciativa de cooperação). Em relação à quantificação/contagem, são computados o número de iniciativas de cooperação para cada variável e o número total de horas técnicas dedicadas à variável analisada.

Antes de comentar o desempenho da CID brasileira, a partir das cinco variáveis selecionadas, é fundamental apresentar uma definição concisa de cada uma delas. Tais definições são as mesmas apresentadas para as instituições participantes da pesquisa e integram o corpo do guia de orientações da pesquisa Cobradi 2021, conforme a seguir.

- **Instituição responsável:** é a instituição que financia o projeto. Na quase totalidade dos casos para a pesquisa 2021, a instituição responsável pertence ao governo federal ou estadual. Exceções pontuais ocorrem quando a instituição pública federal ou estadual é o canal e contribui apenas com as horas técnicas dos agentes públicos envolvidos na iniciativa.
- **Objetivos e metas de desenvolvimento sustentável:** são exatamente aqueles listados na estratégia global de desenvolvimento encarnada na Agenda 2030. Uma ponderação importante é a forma de classificação de cada iniciativa por Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e meta. Para a pesquisa Cobradi, optou-se por uma estrutura que permitisse a inclusão de até três ODS por iniciativa de cooperação, e cada ODS poderia incluir até três metas. Todavia, o modo ordenado de apresentação das escolhas para as instituições participantes (1º, 2º e 3º ODS) permitiu inferir que o primeiro ODS e que as metas escolhidas para a iniciativa teriam precedência sobre as demais opções. Além disso, e para os casos em que os gastos diretos tiveram origem na base do Siafi ou do SIH, a classificação foi feita pela equipe da Cobradi mediante as informações disponíveis na descrição da iniciativa. Para gastos com organismos multilaterais, por exemplo, a associação entre ODS e gasto se fundamentou na missão da organização multilateral.
- **Setor econômico e industrial:** é a atividade econômico-industrial mais próxima da iniciativa de cooperação para o desenvolvimento. Analogamente aos ODS e às metas, as classificações foram ordenadas em 1ª, 2ª e 3ª opção pelas instituições participantes. Para os dados oriundos do Siafi e do SIH, a classificação foi feita pela equipe da Cobradi.
- **Modalidades de cooperação internacional:** são o coração da pesquisa Cobradi por excelência, representando as “categorias” de CID. Na pesquisa Cobradi 2021, as modalidades são compostas por dez opções e mais de 26 subitens à escolha das instituições. Novamente, para os gastos oriundos do Siafi e do SIH, a classificação foi feita pela equipe da Cobradi.
- **Arranjos de cooperação internacional:** são os “esquemas” de cooperação entre países e organizações. O foco da pesquisa Cobradi 2021 são as operações Sul-Sul bilateral e trilateral, bem como as parcerias horizontais entre o Brasil e os países desenvolvidos (cooperação Sul-Norte).

- Canal: é essencialmente a instituição ou grupo de instituições que implementam a iniciativa de CID.

Finalmente, outra diferenciação importante diz respeito às estimativas ligadas a horas técnicas e aos valores a elas associados. Ao contrário dos gastos diretos, que representam desembolsos da instituição para a iniciativa de cooperação, os gastos indiretos têm como origem a estimativa das horas técnicas dedicadas por agentes públicos a uma iniciativa de cooperação. Visando apoiar as instituições participantes no processo de coleta de dados, o Ipea propôs uma divisão de trabalho com os seus parceiros. Com base nos dados e nas modalidades de afastamento disponíveis para 2021 no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), a equipe da Cobradi calculou o valor médio da hora técnica para 2021, estimado em R\$ 123,60. Às instituições participantes coube apenas estimar as horas dedicadas pelos servidores às atividades e às iniciativas de CID.

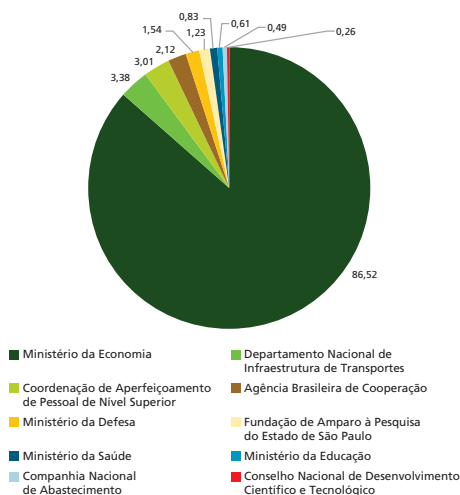
## 2 INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS PELA CID

Antes de iniciar a análise de dados com foco nas instituições participantes, é necessário esclarecer uma peculiaridade da pesquisa Cobradi 2021, que possui grande relevância para a tendência dos dados: a integralização de cota de capital brasileira ao Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB). De acordo com dados extraídos do Siafi, o Ministério da Economia (ME) destinou um total de R\$ 3,452 bilhões ao NDB em 2021. Observando-se as demais iniciativas que compõem a base de dados da pesquisa Cobradi 2021, não há valor que se aproxime da contribuição ao NDB, fato que o caracteriza como um valor desviante na série de dados. Valores desviantes são conhecidos por contaminar as análises, enviesando qualquer discussão possível sobre as características e as tendências das informações. A título de exemplo, em 2021 apenas a contribuição brasileira ao NDB foi maior que qualquer valor individual da série histórica da pesquisa Cobradi desde 2005. O gráfico 2 demonstra visualmente a desproporção do ME, diante das demais instituições, em virtude da contribuição ao NDB.

## GRÁFICO 2

**Distribuição do gasto total em CID por instituição responsável: dez primeiras instituições (2021)**

(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: 1. Inclui integralização de cota de capital ao NDB.

2. DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; MD – Ministério da Defesa; Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; MEC – Ministério da Educação; ABC – Agência Brasileira de Cooperação; CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Embrapii – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial; e Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

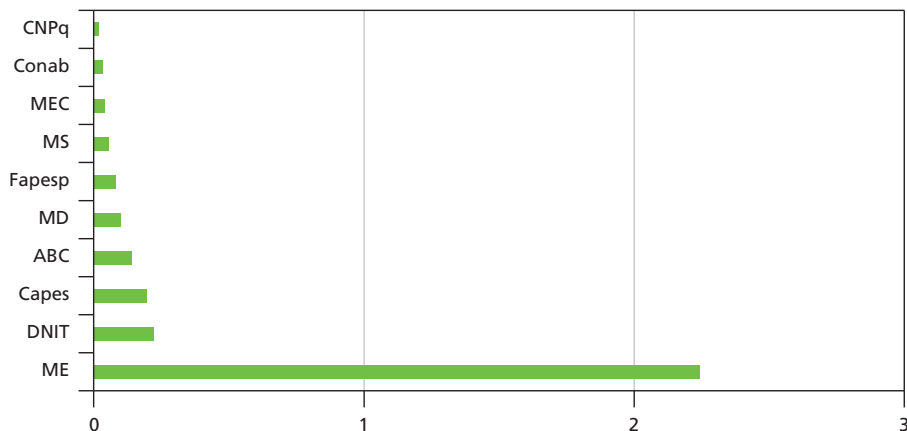
A forma mais indicada para evitar viés na análise é a exclusão do valor da série de dados, seguida da análise em separado do valor aberrante. Por conseguinte, as análises de dados apresentadas nos capítulos 2 e 3 deste livro não incluem a contribuição brasileira ao NDB. Além disso, uma breve discussão sobre a participação brasileira na modalidade B, em 2021, é apresentada na seção 2 do capítulo 3. Por fim, os anexos de B a F deste livro trazem cinco tabelas em que é possível apreciar os valores totais desagregados pelas cinco principais variáveis (instituição responsável, ODS etc.), incluída a contribuição ao NDB. Particularmente, o anexo B apresenta os resultados para cada uma das instituições que compõem a base de dados deste livro.

Excluído o valor referente ao NDB, o gasto total em 2021 alcança R\$ 3,197 bilhões, e 98% dos gastos registrados estão concentrados em apenas dez instituições (gráfico 3). A proporção dos gastos totais do ME cai para 70%, em relação ao gasto total da Cobradi 2021, em comparação aos quase 90%, quando se considera a contribuição ao NDB. O DNIT figura em segundo lugar, com 7% dos gastos totais, em virtude de uma iniciativa de cooperação na área de infraestrutura na região de fronteira entre Brasil e Argentina. Em terceiro, e por razões distintas das anteriores,

encontra-se a Capes, cujo gasto representou 6% do total com CID em 2021, majoritariamente composto por bolsas concedidas a estudantes estrangeiros no Brasil e a brasileiros no exterior.

**GRÁFICO 3**

**Gasto total em CID por instituição responsável: dez principais instituições (2021)**  
(Em R\$ 1 milhão)



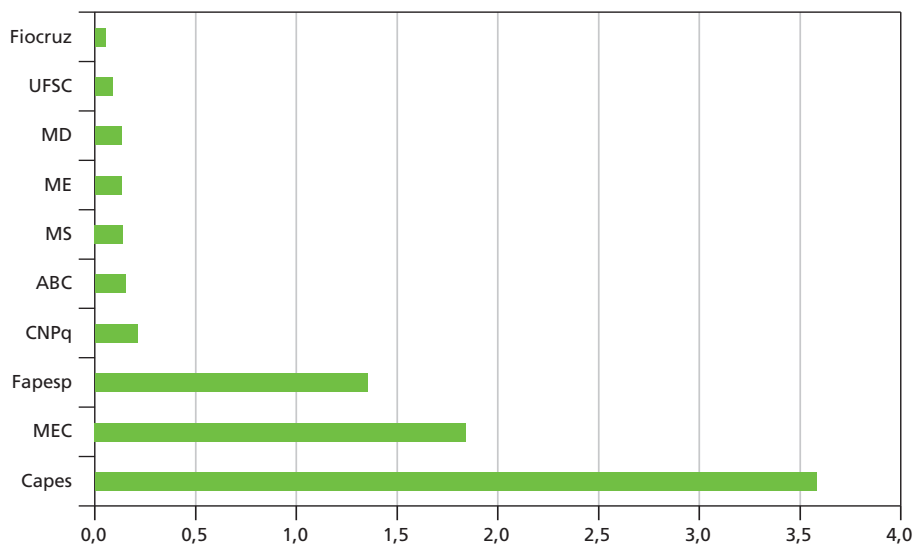
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores  
Obs.: Conab – Companhia Nacional de Abastecimento.

Radicalmente diferente do ordenamento das instituições pelo gasto total é a lista das primeiras instituições a partir do número de iniciativas de CID implementadas em 2021. Ainda que o critério “número de iniciativas” possa trazer algum viés, em razão de abarcar desde bolsas individuais até programas de cooperação com outros países, é importante mencionar que o recorte por “iniciativa” representa uma ação distinta e separada no processo administrativo das instituições. Por essa razão, não é de se estranhar que a Capes figure em primeiro lugar na lista das dez primeiras instituições, com 3.583 bolsas implementadas em 2021, o que representa 44% do total de iniciativas. Analogamente, o MEC aparece em segundo lugar, com 1.842 iniciativas (23% do total), em sua maioria pela inclusão dos dados do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e do custeio de matrículas para estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação em IES brasileiras, conforme discutido na seção 3 deste capítulo.



## GRÁFICO 4

Número de iniciativas em CID por instituição responsável: dez principais instituições (2021)  
(Em 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

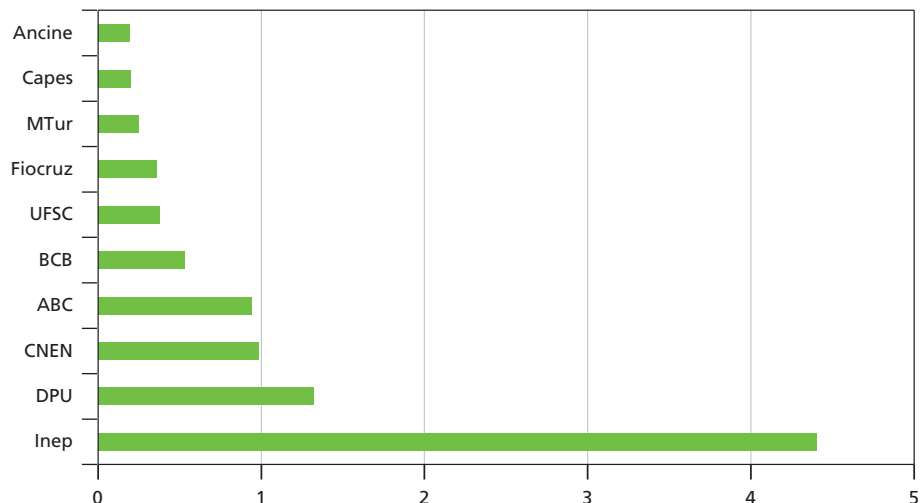
Elaboração dos autores

Obs.: Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz; e UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.

Uma das inovações da pesquisa Cobradi 2021 foi trazer a estimativa de gastos indiretos para as iniciativas brasileiras de CID. A partir de 2021, passa a ser possível a identificação do número de horas técnicas e o gasto total equivalente para qualquer uma das cinco principais variáveis da pesquisa. Sabe-se que o gasto com horas técnicas está majoritariamente concentrado em duas modalidades de cooperação internacional: cooperação técnica; e pesquisa e desenvolvimento. Logo, não é de admirar que a lista das dez principais instituições que mais gastaram com horas técnicas, ilustrada no gráfico 5, inclua oito instituições em áreas altamente especializadas de políticas públicas – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Arquivo Nacional, Banco Central do Brasil (BCB), Fiocruz, Inep, Instituto Nacional de Câncer (Inca), Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e ABC; e tampouco surpreende que a ABC figure como a quarta na lista, uma vez que essa agência é a maior coordenadora de esforços de cooperação técnica. A novidade no topo da lista ficaria em relação à Defensoria Pública da União (DPU), cujo empenho dos profissionais esteve essencialmente ligado à defesa de direitos da população refugiada, de migrantes e demais pessoas protegidas pelo governo brasileiro. Igualmente, a UFSC aparece como representante das horas técnicas dedicadas por cientistas brasileiros a atividades internacionais de pesquisa.

**GRÁFICO 5**

**Gasto total com horas técnicas em CID por instituição responsável: dez principais instituições (2021)**  
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

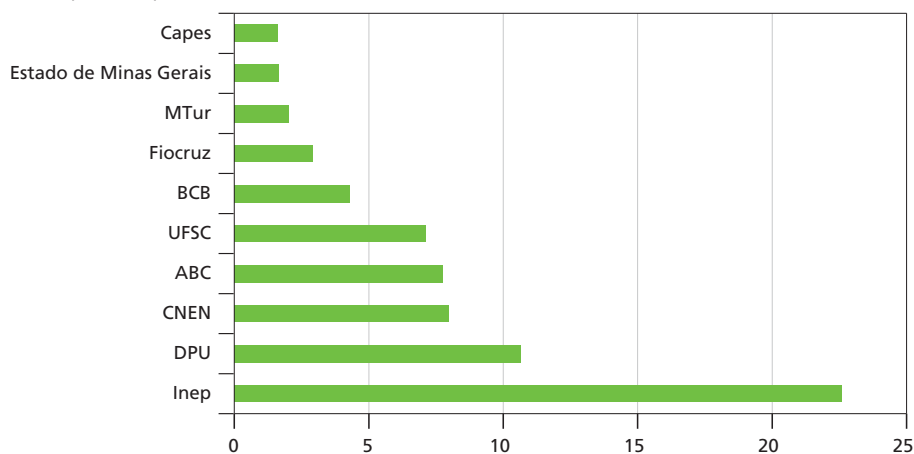
Elaboração dos autores

Obs.: Ancine – Agência Nacional do Cinema; e MTur – Ministério do Turismo.

Ao contrário da comparação entre os gráficos de gasto com o número de iniciativas de CID, há diferença essencialmente na ordem de instituições em relação ao gasto e ao número de horas técnicas. Ilustrada pelo gráfico 6, parece que a pouca diferença se deve tanto ao fato de o empenho de horas técnicas estar razoavelmente concentrado em poucas instituições que prestam cooperação técnica quanto à padronização do valor médio da hora técnica calculado pelo Ipea para 2021. O Inep, a DPU e a CNEN concentraram cerca de 60% das horas técnicas entre as dez primeiras instituições, representando um total de 41.245 horas técnicas em suas iniciativas. Fechando a lista das cinco primeiras instituições exibidas no gráfico 6, a ABC e o BCB representaram 18% do total de horas técnicas.

## GRÁFICO 6

Número de horas técnicas em CID por instituição responsável: dez principais instituições (2021)  
(Em 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 3 OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Resta pouca dúvida de que um dos principais resultados da pesquisa Cobradi 2021 foi a efetiva classificação de todas as iniciativas de CID, com ao menos um ODS e uma meta relacionada a esse ODS. Aprendendo tanto com as dificuldades de classificação, ao longo da pesquisa Cobradi 2019-2020, quanto com as discussões levadas a cabo nas reuniões da força-tarefa da TOSSD, a equipe da pesquisa percebeu que a única forma de garantir uma segmentação efetiva de dados por ODS e metas para 2021 seria aquela em que as instituições fossem obrigadas a elencar ou priorizar os objetivos relacionados a cada uma de suas iniciativas. A experiência com a estrutura flexível da metodologia TOSSD deixou cristalino o entendimento de que as instituições participantes brasileiras não poderiam escolher ODS e metas nas quantidades que julgassem apropriadas. Se assim o fosse, o resultado seria inevitavelmente o excesso de classificações, tal como visto no ciclo 2019-2020, dado que muitas iniciativas de CID são multissetoriais e multidimensionais.

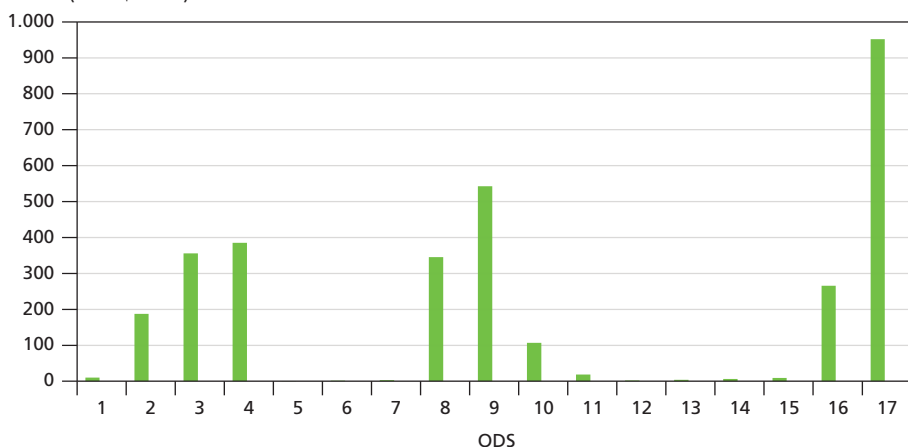
Ao contrário dos demais países que coletam dados para envio à TOSSD, a equipe da pesquisa Cobradi resolveu limitar a três a escolha dos ODS e, da mesma forma, um máximo de três metas para cada ODS escolhido. Mesmo considerando essa limitação, a equipe percebeu, durante os testes do questionário, que a dificuldade de estimar o gasto por ODS e meta persistia, pois o gasto relacionado a uma iniciativa poderia contribuir simultaneamente para três ODS e nove metas. Com o intuito de resolver o problema, a equipe propôs uma escolha de curso forçado

para as instituições participantes, que deveriam obrigatoriamente elencar os ODS em “primeiro”, “segundo” e “terceiro” lugar.

Tal inovação metodológica é essencialmente o que permite afirmar que o primeiro ODS e as primeiras três metas a ele associadas são preponderantes em relação às demais. Além disso, e como comentado, a equipe da Cobradi garantiu que todas as 8.057 iniciativas de cooperação tivessem ao menos um ODS e uma meta associada, no intuito de fortalecer a estratégia de usar os ODS/metras como um caminho efetivo para segmentar os dados. O resultado desse esforço é apresentado a seguir, em uma análise essencialmente focada no primeiro ODS escolhido e nas metas a ele associadas pelas instituições participantes. Antes de prosseguir, é oportuno mencionar que 120 iniciativas (1,49% do total) apresentaram classificação em um segundo ODS; e 39 iniciativas (0,48% do total), em um terceiro ODS.

Em relação ao gasto total segmentado pelo primeiro ODS escolhido, o gráfico 7 sugere uma tendência claramente discernível de concentração em três grupos de ODS: i) ODS 2, ODS 3 e ODS 4; ii) ODS 8, ODS 9 e ODS 10; e iii) ODS 16 e ODS 17. De fato, não é irrazoável que os gastos estejam concentrados em torno desses três grupos, pois eles possuem claramente temáticas muito similares. No primeiro grupo, ligado à temática de pobreza, educação e saúde, o gasto conjunto das iniciativas associadas alcançou R\$ 928.822.388,47. O segundo grupo, associado às temáticas de crescimento econômico, infraestrutura e desigualdade, representou gasto combinado de R\$ 994.969.258,14. Por fim, o terceiro grupo, que materializa as questões de fortalecimento institucional, justiça e parceria global, teve o gasto total combinado mais alto entre os três grupos, alcançando R\$ 1.217.409.626,01.

**GRÁFICO 7**  
**Gasto total em CID pelo primeiro ODS (2021)**  
 (Em R\$ 1 mil)



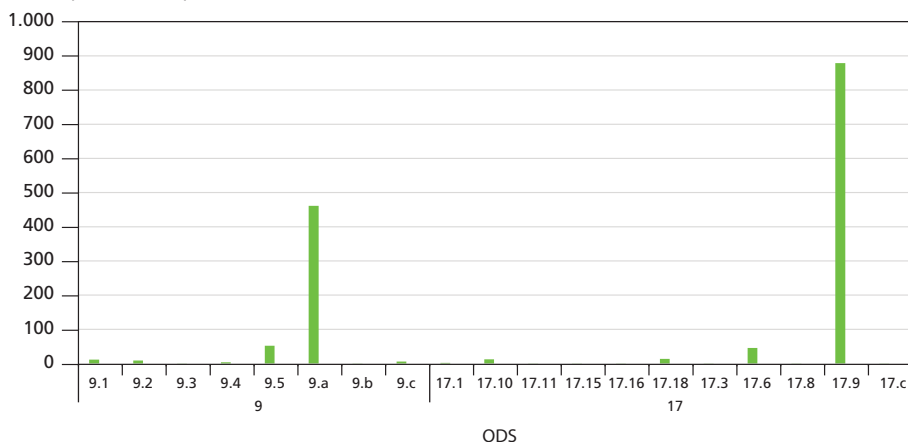
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

A fim de se entender melhor o comportamento das metas, optou-se por explorar apenas os dois ODS com os maiores níveis de gastos. De fato, o valor combinado dos ODS 9 e 17 alcança 46% do gasto total com CID em 2021. Quando desagregados ambos os ODS para as metas a eles associadas, percebe-se alta concentração nas metas 9.a e 17.9. Essas metas estão basicamente ligadas ao desenvolvimento de infraestrutura e ao apoio em capacitação para países em desenvolvimento, concentrando um total de R\$ 461.055.510,45 e R\$ 878.677.984,70, respectivamente. A tendência de concentração dos gastos em apenas duas metas ligadas ao ODS 9 e ao ODS 17 pode ser visualizada no gráfico 8.

### GRÁFICO 8

#### Gasto total em CID por primeira meta de ODS (2021)

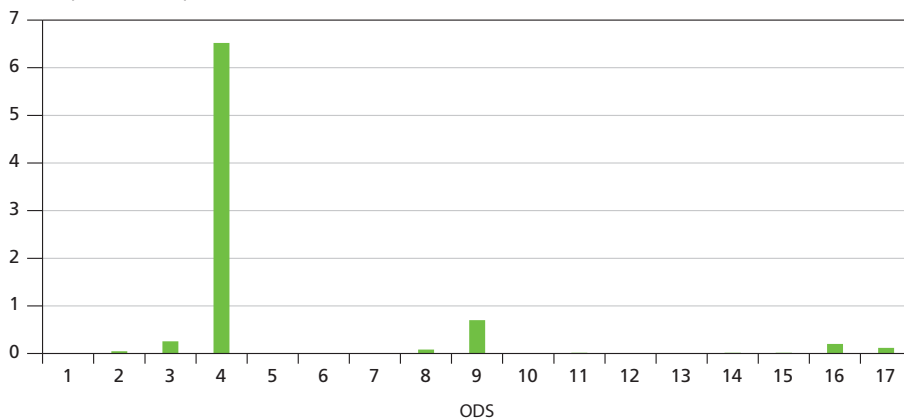
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

De forma similar ao caso apresentado na seção anterior, há considerável diferença entre as tendências de gasto total e o número total de iniciativas para os ODS. O gráfico 9 ilustra claramente o fato de a maioria das iniciativas da pesquisa Cobradi 2021 estar relacionada à educação superior, técnica e tecnológica. Na verdade, considerando-se esse contexto, a concentração em torno do ODS 4 aparece como inevitável. Uma tendência mais consistente entre gastos e número de iniciativas refere-se ao ODS 9, que figura em segundo lugar tanto em concentração de gastos totais como em número de iniciativas de CID em 2021.

**GRÁFICO 9**  
**Número de iniciativas em CID por primeiro ODS (2021)**  
 (Em R\$ 1 mil)

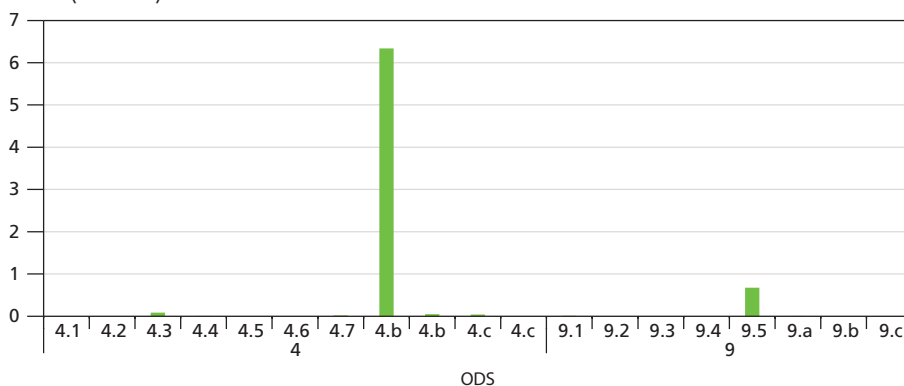


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

Desagregando o ODS 4 e o ODS 9 a partir das metas a eles associadas, novamente se percebe a concentração de iniciativas em apenas duas metas. No caso do ODS 4, a meta 4.b seria representativa da quantidade de bolsas e auxílios oferecidos pela Capes, pelo CNPq, pela Fapesp, pela Fiocruz e pelo MEC a estudantes estrangeiros no Brasil e a estudantes brasileiros no exterior, pois a meta está exatamente associada ao apoio para o aumento de bolsas de estudo direcionadas aos países em desenvolvimento. No caso do ODS 9, e diferentemente da tendência encontrada para os gastos, a concentração em termos de número de iniciativas se deu em torno da meta 9.5, e não da meta 9.a. Sabendo-se que a meta 9.5 se vincula ao fortalecimento de capacidades científicas, pesquisa e desenvolvimento, vê-se uma tendência consistente com o fato de a maioria das iniciativas de CID mapeadas na pesquisa Cobradi 2021 se encontrarem na área de educação superior, pesquisa e desenvolvimento. O gráfico 10 ilustra a discussão sobre a concentração das iniciativas em torno das metas 4.b e 9.5.

GRÁFICO 10

Número de iniciativas em CID por meta de ODS (2021)  
(Em 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

#### 4 SETOR ECONÔMICO-INDUSTRIAL

Ainda que não seja uma novidade na pesquisa Cobradi, a efetiva implementação da Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas (ISIC) na pesquisa 2021 foi consideravelmente diferente daquela utilizada nas seis edições anteriores. Historicamente, a pesquisa sempre optou por utilizar a classificação ISIC das Nações Unidas para associar as atividades de CID ao setor econômico-industrial mais próximo a que elas se referem. Atualmente o Brasil é o único país integrante da força-tarefa da TOSSD que utiliza essa classificação. Entretanto, embora a utilização dos códigos ISIC tenha longa história na pesquisa Cobradi, a vasta lista de opções sempre foi um desafio para as instituições participantes, o que impactava diretamente a correta classificação das iniciativas. A inconsistência na classificação do setor econômico-industrial ficou ainda mais candente com os resultados da edição de 2019-2020, os quais apontaram desde incongruências até alta porcentagem de iniciativas sem classificação.

Na edição de 2021, optou-se por implementar melhorias em duas frentes. A primeira foi a já discutida padronização de ferramentas e materiais de apoio para as instituições participantes, o que contribuiu diretamente para o expressivo número de respostas. A segunda se vincula à obrigatoriedade de classificação forçada para elencar os três setores mais importantes relacionados a cada iniciativa. Da mesma forma que ocorre com os ODS e com as metas de ODS, é imprescindível que haja ao menos um setor econômico-industrial associado a uma iniciativa. Na ocasião de existirem dois ou três setores apontados, as instituições tiveram de indicar qual desses setores seria o mais importante. A obrigatoriedade de ordenar os setores escolhidos por importância (“primeiro”, “segundo” e “terceiro”) garantiria a possibilidade de estimar o nível de gastos diretos e indiretos, bem como o número de iniciativas associadas a grupos

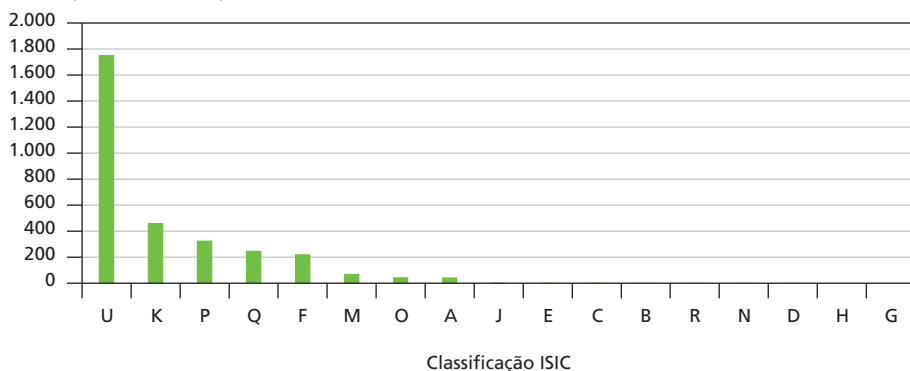
de setores. Como mínimo denominador comum, orientou-se que as instituições participantes se esforçassem para classificar o setor econômico – com o maior detalhamento possível – de acordo com os códigos ISIC, compostos por uma letra (setor) e até quatro números (detalhamento no setor escolhido).

Como resultado do esforço das instituições participantes, cada uma das 8.056 iniciativas mapeadas recebeu ao menos uma única classificação por setor econômico-industrial. Além disso, 46 iniciativas (0,57% do total) receberam uma segunda e/ou terceira classificação de setor. O gráfico 11 apresenta o gasto total para a primeira classificação de setor econômico-industrial. Alinhado ao que será discutido na próxima seção sobre o volume de gastos brasileiros com contribuições obrigatórias e voluntárias a organizações multilaterais, o setor “U9900 – Atividades de organizações e órgãos extraterritoriais” é o mais representativo do gasto total em 2021, alcançando o valor absoluto de R\$ 1.753.916.501,60 (55% do gasto total). O segundo setor com maior volume de gastos é o “K – Atividades financeiras e de seguros”, que alcançou o valor absoluto de R\$ 463.036.018 (14% do gasto total em 2021).

Embora pareça contraintuitivo o volume elevado de serviços financeiros (setor “K”) como atividade da cooperação prestada pelo Brasil, a maior parte dessas atividades (cerca de 99,53%) concentra-se em apenas cinco integralizações de cota de capital em bancos de desenvolvimento e fundos multilaterais. Essas instituições incluem a Corporação Andina de Fomento, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, a Corporação Interamericana de Investimentos, o Banco de Desenvolvimento do Caribe e o Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. É essencial ressaltar que a contribuição para o NDB não foi considerada nesta análise, mas seus valores também fazem parte do setor K, conforme mostrado nos anexos B a F.

GRÁFICO 11

Gasto total em CID por setor econômico: classificação ISIC (2021)  
(Em R\$ 1 milhão)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

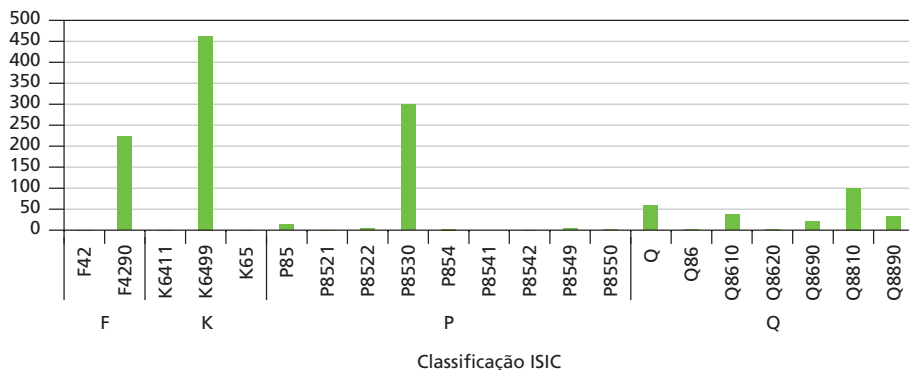


No intuito de explorar melhor os dados disponíveis, optou-se por retirar os gastos totais ligados ao setor U. Assim, construiu-se uma visualização mais detalhada para o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto setores com maior volume de gastos, de acordo com as iniciativas que possuíam maior nível de detalhamento no setor escolhido. No setor “F – Construção”, os gastos se concentraram essencialmente em “F4290 – Construção de outros projetos de engenharia civil” (R\$ 222.594.390,00), em grande medida devido aos projetos de cooperação em infraestrutura coordenados pelo DNIT. No setor K, o gasto total de R\$ 462.530.068,13 concentrou-se em “K6499 – Outras atividades de serviços financeiros, exceto atividades de seguros e fundos de pensões, não especificadas”. Conforme comentado, oito das nove iniciativas que compõem essa categoria se referem a contribuições obrigatórias e voluntárias a instituições financeiras internacionais, bancos de desenvolvimento e fundos internacionais.

Por sua vez, no setor “P – Educação”, pelas razões já discutidas nas seções anteriores deste capítulo, é consistente a concentração de R\$ 299.840.925,50 em torno da atividade “P8530 – Educação superior”. Os gastos classificados nessa categoria de setor econômico-industrial representam 6.519 iniciativas, majoritariamente compostas por bolsas e outros gastos com estudantes estrangeiros no Brasil e estudantes brasileiros no exterior, nas categorias de graduação e pós-graduação, bem como ensino técnico, tecnológico e profissional. Por fim, os gastos no setor “Q – Saúde humana e atividades de serviço social” se deram majoritariamente em “Q8810 – Atividades de serviço social sem alojamento para idosos e deficientes” (R\$ 100.053.643,07), seguidos por “Q8610 – Atividades hospitalares” (R\$ 36.833.860,72). Os valores classificados nessas categorias incluem o Programa Acolhimento Humanitário e Interiorização de Migrantes em Situação de Vulnerabilidade e Fortalecimento do Controle de Fronteiras, coordenado pelo MD, e as internações de estrangeiros realizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil e custeadas pelo MS.

### GRÁFICO 12

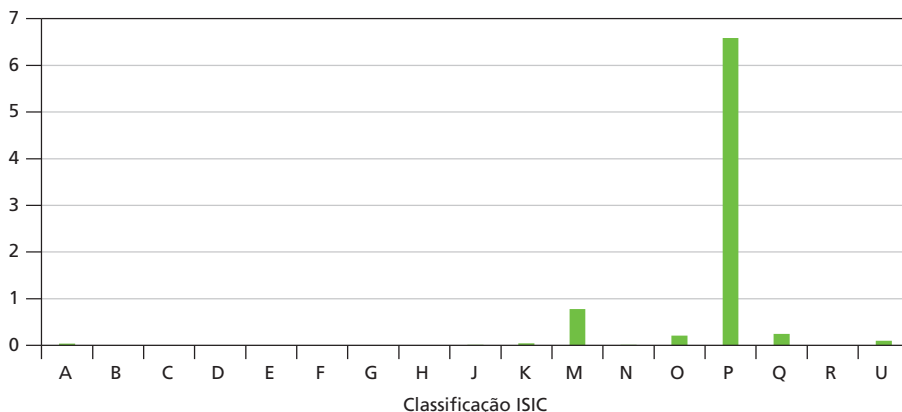
**Gasto total por setores econômicos selecionados em CID: classificação ISIC (2021)**  
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Alternando-se o critério de mensuração do gasto para o cômputo da frequência de iniciativas relacionadas aos setores econômico-industriais, novamente percebe-se uma mudança considerável na tendência dos dados. Em virtude do conceito de “iniciativa de CID” utilizado pelo relatório Cobradi, já é sabido que o número de iniciativas ligadas à categoria “P – Educação” é proporcionalmente mais elevado que qualquer outro, uma vez que é composto por grande quantidade de bolsas e auxílios individuais diversos. No conjunto de dados do gráfico 13, esse setor figura com 6.588 iniciativas. A novidade no número de iniciativas por setor ficaria por conta do setor “M – Atividades profissionais, científicas e técnicas”, que aparece com 776 iniciativas a ele associadas.

**GRÁFICO 13**  
**Número de iniciativas por setor econômico em CID: classificação ISIC (2021)**  
 (Em R\$ 1 mil)

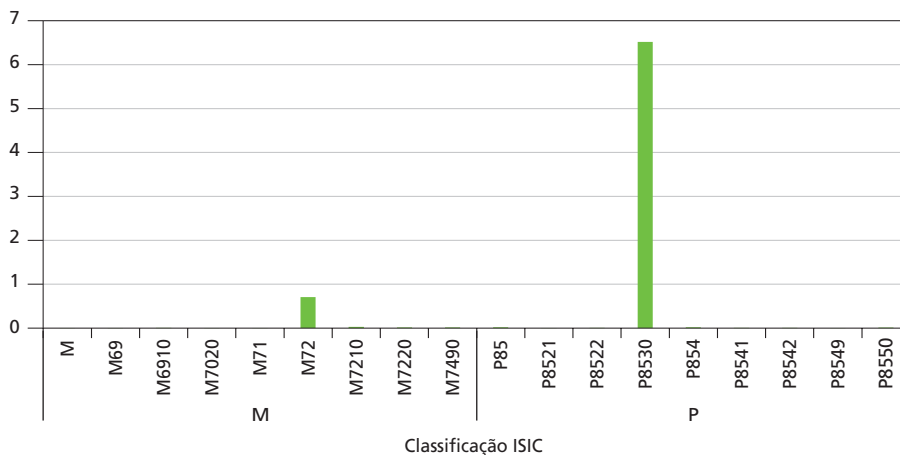


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

Buscando-se maior nível de detalhe para entendimento das atividades relacionadas aos dois principais setores econômico-industriais, em termos de número de iniciativas, elaborou-se uma nova estrutura visual, materializada no gráfico 14. Novamente, o detalhamento para o setor “P – Educação” é dominado por atividades de “P8530 – Educação superior”. No tocante ao setor “M – Atividades profissionais, científicas e técnicas”, a maior concentração ocorreu em torno de “M72 – Pesquisa e desenvolvimento científico”. A concentração pode ser explicada a partir das 643 iniciativas da Fapesp relacionadas a apoios diversos a redes internacionais de pesquisa integradas por pesquisadores e instituições brasileiras. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) também contribuiu, em menor escala, para essa tendência por meio da implementação de dez iniciativas de promoção da ciência do Brasil em fóruns internacionais diversos.

GRÁFICO 14

Número de iniciativas por detalhe de setor econômico em CID: classificação ISIC (2021)  
(Em 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## 5 MODALIDADES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As modalidades de cooperação internacional são o coração da metodologia e da pesquisa Cobradi. Elas são essencialmente o ponto de entrada de qualquer instituição na pesquisa, pois são as modalidades de cooperação ou os seus subitens que efetivamente permitem a relação mais imediata com atividades, projetos e programas levados a cabo pelas instituições. As universidades federais, por exemplo, enxergam nas modalidades E (bolsas e auxílios) e K (pesquisa e desenvolvimento) uma relação direta com as suas atividades de internacionalização, no tocante à mobilidade acadêmica/estudantil e à participação de seus pesquisadores em redes internacionais de pesquisa e inovação. De forma análoga, outras instituições, como a Conab e a DPU, passam a pensar suas agendas internacionais para além da mera cooperação técnica, considerando diferentes possibilidades de classificação de atividades em modalidades como doações em espécie (modalidade J) e projetos (modalidade C).

De fato, a expansão do número de modalidades contribuiu sobremaneira para a ampliação de participantes e para o interesse das instituições na pesquisa Cobradi 2021. Exemplos como o da Embrapii, que passa a integrar a pesquisa com suas ações de promoção da inovação no Brasil a partir de redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento, não foram a exceção ao longo do período de coleta de dados. Da mesma forma, uma questão metodológica de longa data na pesquisa Cobradi foi parcialmente solucionada pela expansão das modalidades de pesquisa: a elevada porcentagem de contribuições obrigatórias brasileiras a organismos

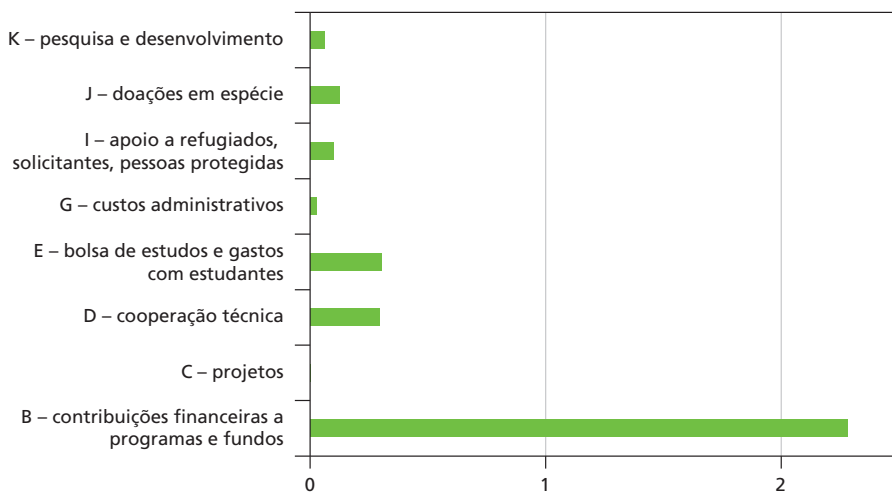
multilaterais. Se, por um lado, a ampliação do público-alvo da pesquisa implica a redução proporcional dessa modalidade, por outro lado, a existência de quatro subitens atualmente nessa modalidade permite a melhor caracterização do que são contribuições obrigatórias ou voluntárias a organizações multilaterais e outras contribuições do Brasil a instituições, fundos, organizações não governamentais (ONGs) e parcerias público-privadas (PPPs).

Em uma primeira avaliação, a distribuição do gasto total pelas oito modalidades de cooperação que receberam dados na pesquisa Cobradi 2021 não pareceria destoar das tendências já comentadas nas seções anteriores e tampouco da tendência geral da pesquisa Cobradi dos anos progressos – alta concentração de gastos em contribuições financeiras a organizações, programas e fundos.

Entretanto, uma análise mais minuciosa, com base nos dados da tabela 1, já demonstra mudança significativa nos padrões de contribuição: o subitem de contribuições obrigatórias a organismos multilaterais (B02a) alcança em torno de 65% do valor total de gastos em 2021. A título de comparação, a proporção desse subitem atingiu 93% na pesquisa Cobradi 2019-2020. Outra tendência que advém das mudanças metodológicas na pesquisa é o elevado valor de gastos na modalidade “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes”, que em 2021 ultrapassa a cooperação técnica internacional e projetos (modalidades C e D). Um resumo do gasto por modalidade de cooperação internacional é apresentado no gráfico 15.

**GRÁFICO 15**

**Gasto total por modalidade de cooperação internacional (2021)**  
(Em R\$ 1 milhão)



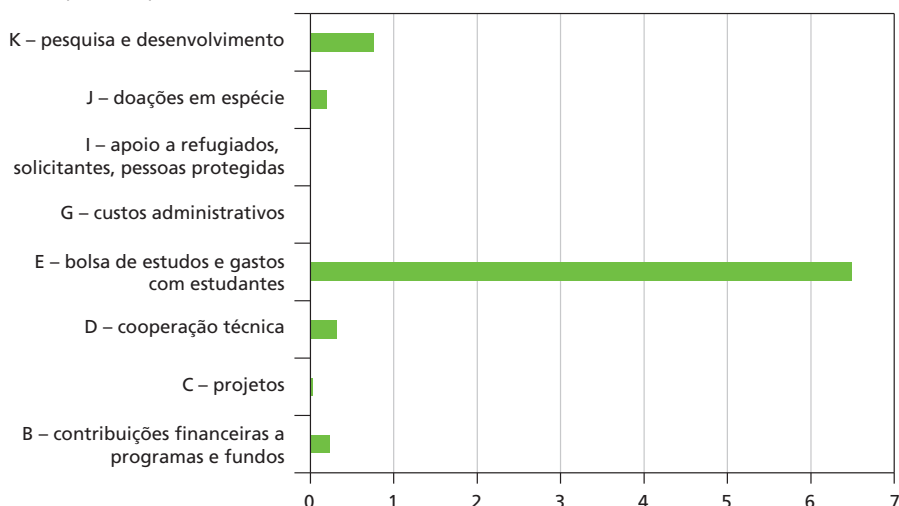
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

No que diz respeito à distribuição do total de iniciativas de CID por modalidade de cooperação internacional em 2021, as tendências de concentração em cooperação educacional e científica tornam-se ainda mais visíveis. Com efeito, a combinação das iniciativas que compõem as modalidades “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes” e “K – Pesquisa e desenvolvimento” alcança 90% do total de 2021. Outra modalidade relevante em termos de número de iniciativas é a “D – Cooperação técnica”, que computou 316 iniciativas em 2021. Os resultados completos da distribuição de iniciativas por modalidade de cooperação podem ser visualizados no gráfico 16.

GRÁFICO 16

**Número de iniciativas por modalidade de cooperação internacional (2021)**

(Em 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Igualmente inédito foi o cômputo dos gastos diretos a partir das estimativas do número de horas técnicas dedicadas a cada iniciativa CID em 2021. Nos totais exibidos na tabela 1, as instituições participantes da pesquisa dedicaram 78.319 horas técnicas em 194 iniciativas de cooperação internacional, alcançando um gasto total estimado de R\$ 10.713.321,15. Em virtude de as estimativas de horas técnicas estarem relacionadas à dedicação direta de tempo de trabalho de agentes públicos brasileiros, esperava-se concentração elevada em atividades de cooperação técnica e humanitária. De fato, as modalidades de cooperação técnica e projetos de cooperação internacional representam 62% do total de horas técnicas em 2021. Caso sejam adicionadas as horas técnicas dedicadas a atividades humanitárias, classificadas na modalidade “K – Pesquisa e desenvolvimento”, o percentual total chegaria a 68%.

Em relação às horas técnicas empenhadas nos subitens da modalidade “B – Contribuições financeiras a programas e fundos”, a quase totalidade dos valores se refere à participação de agentes públicos brasileiros em ações e programas de cooperação conduzidos por organizações multilaterais e instituições internacionais. Assim, não é estranho que quase todas as iniciativas que computaram gastos indiretos nessa modalidade tenham relatado a existência de um arranjo de cooperação Sul-Sul ou Sul-Sul triangular, como o Inep (B01), a DPU (B02a), a Ancine (B02b) e a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel (B03).

**TABELA 1**  
**Modalidades e subitens de cooperação internacional (2021)**

Modalidades e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Gasto total (%)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B – Contribuições financeiras a programas e fundos	2.280.091.315,00	71,32	238	2.769.316,80	9.388
B01 – Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	4.436.958,33	0,14	3	2.400.000,00	6.400
B02a – Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	2.068.038.821,00	64,68	56	119.892,00	970
B02b – Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.794.890,39	1,49	166	167.354,40	1.354
B03 – Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	159.820.645,00	5,00	13	82.070,40	664
C – Projetos	2.771.510,98	0,09	34	1.635.045,44	13.850
C01 – Projetos de cooperação internacional	2.771.510,98	0,09	34	1.635.045,44	13.850
D – Cooperação técnica	295.135.872,50	9,23	316	5.058.981,79	40.897
D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)	64.644.361,64	2,02	82	2.708.711,79	22.415
D011 – Custos com especialistas	1.434.184,44	0,04	60	1.124.728,16	8.824
D012 – Custos com diárias e passagens	1.205.565,37	0,04	11	60.316,80	488
D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,00	7,03	134	-	-
D02 – Custos com treinamento e capacitação	3.212.303,06	0,10	29	1.165.225,04	9.170
E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes	303.953.056,40	9,51	6.497	-	-
E01 – Bolsas/treinamento no Brasil	45.557.817,75	1,42	1.965	-	-
E02 – Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	15.479.270,12	0,48	457	-	-
E03 – Bolsas/treinamento no exterior	238.439.207,10	7,46	4.043	-	-
E04 – Outros gastos relacionados a estudantes no exterior	4.476.761,52	0,14	32	-	-

(Continua)

(Continuação)

Modalidades e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Gasto total (%)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
G – Custos administrativos	25.840.468,93	0,81	8	-	-
G01 – Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	0,81	8	-	-
I – Apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas	100.592.643,10	3,15	2	-	-
I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de doze meses)	100.053.643,10	3,13	1	-	-
I03 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas – em outros países de asilo	539.000,00	0,02	1	-	-
J – Doações em espécie	124.807.885,20	3,90	200	619.977,60	5.016
J01 – Doações em espécie	124.807.885,20	3,90	200	619.977,60	5.016
K – Pesquisa e desenvolvimento	63.914.044,56	2,00	761	629.999,52	9.168
K01 – Pesquisa e desenvolvimento (geral)	45.452.857,66	1,42	291	55.372,80	448
K012 – Pessoal de pesquisa	18.461.186,90	0,58	470	574.626,72	8.720
<b>Total geral</b>	<b>3.197.106.797,00</b>	<b>100,00</b>	<b>8.056</b>	<b>10.713.321,15</b>	<b>78.319</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## 6 ARRANJOS E CANAIS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seguindo uma tradição inaugurada pela primeira pesquisa Cobradi, a edição 2021 permaneceu focada na questão da cooperação prestada pelo Brasil em favor de prioridades de desenvolvimento em outros países. Se as primeiras pesquisas Cobradi tinham os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como um norte implícito, o novo ciclo 2021-2024 entende que “cooperação prestada” é qualquer iniciativa de cooperação brasileira que contribua efetivamente para o progresso dos ODS nos países parceiros do Brasil. É importante salientar que esses países parceiros não são necessariamente apenas os países em desenvolvimento. Conforme comentado para o caso da educação superior, na seção 3, e da necessidade de pensamento em rede, na seção 5 deste capítulo, é preciso caminhar para um entendimento holístico do que constitui um avanço para a Agenda 2030. Em outras palavras, e considerando o próprio espírito dos 5Ps emanados da Agenda 2030 (pessoas, planeta, paz, prosperidade e parceria), a cooperação prestada pelo Brasil deve forçosamente incluir as iniciativas com países em desenvolvimento e, igualmente, as parcerias com países desenvolvidos, as quais contribuem para o avanço da Agenda 2030 e são financiadas – direta ou indiretamente, e no todo ou em parte – pelo Brasil.

A visualização mais simples da ideia de “cooperação prestada pelo Brasil” no ciclo 2021-2024 da pesquisa Cobradi continua a ser aquela ligada à categoria

“arranjo de cooperação internacional”. O arranjo de cooperação Sul-Sul é por excelência o foco tradicional da pesquisa Cobradi. Iniciativas classificadas nesse arranjo são caracterizadas por parcerias diretas entre o Brasil e um ou mais países em desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul trilateral é um arranjo igualmente relevante para a cooperação prestada pelo Brasil. Nesse arranjo, a relação entre o Brasil e o(s) país(es) em desenvolvimento usualmente inclui um país desenvolvido e/ou um organismo multilateral que apoia as iniciativas de cooperação planejadas.

Menos trivial, todavia, é o arranjo de cooperação Sul-Norte, utilizado pela pesquisa Cobradi desde a sua edição 2019-2020. Conceitualmente, a combinação das palavras “Sul” e “Norte”, nessa ordem, para um arranjo de cooperação internacional, constituiria um oxímoro, uma vez que ações de CID são historicamente de países desenvolvidos (Norte) para países em desenvolvimento (Sul). Contudo, seja pela atipicidade de modalidades de cooperação internacional, como a educacional/científica, seja pela existência de diversos projetos entre o Brasil e países em desenvolvimento, os quais não podem ser caracterizados como “cooperação recebida pelo Brasil”, o arranjo Sul-Norte passou a fazer parte integral da pesquisa Cobradi desde o biênio 2019-2020.

Por seu turno, os impactos das contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil para organismos internacionais permanecem uma “caixa preta” em termos de distribuição dos benefícios para o avanço da Agenda 2030 e para a análise da cooperação prestada pelo Brasil. Um exame consistente sobre a relação entre os recursos empenhados pelo Brasil, em termos de contribuições na modalidade B de cooperação (contribuições financeiras a programas e fundos), depende necessariamente de transparência por parte das instituições internacionais sobre o efetivo empenho e o uso de tais recursos. Em face de tais dificuldades, a pesquisa Cobradi 2021 optou por caracterizar sob o título “outros arranjos” aquelas iniciativas que se referem a contribuições a instituições internacionais diversas. É importante lembrar que esse arranjo não se confunde com as contribuições diretas do Brasil para organismos internacionais cujas iniciativas são financiadas pelo Brasil em parte ou no todo, implementadas em território brasileiro, o que resulta em benefícios exclusivos para o país (Decreto nº 5.151/2004). Esse arranjo de cooperação ainda é entendido como “cooperação recebida” e, conforme discussão proposta na seção 5 deste capítulo, ainda não faz parte da pesquisa Cobradi.

Alinhado aos dados já apresentados na última seção sobre os elevados valores de contribuições a organizações, programas e fundos pelo governo brasileiro, o gráfico 17 aponta “outros” como a categoria predominante entre os arranjos de cooperação internacional em 2021, concentrando 56% do total de gastos. Em seguida, as cooperações Sul-Sul e Sul-Sul triangular alcançaram 35% do total de gastos. Por fim, em 2021, o arranjo de cooperação Sul-Norte representou os 9%

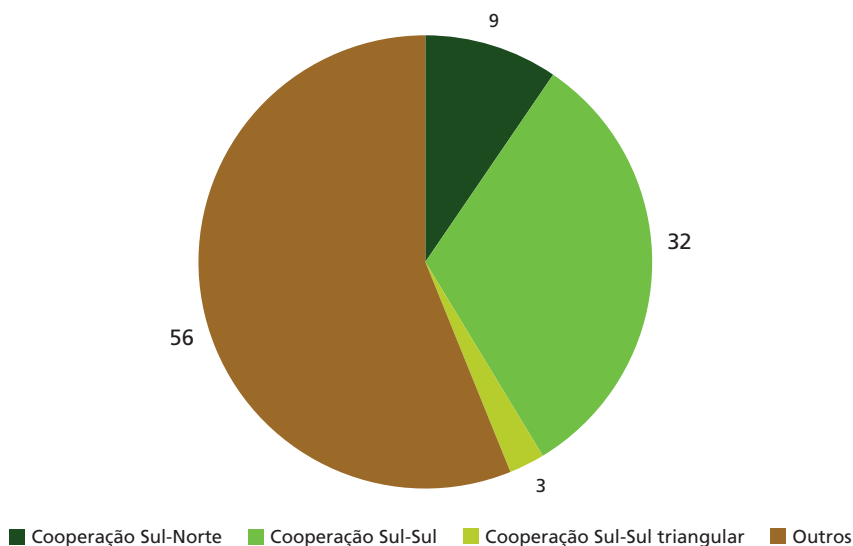


restantes do gasto brasileiro em CID. Embora a maioria dos gastos em cooperação Sul-Norte esteja relacionada a bolsas pagas pelo Brasil a estudantes brasileiros em instituições estrangeiras, assunto que já foi objeto da seção 3 deste capítulo, a pesquisa identificou 25 iniciativas situadas essencialmente na modalidade de cooperação técnica internacional, reforçando a ideia de parcerias horizontais entre países desenvolvidos e o Brasil, conforme consta na seção 5 deste capítulo.

GRÁFICO 17

**Gasto total por arranjo de CID (2021)**

(Em %)

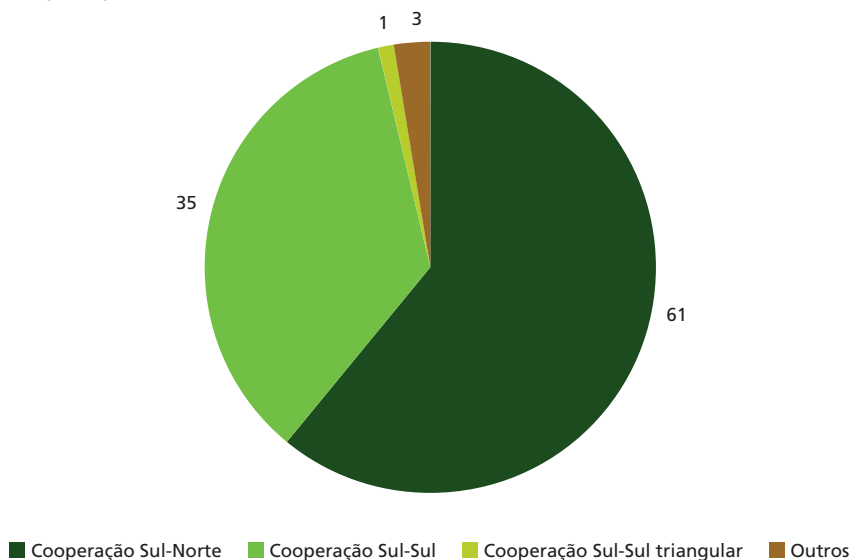


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

A distribuição percentual dos arranjos de CID por iniciativa difere sobremaneira daquela referente aos gastos em virtude do elevado número de iniciativas relacionadas à modalidade “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes”. Logo, não é irrazoável que a alta porcentagem de 61% do total de iniciativas se caracterize pelo arranjo de cooperação Sul-Norte, uma vez que a maioria dos estudantes e dos pesquisadores brasileiros no exterior tiveram como destino países desenvolvidos, discussão que será retomada na seção 2 do capítulo 4 deste livro. No tocante às iniciativas relacionadas às cooperações Sul-Sul e Sul-Sul triangular, o percentual combinado de ambas correspondeu a 36% do total, ou seja, 2.939 iniciativas. Por fim, as demais categorias ligadas essencialmente a contribuições a organizações multilaterais alcançaram 3% do total, com 208 iniciativas em 2021. O gráfico 18 ilustra a distribuição percentual das iniciativas por arranjo de CID em 2021.

**GRÁFICO 18**  
**Iniciativas por arranjo de CID**  
 (Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

Visando à produção de inferências descritivas mais acuradas sobre as características das iniciativas de cooperação nos quatro arranjos utilizados pela pesquisa, optou-se por trazer um cruzamento com a variável “canal”. Simplificando, canal é a instituição ou o grupo de instituições que efetivamente implementam a iniciativa de cooperação internacional. Essa variável possui uma classificação padronizada, que permite a categorização da(s) instituição(ões) implementadora(s) em nove categorias. Embora seja a primeira vez que tal classificação é utilizada, a pesquisa Cobradi 2021 computou dados para todas as nove categorias. O cruzamento entre arranjo e canal permite entender quais grupos de instituições são mais relevantes para a implementação das iniciativas de CID do Brasil. Assim, é possível fazer ao menos três inferências relevantes ao observar os dados da tabela 2.

- A cooperação educacional e científica do Brasil necessita de estudos mais aprofundados para revelar as dinâmicas e as diferenças nos arranjos Sul-Sul e Sul-Norte. Ao passo que o Brasil gasta cerca de R\$ 302 milhões em parcerias com instituições de ensino e pesquisa de países desenvolvidos, apenas um quinto desse valor é empenhado na implementação de iniciativas similares entre o Brasil e os países em desenvolvimento (R\$ 58.837.169,72).

- Ainda que ponderando a baixa participação de estados e municípios na pesquisa Cobradi ou mesmo as características desse arranjo de cooperação, o governo federal brasileiro permanece como o ente central que agrupa as instituições responsáveis pela condução da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento do Brasil.
- Mais da metade da cooperação do Brasil é implementada a partir das estruturas de organismos, fundos e programas internacionais. A contribuição brasileira para esse tipo de arranjo/canal (Outros arranjos/40000 – Organizações multilaterais) alcançou R\$ 1.790.322.134, ou seja, 56,10% do gasto total com CID em 2021.

TABELA 2

## Arranjos e canais de cooperação internacional (2021)

Arranjo de cooperação e canal de implementação	Gasto total (R\$)	Gasto total (%)	Número de iniciativas	Número de iniciativas (%)
Cooperação Sul-Norte	304.590.503,90	9,53	4.909	60,94
11001 – Governo federal	512.164,73	0,02	49	0,61
11002 – Governo estadual	51.825,02	-	2	0,02
20000 – ONGs e sociedade civil	10.268,16	-	1	0,01
30000 – PPPs e redes	1.080.000,00	-	1	0,01
40000 – Organizações multilaterais	19.688.856,00	0,01	2	0,02
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	302.739.357,40	9,47	4.854	60,25
Cooperação Sul-Sul	1.016.932.986,00	31,81	2.847	35,34
11001 – Governo federal	491.619.687,90	15,38	484	6,01
11002 – Governo estadual	2.444.985,49	0,08	8	0,10
11003 – Empresas públicas	368.734,64	0,01	2	0,02
11004 – Governo municipal	1.771.827,427	0,06	3	0,04
30000 – PPPs e redes	6.215,04	-	1	0,01
40000 – Organizações multilaterais	461.884.374,50	14,45	10	0,12
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	58.837.160,72	1,84	2.339	29,03
Cooperação Sul-Sul triangular	81.356.155,54	2,54	92	1,14
11001 – Governo federal	61.066.798,82	1,91	77	0,96
11004 – Governo municipal	121.132,6501	-	3	0,04
20000 – ONGs e sociedade civil	-	-	1	0,01
30000 – PPPs e redes	196.771,20	0,01	1	0,01
40000 – Organizações multilaterais	18.848.526,00	0,59	3	0,04
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	306.391,62	0,01	5	0,06
60000 – Instituições do setor privado	816.535,25	0,03	2	0,02

(Continua)

(Continuação)

Arranjo de cooperação e canal de implementação	Gasto total (R\$)	Gasto total (%)	Número de iniciativas	Número de iniciativas (%)
Outros Arranjos	1.794.227.152,00	56,12	208	2,58
11001 – Governo federal	2.196.433,54	0,07	3	0,04
40000 – Organizações multilaterais	1.790.322.134,00	56,00	171	2,12
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	1.708.584,46	0,05	34	0,42
<b>Total</b>	<b>3.197.106.797,00</b>	<b>100,00</b>	<b>8.056</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT): manual de orientação**. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo: uma parceria de sucesso**. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?** Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

KNIGHT, J. **Internationalization: elements and checkpoints**. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education: a festschrift in honor of Philip G. Altbach**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho – junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas – nota de política social 1. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de. *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datasus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis**. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura – dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019: migration, displacement and education – building bridges, not walls**. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report: the race against time for smarter development**. Paris: UNESCO, 2021.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.



## **INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL: UMA VISÃO A PARTIR DAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**

### **1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo central trazer uma visão da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional a partir dos seus agentes por excelência: as instituições públicas brasileiras. Tal recorte também permite a apresentação de dados qualitativos complementares sobre as iniciativas de cooperação internacional das instituições, cujo nível de detalhamento impede que as informações sejam apresentadas em outros capítulos deste livro. Em virtude de o capítulo estar focado nas instituições responsáveis ou implementadoras, as iniciativas de cooperação também são apresentadas com mais especificidades, a partir da natureza das instituições e de seus trabalhos no campo da cooperação internacional.

Por incluir maior detalhamento e mais descrição das iniciativas, espera-se que o recorte de dados apresentado neste capítulo seja de grande utilidade para os práticos da cooperação internacional do Brasil. Consideradas as características de descentralização, multiplicidade de atores e dinamismo das atividades de cooperação internacional do país, não é raro que uma instituição participante da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) conheça pouco as iniciativas de cooperação de outras instituições. O nível de detalhamento apresentado neste capítulo permite que cada instituição aprenda sobre as iniciativas das demais instituições, buscando sinergia entre projetos e atividades já existentes. Tal caminho é essencial para evitar redundâncias e garantir um processo minimamente coordenado da cooperação brasileira. Isso significaria a criação de um arranjo de gestão em rede que maximizasse os recursos aportados e os interesses externos do Brasil.

Pelas razões citadas, é extremamente oportuno apresentar mais detalhadamente as iniciativas de cooperação internacional das instituições brasileiras. O desafio, contudo, é o de categorizar as instituições por algum critério ou variável oriundo da própria pesquisa Cobradi. Assim como no segundo capítulo deste livro, optou-se por agregar as instituições a partir da modalidade de cooperação à qual a maioria das iniciativas de determinada instituição se associa. A agregação a partir da variável “modalidade de cooperação” permite também uma correspondência direta



com os dados apresentados no segundo capítulo, bem como uma discussão entre as tendências em cada subitem das modalidades e as iniciativas das instituições às quais elas estão associadas. Com efeito, não é raro que as iniciativas das instituições se vinculem a mais de uma modalidade de cooperação internacional. Para as instituições cujas iniciativas se expandem para mais de uma modalidade, decidiu-se por maior detalhamento naquela modalidade em que a instituição possui maior gasto e maior número de iniciativas. Sempre que possível, a apresentação de informações minuciosas das iniciativas de cooperação internacional de cada instituição brasileira é precedida de uma explicação sobre a natureza da instituição e de sua participação na cooperação internacional para o desenvolvimento, de forma ampla.

Por fim, e após se discutir sobre a sinergia entre iniciativas, instituições e modalidades de cooperação internacional, apresenta-se um capítulo dividido em seis seções. A segunda seção é inteiramente dedicada à exploração das particularidades das contribuições das instituições brasileiras a instituições internacionais. A terceira seção é voltada à cooperação técnica internacional, unida às modalidades C (projetos) e D (cooperação técnica internacional). A quarta seção concentra iniciativas das modalidades G, I e J, ligadas a apoio orçamentário, assistência aos refugiados e ações humanitárias, respectivamente. A quinta seção traz iniciativas de instituições correlacionadas à modalidade E, de educação e bolsas. Por fim, a sexta e última seção é voltada às atividades de pesquisa e desenvolvimento (modalidade K).

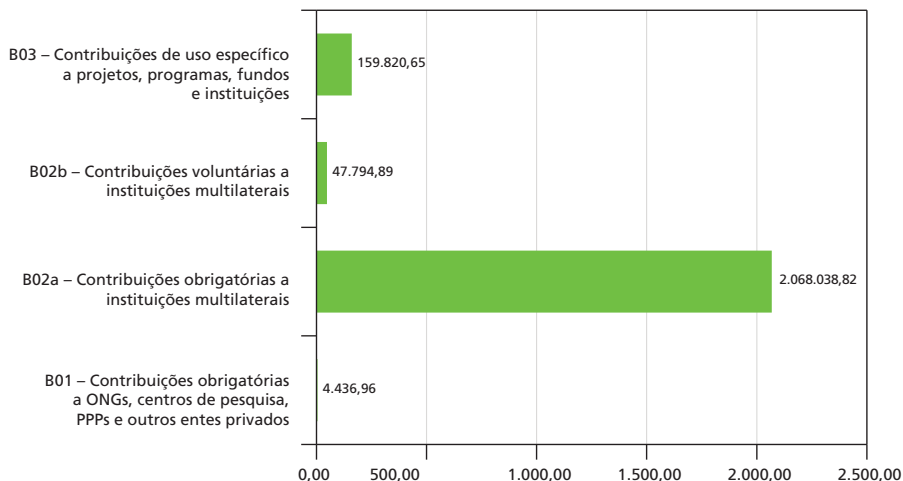
## **2 CONTRIBUIÇÕES ÀS ORGANIZAÇÕES, FUNDOS E OUTRAS INICIATIVAS (MODALIDADE B)**

Assim como em todos os anos anteriores da pesquisa Cobradi, a modalidade de cooperação ligada às contribuições a instituições internacionais destaca-se em relação às demais no tocante ao volume de gastos. A principal diferença em relação às seis edições anteriores da pesquisa é metodológica: a partir de 2021, é possível desagregar os dados entre contribuições obrigatórias e aqueles referentes a outras contribuições. Embora seja importante a mudança metodológica, as contribuições obrigatórias do Brasil feitas diretamente pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (Sain/ME) permanecem majoritárias. O gráfico 1 mostra que, dentro da modalidade B, o subitem “Contribuições obrigatórias a organismos multilaterais” (B02a) representa quase 70% do total.

É importante salientar que, assim como no segundo capítulo, optou-se por não incluir a integralização de capital feita pelo Brasil ao Novo Banco de Desenvolvimento (New Development Bank – NDB). Pelo volume do gasto, qualquer análise apresentada resultaria enviesada e impediria a exploração de tendências nesta modalidade de contribuições a organismos multilaterais. Os dados completos por instituição responsável e demais variáveis podem ser encontrados nos anexos B a F deste livro.

**GRÁFICO 1**

**Detalhamento de gastos na modalidade “B – Contribuições financeiras a programas e fundos” (2021)**  
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: ONGs – organizações não governamentais; e PPPs – parcerias público-privadas.

Se, por um lado, o subitem B02a constitui a maior parcela dos gastos na modalidade B, o mesmo não ocorre em relação ao número de iniciativas. Nesta métrica, a participação das contribuições obrigatórias cai para 24%, abrindo espaço para as 166 contribuições voluntárias de instituições brasileiras. Este subitem corresponde a 70% do total de iniciativas ligadas a essa modalidade. Outra métrica digna de nota é o número de horas técnicas associadas ao subitem B01, que essencialmente representa três trabalhos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com seus parceiros internacionais. A tabela 1 traz uma visão completa das principais estatísticas para esta modalidade de cooperação internacional.

**TABELA 1**

**Modalidade de cooperação internacional “B – Contribuições financeiras a programas e fundos” (2021)**

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B – Contribuições financeiras a programas e fundos	2.280.091.315,04	238	2.769.316,80	9.388
B01 – Contribuições obrigatórias a ONGs, centros de pesquisa, PPPs e outros entes privados	4.436.958,33	3	2.400.000,00	6.400
B02a – Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	2.068.038.821,30	56	119.892,00	970

(Continua)

(Continuação)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B02b – Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.794.890,39	166	167.354,40	1.354
B03 – Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	159.820.645,02	13	82.070,40	664
<b>Total geral</b>	<b>2.280.091.315,04</b>	<b>238</b>	<b>2.769.316,80</b>	<b>9.388</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## 2.1 Agência Nacional de Cinema

A Agência Nacional de Cinema (Ancine) é a agência reguladora que atua no fomento, na regulação e na fiscalização do mercado do cinema e do audiovisual no Brasil. É uma autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério do Turismo.

Sua atuação internacional consiste na admissão temporária de bens destinados a feiras, exposições, congressos e eventos (de caráter científico, comercial, técnico, cultural ou esportivo), para promoção comercial e para uso pessoal ou exercício temporário de atividade profissional de não residente. Ela também é responsável pela ATA Carnet, documento aduaneiro que representa um sistema de importação temporária de equipamentos mais simples, de maneira mais rápida e com melhor custo-benefício.

A agência possui acordos bilaterais com diversos países, incluindo Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, Espanha, França, Índia, Israel, Itália, Portugal, Reino Unido e Venezuela. Além disso, é parceira de diversas iniciativas internacionais no setor cinematográfico, tais como o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, o Acordo Latino-Americano de Coprodução Cinematográfica e vários protocolos de cooperação com instituições de diferentes países, como o Instituto Mexicano de Cinematografia (Imcine); o Conselho Nacional da Cultura e das Artes (CNCA), no Chile; o Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), em Portugal; a Agencia del Cine y el Audiovisual del Uruguay (Acau), no Uruguai; o Centro Nacional do Cinema e da Imagem Animada (CNC), na França; o Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA), na Argentina; a Direção-Geral do Cinema do Ministério de Bens e Atividades Culturais (Mibac) da Itália; e a Agência Estatal Ucraniana para o Cinema.

Além desses acordos bilaterais e parcerias internacionais, a agência participa ativamente de programas de apoio à internacionalização do setor audiovisual, tais como encontros com o cinema brasileiro, eventos de mercado e rodadas de negócios internacionais, festivais, laboratórios e *workshops*. Essas iniciativas visam promover a participação brasileira no mercado global de produções audiovisuais, fomentar a cultura e a indústria cinematográfica do país e fortalecer as relações internacionais no setor.

No ano de 2021, a atuação da Ancine se concentrou em duas iniciativas, classificadas como cooperação Sul-Sul triangular. A primeira iniciativa, com a Secretaria-Geral Ibero-Americana, realizou o Programa Ibermedia (Programa de Desenvolvimento em Apoio à Construção do Espaço Audiovisual Ibero-Americano), cujo objetivo é estimular a coprodução de filmes de ficção e documentários realizados no espaço ibero-americano, e busca: i) contribuir para a realização de filmes e projetos audiovisuais especialmente dirigidos ao mercado ibero-americano; ii) criar um ambiente favorável à integração das empresas ibero-americanas de produção em redes; iii) promover, via assistência técnica e financeira, a coprodução de projetos apresentados por produtores independentes ibero-americanos; iv) apoiar as empresas capazes de realizar esses projetos; v) fomentar a sua integração em redes que facilitem as coproduções; vi) trabalhar para o aproveitamento do patrimônio audiovisual ibero-americano; vii) favorecer a formação contínua dos profissionais da produção e da gestão empresarial audiovisual; viii) promover a utilização e o desenvolvimento de novas tecnologias; e ix) contribuir para a cooperação e para a troca de conhecimentos.

A segunda iniciativa de cooperação Sul-Sul triangular foi a participação na Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-americanas (Caaci). A conferência tem como principais objetivos o desenvolvimento da cinematografia no espaço audiovisual dos países ibero-americanos e a sua integração, através de uma participação equitativa na atividade cinematográfica regional.

## **2.2 Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais**

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) foi criado com o objetivo de elaborar um plano de prevenção e enfrentamento de desastres naturais no país. Um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República foi instituído para elaborar esse plano, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ficou responsável por implantar um sistema de alerta antecipado para os desastres naturais que mais causam vítimas fatais no país. Assim, o Cemaden foi criado com a missão de monitorar as áreas de risco suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, com o intuito de identificar e antecipar possíveis ameaças. Além disso, visa promover e realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria contínua do seu sistema de alerta antecipado.

O Cemaden atua internacionalmente, por meio de acordos de parcerias técnicas e outros instrumentos de cooperação com diversas instituições estrangeiras que também atuam com monitoramento de desastres naturais. Um exemplo dessa cooperação é o acordo multilateral dos países integrantes do BRICS, que tem como objetivo a cooperação multilateral entre os países do bloco para atuar na prevenção, no monitoramento e nos alertas de desastres naturais.

Dentro desse acordo, foram propostos alguns instrumentos estratégicos, como a criação de uma plataforma *on-line* para compartilhamento de informações sobre alterações climáticas, prevenção e mitigação de desastres naturais, e intercâmbios de programas e bolsas para pesquisadores e estudantes. Essa iniciativa tem como objetivo promover a troca de conhecimentos e experiências entre os países-membros do BRICS, visando aprimorar as estratégias de prevenção e resposta a desastres naturais em todo o mundo.

O Cemaden possui também convênio com instituição de pesquisa e desenvolvimento nos Estados Unidos, com o objetivo de apoiar os esforços para a criação do Sistema de Monitoramento e Alerta Precoce de Desastres Naturais para o Brasil. Além disso, o centro possui um memorando de entendimento com os Países Baixos, o qual abrange temas relacionados à modelagem de inundações, fluxo de detritos e deslizamento de terra, com o objetivo de desenvolver projetos de cooperação científica e tecnológica para antecipar a ocorrência de desastres naturais em áreas de risco.

Em 2021, o Cemaden realizou o Projeto Elos, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o intuito de realizar o diagnóstico das necessidades e capacidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, elos importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), analisadas sob os eixos de estruturação (recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos); e capacitação e governança (mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não estatais). Esse projeto pode ser caracterizado como cooperação Sul-Norte.

### 2.3 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) é a instituição nacional responsável pela promoção dos direitos humanos permanente, com atuação em todo o território nacional. De acordo com o art. 134 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), competem a ela,

como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, das pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade (Brasil, 1988).

Trabalha, entre diversas formas, por meio de mecanismos judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos relativos a direitos humanos.

Atualmente, a DPU possui quinze grupos de trabalho, que têm como atribuição a defesa e a promoção dos direitos humanos de populações em situação de vulnerabilidade: i) migrações, apatridia e refúgio; ii) políticas etnoraciais; iii) comunidades indígenas; iv) assistência às vítimas de tráfico de pessoas; v) assistência às trabalhadoras

e aos trabalhadores resgatados em situação de escravidão; vi) pessoas em situação de rua; vii) mulheres; viii) atendimento ao idoso e à pessoa com deficiência; ix) pessoas em situação de prisão e enfrentamento à tortura; x) moradia e conflitos fundiários; xi) garantia à segurança alimentar e nutricional; xii) identidade de gênero e cidadania LGBTI; xiii) saúde; xiv) catadores e catadoras; e xv) comunidades tradicionais.

A DPU atua, ainda, mediante missões itinerantes para atender à população mais vulnerável. Promove, nesses espaços, ações de orientação jurídica e educação em direitos. No âmbito internacional, a DPU participa e busca cooperar nos principais foros internacionais relacionados ao acesso à justiça e à promoção e proteção de direitos humanos, tanto no Mercosul quanto nos países interamericanos e na comunidade dos países de língua portuguesa. Além disso, desenvolve projetos de cooperação internacional e atua no sistema internacional e interamericano de direitos humanos.

A ação internacional da DPU se dá tanto por meio da cooperação prestada quanto da cooperação recebida. Para tal, conta com uma assessoria internacional, dedicada à coordenação da articulação do órgão em temas relacionados à assistência jurídica internacional, à cooperação e relações internacionais com seus congêneres e instituições similares no exterior e em organismos internacionais. É também responsável pela coordenação do apoio à atuação da DPU no Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), além de contar com uma coordenação de tradução.

A cooperação prestada da DPU se organiza em torno de cinco eixos: i) missões humanitárias; ii) assistência jurídica a populações em necessidade; iii) promoção e proteção de direitos humanos; iv) participações em foros multilaterais; e v) tutela coletiva de direitos humanos. Em relação ao eixo de missões humanitárias, a DPU implementa ações de assistência à população migrante, aos solicitantes de refúgio e aos refugiados. Tais ações tiveram destaque no ano de 2021, particularmente em relação à crise humanitária decorrente da migração de nacionais da Venezuela para o Brasil.

Ainda na esfera da assistência, destaca-se a implementação de ações no campo de migrações e refúgio para pretensão de tutela coletiva e direitos humanos. No caso de migrantes, a defensoria apoia ações específicas de homologação de decisões estrangeiras, opção de naturalidade e naturalização, subtração internacional de crianças, refúgio, asilo, proteção do apátrida, carta rogatória, alimentos internacionais, assistência jurídica em países estrangeiros e retirada compulsória. Em domínio mais associado diretamente às atividades de cooperação técnica internacional, a DPU contribui para a proteção dos direitos humanos pela via do desenvolvimento de capacidades e transferência de conhecimentos. Os projetos e iniciativas ligadas ao desenvolvimento de capacidades são materializados em parcerias técnicas que resultam em cursos e capacitações internacionais, além da elaboração de protocolos de atuação sobre a garantia dos direitos fundamentais de populações vulneráveis.

Especificamente na modalidade B de cooperação internacional, a DPU implementou seis projetos em 2021, representando 25% do total de 24 projetos da instituição. O quadro 1 apresenta cada uma das iniciativas pelo arranjo de cooperação, sendo o arranjo de cooperação Sul-Sul aquele com maior número de iniciativas.

#### QUADRO 1

##### DPU: iniciativas na modalidade B por arranjo de cooperação internacional (2021)

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Descrição das iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Presidência <i>pro tempore</i> da Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO). 2. Reuniões de Cooperação no âmbito do Memorando de Entendimento entre DPU e Procuración Penitenciaria de la Nación Argentina (PPN). 3. XI Comissão Mista Brasil-Bolívia sobre Drogas e Temas Conexos.
Cooperação Sul-Norte	1	1. Rede Interamericana de Assistência Jurídica para Pessoas em Contexto de Mobilidade e Protocolo de Atuação.
Cooperação Sul-Sul triangular	2	1. Encontro da Área de Governança Democrática sobre Pactos Políticos e Sociais para uma Nova América Latina: igualdade, direitos humanos e democracia. 2. Encuentro Internacional de Defensores del Pueblo, Migración y Refugio: derechos en riesgo e Reunião da Red de Instituciones Nacionales para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos del Continente Americano (RINDHCA).

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## 2.4 Ministério de Minas e Energia

O atual Ministério de Minas e Energia (MME) origina-se da Medida Provisória (MP) nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019, e tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento do Brasil, ao estabelecer e garantir a implementação de políticas públicas na gestão dos recursos energéticos e minerais.

No que diz respeito à cooperação internacional, o MME possui uma assessoria especial de relações internacionais responsável por coordenar e supervisionar assuntos internacionais atinentes às áreas de minas e energia. Essa assessoria atua em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para identificar assuntos e programas de interesse para ações de cooperação e parceria internacional.

Além disso, a instituição possui departamentos específicos que atuam em cooperação internacional em suas respectivas áreas. Por exemplo, o Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração é responsável pela atuação governamental em temas e ações estratégicas para a mineração sustentável no âmbito do governo federal, com representação em diferentes colegiados técnicos sobre sustentabilidade e mineração. Além da articulação com os agentes públicos, nos níveis nacional, subnacional e internacional, é atribuição desse departamento facilitar diálogos sobre sustentabilidade na cadeia produtiva da mineração.

No entanto, em 2021, o ministério participou com uma contribuição voluntária, como país não membro, em atividades de cooperação econômica com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

### 2.5 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é uma autarquia federal ligada ao Ministério do Turismo. O órgão atua na preservação do patrimônio cultural brasileiro; à vista disso, representa o Brasil na área de preservação do patrimônio mundial.

O Iphan atua na implementação de iniciativas de cooperação técnica internacional em duas esferas: arranjos Sul-Sul e multilateral. Na cooperação técnica Sul-Sul, o Iphan trabalha com países parceiros do Brasil que compartilham patrimônios e histórias em comum. Por seu turno, na atuação multilateral, a parceria é majoritariamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência responsável pela temática da cultura. Essa parceria expressa o compromisso do Brasil com a preservação do patrimônio histórico mundial.

Em 2021, o Iphan participou de duas iniciativas de cooperação internacional, ambas caracterizadas como obrigatórias para o Brasil. A primeira delas foi em parceria com o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom). O Iccrom é uma organização intergovernamental vinculada à UNESCO, cujo objetivo é promover a conservação do patrimônio cultural em todas as suas formas. O Brasil é membro do Iccrom desde 21 de agosto de 1964.

Por sua vez, a segunda contribuição foi destinada ao Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial, ligada ao Intangible Cultural Heritage Fund. O Fundo da UNESCO tem como objetivo apoiar a preservação do patrimônio cultural imaterial em todo o mundo, e a contribuição anual é uma importante forma de apoio global. Os Estados que ratificaram a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003 são obrigados a contribuir com o fundo, correspondendo a 1% de sua contribuição ao orçamento ordinário da UNESCO. Vale ressaltar que o Brasil se tornou membro do Comitê da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2020, com mandato até 2024.

### 2.6 Ministério da Economia

O Ministério da Economia foi estabelecido em 2019, com a MP nº 870, e integrou as atribuições dos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, além do antigo Ministério do Trabalho.<sup>1</sup>

---

1. O Ministério da Economia tratava-se de um órgão resultante da fusão de três ministérios no ano de 2019, a saber, ministérios da Fazenda, do Planejamento e Desenvolvimento, e do Comércio Exterior. Em 2023, o Ministério da Economia foi desmembrado em quatro ministérios (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento e Orçamento; e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).



Segundo as normas internas da instituição, a atuação do Ministério da Economia na cooperação internacional é majoritariamente mediada pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Sain), que está subordinada à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais (Secint). A Secint, por sua vez, representa o ministério em questões relacionadas ao comércio exterior e investimentos, instituições e organismos econômico-financeiros internacionais e financiamento externo ao desenvolvimento.

A Sain opera em questões que envolvem a economia brasileira no seu relacionamento com os demais países, blocos econômicos e organismos internacionais. Ademais, ela presta assessoria técnica especializada em assuntos relativos à economia internacional, visando defender os interesses econômicos e financeiros do Brasil, fortalecendo sua participação nos processos decisórios internacionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Nessa seara, a secretaria desenvolve diversas iniciativas, incluindo a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), o Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund – GCF), a cooperação internacional e o apoio às contribuições obrigatórias do Brasil a organismos, fundos e instituições financeiras internacionais.

Especificamente no âmbito da cooperação internacional, a Sain visa desenvolver e implementar estratégias para o fortalecimento econômico e promoção do desenvolvimento sustentável, participando de discussões e negociações sobre políticas e diretrizes econômicas e financeiras internacionais. Por meio dessas ações, a secretaria defende os interesses econômicos e financeiros do Brasil e contribui para a sua participação ativa nos processos decisórios internacionais.

Considerando-se o amplo leque de atribuições, a cooperação promovida pelo Ministério da Economia, por meio da Sain, é dividida em quatro principais áreas temáticas: i) cooperação econômico-financeira; ii) cooperação técnica internacional; iii) instituições financeiras internacionais; e iv) financiamento para o clima.

No que diz respeito à cooperação econômico-financeira, destaca-se o estabelecimento de parcerias e o fortalecimento de diálogos econômico-financeiros por meio de cooperação internacional, seja bilateral ou multilateral. A Sain coordena a participação do ministério em grupos como G20, G24 e BRICS, além de blocos como a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Mercosul, e em organismos multilaterais, como Financial Security Service (FSB),<sup>2</sup> Financial Action Task Force (Gafi)<sup>3</sup> e OCDE.

---

2. Disponível em: <https://www.fsb.org/>.

3. Disponível em: <https://www.fatf-gafi.org/en/home.html>.

Em relação à cooperação técnica internacional, a Sain atua em projetos vinculados às suas atribuições diretas. Além disso, representa o Brasil nas discussões sobre governança no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial, no NDB e no Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura. A Sain também é responsável por expandir o acesso do Brasil a fundos de financiamento voltados à adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Em 2021, o Ministério da Economia esteve envolvido em 133 iniciativas de cooperação internacional. Entre elas, 64% foram classificadas como contribuições voluntárias da União a organismos internacionais, 31% como contribuições obrigatórias da União a organismos internacionais e 4% como integralizações de cotas de capital em organismos financeiros internacionais. Apenas 1% do total de iniciativas foi categorizado como atuação da instituição em cooperação internacional. A maior parte dos projetos é classificada como contribuições obrigatórias e voluntárias do Brasil, o que é compreensível, visto que a própria Sain implementa grande parte dessas atividades em nome da União.

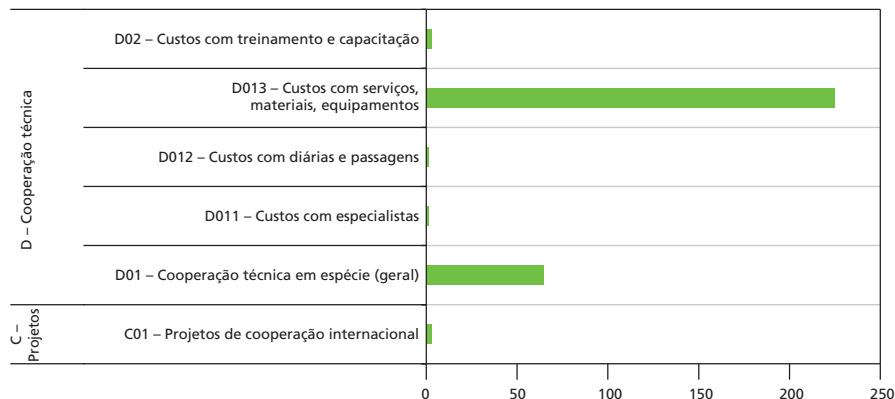
### 3 PROJETOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL (MODALIDADES C E D)

No geral, as modalidades referentes a projetos (C) e cooperação técnica internacional (D) exibiram iniciativas muito parecidas no que concerne aos seus conteúdos, que estiveram muito ligados às atividades de transferências de práticas, conhecimentos e apoio à capacitação. É essa a principal razão que justifica a junção das iniciativas para ambas as modalidades nesta seção. O gasto total conjunto em 2021, para estas duas modalidades, alcançou R\$ 297,907 milhões, ou 9% do gasto total de R\$ 3,197 bilhões em cooperação brasileira.<sup>4</sup> O gráfico 2 mostra que o maior gasto brasileiro em 2021 está associado ao subitem D013, que se refere a custos com serviços, materiais e equipamentos. Conforme será comentado em item específico, o valor discrepante no conjunto dos subitens se refere a dois projetos de cooperação internacional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com a Argentina e o Paraguai.

---

4. É importante reforçar que a análise deste livro não inclui a integralização de capital feita pelo Brasil ao NDB. Conforme já comentado no capítulo 2, o valor total para 2021 alcançaria R\$ 6,64 bilhões com a inclusão do gasto com o NDB.

## GRÁFICO 2

Detalhamento de gastos nas modalidades "C – Projetos" e "D – Cooperação técnica" (2021)  
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

A tabela 2 aponta algumas tendências para a cooperação técnica internacional que merecem exploração mais acurada. Em relação ao subitem C01, os expressivos número e valor de horas técnicas se referem a projetos de cooperação técnica internacional do Arquivo Nacional, DPU, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Estado de Minas Gerais. No caso dos custos com especialistas no subitem D011, o grande número de iniciativas está essencialmente concentrado na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e no Banco Central, além da DPU.

## TABELA 2

## Modalidade de cooperação internacional "C – Projetos" e "D – Cooperação técnica" (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
C – Projetos	2.771.510,98	34	1.635.045,44	13.850
C01 – Projetos de cooperação internacional	2.771.510,98	34	1.102.280,62	13.850
D – Cooperação técnica	295.135.872,54	316	5.058.981,79	40.897
D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)	64.644.361,64	82	2.708.711,79	22.415
D011 – Custos com especialistas	1.434.184,44	60	1.124.728,16	8.824
D012 – Custos com diárias e passagens	1.205.565,38	11	60.316,80	488
D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,02	134	0,00	0
D02 – Custos com treinamento e capacitação	3.212.303,06	29	1.165.225,04	9.170
<b>Total geral</b>	<b>297.907.383,52</b>	<b>350</b>	<b>6.694.027,23</b>	<b>54.747</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Esta seção traz o detalhamento das iniciativas de 23 instituições brasileiras que implementaram projetos e iniciativas de cooperação técnica internacional em 2021. É importante frisar que, pela primeira vez na história, o relatório Cobradi apresenta a análise de dados oriundos de iniciativas de cooperação internacional implementadas pelas Unidades Federativas (UFs) brasileiras. Nesta seção, estão representados o Distrito Federal, o estado de São Paulo (Instituto Butantan) e o estado de Minas Gerais.

### 3.1 Advocacia-Geral da União

A Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou por órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. Sua atuação se dá pelas formas consultiva e contenciosa, possuindo a entidade atribuição para operar em todos os foros, regiões e instâncias judiciais.

Os órgãos que fazem parte da AGU são: Procuradoria-Geral da União, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Consultoria-Geral da União, Secretaria-Geral de Contencioso, Secretaria-Geral de Consultoria, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Geral do Banco Central e Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

A atuação internacional da AGU se dá por meio da participação em órgãos representativos dos interesses jurídicos internacionais, tais como a Associação Latino-Americana de Advocacias e Procuradorias de Estado (Alap), participação em grupos de trabalho, conferências, entre outros.

As iniciativas da AGU em 2021 foram todas de cooperação Sul-Sul triangular: i) grupo de trabalho Arbitragem de Investimentos e Arbitragem Comercial Internacional com a Alap como parceira, no qual a AGU participou virtualmente; ii) grupo de trabalho Direitos Humanos: Sistema Interamericano e Sistema Universal com a Alap como parceira, no qual a AGU participou virtualmente; e iii) participação da AGU na Conferência dos Estados-Parte da Convenção da ONU contra a Corrupção (COSP/UNCAC).

### 3.2 ABC: cooperação técnica internacional

A ABC é uma divisão vinculada ao MRE e foi criada em 1987. A instituição representa o Brasil em projetos e atividades de cooperação humanitária e técnica em países parceiros e organismos internacionais, além de ser responsável pela implementação de projetos de cooperação recebidos. A ABC atua em três níveis: bilateral, trilateral e multilateral. No nível bilateral, a agência promove a formação direta de parcerias entre o Brasil e outro país; no nível trilateral, a cooperação, como o próprio conceito sugere, envolve três partes. No nível multilateral, a ABC atua em conjunto com organismos internacionais ou blocos regionais.

Em seu campo de atuação, a ABC conduz a cooperação prestada a partir de pedidos oficiais, protocolados por intermédio dos postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das representações estrangeiras em Brasília. Após solicitação, é responsabilidade da ABC mediar com as instituições públicas e/ou privadas que apresentam competência técnica na área demandada, e que tenham interesse em participar dos acordos de cooperação.

Após essa etapa, em conjunto com países parceiros ou instituições, elabora-se um projeto, que conta com um diagnóstico técnico e com formulação da proposta. O projeto é ainda submetido a um parecer do MRE e a outro das instituições parceiras, e dele constam prazos, objetivos definidos, custos, etapas e produtos de cada uma das etapas. Ao longo da execução, as iniciativas passam por processos de acompanhamento e de avaliação.

Portanto, a estratégia da cooperação técnica implementada pela ABC desenvolve-se exclusivamente em resposta às demandas oficialmente recebidas. Conforme estabelece a ABC, o Brasil não propõe iniciativas de cooperação voluntária com outros países. Além disso, a decisão sobre a aceitação da demanda depende de seu enquadramento nas diretrizes da política externa brasileira.

Os programas de cooperação do Brasil para o exterior permitem compartilhar conhecimentos, experiências e boas práticas, por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais de outros países, com vistas a que o país parceiro alcance um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro. Para atingir esse objetivo de aprimoramento das instituições, a agência lança mão de uma série de estratégias que foram sendo desenvolvidas desde a sua criação, no fim dos anos 1980. Acima de tudo, mantém contato frequente com vários órgãos governamentais, organismos internacionais e governos de países parceiros, com intenção de aumentar a eficácia de seus projetos.

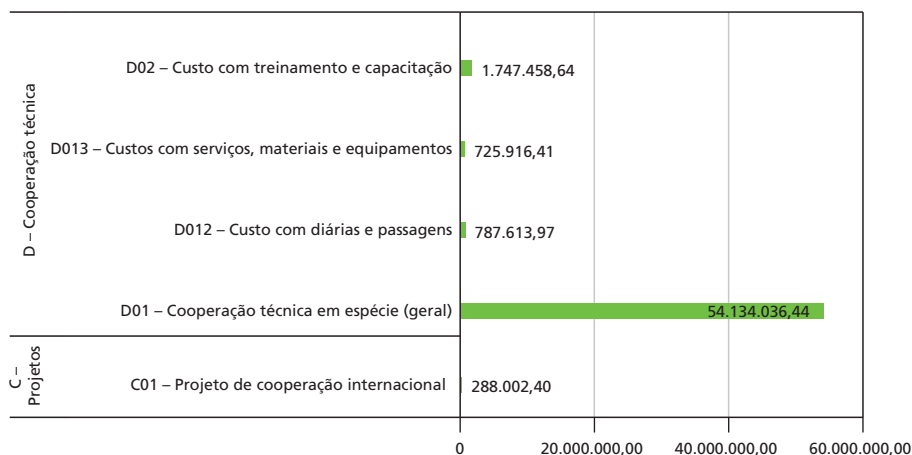
Em mais de três décadas de atuação, a ABC conta com 257 instituições parceiras nacionais, públicas e privadas, além de alianças estratégicas com vinte países desenvolvidos, 45 organismos internacionais e mais de cem países em desenvolvimento. Os principais projetos da agência concentram-se nas áreas de administração pública, agricultura familiar, ciência e tecnologia, cultura, defesa, desenvolvimento social, educação e alimentação escolar, energia, indústria e comércio, justiça, meio ambiente, pecuária, saúde, segurança pública, desenvolvimento urbano, trabalho e emprego.

Especificamente em 2021, a ABC implementou oitenta iniciativas de cooperação técnica internacional, com o gasto total alcançando R\$ 57,6 milhões. Todas as iniciativas se referem à cooperação técnica internacional, embora duas delas sejam

classificadas na modalidade C (projetos). O gráfico 3 acusa uma diferença abismal nos gastos gerais com cooperação técnica (D01) em relação aos outros subitens, representando mais de 94% do total de gastos da ABC com cooperação técnica em 2021. Todavia, não há nenhuma iniciativa que se sobressaia em termos de gastos entre as 59 que compõem este subitem, apontando apenas para uma preferência pela classificação geral por parte da ABC para seus projetos.

GRÁFICO 3

**ABC: gasto total com cooperação técnica internacional e projetos por subitem (2021)**  
(Em R\$)

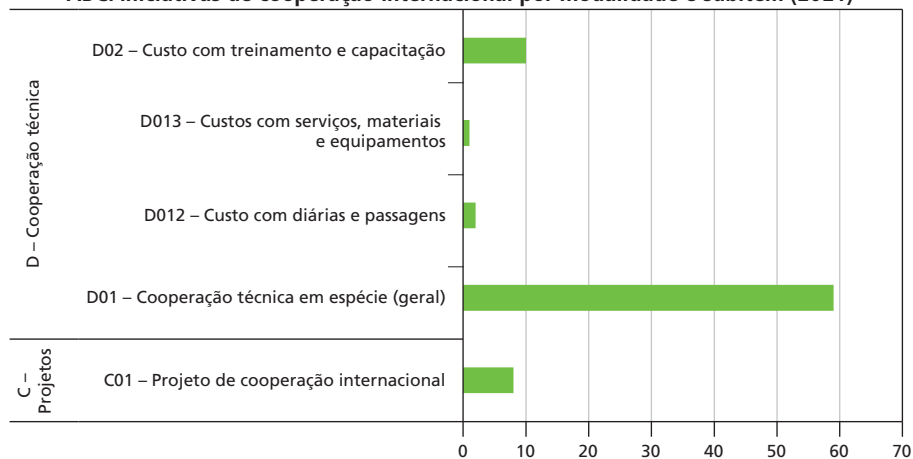


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

No que diz respeito à distribuição das iniciativas de cooperação internacional da agência por modalidades e seus subitens, não se nota um padrão diferente daquele já verificado para a distribuição dos gastos. Embora em proporção um pouco menor, o subitem D01 permanece concentrando cerca de 74% das iniciativas, sendo que as iniciativas diretamente relacionadas ao treinamento e capacitação alcançam cerca de 13% do total. O gráfico 4 fornece uma representação visual da distribuição das iniciativas por subitens de cooperação.

GRÁFICO 4

ABC: iniciativas de cooperação internacional por modalidade e subitem (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

A análise da distribuição das oitenta iniciativas de cooperação técnica internacional da ABC em 2021, ilustrada no gráfico 5, mostra uma significativa concentração no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável). Este ODS sozinho representa quase 28% das iniciativas de cooperação técnica da ABC em 2021. Embora com menor participação, a soma das iniciativas relacionadas ao ODS 3 (Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades) e ao ODS 4 (Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos) alcança 26% do total. Conforme comentado no capítulo 2, é importante frisar que a análise por ODS e metas de ODS se baseia na primeira classificação fornecida pela instituição participante.

GRÁFICO 5

ABC: classificação das iniciativas de cooperação por ODS (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, outra tendência relevante no conjunto de dados fornecido pela ABC se destaca na classificação das iniciativas por setor econômico. Conforme ilustrado no gráfico 6, os três setores predominantes nas iniciativas da ABC são “A” (agricultura, silvicultura e pesca), “O” (administração pública e defesa; segurança social obrigatória) e “P” (educação). Essas iniciativas representam, respectivamente, 30%, 17,5% e 25% do total e, combinadas, abrangem quase três quartos das iniciativas.

Comparando-se os setores econômicos selecionados com a classificação por ODS, observa-se uma correspondência direta entre o ODS 2 e o setor econômico “A”, devido à ênfase de ambos em atividades de agricultura e segurança alimentar. A mesma lógica se aplica à relação entre o ODS 4 e o setor econômico “P” (educação).



## GRÁFICO 6

## ABC: classificação das iniciativas de cooperação por setor econômico Isic (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Isic – International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas).

### 3.3 Agência Nacional de Aviação Civil

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é uma autarquia federal de regime especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Sua atuação abrange a regulação e fiscalização das atividades da aviação civil, bem como da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária no Brasil. A Anac é responsável por elaborar normas, certificar empresas, oficinas, escolas e profissionais da aviação civil, além de aeródromos e aeroportos. A agência fiscaliza as operações de aeronaves, empresas aéreas, aeroportos e profissionais do setor, sempre com foco na segurança e na qualidade do transporte aéreo. Além disso, atua em áreas como certificação, fiscalização, normatização e representação institucional.

No cenário internacional, a Anac representa o Brasil em organismos internacionais de aviação e na negociação de acordos e tratados relacionados ao transporte aéreo internacional. A participação da agência na cooperação técnica internacional se concretiza por meio de missões de representação institucional, que visam promover o intercâmbio de informações, práticas regulatórias, melhores experiências e práticas do setor com outras autoridades de aviação civil e entidades internacionais.

Em 2021, a atuação da Anac na cooperação internacional se deu por intermédio de duas iniciativas, classificadas como cooperação Sul-Sul triangular: i) disponibilização de vagas para curso *on-line* (Curso Básico de Perícia Médica na Aviação Civil), na plataforma de capacitação da Anac, que disponibiliza vagas para membros da Comunidade das Autoridades de Aviação Civil Lusófonas e membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil; e ii) disponibilização de vagas para curso *on-line* (Aviation English Level 3 for Civil Aviation Professionals), na plataforma de capacitação da Anac, para não nativos da língua inglesa.

### 3.4 Agência Nacional de Telecomunicações

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é uma autarquia especial vinculada ao Ministério das Comunicações. Dentro de suas atribuições, cabe à Anatel: i) implementar a política nacional de telecomunicações; ii) representar o Brasil nos organismos internacionais de telecomunicações; iii) administrar o espectro de radiofrequências e o uso de órbitas, expedindo as respectivas normas; iv) expedir ou reconhecer a certificação de produtos, observados os padrões e as normas por ela estabelecidos; v) compor administrativamente conflitos de interesses entre prestadoras de serviços de telecomunicações; vi) reprimir infrações aos direitos dos usuários; e vii) exercer, relativamente às telecomunicações, as competências legais em matéria de controle, prevenção e repressão das infrações da ordem econômica, ressalvadas as pertencentes ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A Anatel representa o Brasil em organismos internacionais de telecomunicações, tais como a União Internacional de Telecomunicações (UIT), a Comissão Interamericana de Telecomunicações (Citel), a Organização Internacional de Satélites de Telecomunicações (ITSO) e a Organização Internacional de Satélites Móveis (IMSO). A Anatel representa o país na Corporação para Atribuição de Nomes e Números na Internet (Icann), na Organização Mundial do Comércio (OMC), no Foro Latino-Americano de Entes Reguladores (Regulatel) e na Associação de Reguladores de Comunicações e Telecomunicações da CPLP (Arctel-CPLP). A Agência também tem interação com governos e órgãos reguladores de telecomunicações de outros países.

Para a organização dos trabalhos nos foros internacionais de telecomunicações, foram criadas quatro comissões brasileiras de comunicação (CBCs), que podem ser compostas por atores da academia, privados e do governo: i) governança e regimes internacionais (CBC 1); ii) radiocomunicações (CBC 2); iii) normalização de telecomunicações (CBC 3); e iv) desenvolvimento das telecomunicações (CBC 4). É importante mencionar que, no âmbito do Mercosul, a agência representa o Brasil em encontros e reuniões com os demais países do grupo, para troca de experiências por meio de seu Subgrupo de Trabalho 1 – Comunicações (SGT-1).

Em 2021, a Anatel implementou três iniciativas de cooperação internacional. Embora o número seja pequeno, houve predominância nos arranjos de cooperação Sul-Sul. A participação da Anatel na Arctel-CPLP teve como objetivo o intercâmbio de informações sobre o tema da regulação nas tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos países-membros.

Nas atividades de cooperação técnica, destacaram-se as ações bilaterais de intercâmbio de informações no contexto do memorando de entendimento firmado entre a Anatel e o Instituto Nacional das Comunicações de Angola (Inacom). Essas ações, realizadas em formato virtual, abordaram temas relacionados à regulação, como *roaming*, portabilidade numérica e apresentação do Plano Geral de Metas de Competição. No âmbito da cooperação técnica bilateral, também se destaca o intercâmbio de informações no contexto do memorando de entendimento firmado entre a Anatel e o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). Essa iniciativa envolveu temas como indicadores de tráfego e controle, registro de cartões SIM, segurança cibernética e procedimentos de fiscalização na prestação de serviços de telecomunicações, igualmente conduzidos em formato virtual.

### 3.5 Agência Nacional de Transportes Aquaviários

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é a autarquia vinculada ao Ministério da Infraestrutura que atua na regulação, supervisão e fiscalização dos serviços de transporte aquaviário e exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. A Antaq é responsável por implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura e atua em diversos segmentos, como na navegação de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem e de longo curso; nos portos organizados e instalações portuárias neles localizadas; nos terminais de uso privado; nas estações de transbordo de carga; nas instalações portuárias públicas de pequeno porte; e nas instalações portuárias de turismo.

A atuação internacional da Antaq envolve o acompanhamento de propostas, negociações e a implementação de tratados e acordos bilaterais e multilaterais relacionados a transporte marítimo e navegação interior. Além disso, a agência participa de comissões, reuniões técnicas e grupos de trabalho voltados à regulamentação internacional do transporte aquaviário e ao intercâmbio de melhores práticas.

Em 2021, a Antaq colaborou com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) em uma iniciativa relacionada à navegação interior de percurso internacional. O objetivo era estabelecer um mecanismo de intercâmbio de dados estatísticos dos fluxos de carga que circulam pela hidrovía Paraguai-Paraná (tipos, volumes, origem, destino etc.), utilizando uma metodologia acordada entre os países envolvidos, que permitisse a compilação e divulgação dos dados. Essas informações são importantes para o planejamento de médio e longo prazo, bem como para

a otimização do uso dos recursos. Essa iniciativa de cooperação representa um exemplo de cooperação Sul-Sul.

### 3.6 Arquivo Nacional

O Arquivo Nacional é uma instituição federal e, desde 2011, encontra-se subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conforme o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, que o outorga como órgão principal do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (Siga), fica a cargo da instituição a gestão, a preservação e a divulgação dos documentos da administração pública federal.

Além de gerenciar os documentos produzidos por órgãos federais, o Arquivo Nacional desempenha um papel crucial na proteção e preservação de acervos fundamentais e históricos do Brasil e do mundo. Isso inclui a responsabilidade pelos documentos que integram o Programa Memória do Mundo da UNESCO, destacando a importância da instituição na conservação do patrimônio documental global.

No âmbito da cooperação internacional, assim como muitas instituições brasileiras, o Arquivo Nacional atua exportando suas *expertises* técnicas, colaborando com organismos internacionais e/ou países parceiros, em projetos com benefícios mútuos. Em 2021, atuou em quatro projetos de cooperação Sul-Sul triangular. O primeiro projeto é o Programa Iberarchivos, que tem o propósito de fomentar, preservar, restaurar, ampliar e difundir o acesso aos arquivos dos países ibero-americanos (Península Ibérica, América Latina e Guiné Equatorial). O Iberarchivos é um fundo financeiro multilateral para documentos arquivísticos da comunidade. O financiamento do projeto ocorre por meio das contribuições dos países-membros e beneficia as instituições arquivísticas, os museus, os centros de documentação e pesquisa e as universidades de caráter público e privado da comunidade ibero-americana.

A segunda iniciativa de cooperação é a parceria com a Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA). Essa organização tem como missão promover o desenvolvimento arquivístico nos países associados (América Latina, Espanha e Portugal), sendo considerada uma das instituições mais ativas do Conselho Internacional de Arquivos. Sem fins lucrativos, a associação estimula a comunicação e a cooperação entre os participantes membros, mediante ações, congressos, seminários e encontros internacionais.

A terceira iniciativa ocorreu com o Conselho Internacional de Arquivos. Este conselho é um organismo internacional não governamental, sem fins lucrativos cuja incumbência está relacionada à promoção da gestão e do uso eficiente e eficaz de documentos e arquivos.

Por fim, a quarta iniciativa é uma colaboração com a Federação Internacional de Arquivos de Filmes (Fiaf). A Fiaf é uma instituição internacional dedicada à preservação de filmes e auxilia na preservação e disseminação dos documentos audiovisuais.

Nessa seara, a instituição promove a criação e manutenção dos arquivos e cinematecas, em diversos países. Para tal, desenvolve cooperação internacional entre as entidades a ela filiadas, contando com 164 instituições de 75 países.

### 3.7 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BCB) é uma autarquia federal, autônoma, que integra o Sistema Financeiro Nacional. Como autoridade monetária do país, sua missão é garantir a estabilidade do poder de compra da moeda nacional, além de salvaguardar um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, promovendo o bem-estar econômico para a sociedade. Ademais, o BCB é o órgão federal depositário das reservas internacionais do Brasil, responsável pela emissão de moeda, além de receptor dos recolhimentos compulsórios e dos depósitos voluntários à vista das instituições financeiras nas contas por elas mantidas no banco, conforme determinado pela legislação.

No âmbito da cooperação internacional, as iniciativas realizadas pelo BCB visam ampliar o intercâmbio de informações e experiências com outros bancos centrais e instituições congêneres. Normalmente, as atividades da cooperação são baseadas na estruturação de programas ou projetos – por meio de um arranjo bilateral ou trilateral –, bem como em atividades pontuais com foco em questões específicas.

Nesse sentido, a cooperação pode cobrir uma ampla gama de tópicos relacionados a questões que envolvem a atuação de bancos centrais. Esses tópicos incluem: economia, regulação e supervisão, instrumentos e procedimentos operacionais, técnicas e ferramentas de supervisão bancária.

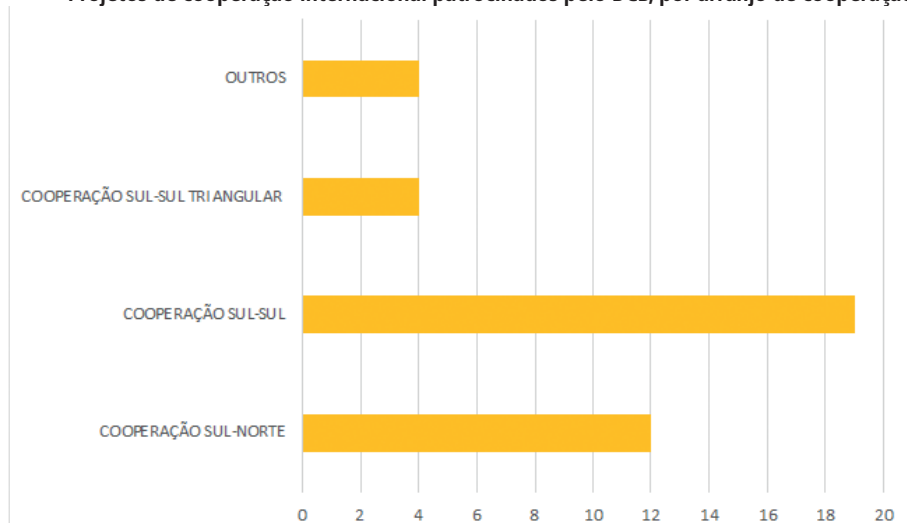
Em relação às atividades internas no BCB para realização de iniciativas de cooperação, ressaltam-se: i) receber e encaminhar dúvidas e solicitações de cooperação técnica internacional; ii) estruturar a iniciativa de cooperação em um programa, projeto ou ação, estabelecendo memorandos de entendimento entre as partes, se necessário; iii) agendar atividades; iv) prover apoio logístico; v) acompanhar a execução das atividades planejadas; e vi) avaliar os resultados das iniciativas.

Em 2021, o BCB atuou em 39 iniciativas de cooperação internacional, que atingiram um valor de R\$ 2,15 milhões. Desse total, 35 iniciativas são de cooperação técnica internacional. Uma menção importante é o fato de todas as 35 iniciativas contarem com aporte de horas técnicas dos servidores do banco, acumulando um total de 4.296 horas técnicas, com valor estimado de R\$ 530 mil.

Em termos de arranjo, doze iniciativas do banco são de cooperação Sul-Norte, representando R\$ 123 mil. Em termos de cooperação com países do Sul, o banco implementou dezenove iniciativas de cooperação Sul-Sul e quatro de cooperação triangular Sul-Sul. As vinte iniciativas de cooperação com países do Sul alcançaram cerca de R\$ 407 mil. O gráfico 7 resume os principais arranjos para as 39 iniciativas de cooperação do BCB em 2021.

GRÁFICO 7

## Projetos de cooperação internacional patrocinados pelo BCB, por arranjo de cooperação



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, é importante notar que 75% dos gastos do BCB em 2021 estão relacionados às quatro iniciativas de cooperação que não envolvem o compartilhamento de *expertise* pelo banco, mas sim uma cota para sua participação em foros internacionais. São contribuições voluntárias da União, que recebem a classificação “outros”, em termos de arranjo de cooperação. No total, o banco desembolsou R\$ 1,62 milhão com contribuições às seguintes organizações: i) Grupo de Egmont; ii) Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat); iii) International Swaps and Derivatives Association (ISDA); e iv) Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi/FATF).

O Grupo de Egmont é uma organização internacional que visa fortalecer a cooperação entre as unidades de inteligência financeira (UIFs) dos países-membros, disponibilizando mecanismo de compartilhamento de informações entre seus membros para combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e a crimes associados. Por sua vez, o Gafilat é uma instituição regional da América Latina e atua no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A ISDA congrega bancos participantes do mercado de derivativos, tais como corporações privadas, gestores de investimentos, seguradoras, bancos, entidades governamentais. A organização opera na redução do risco de crédito da contraparte, no aumento da transparência e na melhoria da infraestrutura operacional do setor. Por fim, o Gafi/FATF é uma organização intergovernamental cujo propósito

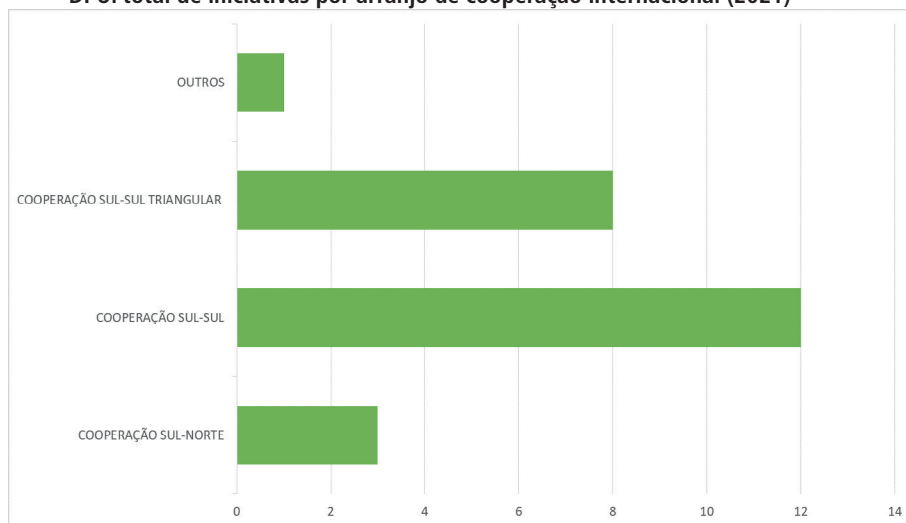
é desenvolver padrões internacionais e promover a agenda política de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

### 3.8 Defensoria Pública da União

A Defensoria Pública da União (DPU) implementou um total de 24 iniciativas de cooperação internacional prestadas em 2021. O valor total das iniciativas implementadas pela DPU alcançou R\$ 1,79 milhão em 2021, sendo 74% desse valor referente a gastos indiretos com horas técnicas de servidores dedicados às iniciativas de cooperação internacional. O gráfico 8 é uma representação visual de todas as 24 iniciativas implementadas pela DPU em 2021, desagregadas pelo arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 8

DPU: total de iniciativas por arranjo de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Além das seis iniciativas já discutidas na seção 2 deste capítulo, a DPU implementou outras dezoito iniciativas de cooperação, distribuídas entre as modalidades C e D de cooperação internacional. No total, a DPU gastou R\$ 1,62 milhão com essas dezoito iniciativas. Novamente, é importante salientar que a maioria dos gastos se refere a mais de 9.515 horas técnicas dos seus servidores, no valor total de R\$ 1 milhão para as duas modalidades de cooperação internacional.

Na modalidade C (projetos de cooperação internacional), foram implementadas oito iniciativas. Houve predominância completa da colaboração com países do Sul, sendo seis atividades de cooperação Sul-Sul e duas iniciativas sob o arranjo de cooperação Sul-Sul triangular. As oito iniciativas concentraram um total de R\$ 1,3 milhão, ou 81% do gasto de cooperação técnica. O quadro 2 apresenta maior detalhamento das oito iniciativas.

**QUADRO 2**

**DPU: iniciativas na modalidade C por arranjo de cooperação internacional**

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Título dos projetos/iniciativas
Cooperação Sul-Sul	6	1. Grupo de Trabalho Pessoas em Situação de Prisão e Enfrentamento à Tortura 2. DPU para Todos 3. Grupo de Trabalho Migrações, Apatridia e Refúgio (GTMAR) 4. Defensores Públicos Interamericanos (DPIs) 5. Projeto Visita Virtual Internacional 6. Missão Pacaraima
Cooperação Sul-Sul triangular	2	1. Coordenação de Assistência Jurídica Internacional (Caji); 2. Coordenação de Tradução (CTRAD)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Na modalidade D (cooperação técnica internacional), foram implementados nove projetos. Os gastos com as dez iniciativas alcançaram R\$ 311 mil, sendo majoritariamente despesas com especialistas e atividades de treinamento e capacitação conduzidas pelos próprios servidores da DPU em favor de outros países. Nesta modalidade de cooperação, predomina igualmente a cooperação com os países do Sul, tanto a Sul-Sul quanto a triangular. O quadro 3 traz mais detalhes sobre cada iniciativa.

**QUADRO 3**

**DPU: iniciativas na modalidade D por arranjo de cooperação internacional**

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas	Título dos projetos/iniciativas
Cooperação Sul-Sul	3	1. Reunião das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul (RAADH) 2. Benefício da Justiça Gratuita e a Assistência Jurídica Gratuita entre os Estados do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile 3. 141º Período Ordinário de Sessões da Corte Interamericana de Direitos Humanos
Cooperação Sul-Norte	2	1. Curso O novo direito migratório brasileiro 2. Fortalecimento das Capacidades da Defensoria junto às Populações Migrantes e Refugiadas
Cooperação Sul-Sul triangular	4	1. Reunião de Alto-Nível da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para Avaliação do Plano de Ação Global para o Combate do Tráfico de Pessoas 2. VI Fórum Regional das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos para América Latina e Caribe 3. 14º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção ao Crime e Justiça Criminal 4. Congresso do Bloco de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (BLODEPM) sobre Zonas de Fronteira
Outros	1	Curso O novo direito migratório brasileiro (parceria com a Organização Internacional para as Migrações)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.



### 3.9 Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Possui 26 superintendências regionais e tem como função implementar a política de infraestrutura de transportes terrestres e aquaviários. Para tal, o órgão é gestor e executor, sob a jurisdição do Ministério da Infraestrutura, das vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais, instalações de vias de transbordo e de interface intermodal e instalações portuárias fluviais e lacustres.

Como órgão vinculado ao Ministério da Infraestrutura, o DNIT segue as mesmas normas de cooperação internacional do ministério. Assim, as iniciativas de cooperação técnica internacional fazem parte do objetivo de estabelecer parcerias ligadas a iniciativas e práticas de planejamento, gestão e operação da política pública no âmbito do setor de transportes do governo brasileiro com o país parceiro ou organismo internacional.

Em 2021, o DNIT participou de dois projetos de cooperação Sul-Sul, ambos voltados para infraestrutura em cidades fronteiriças. O primeiro projeto envolveu a ponte internacional Brasil/Paraguai e consistiu na elaboração de estudos e dos projetos básico e executivo de engenharia para o contorno rodoviário Norte, em Porto Murtinho-MS, incluindo o acesso à ponte internacional Brasil/Paraguai e instalações aduaneiras para o Centro Integrado de Controle de Fronteira na rodovia BR-267/MS.

O segundo projeto do DNIT abordou a construção da ponte internacional Porto Xavier (Brasil)/San Xavier (Argentina). Esse projeto englobou diversas atividades, como a contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia, execução de todas as etapas e ações necessárias no processo de licenciamento ambiental, apoio aos serviços de desapropriação, remoção e reassentamento, além da execução das obras da ponte internacional Porto Xavier (Brasil)/San Xavier (Argentina), acessos nas margens brasileira e argentina, e infraestrutura completa dos complexos integrados de fronteira (aduana) na rodovia BR-392/RS, lote único.

### 3.10 Escola Nacional de Administração Pública

Sendo uma das principais escolas de governo do Brasil, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma instituição dedicada à formação continuada e profissional de agentes públicos, vinculada ao Ministério da Economia. O objetivo da instituição é possibilitar que os servidores públicos desenvolvam competências voltadas a gestão e políticas públicas, com o intuito de beneficiar e aumentar a capacidade de governo nas administrações públicas federal, estadual e municipal.

Na cooperação internacional, a Enap atua em esferas pertinentes à gestão pública, com colaboração entre a escola e as organizações internacionais e/ou países parceiros, em áreas de cooperação técnica de ensino, pesquisa e inovação. A Assessoria de Relações Institucionais (Asrel) é a área responsável pela supervisão da cooperação internacional da Enap. Ela atua na prospecção de parceiros para desenvolvimento de soluções educacionais, implementação de eventos de capacitação e internacionalização da Enap. A cooperação internacional se desenvolve também a partir da interlocução com ministérios, instituições de ensino e pesquisa, *think tanks*, laboratórios de inovação, organismos internacionais e embaixadas.

É de responsabilidade da Asrel assessorar dirigentes e técnicos da Enap em visitas técnicas, congressos, apresentações e cursos no exterior, recepcionar delegações estrangeiras, organizar e coordenar eventos internacionais. Também é sua atribuição coordenar a atuação da Enap em redes e foros internacionais, fomentar a internacionalização dos conteúdos das capacitações da instituição, além de identificar e captar fontes de financiamento para atividades internacionais.

Em vista disso, a cooperação desenvolvida pela Enap, por intermédio da Asrel, divide-se conforme a seguir descrito.

- 1) Cooperação Sul-Norte: captação de oportunidades de intercâmbio horizontal com indivíduos, organismos internacionais e organizações congêneres que possam atender a necessidades de capacitação de servidores públicos brasileiros, precipuamente em ações de fortalecimento institucional de escolas de governo e metodologias inovadoras de capacitação.
- 2) Cooperação Sul-Sul: formação de projetos, redes, foros e outras atividades, identificando oportunidades, atendendo a demandas de intercâmbio com países em desenvolvimento e fomentando a troca de experiências por meio de uma relação horizontal, com ganhos mútuos.

Em 2021, a Enap implementou um total de oito iniciativas de cooperação internacional, com um gasto estimado em R\$ 292 mil. Entre as iniciativas, sete foram de cooperação Sul-Sul, beneficiando diversos países em desenvolvimento (não especificados pela instituição), atuando essencialmente na esfera do ensino remoto. Para países do Sul, o custo estimado das capacitações profissionais *on-line* para estrangeiros foi de R\$ 292 mil.

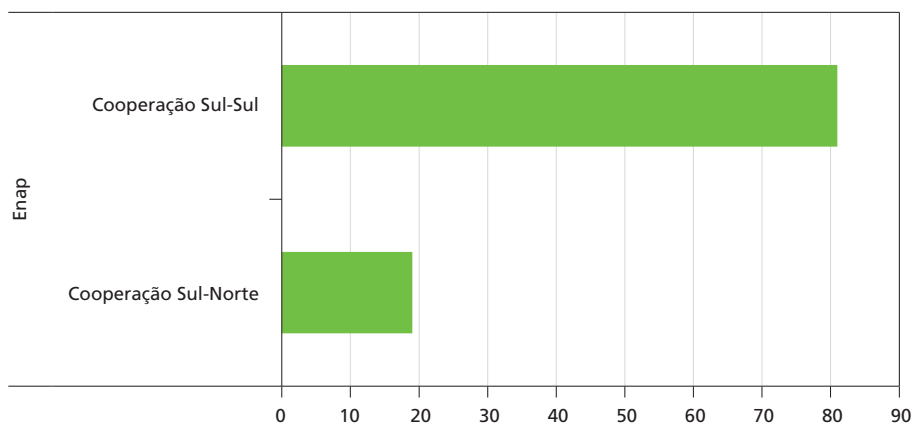
É importante salientar que grande parte das capacitações oferecidas pela Enap é feita via Escola Virtual de Governo (EV.G), portal único de governo que oferece cursos de capacitação *on-line* gratuitos. Podem participar dos cursos os servidores ou cidadãos de vários países que buscam desenvolver seus conhecimentos e habilidades no serviço público. Há cursos para estrangeiros nos idiomas português, espanhol e

inglês. No total, a Enap emitiu 3.386 certificados a estrangeiros de 125 países. Estes estrangeiros participaram de 298 cursos em 27 temáticas de formação profissional.

No âmbito da cooperação Norte-Sul, a Enap possui uma parceria com os Estados Unidos na área de formação profissional. A escola implementou um programa de estágios virtuais de dois a três meses para alunos da Universidade de Colúmbia. Durante este período, os alunos podem implementar pesquisas ou conhecer as rotinas e áreas de políticas, além de participar de processos da administração pública do governo federal brasileiro.

#### GRÁFICO 9

**Enap: iniciativas nas modalidades C e D, por arranjo de cooperação internacional**  
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 3.11 Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – uma das principais instituições de ciência e tecnologia em saúde da América Latina – é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério da Saúde, e tem como finalidade promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, além de disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os valores da Fiocruz, pautados pela relevância da atuação da organização para a sociedade, são os alicerces de atitudes, comportamentos e características que configuram a missão central da organização. Entre os seus princípios norteadores, a instituição tem a cooperação e a integração como valores, utilizados enquanto instrumentos formais de estabelecimento e fortalecimento de parcerias com

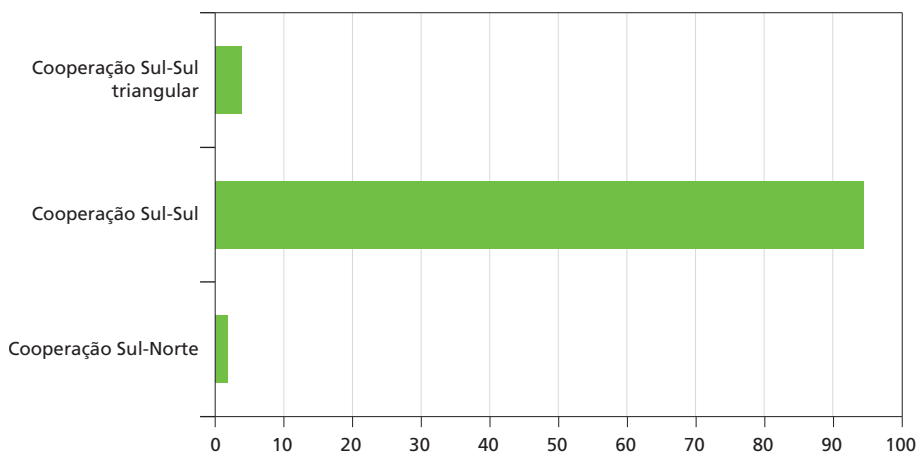
instituições estrangeiras. Tais parcerias são realizadas com base em planejamento mútuo e conforme as políticas de saúde dos países participantes.

Em 2021, a Fiocruz atuou em 53 iniciativas de cooperação internacional, que alcançaram um valor total de R\$ 2,88 milhões. As iniciativas de cooperação Sul-Sul despontam como o principal arranjo utilizado pela fundação, concentrando mais de 94% das iniciativas e quase 96% dos gastos em 2021. De fato, apenas uma iniciativa da Fiocruz não foi de cooperação Sul-Sul ou Sul-Sul triangular em 2021. O gráfico 10 traz uma representação visual dos projetos da Fiocruz em 2021, por arranjo de cooperação internacional.

GRÁFICO 10

**Fiocruz: iniciativas, por arranjo de cooperação internacional (2021)**

(Em %)



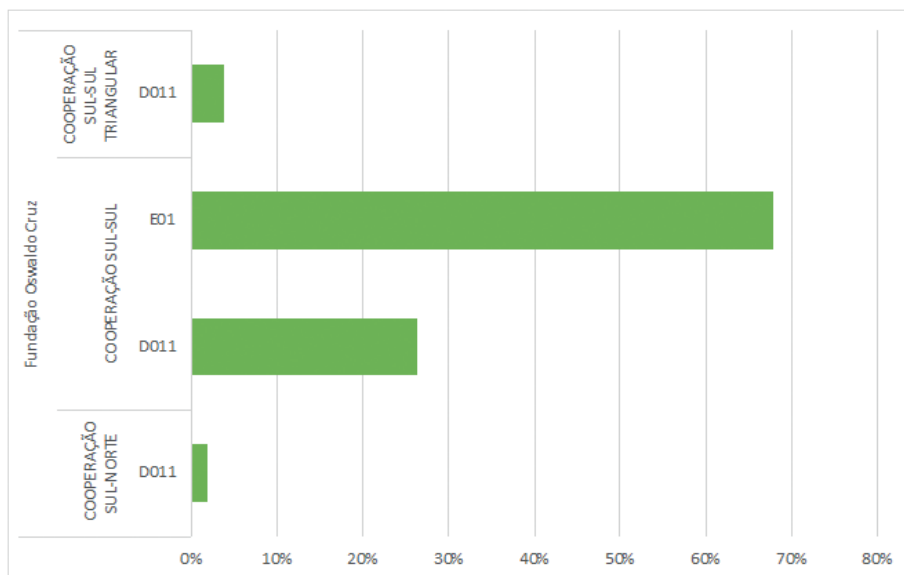
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

É importante salientar que a atuação da Fiocruz em projetos de cooperação em 2021 está distribuída entre as modalidades D (cooperação técnica) e E (bolsa de estudos e gastos com estudantes). Uma vez que os dados da fundação para a modalidade E compõem o conjunto de informações que sustenta a análise apresentada na seção 2 do capítulo 4 deste livro, privilegiar-se-á um exame mais aprofundado das iniciativas relacionadas a atividades de cooperação técnica internacional. Mais especificamente (conforme o gráfico 11), 68% das iniciativas da Fiocruz em 2021 se referem a isenção de custos de matrícula a estudantes de países do Sul (subitem E01), enquanto os 32% remanescentes constituem essencialmente custos com especialistas em cooperação técnica internacional Sul-Sul e Sul-Norte (subitem D011).

## GRÁFICO 11

**Fiocruz: iniciativas, por arranjo, modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)**  
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

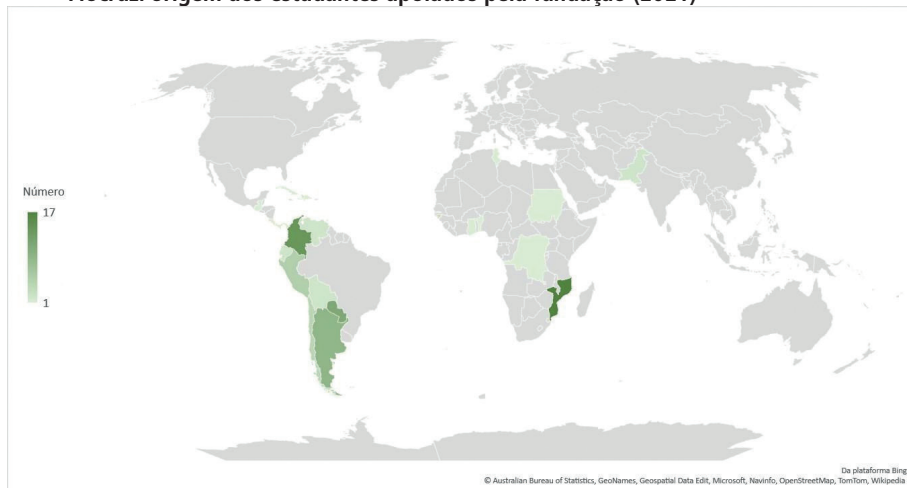
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No tocante à modalidade D, as dezessete iniciativas de cooperação internacional implementadas pela Fiocruz representaram um gasto de R\$ 2,88 milhões em 2021. O principal grupo de atividades de cooperação técnica internacional em 2021 se relaciona à assessoria para implementação, desenvolvimento ou manutenção de banco de leite humano, concentrando cerca de metade das iniciativas. Em segundo lugar, temos que as capacitações oferecidas pela Fiocruz e reuniões técnicas no âmbito da Rede de Escolas de Saúde Pública da Comunidade de Países de Língua Portuguesa representaram quatro iniciativas.

Embora o assunto seja explorado com mais especificações no capítulo 4 deste livro, faz sentido apresentar separadamente as ações da Fiocruz no campo da mobilidade internacional estudantil de estudantes estrangeiros para o Brasil (modalidade E). Nesta, as iniciativas de cooperação representam os alunos estrangeiros de pós-graduação *lato sensu*, mestrado e doutorado acolhidos pela fundação em 2021. No total, foram 84 bolsas concedidas a nacionais de 23 países em desenvolvimento. O valor total gasto alcançou R\$ 2,5 milhões, sendo que metade das bolsas foram concentradas em nacionais de Moçambique, Colômbia e Paraguai. A figura 1 ilustra a origem dos estudantes apoiados pela Fiocruz em 2021.

FIGURA 1

**Fiocruz: origem dos estudantes apoiados pela fundação (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 3.12 Governo do Distrito Federal

O governo do Distrito Federal atua em projetos e planos de cooperação internacional por meio do seu Escritório de Assuntos Internacionais. O órgão especializado é responsável pela materialização e coordenação do relacionamento e comunicação entre a administração pública distrital e as organizações internacionais e os países parceiros, incluindo o corpo diplomático presente em Brasília.

No trabalho do escritório, destaca-se a atuação paradiplomática do Distrito Federal em quatro áreas: i) fortalecimento institucional, com ações para o desenvolvimento de capacidades dos servidores e órgãos locais; ii) desenvolvimento, com coordenação e apoio à atração de investimentos estrangeiros diretos e à promoção de negócios internacionais do Distrito Federal; iii) internacionalização, com trabalho por meio das redes de cidades para a promoção internacional da cidade; e iv) educação e cultura, iniciativas com representações diplomáticas e organismos internacionais que fomentam a aproximação com parceiros estrangeiros.

Na esfera da cooperação internacional, o escritório tem a missão de promover a formalização e acompanhar a execução de acordos, bem como estabelecer parcerias visando à transferência de conhecimento, tecnologia e boas práticas internacionais para a implementação de projetos estratégicos do governo distrital.

Em 2021, o governo do Distrito Federal atuou em um projeto de cooperação Sul-Sul, em parceria com a República Dominicana, com um gasto aproximado de R\$ 183 mil.

O acordo tem por objeto promover a colaboração entre o Distrito Federal e seus parceiros para o planejamento e execução de projetos de pesquisas, consultorias, assessorias, estudos comparados, cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização, seminários e palestras, disseminação dos conhecimentos e de ferramentas de gestão pública, missões técnicas, intercâmbio, compartilhamento de informações, além de infraestrutura e outros eventos de interesse das partes. Esta iniciativa de cooperação contou com ações nas áreas de segurança pública, meio ambiente, turismo, cultura, educação, desenvolvimento e planejamento urbano sustentável.

### **3.13 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira. Exerce a supervisão da política ambiental em nível nacional, que compreende atribuições relativas ao licenciamento, controle e autorização do uso de recursos naturais, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente, órgão supervisor do Ibama, também atua na execução direta da política ambiental federal e, supletivamente, ajuda a fortalecer os sistemas estaduais e municipais. No âmbito da cooperação internacional, a parceria com outros países e instituições faz parte dos objetivos estratégicos do Ibama. Nesta seara, o órgão exerce cooperação na área técnica, compartilhando as competências que a instituição já desempenha na esfera nacional.

Em 2021, o Ibama participou de quatro projetos, tendo o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) como canal de atuação: i) Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA); ii) Manejo Integrado do Fogo no Patrimônio Natural do Equador; iii) Programa Amazônia sem Fogo; e iv) Rede Regional de Incêndios Florestais da América do Sul.

É importante mencionar que o Brasil é reconhecido como centro de referência regional para redução do fogo. Nesse contexto, o Prevfogo se destaca como centro especializado, responsável pela prevenção e combate aos incêndios florestais em território nacional, incluindo atividades relacionadas com campanhas educativas, treinamento e capacitação de produtores rurais e brigadistas, monitoramento e pesquisa.

### 3.14 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável por aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas educacionais, atuando em três áreas: avaliação e exames educacionais; gestão do conhecimento e estudos educacionais; e pesquisas estatísticas e indicadores educacionais.

A orientação do órgão, em função da formação de parcerias no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, ocorre com o estabelecimento e implementação de projetos de cooperação técnica. Estes projetos têm o propósito de aperfeiçoar e promover as atividades exercidas pelo Inep, alinhando a formação de parcerias internacionais com o objetivo estratégico de avançar nos indicadores educacionais do Brasil.

O instituto trabalha com uma agenda internacional de ações estratégicas, alinhadas nos interesses e necessidades de programas desenvolvidos pela instituição, como o novo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em consonância com seus objetivos estratégicos, e como um estímulo à formação de projetos de cooperação técnica, em 2020, o Inep elaborou o *Manual de gestão dos projetos de cooperação técnica internacional* (CTI). O manual está alinhado a ações estruturais de médio e longo prazo da instituição, e é um esforço do Inep para desenhar projetos de cooperação bilaterais e/ou multilaterais com instituições internacionais e países parceiros.

Em 2021, o Inep atuou em cinco projetos de cooperação Sul-Sul triangular, todos voltados à pesquisa, relacionados à avaliação do ensino e dos estudantes. O gasto total estimado com os cinco projetos alcança cerca de R\$ 12 milhões. Contudo, é preciso esclarecer que apenas dois entre os cinco projetos correspondem diretamente a cooperação técnica internacional (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa/OCDE e Estudo Internacional de Progresso em Leitura/Associação Internacional para a Avaliação do Desempenho Educacional – PIRLS/Aiade). Entre os três projetos remanescentes que são classificados na modalidade B01 (contribuições obrigatórias a centros de pesquisa), dois são estudos voltados para educação cívica e cidadania e um para tendências em matemática e ciências. O quadro 4 apresenta o detalhamento dos projetos do Inep, por cada um dos seus parceiros.

#### QUADRO 4

##### Inep: projetos de cooperação Sul-Sul triangular, por parceiro (2021)

Aiade	OCDE
Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania	Pisa
PIRLS	-
Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS 2023)	-

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.



### 3.15 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. Ele reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas vinculadas ao Mapa.

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa está presente em fóruns internacionais, que discutem, normatizam e regulamentam o comércio de produtos agropecuários. Entre os principais fóruns estão: Codex Alimentarius; Mercosul; Organização Mundial da Saúde Animal (OIE); OCDE; Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (Unece); International Organisation of Vine and Wine (OIV). Adicionalmente, o Mapa, por meio da SDA, atua internacionalmente nos temas relacionados a produtos de origem vegetal, sanidade vegetal e participação do Brasil em feiras e eventos internacionais, assim como no comércio internacional.

Em 2021, o Mapa implementou duas iniciativas de cooperação internacional. Na primeira, junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF, em inglês), a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Mapa trabalhou na iniciativa de atuar na gestão sustentável da captura acidental na pesca de arrasto (*trawl fisheries*) na América Latina e no Caribe (projeto conhecido como REBYC-II LAC, que é realizado também na Colômbia, Costa Rica, México, Suriname, e Trindade e Tobago). Trata-se de arranjo de cooperação Sul-Sul triangular. A segunda iniciativa se refere a contribuições voluntárias para organismos internacionais. Neste caso, a contribuição voluntária foi para atividades econômicas com a OCDE.

### 3.16 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é um órgão da administração federal direta, com as seguintes áreas de competência: i) políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; ii) planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades de ciência, tecnologia e inovação; iii) política de desenvolvimento de informática e automação; iv) política nacional de biossegurança; v) política espacial; vi) política nuclear; vii) controle da exportação de bens e serviços sensíveis; e viii) articulação com governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com a sociedade e com órgãos do governo federal. O MCTI conta também com unidades de pesquisa, entidades vinculadas e organizações sociais.

Em 2021, o MCTI conduziu vinte iniciativas de cooperação internacional, com um gasto total estimado de R\$ 2,15 milhões. As iniciativas conduzidas pelo ministério se distribuem em três modalidades de cooperação internacional. Treze iniciativas estão associadas às modalidades C e D, sendo que apenas cinco correspondem às contribuições voluntárias às organizações multilaterais (subitem B02b). O gasto combinado nas modalidades C e D alcançou R\$ 1,63 milhão, enquanto R\$ 209 mil foram gastos nas cinco iniciativas classificadas na modalidade B. O quadro 5 especifica as contribuições voluntárias do MCTI em 2021.

#### QUADRO 5

#### MCTI em 2021 na modalidade B: contribuições voluntárias da União a organismos internacionais

Parceiro	Descrição da contribuição
Comitê Científico de Pesquisa Oceânica	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Oceânicas (Scor)
Committee on Space Research	Contribuição para o Comitê sobre Pesquisa Espacial (Cospar)
International Astronautical Federation	Contribuição à Federação Internacional de Astronáutica (FIA)
California Institute of Technology	Contribuição à Colaboração Científica do Observatório de Ondas Gravitacionais por Interferômetro Laser Ligo
Comitê Científico de Pesquisa Antártica	Contribuição ao Comitê Científico de Pesquisa Antártica (Scar)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Na modalidade C de cooperação, é importante destacar que uma das iniciativas constitui projeto implementado pelo Instituto Butantan. Contudo, o instituto optou por se autotransferir como canal de implementação, delegando ao MCTI o papel de instituição responsável. O projeto do Instituto Butantan, com custo estimado de R\$ 600 mil, favoreceu Moçambique no campo das técnicas de produção de soro antiofídico. O projeto teve três etapas de implementação, executadas entre os anos de 2005 e 2009. A quarta etapa de construção do serpenteiro, todavia, foi executada em 2021, com recursos oferecidos pela empresa Vale.

Na modalidade D, doze iniciativas de cooperação técnica foram concentradas no subitem D012 (custos com diárias e passagens de especialistas) e D01 (cooperação técnica em espécie), sob os arranjos de cooperação Sul triangular e cooperação Sul-Norte. Apesar de haver maior número de iniciativas de cooperação Sul-triangular (oito iniciativas), as iniciativas de cooperação Sul-Norte foram as que envolveram maior volume de gastos, alcançando R\$ 803 mil. As quatro iniciativas representam parcerias gerais em cooperação técnica do MCTI com a Alemanha, o Fundo Global para o Meio Ambiente, o Fundo de Investimento Climático e a Parceria Global para Inteligência Artificial.

### 3.17 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do governo federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. Cabe ao MD o preparo e o emprego conjunto e singular das Forças Armadas, constituídas por Marinha, Exército e Aeronáutica, além de sua articulação com os demais órgãos do Estado. As ações internacionais do ministério se dão por meio: i) das atuações em missões de paz; ii) de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso das políticas externa e de defesa; iii) das cooperações internacionais; iv) da participação em fóruns internacionais multilaterais; e v) de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o MD conduziu duas grandes iniciativas em termos de cooperação internacional. A primeira delas é a participação brasileira na missão de paz do Líbano, Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A UNIFIL existe desde 1978, após o estabelecimento das resoluções nºs 425 e 426 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o objetivo de restaurar a paz e segurança internacional na região, além de ajudar o governo libanês a restaurar sua efetiva autoridade na área. Ao sul do país, a chamada Linha Azul é o ponto crucial a ser observado para se manter a paz que prevaleceu sobre os conflitos nos anos posteriores à resolução da ONU.

O Brasil participa da missão de paz desde 2011, com militares brasileiros atuando junto ao estado-maior das brigadas espanholas no sul do Líbano. Estas forças são responsáveis pelo setor leste do desdobramento terrestre da ONU no país, com a missão de vigiar a cessação das hostilidades e o respeito à Linha Azul, além de apoiar o governo libanês na restauração de sua autoridade na área sul do Líbano.

O Brasil vem apoiando a referida missão com integrantes do Estado-Maior, observadores e policiais militares dos estados da Federação, como International Police Officer (IPO). A participação brasileira na missão de paz do Líbano relaciona-se basicamente a gastos na modalidade D (cooperação técnica, subitem D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos, para a manutenção das Forças de Paz), caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul.

A segunda iniciativa de cooperação internacional do MD é majoritariamente com a Venezuela. Trata-se do acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade I (apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas, subitem I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses), caracterizado como arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas relacionadas a: i) diárias de pessoal militar; ii) material de consumo; iii) material, bem ou serviço para distribuição gratuita; iv) passagens e despesas com locomoção; v) serviços de terceiros – pessoa jurídica; vi) serviços

de tecnologia da informação e comunicação – pessoas jurídicas; vii) obrigações tributárias e contributivas; e viii) equipamentos e material permanente.

### 3.18 Superintendência de Seguros Privados

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Economia. Ela é responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. A Susep é membro do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, em conjunto com o Ministério da Economia, o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, o BCB e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2021, a atuação da Susep em cooperação internacional prestada se deu por meio da cooperação técnica na modalidade cooperação Sul-Sul com Angola. Aquele país foi beneficiário de uma capacitação no âmbito da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos. A capacitação em questão se constituiu na realização de sessões de videoconferência, nas quais os técnicos da Susep explicaram e demonstraram a regulação e supervisão da Susep para os técnicos da Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg).

### 3.19 Agência Nacional de Saúde Suplementar

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. A ANS atua na regulação da saúde suplementar (estabelecimentos de políticas e diretrizes gerais, ações normativas e indutoras que defendam o interesse público e garantam a sustentabilidade do mercado de assistência suplementar à saúde), na qualificação da saúde suplementar (elaboração de políticas, diretrizes e ações que buscam a qualificação do setor, das operadoras e dos processos) e em atividades de articulação institucional.

As atividades de cooperação internacional da ANS são recentes. Em 2021, a agência realizou projeto de cooperação internacional com a Colômbia, denominado Fortalecimento das Capacidades de Saúde na Elaboração de Indicadores Estratégicos e de Gestão e Fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar do Brasil no Controle de Gastos em Saúde. Tal projeto teve como objetivo apoiar a elaboração de metodologias para criação de indicadores estratégicos e de gestão, como reforço das ações de inspeção, vigilância e controle dos atores do sistema de saúde colombiano. A ANS, por sua vez, se aprofundou no estudo sobre redução de gasto em saúde do país em questão, ponto no qual a Colômbia se destaca na América Latina. Trata-se de uma iniciativa de cooperação internacional Sul-Sul.

### 3.20 Instituto Butantan

O Instituto Butantan é produtor de vacinas e soros, sendo um dos principais produtores de imunobiológicos no Brasil e no mundo. O instituto realiza diversas atividades de relevância regional e global. As mais significativas são descritas adiante.

- 1) Desenvolvimento de estudos e pesquisa básica nas áreas de biologia e de biomedicina relacionados, direta ou indiretamente, com a saúde pública.
- 2) Realização de missões científicas no país e no exterior por meio das Organizações Mundial e Pan-Americana da Saúde, da ONU e do Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas (UNICEF).
- 3) A colaboração para a melhoria da saúde global, com outros órgãos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e do Ministério da Saúde, no Brasil.
- 4) Implementação de projetos de pesquisa básica e aplicada, tais como estudos sobre animais peçonhentos, agentes patogênicos, inovação e modernização dos processos de produção e controle de imunobiológicos, além de estudos clínicos, terapêuticos e epidemiológicos relacionados a acidentes causados por animais peçonhentos.
- 5) Manutenção de coleções científicas zoológicas e desenvolvimento de atividades educacionais e culturais por meio de quatro museus: Museu Biológico, Museu Histórico, Museu de Microbiologia e Museu de Saúde Pública Emílio Ribas.
- 6) Capacitação de alunos por meio de estágios em nível de iniciação científica (Programa de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Pibic/CNPq), programa de especialização na área da saúde e pós-graduação (mestrado e doutorado).
- 7) Oferta de cursos de extensão para formação de profissionais que possam ser multiplicadores de informações em saúde pública e cursos de aperfeiçoamento de curta duração, abordando temas como animais peçonhentos, insetos de importância médica, soros e vacinas, destinados à comunidade em geral, estudantes, professores, militares, bombeiros, agropecuaristas, entre outros.

Em 2021, o Instituto Butantan implementou um projeto de cooperação internacional com Moçambique, caracterizando-se como um arranjo de cooperação Sul-Sul. O projeto concentra-se em ações de desenvolvimento de anticorpos específicos para toxinas presentes em venenos de cobras africanas, em quatro etapas. As etapas 1, 2 e 3 foram realizadas entre 2005 e 2009, sendo que apenas a etapa 4 foi implementada em 2021 (construção e implantação de serpentário e planta piloto para produção local de antivenenos). Os gastos totais com esta quarta etapa alcançaram R\$ 600 mil.

### 3.21 Comissão Nacional de Energia Nuclear

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) é uma autarquia federal vinculada ao MCTI, criada em 1956 e estruturada pela Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para desenvolver a política nacional de energia nuclear. É responsável pelo estabelecimento de normas e regulamentos em radioproteção e pela regulação, licenciamento e fiscalização da produção e uso da energia nuclear no Brasil. A CNEN atua em atividades de pesquisa, orientação, planejamento, regulação e fiscalização, em diversos setores que mantêm interação com a área nuclear, como geração de energia elétrica; medicina nuclear; aplicações na indústria, agricultura e meio ambiente; pesquisa e ensino relacionados a tecnologias aplicadas; exploração e pesquisa em beneficiamento das reservas minerais nucleares (urânio, tório etc.); defesa, especialmente relacionada à propulsão nuclear; tratamento e armazenamento de rejeitos radioativos; segurança e proteção radiológica da população.

A estrutura da CNEN está organizada em duas áreas: pesquisa e desenvolvimento, e radioproteção e segurança, cujas atividades e responsabilidades estão desdobradas em várias unidades situadas em diferentes pontos do país. A Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (DPD) é responsável pelos institutos de pesquisa; e a Diretoria de Radioproteção e Segurança (DRS) é responsável pelo Laboratório de Poços de Caldas (Lapoc), dois escritórios de representação – em Brasília (Esbra) e Porto Alegre (Espoa) – e quatro postos distritais, em Angra dos Reis (Diang), Caetité (Dicae), Fortaleza (Difor) e Resende (Dires). Há também os Centros Regionais de Ciências Nucleares no Nordeste (CRCN-NE) e Centro-Oeste (CRCN-CO), que têm como função estender a atuação da CNEN para essas regiões. O CRCN-NE, em Recife, atua prioritariamente nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação; formação de recursos humanos e produtos e serviços na área nuclear e correlatas. Por sua vez, o CRCN-CO, situado em Abadia de Goiás, foi criado com o objetivo principal de monitorar os depósitos definitivos dos rejeitos oriundos do acidente radiológico de Goiânia, ocorrido em setembro de 1987, e manter um acervo histórico das ações e soluções tecnológicas adotadas.

O CNEN implementou cinco iniciativas de cooperação internacional no ano de 2021, com predominância nos arranjos de cooperação triangular, por meio do Programa de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica (PCT/AIEA). A participação do CNEN com a AIEA e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) se deu por meio da cooperação técnica, com a modalidade “D02 – Custos de treinamento e capacitação”, por meio do treinamento realizado ao longo de 2021 para cidadãos moçambicanos, dentro do escopo do projeto de expansão dos serviços de radioterapia e introdução aos serviços de medicina nuclear (Expanding Radiotherapy Services and Introducing Nuclear Medicine Services).

As outras duas iniciativas realizadas pelo CNEN também configuraram-se como cooperação técnica, modalidade “D02 – Custos de treinamento e capacitação”, por meio da atuação do CNEN com a AIEA e o Hospital de Câncer de Barretos, em atividade de treinamento para cidadã uzbequistanesa, no escopo do projeto Supporting Overall Programme Management and Sustainability, e treinamento de cidadão angolano por todo o ano de 2021 sob o escopo do projeto de apoio ao desenvolvimento de recursos humanos em medicina de radiação para os países do Acordo de Afra,<sup>5</sup> denominado Supporting Human Resources Development in Radiation Medicine, que tem como foco o fortalecimento do tratamento de câncer pelo treinamento e educação em radiação para os profissionais de medicina dos Estados do Acordo de Afra.

### 3.22 Instituto Nacional de Câncer

O Instituto Nacional de Câncer (Inca) é o órgão do Ministério da Saúde que atua no desenvolvimento e coordenação das ações integradas para a prevenção e o controle do câncer no Brasil. As ações consistem na assistência médico-hospitalar, como parte dos serviços oferecidos pelo SUS, e na atuação em áreas estratégicas, como prevenção e detecção precoce, formação de profissionais especializados, desenvolvimento da pesquisa e geração de informação epidemiológica.

A atuação internacional do Inca se dá por meio de apoio a ações e políticas para intercâmbio de experiência técnica, propiciando o aprimoramento das equipes técnicas do instituto, além do compartilhamento da experiência brasileira com outros países e fortalecimento das políticas na área de prevenção e controle do câncer.

O Inca possui diversas parcerias e ações internacionais que atuam na transferência ou compartilhamento de conhecimentos e experiências por meio de capacitações humanas e institucionais, para o fortalecimento dos sistemas de saúde do Brasil e de países em desenvolvimento. As principais iniciativas em que o Inca atua são: i) Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul e Estados Associados (CICT); ii) Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (Opas/OMS) para o Controle do Tabaco; iii) cooperação com a União Internacional para Controle do Câncer (UICC); iv) cooperação com a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iara); v) cooperação com a AIEA; e vi) projetos de cooperação com a CPLP.

Para o ano de 2021, o Inca teve duas ações de cooperação internacional caracterizadas como arranjos de cooperação Sul-Sul, na modalidade de cooperação técnica. A primeira iniciativa foi com Angola, na modalidade de cooperação técnica “D011 – Custos com especialistas”, em iniciativa que consistiu no apoio

---

5. Afra – African Regional Cooperative Agreement for Research, Development and Training related to Nuclear Science and Technology.

à implementação e gestão de medidas para a prevenção e o controle do câncer em Angola, em projeto que consolida a política e o plano nacional de prevenção e controle do câncer em Angola, e na melhoria da atenção prestada aos pacientes do Instituto Angolano de Controle do Câncer (IACC) em relação à detecção precoce, confirmação diagnóstica e tratamento do câncer, por meio da realização de formação de profissionais angolanos de equipe médica e multidisciplinar do IACC e de outros serviços de oncologia, no Inca, e o assessoramento técnico da parte brasileira para a estruturação da política.

A segunda iniciativa de cooperação internacional aconteceu com a Colômbia, na modalidade cooperação técnica “D02 – Custos com treinamento e capacitação”, sobre o controle de tabaco, por meio de troca de boas práticas e colaboração técnica entre representantes da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq) e os membros do governo colombiano.

### 3.23 Governo do estado de Minas Gerais

Minas Gerais é o quarto estado com a maior área territorial e o segundo em quantidade de habitantes. Seu território é subdividido em 852 municípios. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede) é a área responsável pelas iniciativas de fomento dos negócios internacionais e atração de investimentos, e também é responsável pela agenda internacional do estado de Minas Gerais. A secretaria conta com uma Assessoria de Cooperação Nacional e Internacional, e sua agenda internacional está organizada de acordo com os temas de oportunidades internacionais, missões internacionais e visitas oficiais estrangeiras, inteligência e assessoria técnica internacional e formalização de cooperação internacional.

Em 2021, o estado realizou doze iniciativas de cooperação, sendo quatro iniciativas de arranjo de cooperação Sul-Norte e oito iniciativas de arranjo de cooperação Sul-Sul. As modalidades das iniciativas são de C (projetos), com oito iniciativas, e D (cooperação técnica), com quatro iniciativas.

As iniciativas na modalidade C01 (projetos), foram predominantemente de arranjos de cooperação Sul-Sul, descritas a seguir.

- 1) Atendimento humanitário em apoio à comunidade haitiana, em decorrência das consequências da passagem do ciclone tropical Grace pelo Haiti, com o envio de uma guarnição de bombeiros militares composta por dois oficiais e duas praças, para realização de ações de busca e salvamento e atendimento humanitário, coordenada pela ABC.
- 2) Missão Oficial do Estado de Minas aos Emirados Árabes Unidos, com o envio de um representante do governo do estado.



- 3) Missão Precursora do Estado aos Emirados Árabes Unidos, com envio de um representante do governo do estado.
- 4) Feira Internacional de Comércio e Serviços China-Brasil (CIFTIS China-Brasil), com vistas ao aprofundamento da Parceria Estratégica Global entre a China e o Brasil, com a interação de um servidor. O Consulado-Geral da China no Rio de Janeiro organizou a Feira Internacional em Nuvem para Comércio de Serviços China-Brasil 2021 (CIFTIS China-Brasil), que visa estabelecer uma plataforma pública de comércio internacional de serviços, para promover os intercâmbios nos campos de serviços técnicos, serviços comerciais, saúde inteligente, cidades inteligentes e comércio cultural.
- 5) Evento de Promoção de Investimentos no Parque Industrial da XCMG em Pouso Alegre, com a interação de um representante. O evento contou com a participação da Assessoria de Cooperação Internacional, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Invest Minas, Vice-Governadoria, Consulado-Geral do Brasil em Xangai, Governo da Província de Jiangsu, Vale e outras empresas atuantes nas relações bilaterais Brasil-China, para promoção do Parque Industrial da XCMG em Pouso Alegre.

Os arranjos de cooperação Sul-Norte estão descritos a seguir.

- 1) Missão Oficial do Estado de Minas ao Reino Unido, com envio de um representante do governo do estado.
- 2) Missão Oficial do Estado de Minas aos Estados Unidos (Invest Minas e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico), com envio de um representante do governo do estado.
- 3) Business Forum Itália-Minas Gerais, com a participação de dois servidores, em formato remoto, por meio de painéis setoriais sobre agronegócio, manufatura e energia sustentável.

As iniciativas na modalidade “D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)” foram predominantemente de arranjo de cooperação Sul-Sul, e estão elencadas a seguir.

- 1) Missão Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais ao Catar e Emirados Árabes Unidos, com participação de três servidores do estado de Minas Gerais.
- 2) Missão Oficial do Governo do Estado de Minas aos Emirados Árabes Unidos, com participação de dois servidores do estado de Minas Gerais.

- 3) Cooperação Internacional via Irmanamento entre Província de Jiangsu e Minas Gerais, com cooperação nas áreas econômica, comercial, ciência, tecnologia, cultura, esportes, educação, saúde, relações diplomáticas, com participação de um servidor da Assessoria de Cooperação Internacional, de modo remoto, para as atividades de cooperação.

Ainda na modalidade “D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)”, houve uma iniciativa com arranjo de cooperação Sul-Norte, descrita a seguir.

- 1) Cooperação entre o Estado de Minas Gerais e o Estado de Queensland, na Austrália, para esforços mútuos no desenvolvimento, aprimoramento e capacitação nas áreas de mineração e meio ambiente, com um servidor atuando, de modo remoto, nas atividades que compõem a cooperação.

#### **4 COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA, MISSÕES DE PAZ E REFUGIADOS (MODALIDADES G, I E J)**

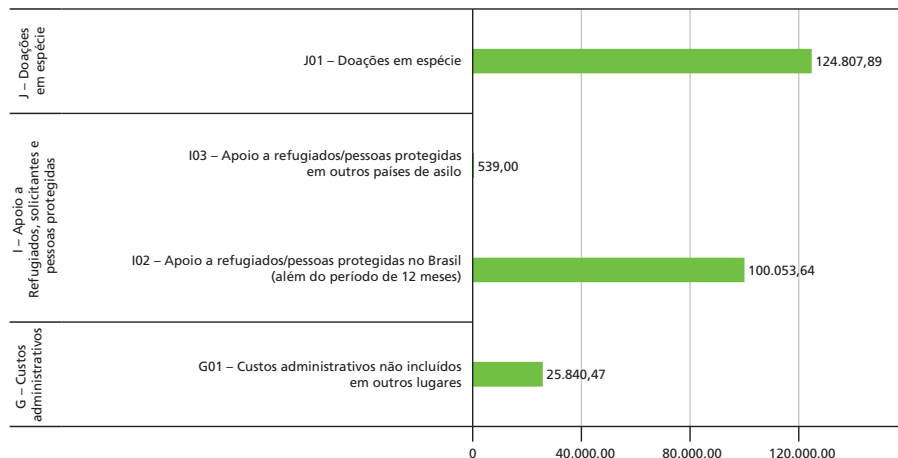
A opção por agrupamento das modalidades I (apoio a refugiados, solicitantes e pessoas protegidas) e J (doações em espécie) para esta seção ocorreu naturalmente, uma vez que as atividades relacionadas às doações em espécie estão diretamente ligadas às ações humanitárias. A inclusão das iniciativas ligadas a custos administrativos resulta de conveniência, uma vez que elas não possuem ligação com nenhuma das demais modalidades de cooperação e tampouco possuem relevância para análise, se destacadas de algum agrupamento. Em conjunto, as três modalidades representaram pouco menos de 8% do gasto total em 2021. Porcentagem ainda menor representam as iniciativas de cooperação associadas a esse conjunto de modalidades – apenas 2,6% do total (210 iniciativas).

Embora o gasto geral ou a quantidade de iniciativas não seja tão alto, impressiona o fato de que apenas cinco iniciativas concentrem mais de 76% do gasto total nessas modalidades. No subitem I02 (apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses), um projeto do MD computa mais de R\$ 100 milhões. No subitem J01 (doações em espécie), duas doações de alimentos da Conab superaram R\$ 32 milhões. Além disso, dois projetos de ajuda humanitária ao Haiti e Equador coordenados pela ABC ultrapassaram o valor combinado de R\$ 37 milhões. As cinco iniciativas ajudam a interpretar as tendências exibidas no gráfico 12.

## GRÁFICO 12

## Detalhamento de gastos nas modalidades G, I e J (2021)

(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Na tabela 3, chama atenção o elevado número de horas técnicas computadas no subitem J01 da modalidade de doações em espécie. Com efeito, todas as horas técnicas referem-se ao projeto de apoio brasileiro ao Haiti, coordenado pela ABC. Neste projeto, houve custeio direto para a atuação de 33 profissionais em atividades de assistência humanitária no Haiti, após o terremoto que ocorreu no país em agosto de 2021. Outra tendência é a concentração de diversas atividades no mesmo subitem/modalidade. Conforme será analisado adiante, as iniciativas se referem a internações de estrangeiros de diversas nacionalidades custeadas pelo SUS/Ministério da Saúde.

## TABELA 3

## Modalidades de cooperação internacional "G – Custos administrativos", "I – Apoio a refugiados, solicitantes e pessoas protegidas", "J – Doações em espécie" (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
G – Custos administrativos	25.840.468,93	8	0,00	0
G01 – Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	8	0,00	0
I – Apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas	100.592.643,07	2	0,00	0
I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de doze meses)	100.053.643,07	1	0,00	0
I03 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas em outros países de asilo	539.000,00	1	0,00	0

(Continua)

(Continuação)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
J – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016
J01 – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016
<b>Total geral</b>	<b>251.240.997,19</b>	<b>210</b>	<b>619.977,60</b>	<b>5.016</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

#### 4.1 Divisão de Cooperação Humanitária

A ABC atua em projetos de cooperação humanitária através da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH), conforme as demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária. Assim, a instituição tem coordenado ações de resposta emergencial de caráter humanitário, por meio de doações de alimentos, medicamentos e outros itens de necessidade para o atendimento a países e populações que se encontrem em situação de desastre socioambiental, de calamidade pública, de conflito armado, de insegurança alimentar e nutricional, ou em outra situação de emergência ou de vulnerabilidade, inclusive grave ameaça à vida, à saúde e aos direitos humanos ou humanitários de sua população.

No campo da cooperação humanitária, a CGCH opera em torno de dois conjuntos de ações: i) coordenação de ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; e ii) acompanhamento de iniciativas de cooperação em temas humanitários com os organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais.

A ação humanitária do CGCH conta com a coparticipação de outros ministérios do governo brasileiro. O grupo de trabalho interministerial sobre cooperação humanitária internacional tem por objetivos a coordenação de ações de cooperação humanitária internacional empreendidas pelo Brasil, a apresentação de iniciativas para ampliar a capacidade e a eficácia das ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil, e também a formulação de propostas de atos normativos para viabilizar ações humanitárias internacionais empreendidas pelo país.

Além do papel de coordenação intragovernamental em assuntos de cooperação humanitária internacional, a CGCH acompanha iniciativas sobre esta temática com os seguintes organismos internacionais dos quais o Brasil é membro: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Programa Mundial de Alimentos (PMA); Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); Organização Internacional para as Migrações (OIM); Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA); Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos para o Oriente Próximo (UNRWA); Escritório das Nações Unidas para Redução do Risco de Desastres (UNISDR).

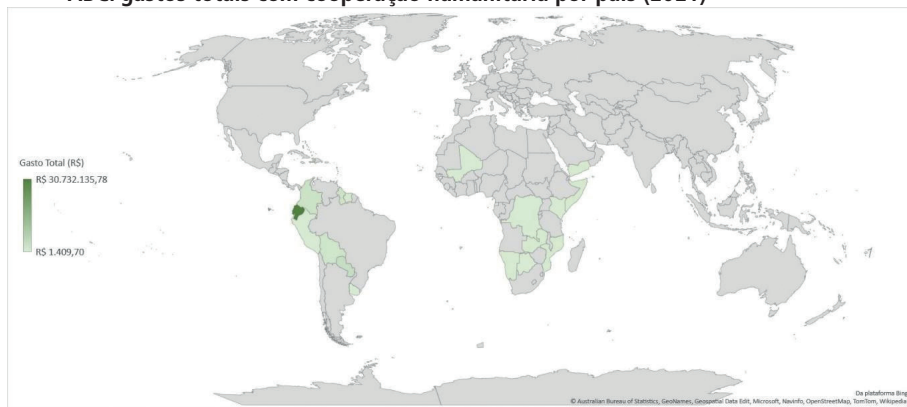
É importante salientar que a atuação do governo federal em doações internacionais de alimentos é resultado de estreita coordenação entre o MRE e a Conab, empresa pública vinculada ao Mapa. Para que a doação possa ocorrer, o Brasil deve receber a solicitação oficial de país parceiro, via postos diplomáticos brasileiros no exterior, ou por meio das embaixadas dos outros países no Brasil. Após o recebimento da demanda, inicia-se a análise de possibilidade de resposta, que será positiva somente se não se colocar em causa o abastecimento nacional de alimentos.

Procedimento similar ocorre em relação às doações de medicamentos e insumos ligados à saúde, que também são realizadas após o envio oficial do pedido pelo país solicitante ao Brasil, pelas vias diplomáticas existentes. Quando o Brasil recebe a demanda, a ABC consulta o Ministério da Saúde do Brasil sobre a possibilidade de concretização da doação, parcial ou integral, além de alinhar com o país solicitante como se dará o processo de transporte dos itens doados.

O Brasil atuou em 71 projetos de cooperação humanitária com 35 países, representando um gasto superior a R\$ 82 milhões (figura 2). Desse total, em 24 projetos, a Divisão de Cooperação Humanitária participou diretamente com contribuições voltadas à ação humanitária, recursos para o combate à covid-19 e transferência de recursos para aquisição de alimentos.

FIGURA 2

ABC: gastos totais com cooperação humanitária por país (2021)



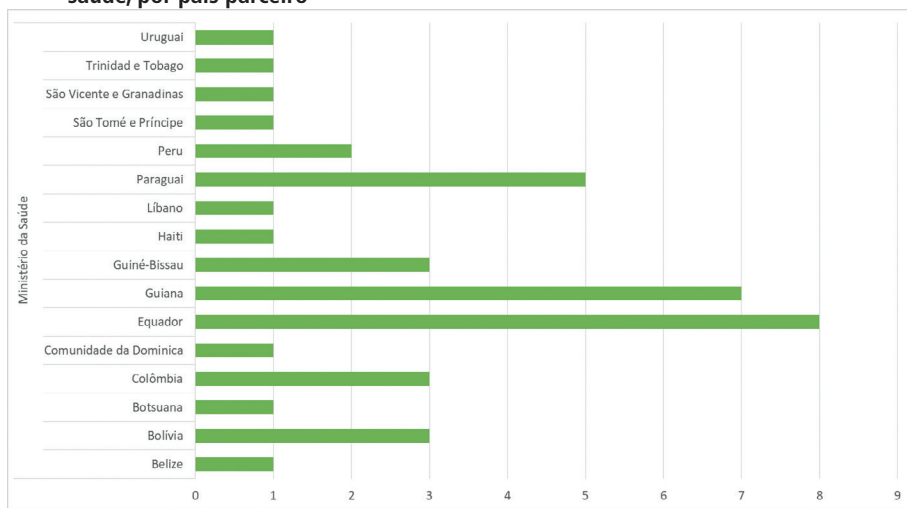
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em coparticipação com a DPU, a CGCH atuou em um projeto voltado ao fortalecimento do setor judiciário no Timor-Leste. Em coparticipação com o Ministério da Saúde, a CGCH atuou em quarenta projetos de cooperação humanitária, com doações de medicamentos, equipamentos e testes para detecção de doenças.

O gráfico 13 ilustra o número de iniciativas em saúde com cada um dos dezesseis países cooperantes no ano de 2021.

**GRÁFICO 13****Atuação interministerial sobre cooperação humanitária internacional no setor de saúde, por país parceiro**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

## 4.2 Companhia Nacional de Abastecimento

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é uma empresa pública vinculada ao Mapa que gerencia as políticas agrícolas e de abastecimento, para assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade. A companhia disponibiliza ao governo federal informações técnicas para apoiar na tomada de decisão quanto à elaboração de políticas voltadas à agricultura, por meio de informações detalhadas e atualizadas sobre a produção agropecuária nacional, levantamentos de previsão de safras, custos de produção e armazenagem, posicionamento dos estoques e de indicadores de mercado e estudos técnicos que viabilizam a análise do quadro de oferta e demanda, disponíveis para toda a sociedade.

Ao se analisarem as iniciativas da Conab em cooperação internacional em 2021 com o Líbano e Moçambique, pode-se dizer que a sua atuação ocorre principalmente na modalidade J (doações em espécie). Ambas as iniciativas podem ser classificadas como arranjos de cooperação Sul-Sul.

No caso de Moçambique, a iniciativa contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz via Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). A iniciativa caracteriza-se como uma doação brasileira de caráter humanitário, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional após a passagem dos ciclones Idai e Kenneth, situação ainda agravada com o avanço da pandemia do novo coronavírus naquele ano.

No caso do Líbano, a iniciativa também contou com recursos financeiros da ABC para custear o envio de arroz, com o transporte contratado junto ao UNOPS. A iniciativa também se caracterizou como uma doação brasileira de caráter humanitário, com o intuito de contribuir para a segurança alimentar e nutricional do país. O aporte foi particularmente importante após a explosão no porto da capital libanesa em agosto de 2020, situação que agravou os problemas de insegurança alimentar no contexto da pandemia de covid-19.

### 4.3 Ministério da Defesa

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do governo federal responsável pela coordenação dos esforços integrados de defesa, contribuindo para a garantia da soberania, em prol da sociedade brasileira. As ações internacionais do ministério se dão por meio: i) das atuações em missões de paz; ii) de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e de defesa; iii) das cooperações internacionais; iv) da participação em fóruns internacionais multilaterais; e v) de parcerias e acordos bilaterais.

Em 2021, o MD implementou uma iniciativa na modalidade de cooperação humanitária internacional, majoritariamente para venezuelanos. Trata-se de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, com gastos na modalidade I (apoio a refugiados, solicitantes, pessoas protegidas, subitem “I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil, além do período de doze meses”), caracterizado com arranjo de cooperação Sul-Sul para ações diversas referentes a: i) diárias de pessoal militar; ii) material de consumo; iii) material, bem ou serviço para distribuição gratuita; iv) passagens e despesas com locomoção; v) serviços de terceiros – pessoa jurídica; vi) serviços de tecnologia da informação e comunicação – pessoa jurídica; vii) obrigações tributárias e contributivas; e viii) equipamentos e material permanente. Os gastos globais do ministério com as atividades ligadas a este projeto alcançaram mais de R\$ 100 milhões em 2021.

#### 4.4 Ministério da Saúde

O Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros. A função do ministério é garantir a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde. A missão do ministério é formular e implementar políticas públicas de saúde, com base na universalidade, integralidade e equidade.

O Ministério da Saúde atua em cooperação internacional predominantemente em projetos de cooperação Sul-Sul, em parceria com a ABC, e por meio de suas instituições vinculadas, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a Fiocruz. O Ministério da Saúde atua nos países da América Latina e do Caribe, países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste.<sup>6</sup> As informações sobre cooperação internacional no âmbito da saúde se apresentam de forma mais detalhada na seção 2 do capítulo 1 deste livro, uma vez que grande parte dos gastos do Ministério da Saúde na pesquisa Cobradi 2021 estão relacionados a internações de estrangeiros custeadas pelo SUS, via Fundo Nacional de Saúde.

No geral, estimou-se (conforme a seção 2 do capítulo 1 deste livro) que o Ministério da Saúde tenha despendido um valor próximo de R\$ 37 milhões com internações de estrangeiros oriundos de países em desenvolvimento. Deste total, 93% do gasto estimado está concentrado em apenas vinte países, sendo que somente os nacionais da Venezuela representaram quase 24% do total de internações custeadas pelo SUS em 2021. É igualmente importante salientar que certamente as previsões de gastos apresentadas estão subestimadas, pela ausência dos dados sobre atendimentos a estrangeiros constantes nas bases do sistema de informações ambulatoriais do Ministério da Saúde.

---

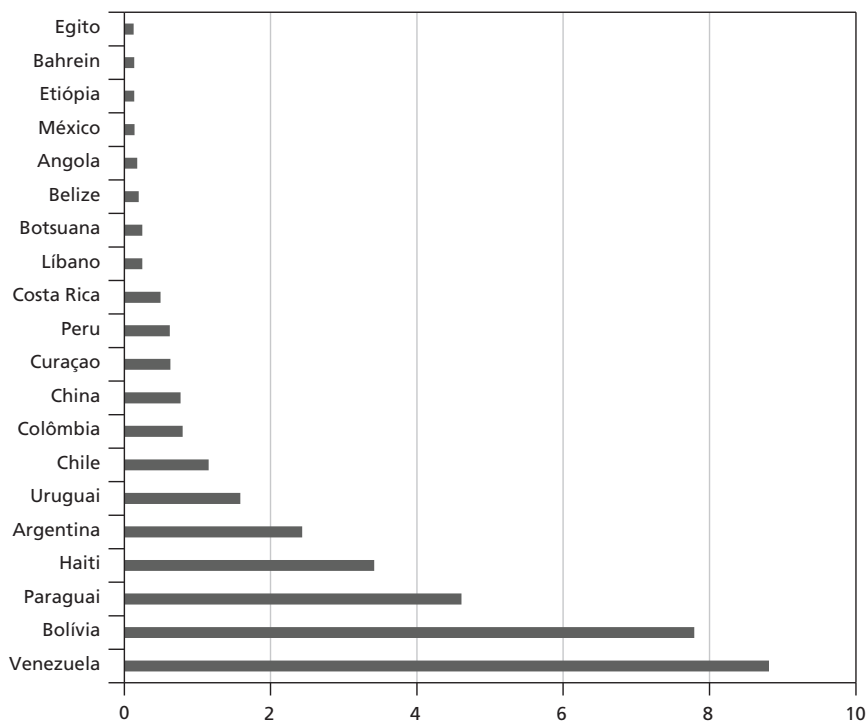
5. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/csc/a/xH9n53c93tY5zn5895ZvSXJ/?lang=pt>.



GRÁFICO 14

Ministério da Saúde: gastos com internações hospitalares para estrangeiros de países em desenvolvimento custeadas pelo SUS (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

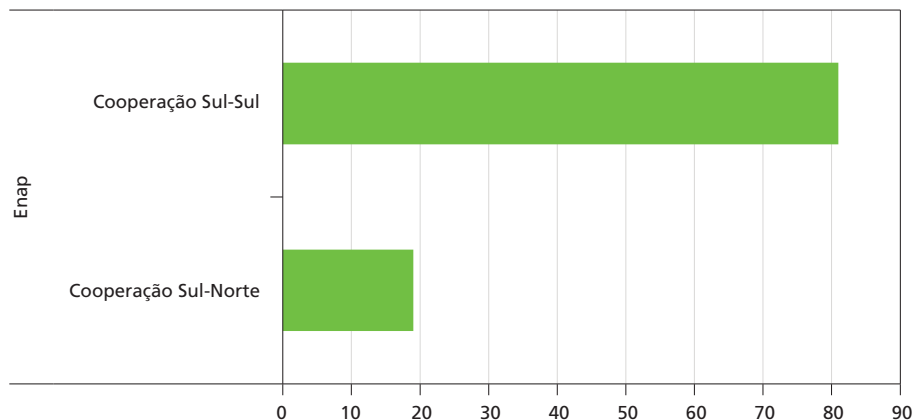
Elaboração dos autores.

## 5 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL (MODALIDADE E)

As tendências de gastos e iniciativas de cooperação educacional brasileiras exibidas no gráfico 15 foram essencialmente determinadas pela atuação internacional de quatro instituições. Primeiramente, o MEC contribuiu com a isenção de matrículas para 1.601 estudantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), no valor total de quase R\$ 40 milhões, fator que ajuda a explicar grande parte do valor do subitem E01. A seguir, o valor combinado do investimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) ajuda a explicar a totalidade dos gastos do subitem E02. Por fim, os gastos combinados de Capes, Fapesp e CNPq representam igualmente a totalidade dos gastos no subitem E03.

GRÁFICO 15

Detalhamento de gastos na modalidade “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes” (2021)  
(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Observando-se a tabela 4, percebe-se que o subitem E04 possui 32 iniciativas associadas. Deste total, 29 são parcerias para mobilidade acadêmica e pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UFTPR), para as quais a universidade declarou ainda não ser possível estimar os gastos associados. Logo, quase R\$ 4,5 milhões referem-se às atividades de ensino de línguas para estrangeiros no exterior coordenadas pelo MRE. O MRE estima que mais de 27 mil alunos tenham sido beneficiados pelas ações de ensino da língua e cultura portuguesa em 24 países.

TABELA 4

Modalidade de cooperação internacional “E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes” (2021)

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes	303.953.056,45	6.497	0,00	0
E01 – Bolsas/treinamento no Brasil	45.557.817,75	1.965	0,00	0
E02 – Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	15.479.270,12	457	0,00	0
E03 – Bolsas/treinamento no exterior	238.439.207,06	4.043	0,00	0
E04 – Outros gastos relacionados a estudantes no exterior	4.476.761,52	32	0,00	0
<b>Total geral</b>	<b>303.953.056,45</b>	<b>6.497</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 5.1 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi fundado em 1951, em virtude da necessidade de se estabelecer uma estrutura central de fomento à pesquisa. Ao longo dos anos, a atuação do órgão se tornou essencial para o desenvolvimento nacional e o reconhecimento das instituições de pesquisa e dos pesquisadores brasileiros pela comunidade científica internacional. Ligado ao MCTI, o CNPq tem como missão a formulação, execução, acompanhamento, avaliação e difusão de suas políticas públicas voltadas à ciência, tecnologia e inovação. Por esse motivo, é delegada ao conselho a responsabilidade de promover a pesquisa científica e tecnológica, bem como a formação de pessoas que irão atuar em pesquisa.

Na cooperação internacional, a atuação do CNPq fica a cargo da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional. A cooperação do CNPq é empreendida por meio do apoio à mobilidade de pesquisadores no desenvolvimento conjunto de pesquisas, à capacitação em alto nível de pesquisadores, além da participação em organismos internacionais. Diante disso, a cooperação científica e tecnológica internacional promovida pelo CNPq atua em duas frentes: i) na formação e capacitação de brasileiros no exterior; e ii) na formação de estrangeiros no Brasil.

No primeiro caso, a concessão de bolsas para brasileiros no exterior ocorre, em sua maioria, no âmbito da cooperação Norte-Sul. Atualmente, essas bolsas se aplicam exclusivamente aos convênios Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – Daad (Alemanha), Centre d'Études Supérieures des Matières Premières – Cesmat (França), Institute of Advanced Studies – IAS (França) e ao Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (Espanha). Outras oportunidades foram concedidas por meio de chamadas do Programa Ciência sem Fronteiras e pelo calendário do CNPq. Por sua vez, no segundo caso, as oportunidades oferecidas pela Coordenação-Geral de Cooperação Internacional para estrangeiros, em sua maioria, ocorrem no âmbito da cooperação Sul-Sul e abrangem bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. As duas primeiras modalidades de bolsas são incumbidas ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) e o convênio com a The World Academy of Sciences (TWAS).

Também existem acordos de cooperação internacional em que o CNPq atua com outras agências. Esses acordos vão desde a participação em comissões mistas, acompanhamento de delegações estrangeiras e missões exploratórias, até o assessoramento à Presidência do CNPq e ao MCTI em questões relativas à cooperação internacional. Em 2021, na modalidade E, o CNPq foi responsável pelo total de 190 bolsas diversas, conforme detalhado na tabela 5.

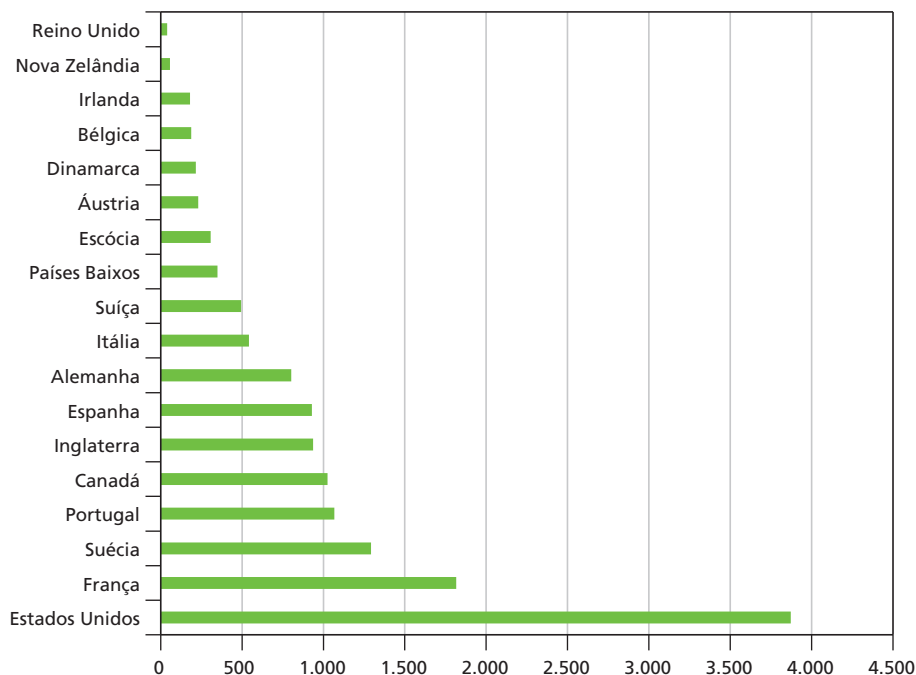
TABELA 5  
**CNPq: iniciativas por arranjos de cooperação internacional**

Arranjo de cooperação	Número de iniciativas totais	Doutorado	Mestrado	Graduação	Ensino médio e técnico
Cooperação Sul-Norte	178	145	25	8	-
Cooperação Sul-Sul	12	5	1	2	4

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

A atuação do CNPq na cooperação Sul-Norte corresponde a 94% dos projetos em 2021. Do total, 81% das iniciativas foram direcionadas a programas de doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. O apoio a pesquisadores e estudantes brasileiros alcança dezoito países desenvolvidos. Em sua maioria, os apoios são para bolsas e programas de doutorado, representando 145 entre as 178 iniciativas implementadas em 2021. Entre os países parceiros, os Estados Unidos despontam com o maior volume de gastos, conforme o gráfico 16.

GRÁFICO 16  
**CNPq: iniciativas no arranjo de cooperação Sul-Norte**  
 (Em R\$)



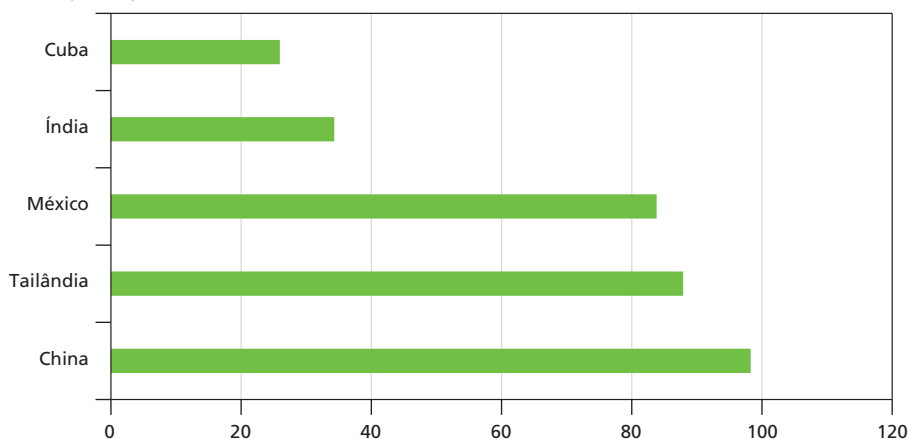
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

De acordo com a tabela 5, o gasto do CNPq no âmbito da cooperação Sul-Sul corresponde a 6% do total de 2021, ou o equivalente a R\$ 330 mil. Deste total, 42% foram direcionados a programas de doutorado completo e/ou bolsas de pesquisa para brasileiros matriculados em um curso de pós-graduação *stricto sensu* em universidades estrangeiras. Destacam-se, na cooperação Sul-Sul, projetos que abarcam ensino médio e técnico, correspondendo a 33% das parcerias. Em termos de recursos, a China foi o principal parceiro em 2021. Quanto ao número de iniciativas, a Índia desponta como o principal parceiro, com oito entre as doze iniciativas.

GRÁFICO 17

**CNPq: iniciativas no arranjo de cooperação Sul-Sul**

(Em R\$)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## 5.2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

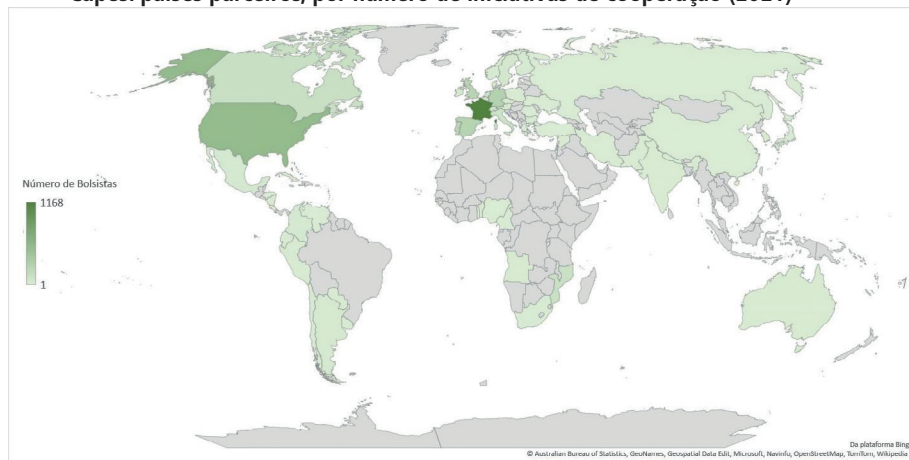
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é uma instituição ligada ao MEC, e tem como missão a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no Brasil. As atividades da Capes podem ser agrupadas nas seguintes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas: i) avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; ii) acesso e divulgação da produção científica; iii) investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior; iv) promoção da cooperação científica internacional; e v) indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância.

A Capes tem sido peça fundamental na articulação e consolidação do sistema nacional de pós-graduação, com ações que fortalecem tanto a internacionalização do ensino superior brasileiro quanto a qualidade dos programas de pós-graduação

nacionais. As duas principais frentes de atuação da Capes na cooperação internacional com investimentos são a formação de brasileiros no exterior e o fortalecimento de programas voltados a estudantes, professores e pesquisadores estrangeiros, nas universidades do Brasil.

A atuação internacional da Capes é caracterizada por projetos de cooperação para formação nos âmbitos Norte-Sul e Sul-Sul. Representando o maior número de iniciativas únicas da pesquisa Cobradi 2021, a Capes patrocinou um total de 3.582 iniciativas de cooperação internacional educacional, alcançando 64 países em desenvolvimento e desenvolvidos. Pela natureza da missão institucional da Capes, é importante ressaltar que a materialização da cooperação da coordenação se dá essencialmente pela concessão de apoios financeiros diversos para estudantes, pesquisadores e professores, particularmente no campo da mobilidade estudantil e acadêmica nacional e internacional. Os dados da figura 3 e desta seção consideram apenas os gastos da Capes com mobilidade internacional, excluindo os apoios implementados para brasileiros no Brasil.

**FIGURA 3**  
**Capes: países parceiros, por número de iniciativas de cooperação (2021)**



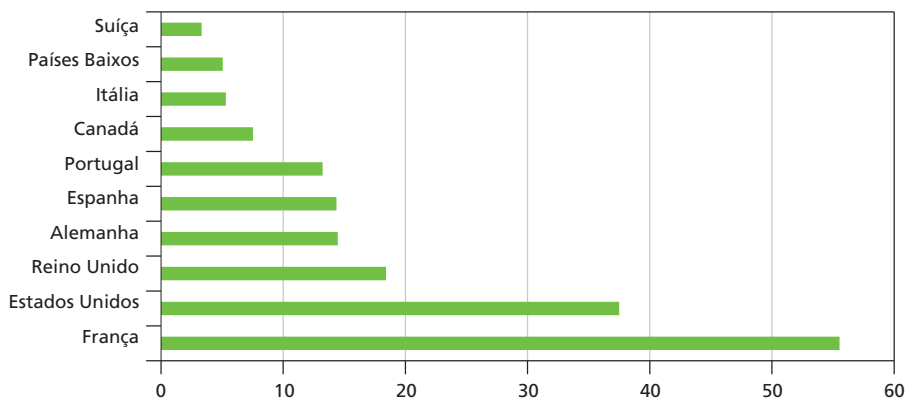
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

No âmbito da cooperação Sul-Norte, a instituição atuou em 3.260 iniciativas, caracterizadas em sua maioria pela formação de brasileiros no exterior. O número de bolsas concedidas na modalidade E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representa mais de 88% do total de bolsas pagas pela Capes em 2021. Entretanto, é importante notar que neste subitem há bolsas pagas para brasileiros tanto em países desenvolvidos (86,29% do total do subitem) quanto em países em desenvolvimento (1,73% do total do subitem). O gráfico 18 ilustra os gastos da Capes com os dez principais parceiros na cooperação Sul-Norte, por país.

## GRÁFICO 18

## Capes: gastos com cooperação Sul-Norte por país – top 10 (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

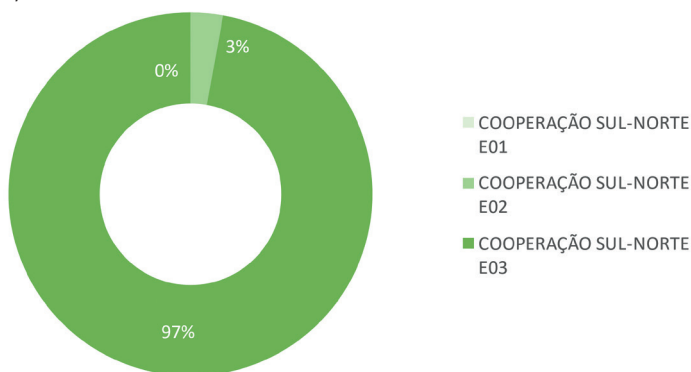
Elaboração dos autores.

Em termos absolutos, o gasto da Capes com cooperação Sul-Norte em 2021 ultrapassou R\$ 189 milhões, sendo R\$ 184 milhões no subitem E03 e R\$ 5 milhões no subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil). O subitem E02 no arranjo Sul-Norte indica o apoio da Capes para a mobilidade de professores visitantes, pesquisadores de pós-doutorado e jovens pesquisadores de países desenvolvidos para o Brasil. O gráfico 19 ilustra os gastos da Capes com a cooperação Sul-Norte.

## GRÁFICO 19

## Capes: gastos em cooperação Sul-Norte, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)

(Em %)



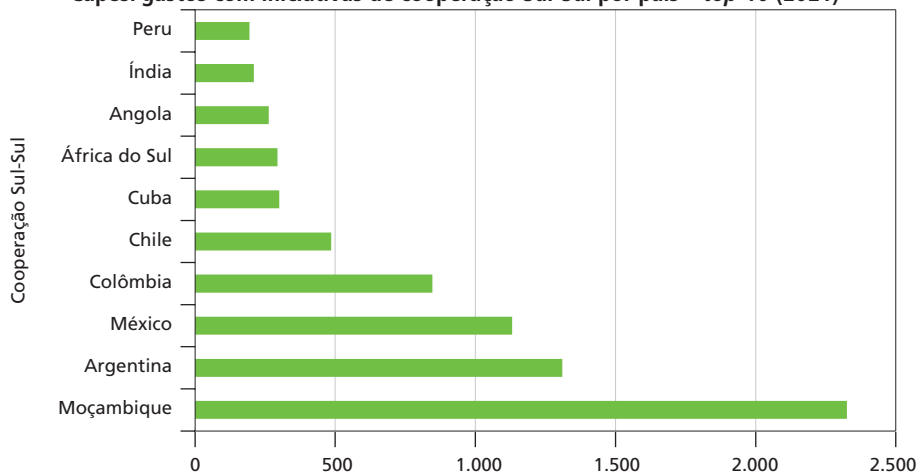
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No arranjo de cooperação Sul-Sul, a Capes forneceu apoio financeiro a 311 pesquisadores e estudantes em 2021. Apenas Moçambique, Argentina e México concentraram 56% do total de gastos nesta modalidade de cooperação naquele ano, alcançando um valor absoluto de mais de R\$ 4,4 milhões. No total, a Capes ofereceu apoio à mobilidade a 32 países em desenvolvimento em 2021. As modalidades de doutorado e doutorado sanduíche foram as mais prevalentes, e representaram mais de 77% do total de apoios concedidos em 2021. O gráfico 20 apresenta os dez principais países em que se concentram os maiores gastos da Capes.

GRÁFICO 20

**Capes: gastos com iniciativas de cooperação Sul-Sul por país – top 10 (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

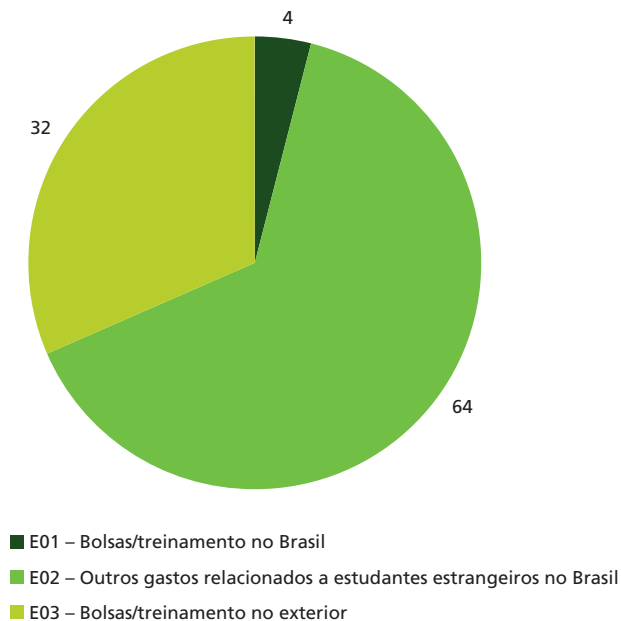
Nesse caso, o subitem E02 (bolsas pagas a estrangeiros no Brasil) contém 249 auxílios a estrangeiros de países em desenvolvimento que estudaram em instituições de ensino superior (IES) brasileiras em 2021. Por seu turno, o subitem E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representa auxílios diversos pagos a brasileiros em países em desenvolvimento, sendo o apoio a programas de doutorado e professor visitante os mais frequentes em 2021. O gráfico 21 ilustra a proporção entre os dois subitens.



## GRÁFICO 21

**Capex: gastos em cooperação Sul-Sul, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)**

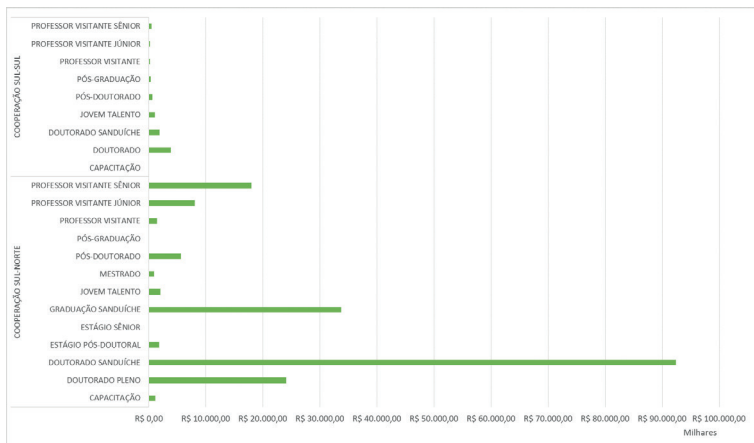
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Essencialmente caracterizadas como bolsas e auxílios internacionais, as iniciativas da Capes compreendem treze categorias. As bolsas para doutorado sanduíche para países desenvolvidos representam cerca de 47% dos projetos patrocinados pela instituição em 2021. A graduação sanduíche para países desenvolvidos também representou percentual relevante do total de gastos, alcançando mais de 17% do total. No caso das bolsas e auxílios concedidos para países em desenvolvimento, o tipo de auxílio mais relevante em termos de gastos em 2021 foi o de doutorado, representando 1,95% do total gasto pela Capes. O gráfico 22 apresenta a distribuição dos gastos da Capes em 2021, por tipo de auxílio e arranjo de cooperação internacional.

## GRÁFICO 22

**Capes: características das bolsas e auxílios concedidos, por arranjo de cooperação internacional (2021)**  
 (Em R\$)


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 5.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) é uma instituição pública do Estado de São Paulo, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A fundação é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica no Brasil, caracterizando-se como uma das principais fundações de amparo à pesquisa (FAPs) entre as UFs brasileiras. Como será discutido no quarto capítulo deste livro, o número de artigos em 2021 que creditam a Fapesp como instituição de apoio é menor apenas que aqueles creditados à Capes e ao CNPq.

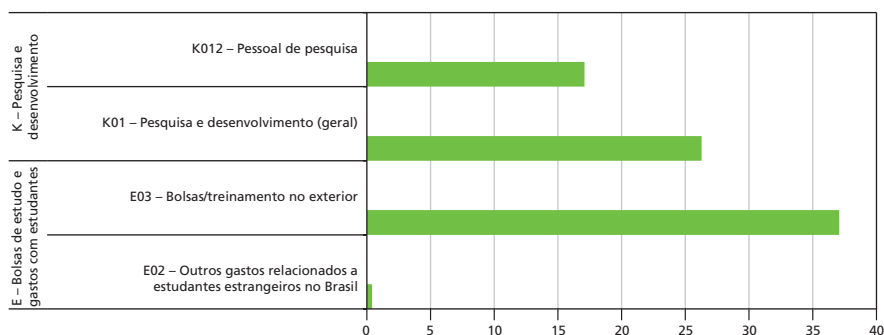
A Fapesp apoia a pesquisa científica e tecnológica por meio de bolsas e auxílios à pesquisa que contemplam todas as áreas do conhecimento. As bolsas se destinam a estudantes de graduação e pós-graduação, e os auxílios, a pesquisadores com titulação mínima de doutor, vinculados a instituições de ensino superior e de pesquisa do estado de São Paulo. O ano de 2021 representa efetivamente a primeira contribuição da Fapesp na história da pesquisa Cobradi. As análises das edições anteriores se concentraram essencialmente nos dados da Capes e do CNPq.

No terreno da cooperação educacional, os dados fornecidos pela Fapesp revelam um conjunto de 1.355 bolsas e auxílios em 2021. Deste total, cerca de 52% (705 auxílios) representam bolsas no exterior para pesquisadores brasileiros, seguidos de 0,59% de bolsas e auxílios para estrangeiros no Brasil, em sua maioria professores visitantes. Quase 16,9% dos recursos despendidos pela Fapesp se referiam a atividades de apoio à pesquisa, divididos entre apoio geral (K01) e

bolsas a pesquisadores. As características das iniciativas da Fapesp na modalidade K (pesquisa e desenvolvimento) serão tratadas na próxima seção deste capítulo. O gráfico 23 apresenta as características gerais dos gastos da Fapesp em 2021.

### GRÁFICO 23

#### Fapesp: iniciativas por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021) (Em R\$ 1 mil)

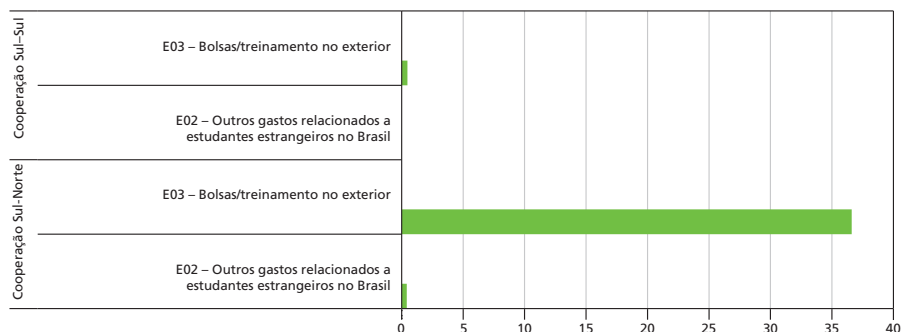


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Observando-se os auxílios e bolsas implementados pela Fapesp em 2021, constata-se que houve predominância quase absoluta do arranjo de cooperação Sul-Norte (98,04%) em relação às iniciativas de cooperação Sul-Sul (1,96%). Na cooperação Sul-Norte, o subitem E03 (bolsas pagas no exterior a brasileiros) representou 97,05% do total gasto pela Fapesp. No tocante à cooperação Sul-Sul, as principais atividades foram relacionadas à concessão de bolsas a brasileiros em países em desenvolvimento (E03). O gráfico 24 ilustra os gastos por arranjo e subitem de cooperação internacional da Fapesp em 2021.

### GRÁFICO 24

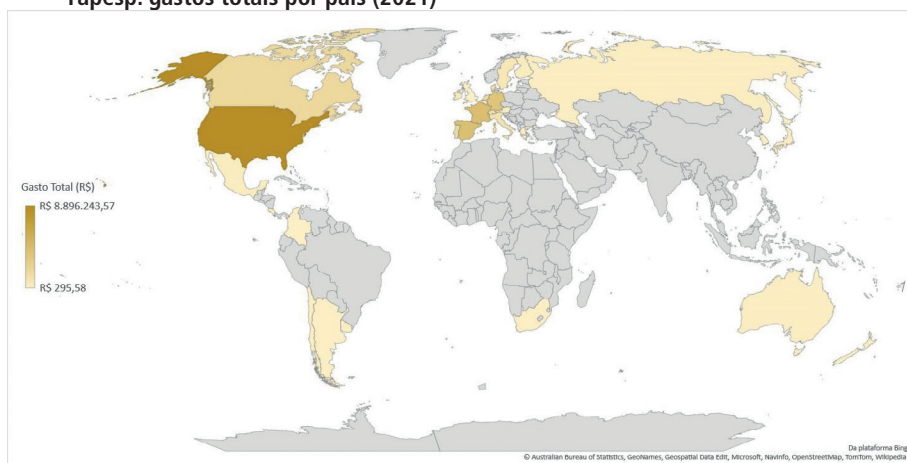
#### Fapesp: iniciativas por arranjo e subitem de cooperação internacional (2021) (Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Analisando-se os principais países relacionados às atividades de mobilidade e apoio à pesquisa da Fapesp em 2021, o gasto total de R\$ 37,5 milhões foi altamente concentrado em apenas quatro países. Os Estados Unidos figuram no topo da lista, com quase um quarto dos gastos, sendo o principal parceiro financiado pela Fapesp em 2021. Em segundo, terceiro e quarto lugares estão Inglaterra, França e Espanha, concentrando aproximadamente 11% dos gastos cada. A combinação dos gastos nos quatro países representou um total de R\$ 21,3 milhões, ou 57% do total de gastos da Fapesp no ano em análise. A figura 4 fornece uma representação visual dos 34 países com os quais a Fapesp apoiou iniciativas em 2021.

FIGURA 4  
Fapesp: gastos totais por país (2021)



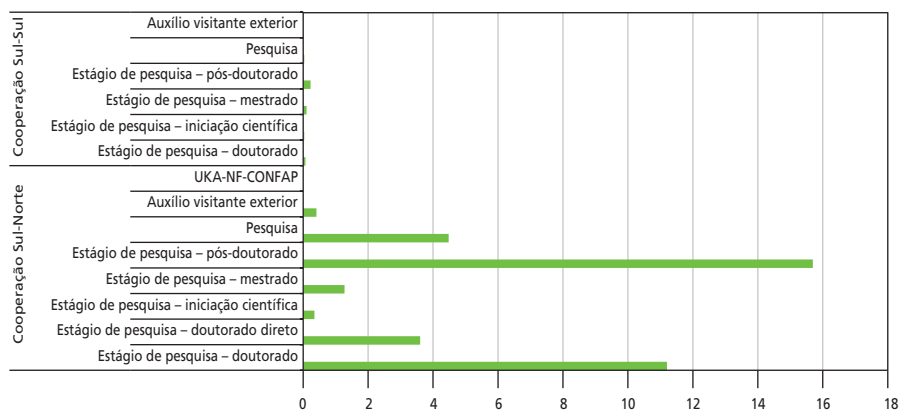
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Por fim, é importante discutir mais detalhadamente os auxílios e bolsas da Fapesp em 2021. Como já comentado, a maior fatia do gasto foi concentrada nas atividades de cooperação Sul-Norte. As atividades mais representativas dos gastos na modalidade Sul-Norte foram o apoio a estágios de pesquisa de doutorado (29,88%) e pós-doutorado (41,85%). Combinados, os dois tipos de apoio aos estudantes representaram 71,7% do gasto total da Fapesp em 2021. A cooperação Sul-Sul representou apenas 1,26% do total de gastos em 2021, sendo o apoio a estágios pós-doutorais em países em desenvolvimento a categoria mais relevante. O gráfico 25 apresenta os tipos de auxílio implementados pela Fapesp, por arranjo de cooperação internacional.

## GRÁFICO 25

Fapesp: tipos de auxílio e bolsas, por arranjo de cooperação internacional (2021)  
(Em R\$ 1 mil)

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: UKA-NF-Confap – The UK Academies-Newton Fund-Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

## 5.4 Ministério da Educação

O Ministério da Educação (MEC) é uma instituição da administração federal direta, que tem a política nacional de educação como sua área de competência. A política educacional brasileira é ampla e compreende a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação superior, a educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, a educação especial e a educação a distância. Cabe também ao MEC a avaliação, a produção de informação e pesquisa educacionais, a pesquisa e a extensão universitárias, o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes.

Como um programa especializado relacionado à educação superior, o PEC-G foi desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com IES. O PEC-G consiste em um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional com países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes, sendo caracterizado pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e o seu retorno ao país de origem, ao final do curso. As vagas nos cursos de graduação são totalmente gratuitas, não havendo qualquer restrição quanto à natureza das IES brasileiras para participação no programa.

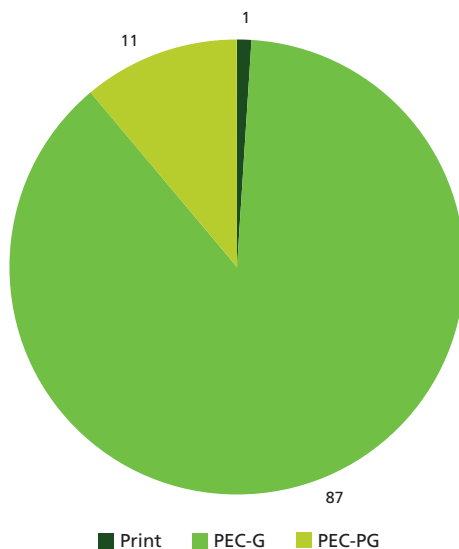
O capítulo 1, em sua seção 3, trata com detalhes as informações relacionadas ao PEC-G e às nacionalidades dos estrangeiros bolsistas no Brasil. Para o ano de 2021, como já comentado naquela seção, foram selecionados 171 novos estudantes

estrangeiros de países em desenvolvimento. Considerando-se os estudantes que se graduaram até o final de 2021, a estimativa total de matrículas de graduação do PEC-G em IES brasileiras alcançou 1.601 estudantes em 2021.

No geral, todos os valores aportados pelo MEC se referem à isenção de taxas de matrícula e permanência dos estudantes do PEC-G, do PEC-PG e do Programa Institucional de Internacionalização (Print). O órgão diretamente responsável pelo PEC-G é o MEC, sendo as IES brasileiras os canais de implementação. Além do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae), que também é gerenciado pelo MEC, o MRE concede bolsas mérito aos estudantes do PEC-G. A pesquisa Cobradi 2021 não recebeu os valores e números por parte do MEC no que diz respeito aos gastos com o Promisae. As bolsas mérito são discutidas neste capítulo, na subseção referente ao MRE. Nos casos do PEC-PG e do Print, a Capes é responsável pelo custeio das bolsas e auxílios, sendo as IES responsáveis pela implementação das vagas. O gráfico 26 ilustra os percentuais de gastos com isenção de matrícula para os estudantes vinculados aos três programas mencionados.

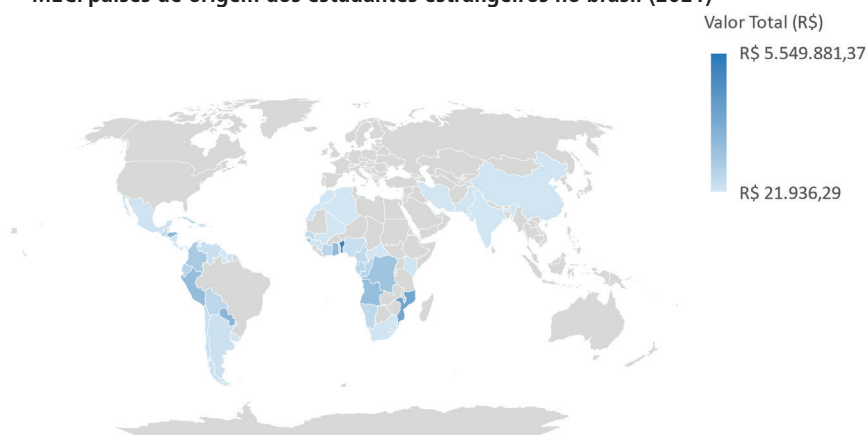
GRÁFICO 26

**MEC: distribuição dos gastos com isenção de matrícula em IES brasileiras (2021)**  
(Em %)



Em 2021, o conjunto de estudantes participantes dos três programas representou um gasto de quase R\$ 40 milhões em isenções de matrículas. Além dos 1.601 estudantes do PEC-G, também foram beneficiados 195 estudantes do PEC-PG e 21 ligados ao Print, representando um total de 1.817 estudantes estrangeiros de países em desenvolvimento. Em termos de nacionalidade, o Brasil contribuiu com a formação em nível superior de nacionais de 54 países em desenvolvimento. A figura 5 apresenta com mais detalhes os países de origem dos estudantes beneficiados pela isenção de matrícula oferecida pelo sistema de ensino superior do Brasil em 2021.

FIGURA 5  
MEC: países de origem dos estudantes estrangeiros no Brasil (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

## 5.5 Ministério de Relações Exteriores

O Ministério de Relações Exteriores (MRE) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil nos planos bilateral, regional e multilateral. Assessora o presidente da República na formulação da política exterior do Brasil e na execução das relações diplomáticas com Estados e organismos internacionais.

A cooperação internacional do MRE é dividida em cinco áreas. Conforme comentado e analisado nas seções anteriores, à ABC competem os temas de cooperação humanitária e técnica para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do país para o exterior e do exterior para o país, sob os formatos bilateral, trilateral e multilateral. Na cooperação esportiva, a Coordenação-Geral de Turismo e Esporte é a área responsável. O Brasil assinou memorandos de cooperação esportiva com mais de setenta países, e o tema é cada vez mais presente no âmbito multilateral.

No campo da cooperação educacional, as ações do MRE são realizadas por meio da Divisão de Cooperação Educacional (DCE), responsável pela difusão da língua portuguesa falada no Brasil, e pela coordenação da gestão da Rede Brasil Cultural, formada por centros culturais brasileiros, núcleos de estudos brasileiros e leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, Mercosul, União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Organização dos Estados Americanos (OEA), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). A atuação se dá na divulgação de oportunidades de emprego e bolsas de estudos oferecidas a brasileiros; tratamento de questões gerais relacionadas à cooperação educacional oferecida pelo Brasil; coordenação, em conjunto com o MEC, do PEC-G; coordenação, em conjunto com o MEC e com o MCTI, do PEC-PG; tratamento de assuntos relativos à cooperação educacional recebida pelo Brasil de outros países, agências estrangeiras ou organizações internacionais; participação na negociação de acordos e programas sobre cooperação educacional no plano internacional.

Em 2021, a DCE/MRE coordenou a concessão de 2.226 bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil, como pode ser observado no quadro 6. Todas as bolsas concedidas foram destinadas a nacionais de países em desenvolvimento.

#### QUADRO 6

##### Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros, por país

Regiões	Países	Projetos	Número de bolsas
África	África do Sul	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Angola		50
	Argélia		6
	Benim		288
	Cabo Verde		626
	Camarões		18
	Costa do Marfim		18
	Gabão		60
	Gana		144
	Guiné-Bissau		162
	Guiné Equatorial		42
	Mali		6
	Marrocos		6
	Namíbia		12
	Nigéria		12
	Congo (Kinshasa)		98
Senegal	24		
São Tomé e Príncipe	48		
Togo	6		

(Continua)



(Continuação)

Regiões	Países	Projetos	Número de bolsas
América Latina e Caribe	Barbados	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	12
	Bolívia		30
	Chile		6
	Colômbia		60
	Cuba		40
	El Salvador		12
	Equador		8
	Guatemala		12
	Guiana		6
	Haiti		48
	Honduras		90
	Jamaica		72
Paraguai	72		
Peru	90		
Venezuela	18		
Oriente Médio	Irã	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
Ásia Central e Ásia-Pacífico	Paquistão	Bolsas mérito para estudantes de graduação estrangeiros no Brasil	6
	Timor-Leste		6

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Outra iniciativa importante no domínio da educação e cultura foi empreendida pela DCE/MRE e consistiu na oferta de cursos de português para estrangeiros, totalizando 182 cursos de português ministrados, 100 pesquisas e orientações em língua portuguesa e 140 atividades de extensão. Como os cursos e capacitações foram realizados em centros de cultura do Brasil em diversos países, as mais de 27 mil capacitações totais alcançaram nacionais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, conforme o quadro 7.

#### QUADRO 7

##### Cursos de português para estrangeiros fora do Brasil

Regiões	Países	Projetos
América do Sul	Argentina Bolívia Chile Paraguai Uruguai	Cursos de português
Américas	Estados Unidos	Cursos de português
África	África do Sul Angola Cabo Verde Guiné-Bissau Moçambique São Tomé e Príncipe	Cursos de português

(Continua)

(Continuação)

Regiões	Países	Projetos
Europa	Espanha França Hungria Itália Reino Unido Rússia	Cursos de português
Ásia Central e Ásia-Pacífico	Timor-Leste Índia Coreia do Sul Japão China	Cursos de português

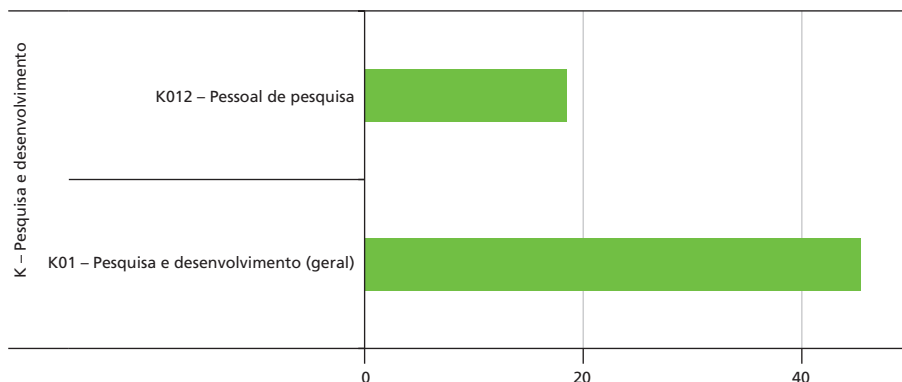
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 6 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (MODALIDADE K)

Representando uma nova modalidade de cooperação internacional oriunda da nova metodologia da pesquisa Cobradi, a categoria pesquisa e desenvolvimento (K) já contou em 2021 com contribuições de três instituições públicas, cuja participação era inédita na Cobradi: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e Fapesp. No total, as três instituições aportaram cerca de R\$ 58 milhões em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), em 666 iniciativas de cooperação internacional. Conforme ilustra o gráfico 27, os gastos gerais com P&D (subitem K01) representaram 71% do gasto total na modalidade de cooperação internacional.

#### GRÁFICO 27

**Detalhamento de gastos na modalidade “K – Pesquisa e desenvolvimento” (2021)**  
(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

No que tange à desagregação dos dados por arranjo de cooperação internacional, mais de 96,5% das iniciativas estão relacionadas ao arranjo de cooperação Sul-Norte. Em termos absolutos, a cooperação Sul-Norte representou 701 iniciativas, com gasto total de R\$ 61,5 milhões. As iniciativas de cooperação Sul-Sul constituíram apenas 59 iniciativas, a um custo R\$ 2,2 milhões. A tabela 6 especifica melhor os valores e iniciativas, por modalidade e subitem de cooperação internacional.

**TABELA 6**  
**Modalidade de cooperação internacional “K – Pesquisa e desenvolvimento” (2021)**

Modalidade e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total com horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
K – Pesquisa e desenvolvimento	63.914.044,56	761	629.999,52	54
K01 – Pesquisa e desenvolvimento (geral)	45.452.857,66	291	55.372,80	1
K012 – Pessoal de pesquisa	18.461.186,90	470	574.626,72	53
<b>Total geral</b>	<b>63.914.044,56</b>	<b>761</b>	<b>629.999,52</b>	<b>54</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 6.1 Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais

O Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) é uma organização social supervisionada pelo MCTI. Possui quatro laboratórios de referência mundiais e abertos à comunidade científica e empresarial, a saber: i) Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS); ii) Laboratório Nacional de Biociências (LNBio); iii) Laboratório Nacional de Biorrenováveis (LNBR); e iv) Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano). Os laboratórios têm seus próprios projetos de pesquisa e também participam dos projetos coordenados pelo CNPEM. O centro está organizado em quatro eixos de atuação: i) instalações abertas a usuários externos; ii) pesquisa e desenvolvimento *in-house*; iii) apoio à geração de inovação; e iv) treinamento, educação e extensão.

A atuação internacional do CNPEM se efetiva em projetos com instituições internacionais e compartilhamento de laboratórios e infraestrutura. O CNPEM realizou três projetos de cooperação internacional em 2021, sendo dois de arranjo de cooperação Sul-Norte e um de arranjo de cooperação Sul-Sul. O primeiro projeto é de cooperação entre o Max-Planck Institute for Chemical Physics of Solids (MPI-CPFS), da Alemanha, e o grupo científico da linha de luz EMA (*extreme condition methods of analysis*) do CNPEM, parceria que viabiliza a realização de parte das pesquisas dos pós-doutorandos e estudantes do CNPEM na MPI-CPFS; em contrapartida, os pesquisadores da MPI-CPFS terão acesso às possibilidades do acelerador de partículas de 4ª geração (Sirius).

O segundo projeto é de colaboração com a European Organization for Nuclear Research (CERN), para o desenvolvimento de pesquisas e compartilhamento de recursos em qualquer área de interesse mútuo, em especial nas tecnologias aplicadas à física de aceleradores, ímãs e materiais supercondutores. Finalmente, o terceiro projeto de cooperação internacional, entre o CNPEM e a King Abdullah University of Science and Technology (Kaust), na Arábia Saudita, prevê a utilização do Sirius na aplicação de métodos *in situ* para a obtenção de imagens 3D de poros de membranas poliméricas. Trata-se de arranjo de cooperação Sul-Sul.

## 6.2 Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial

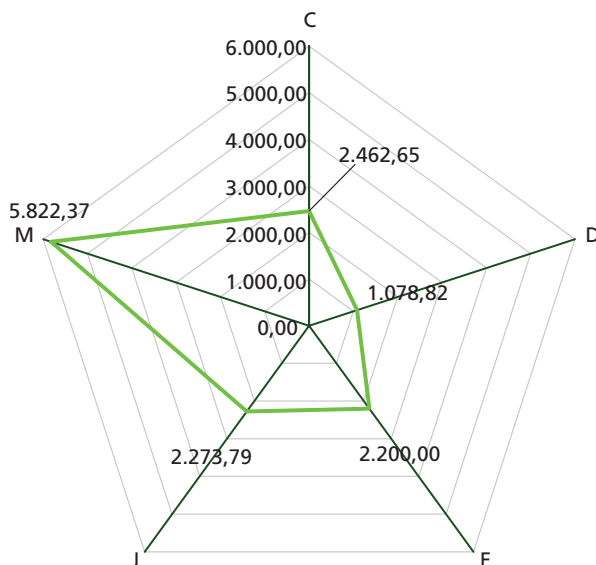
A Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) é uma organização social que desde 2013 apoia instituições de pesquisa tecnológica, fomentando a inovação na indústria brasileira. A Embrapii atua por meio de contrato de gestão com o MCTI, e tem o MEC como instituição interveniente, compartilhando igualmente a responsabilidade pelo seu financiamento. A Embrapii atua por meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, tendo como foco as demandas empresariais e como alvo o compartilhamento de risco na fase pré-competitiva da inovação. Ao compartilhar riscos de projetos com as empresas, estimula o setor industrial a inovar mais e com maior intensidade tecnológica para que, assim, se potencialize a competitividade das empresas, tanto no mercado interno como no mercado internacional.

A atuação internacional da Embrapii se dá pela celebração de parcerias internacionais no desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação da indústria brasileira com empresas estrangeiras, apoio na promoção da internacionalização de empresas e compartilhamento de conhecimento entre os países por meio da inovação industrial. A organização possui acordos com a União Europeia, Israel, República Tcheca, Alemanha, Suíça, Suécia, Estados Unidos e Reino Unido.

Em 2021, a Embrapii realizou quatorze iniciativas de cooperação internacional na área de P&D com Suécia, Suíça, Canadá, Israel e grupos de países europeus. Todas as parcerias são caracterizadas como arranjos de cooperação Sul-Norte em pesquisa e desenvolvimento. O gasto total da Embrapii com as iniciativas alcançou aproximadamente R\$ 14 milhões. O maior volume de gastos da Embrapii está relacionado ao setor econômico vinculado a atividades científicas, técnicas e de pesquisa, que representou 42%, ou R\$ 5,8 milhões. O gráfico 28 ilustra o gasto da Embrapii em projetos internacionais de P&D, desagregado pelo setor econômico equivalente.

GRÁFICO 28

**Embrapii: gastos totais, por setor econômico ISIC (2021)**  
(Em R\$)



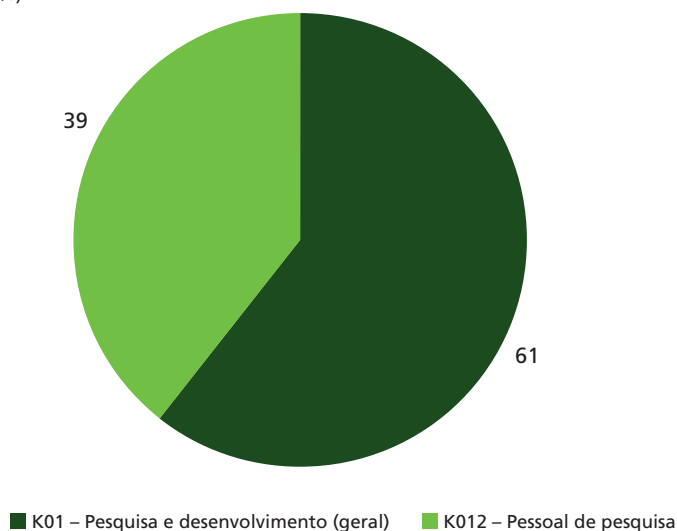
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

### 6.3 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Além da grande contribuição à mobilidade de estudantes, pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros comentada na subseção 5.3 deste capítulo, a Fapesp aportou volume considerável de recursos para possibilitar a participação de cientistas brasileiros em redes internacionais de pesquisa. No total, gastou R\$ 43,3 milhões para o custeio de 642 iniciativas. Cerca de 40% do valor foi gasto diretamente com apoio a pesquisadores, sendo o percentual remanescente distribuído em diversas atividades de apoio a pesquisa e desenvolvimento. O gráfico 29 apresenta a divisão dos gastos, por modalidade e subitem de cooperação internacional.

GRÁFICO 29

Fapesp: gastos totais, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)  
(Em %)

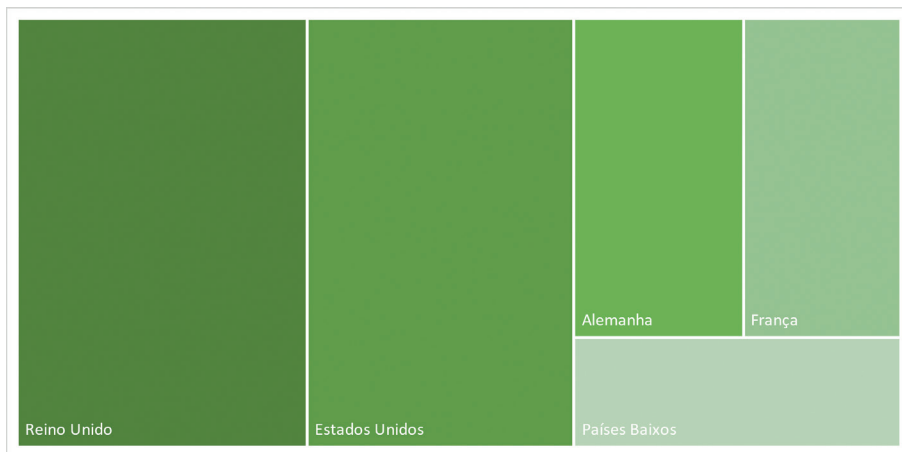


Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Uma vez que os cinco primeiros países parceiros representam quase três quartos do gasto da Fapesp na modalidade K em 2021, faz sentido apresentá-los mais detalhadamente. O Reino Unido figura como principal parceiro em termos de P&D, com gastos da ordem de R\$ 16,45 milhões, ou 38% do gasto total da Fapesp com P&D em 2021. Na sequência, aparecem os Estados Unidos, com cerca de R\$ 6,3 milhões, seguidos por Alemanha, com quase R\$ 4,0 milhões, e Países Baixos, com R\$ 3,2 milhões. Em quinto lugar, figura a França, com aproximadamente R\$ 2,6 milhões. O gráfico 30 apresenta a imagem completa dos cinco principais parceiros da Fapesp em 2021 na modalidade K.

## GRÁFICO 30

Fapesp: gastos totais, por modalidade e subitem de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

## REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT)**: manual de orientação. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo**: uma parceria de sucesso. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19**: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino? Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

KNIGHT, J. **Internationalization**: elements and checkpoints. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The SAGE handbook of international higher education**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education**: a Festschrift in honor of Philip G. Altbach. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).



LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho – junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

OECD ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas – nota de política social 1. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de. *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datusus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases: a model-based analysis**. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura – dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

UNESCOUNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019**: migration, displacement and education – building bridges, not walls. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCOUNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report**: the race against time for smarter development. Paris: UNESCO, 2021.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.



## **A COOPERAÇÃO EDUCACIONAL E CIENTÍFICA BRASILEIRA: MOBILIDADE, REDES DE PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS**

### **1 INTRODUÇÃO**

Seja em virtude das especificidades apontadas ao longo das análises dos capítulos anteriores, seja pelo volume de iniciativas e recursos, a cooperação educacional e científica já mereceria lugar de destaque na discussão sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional em 2021. Adicione-se a isso o fato de duas – entre dez – modalidades de cooperação internacional atualmente constantes na metodologia da pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (pesquisa Cobradi) dialogarem diretamente com itens centrais do debate sobre a internacionalização das instituições de ensino superior (IES) do Brasil. Finalmente, é preciso considerar um desafio conceitual, em que a cooperação educacional e científica brasileira precisaria ser entendida a partir de uma perspectiva mais ampla e para além das reduções originárias do binômio recebido-prestado.

De fato, a agenda de internacionalização das IES do Brasil deve ser entendida no contexto das mudanças em curso no mundo quanto ao aprendizado. Se o estoque de conhecimento e “o que” é aprendido constituíram foco tradicional do ensino superior e da formação científica, “como” aprender e transmitir conhecimentos e o ofício da ciência tem se tornado o foco central das discussões nas últimas décadas. Em outras palavras, a qualidade e os impactos de longo prazo do ensino superior foram entendidos de forma mais ampla, a partir de lentes que valorizam o papel do contexto educacional, do aprendizado entre pares e da colaboração entre estudantes e pesquisadores para a produção de conhecimento e soluções inovadoras para a agenda científica. Nesse sentido, a qualidade dos programas universitários ao redor do mundo, por exemplo, passa a incluir elementos referentes à presença de estudantes estrangeiros, à reputação da instituição a partir da percepção de pares, à integração de pesquisadores e docentes estrangeiros, entre outros.

A internacionalização do ensino superior como fenômeno não é nova e se origina na década de 1980, essencialmente no contexto dos países desenvolvidos (Knight, 1994; 2012; 2014). Nova é a ampliação generalizada e o uso indiscriminado do conceito para qualquer atividade que envolva mobilidade internacional

estudantil e cooperação entre universidades de diferentes países. A popularização do termo implicou, em grande medida, a perda de foco em relação aos componentes principais de troca e intercâmbio entre pares, cujos objetivos máximos deveriam ser o desenvolvimento das estratégias de ensino e o avanço da agenda de pesquisa (Knight, 2014). De outra forma, a internacionalização das IES é um meio, e não um fim em si mesma.

Tampouco inteiramente nova, mas de cunho mais recente, é a promoção das estratégias de internacionalização por IES dos países do Sul global. Conforme será discutido ao longo deste capítulo, é necessário e imediato repensar seriamente o desenvolvimento de novos conceitos que permitam entender a internacionalização a partir de uma perspectiva brasileira. Interpretar a atuação externa do Brasil, tendo por base a ideia de cooperação educacional e científica entre pares, é fundamental para afastar a prevalente interpretação dos países desenvolvidos sobre um caráter meramente comercial da educação superior e da agenda de pesquisa e desenvolvimento (UNESCO, 2018, p. 98-99). Mascarando as estratégias de internacionalização de suas instituições e da necessidade de atração e retenção de talentos para os próprios mercados de trabalho (OCDE, 2022), a visão mercantilista de muitos países contribui para entendimento errôneo sobre a natureza da relação entre o Brasil e seus pares, o que reforça a ideia de dependência em relação à ciência e ao conhecimento estrangeiros.

Para além dos temas já discutidos na seção 3 do capítulo 2 deste livro, tome-se por exemplo as bolsas pagas integralmente por agências de fomento brasileiras em IES estrangeiras. Sem visão de cooperação entre pares para o alcance de objetivos comuns via construção de redes internacionais científicas, seria inevitável chegar à conclusão de que o envio de jovens pesquisadores brasileiros a esses países poderia contribuir para a diáspora de cientistas nacionais, fenômeno ainda pouco estudado no Brasil (UNESCO, 2018, p. 105-107). Da mesma forma, como entender o financiamento dos vários pesquisadores e professores estrangeiros para estadia em IES brasileiras ao longo de 2021 senão pela ótica da cooperação?

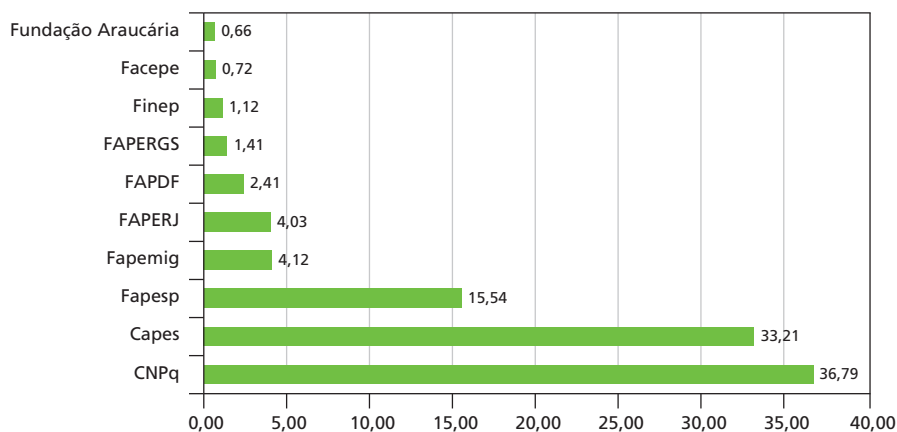
O pano de fundo deste capítulo é essencialmente a apresentação de subsídios para uma reflexão sobre a cooperação educacional e científica do Brasil. Dados atualizados permitirão apontar tendências e produzir inferências que ajudarão na construção de uma visão estratégica para a agenda de internacionalização das IES brasileiras. Os dados aqui compilados advêm, em grande medida, da própria pesquisa Cobradi 2021, a qual, pela primeira vez em seus doze anos de história, contou com a participação de instituições federais de ensino superior (Ifes) e de institutos federais de educação. Ao contrário do que foi apresentado nos capítulos 2 e 3 deste livro, os dados deste capítulo correspondem a respostas enviadas por dezenove IES brasileiras até 31 de dezembro de 2022, data limite para o encaminhamento de contribuições.

É preciso salientar que outras IES remeteram dados à pesquisa Cobradi, mas optaram por figurar como “canal” de implementação, e não como “instituição responsável”, aumentando o tamanho da amostra considerada neste capítulo.

Adicionalmente, este capítulo também explora os dados fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Ministério da Educação (MEC) a partir de outra ótica, a da mobilidade internacional estudantil. A seção 2 deste capítulo apresenta uma discussão da mobilidade *inbound-outbound* de estudantes e pesquisadores financiados com recursos públicos nacionais. A principal razão para o foco excessivo nos dados da Capes, do CNPq e da Fapesp advém do seu papel de dominância em relação a outros atores nacionais de fomento à formação científica e à pesquisa. Utilizando insumos da base de dados InCites/Web of Science, pode-se observar claramente a importância dessas três instituições combinadas para a produção científica brasileira em 2021. Como alternativa à análise de gasto já apresentada nos capítulos 2 e 3, o gráfico 1 mostra que essas três agências oficiais de fomento foram responsáveis por mais de 85% das citações em publicações brasileiras em 2021. É importante frisar que há uma relação direta e evidente entre tais citações e o financiamento dos pesquisadores que produziram as publicações em questão.

### GRÁFICO 1

#### Agências de fomento brasileiras: número de citações em publicações: top 10 (2021) (Em %)



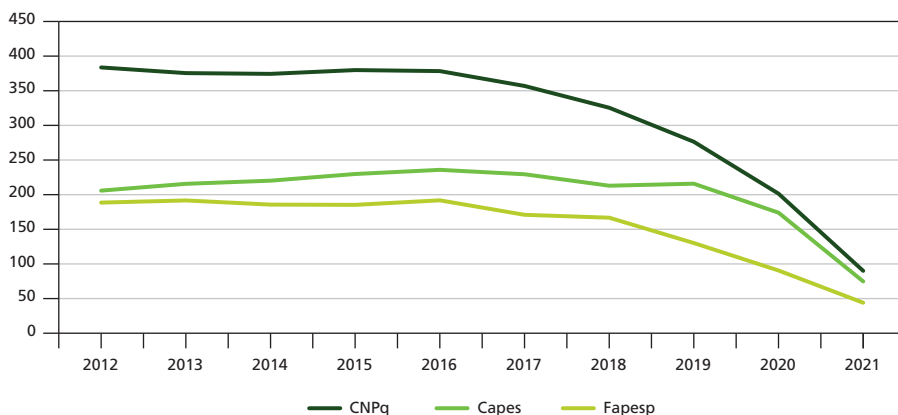
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Facepe – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco; Finep – Financiadora de Estudos e Projetos; FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; FAPDF – Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal; FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; e Fapemig – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

Ainda sobre o papel da Capes, do CNPq e da Fapesp, e antecipando uma discussão que será feita ao longo da seção 3 deste capítulo, é importante observar que, mesmo sendo três instituições importantes para a formação de cientistas e para a produção científica nacional, a relevância em relação ao número total de citações em publicações brasileiras tem caído sistematicamente desde 2016, conforme aponta o gráfico 2. Ainda que se desconsiderem as publicações brasileiras mais recentes de 2020 e 2021, para as quais o número de citações ainda é naturalmente menor por conta do tempo de exposição, é clara a tendência de queda. Essa e outras tendências da produção brasileira de ciência serão discutidas na seção 3, que apontará temas sobre a queda do impacto da produção nacional em pesquisas oriundas de redes nacionais e internacionais de pesquisa do Brasil, além de apontar as desigualdades entre as regiões do país no tocante à produção e à participação em redes internacionais de pesquisa.

### GRÁFICO 2

**Capes, CNPq e Fapesp: número total de citações (2012-2021)**  
(Em 1 mil)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

A seção 4 deste capítulo dedica-se ao levantamento de subsídios adicionais para a discussão sobre a internacionalização, e, por fim, a seção 5 descreve as atividades de cada IES participante. Os dados recebidos de universidades e institutos federais totalizaram 201 iniciativas de cooperação educacional e científica, o que permitiu a construção de análise similar àquela apresentada no capítulo 2, ainda que de menor vulto e restrita ao universo das IES. É preciso celebrar a participação inédita dessas IES na pesquisa Cobradi, mas também sugerir cautela na interpretação dos dados apresentados. Por ainda se tratar de amostra exígua, as tendências e os padrões encontrados na análise não devem ser extrapolados para além do contexto das instituições participantes. Espera-se que, nos anos vindouros, a pesquisa possa ampliar a participação da IES, tornando-se uma importante fonte de informações para as agendas brasileiras de desenvolvimento internacional e internacionalização das IES.

## 2 MOBILIDADE INTERNACIONAL ESTUDANTIL: DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO OS ESTUDANTES E OS PROFESSORES?

A mobilidade internacional estudantil é uma das diversas faces da internacionalização da educação superior, usualmente chamada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como “internacionalização da educação terciária”. Globalmente, a UNESCO estima que a mobilidade estudantil internacional seja uma das mais importantes formas de migração de mão de obra qualificada (UNESCO, 2018), sendo também um dos principais vetores de disseminação de ideias e conhecimento entre países. Como tal, é possível apontar dois problemas centrais na formulação de estratégias de internacionalização por parte dos países do Sul, particularmente do Brasil. O primeiro é o fato de que grande parte das IES estrangeiras necessita dos estudantes internacionais como fonte de renda, o que contribui para reservas em relação a estratégias inequívocas para o envio de estudantes brasileiros ao exterior (UNESCO, 2018). O segundo, sabe-se que apenas poucos países concentram essencialmente a maioria dos estudantes internacionais, como é o caso dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França. A UNESCO (2021) estima que, entre 2000 e 2013, esses três países concentraram mais de 65% dos estudantes de doutorado nas áreas de ciências e engenharias, por exemplo.

Como será discutido, a tendência de mobilidade dos estudantes brasileiros não destoa sobremaneira dos padrões internacionais. Entretanto, conforme apontado de forma contundente pela UNESCO, há dificuldade considerável de produção de estatísticas consistentes e confiáveis sobre a mobilidade internacional estudantil como um todo (UNESCO, 2018; 2021). No Brasil, a situação não é diferente. No que diz respeito aos estudantes brasileiros que estudam no exterior, a forma por excelência de capturar o fluxo anual seria via patrocínio das principais agências públicas de fomento, como Capes, CNPq, Fapesp e demais fundações de amparo à pesquisa (FAPs) estaduais. Entretanto, mesmo uma análise baseada nos bancos de dados das agências de fomento certamente deixaria de fora os movimentos estimulados por fundações privadas nacionais e estrangeiras, governos estrangeiros e empresas privadas nacionais e estrangeiras, além de pessoas que optam por migrar com recursos próprios.

Ainda mais desafiadora é a coleta de dados sobre estudantes estrangeiros regularmente matriculados em IES brasileiras, cujos dados não são coletados de forma centralizada e sistemática pelo MEC e por suas instituições vinculadas. Sem sistemática geral de monitoramento, o estudo sobre os estrangeiros matriculados nas IES brasileiras fica inteiramente dependente das bases de dados das próprias universidades e, em menor medida, das informações de agências de fomento que possuam programas de mobilidade *inbound*, por exemplo, a Capes. Uma exceção à coleta centralizada são o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), cujos dados gerais



são coletados pelo MEC e parcialmente pela Capes, no caso dos estudantes do PEC-PG, que possuem bolsas pagas pelo governo brasileiro.

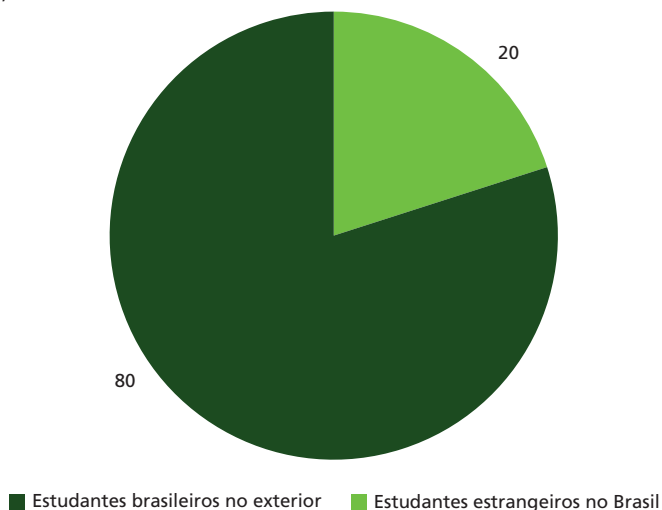
Em face das dificuldades apontadas, a análise deste capítulo é inteiramente construída a partir de dados para 2021 referentes a: i) bolsistas da Capes; ii) bolsistas do CNPq; iii) bolsistas da Fapesp; iv) alunos do PEC-G, cujas informações foram fornecidas pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; e v) alunos estrangeiros regularmente matriculados em IES vinculadas à Fiocruz. No que diz respeito aos dados da Capes, há apoio a bolsistas brasileiros matriculados em IES estrangeiras e a estrangeiros matriculados em IES brasileiras. No caso do CNPq e da Fapesp, todos os dados são de apoio a brasileiros matriculados em IES estrangeiras. Por fim, os dados da Fiocruz e do MEC referem-se essencialmente a estudantes de países em desenvolvimento que estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras em 2021.

Apresentando um recorte em termos de gastos, o valor aportado pelo governo brasileiro para a mobilidade internacional estudantil *inbound-outbound* em 2021 alcançou mais de R\$ 258 milhões. Conforme exibido no gráfico 3, há uma diferença abismal do gasto público brasileiro para a mobilidade de estudantes para fora do Brasil (*outbound*) em comparação com a mobilidade de estrangeiros para dentro do Brasil (*inbound*). Pode-se dizer que, para cada real gasto em 2021 pelo governo do Brasil para apoiar a vinda de estudantes estrangeiros à IES brasileiras, o país gastou mais de R\$ 4,00 reais para enviar estudantes brasileiros à IES estrangeiras que, como será visto, são – em sua maioria – de países desenvolvidos.

Contudo, é preciso interpretar esses dados com cautela. Ao passo que o financiamento público a estudantes brasileiros no exterior tem as suas fontes de dados conhecidas (por exemplo, a Capes), os gastos com estudantes estrangeiros no Brasil dependem diretamente de informações das muitas IES públicas existentes no país. Como discutido na seção 3 do capítulo 1, mesmo que o estudante estrangeiro não receba auxílio de subsistência e manutenção, há isenção completa de custos de matrícula e permanência nas universidades públicas brasileiras. Logo, é possível que seja maior o valor total gasto pelo governo brasileiro com estrangeiros em IES brasileiras. Mesmo considerando esse fator, é igualmente possível que persista a grande diferença em relação ao gasto com estudantes brasileiros no exterior.

GRÁFICO 3

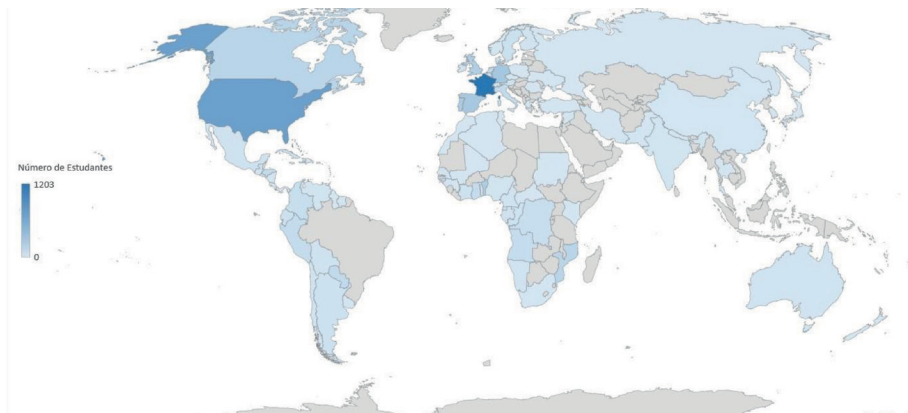
Gastos brasileiros com mobilidade internacional estudantil *inbound-outbound* (2021)  
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

No tocante aos dados gerais de mobilidade *para dentro e para fora*, em 2021 o Brasil apoiou um total de 5.688 estudantes brasileiros e estrangeiros. Em termos de proporção, é possível afirmar que, para cada estudante estrangeiro matriculado em IES brasileiras no mencionado ano, o Brasil apoiou a mobilidade de dois estudantes brasileiros para IES estrangeiras. A figura 1 mostra que, mesmo considerando a inclusão de alunos estrangeiros no Brasil, a tendência de forte concentração da mobilidade de estudantes do Brasil em IES da França e dos Estados Unidos permanece a mesma. Mesmo assim, a amplitude da rede internacional criada com o apoio oficial do governo brasileiro alcançou 93 países em 2021.

FIGURA 1

**Mobilidade internacional estudantil: *inbound-outbound* (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

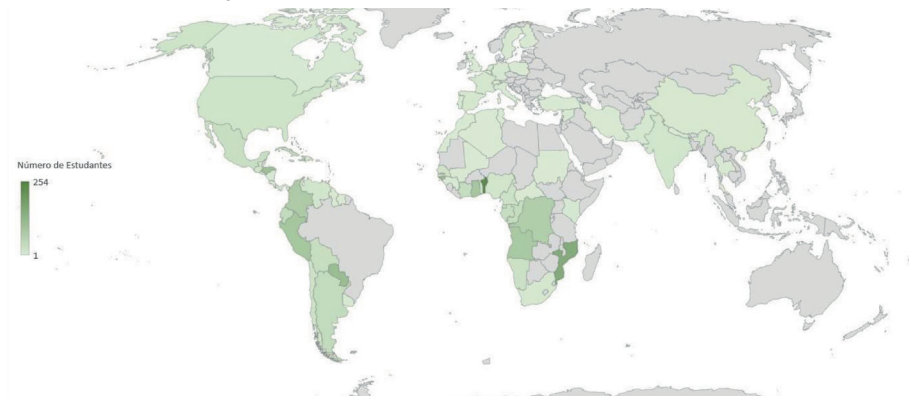
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Observando-se apenas os dados referentes aos estrangeiros matriculados em IES brasileiras, verifica-se que 2021 revelou a presença de 2.067 estudantes de 78 países. Em sua maioria, os estudantes constantes na amostra analisada são oriundos do PEC-G, que representou 1.601 daquele total de estudantes estrangeiros, ou seja, 77,5%. A combinação dos apoios oriundos do PEC-PG e do Programa Institucional de Internacionalização (Print), gerenciados pela Capes, beneficiou cerca de trezentos alunos em 2021 (14,5% do total). A Fiocruz concedeu isenção de matrícula a 83 estudantes, de 23 três países, para cursos de pós-graduação *latu sensu*, mestrado e doutorado. Por fim, a Fapesp apoiou treze estudantes de sete países.

Conforme exibido na figura 2, é essencial reforçar que nem todos os estudantes estrangeiros no Brasil são originários de países em desenvolvimento. No total, o Brasil recebeu 1.994 estudantes de países em desenvolvimento e 73 de países desenvolvidos. De forma agregada, o governo brasileiro investiu R\$ 51,8 milhões na recepção de estudantes estrangeiros em IES brasileiras, sendo grande parte desse valor referente à isenção de matrículas de alunos de graduação e pós-graduação.

FIGURA 2

**Inbound mobility: de onde vieram os estudantes do Brasil? (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Para melhor visualização, dos 78 países cujos nacionais estiveram matriculados regularmente em IES brasileiras em 2021, construiu-se uma nuvem de palavras. Sendo a frequência de estudantes proporcional ao tamanho do nome do país, pode-se concluir que Cabo Verde (254), Benim (228) e Moçambique (152) são os três países que mais enviaram estudantes ao Brasil. Os três países representaram mais de 30% do total de estudantes estrangeiros no mencionado ano. Ao contrário de Cabo Verde e Benim, o destino da maioria dos estudantes de Moçambique foram os programas de pós-graduação brasileiros.

FIGURA 3

**Inbound mobility: quais foram os principais países de origem dos estudantes que vieram ao Brasil? (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

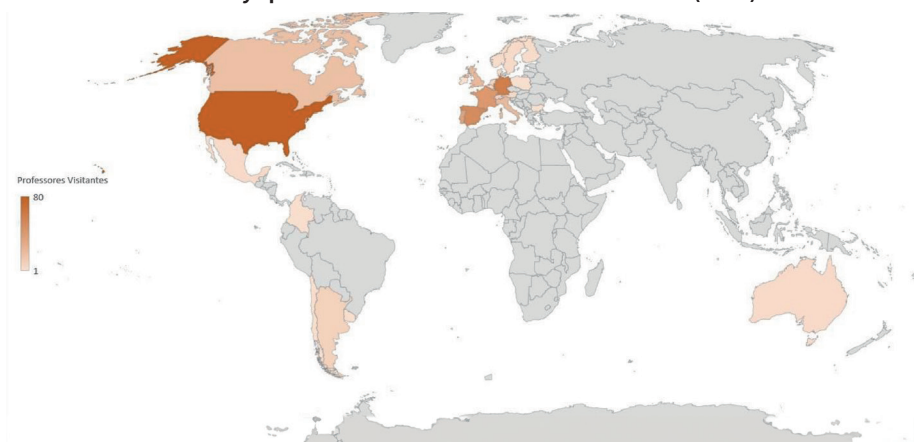
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No tocante à mobilidade internacional de alunos brasileiros para IES estrangeiras, é possível notar na figura 4 uma tendência imediata de concentração em apenas dois países: França (1.193) e Estados Unidos (694). Sendo 3.621 o número total de estudantes brasileiros apoiados pelo governo brasileiro, os dois países mencionados foram o destino de mais de 52% dos estudantes brasileiros em 2021. Há uma característica específica do conjunto de dados que explica o fato de apenas a França concentrar um terço do total de estudantes brasileiros: o programa *Brasil France Ingénieur Technologie* (Brafitec). Em essência, trata-se de um programa de intercâmbio entre Brasil e França na área de engenharia e tecnologia, permitindo mobilidade com apoio financeiro para o estudo de brasileiros na França. Nesse sentido, o Brafitec representou mais de 60% da mobilidade de brasileiros para a França (716 estudantes). O elevado número também possui uma explicação – o programa destina-se essencialmente à mobilidade de estudantes de graduação, o maior grupo em termos absolutos no ensino superior brasileiro.

FIGURA 4

**Outbound mobility: para onde foram os estudantes do Brasil? (2021)**



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

De forma agregada, o Brasil investiu mais de R\$ 206 milhões na mobilidade de seus 3.621 estudantes em 2021. No âmbito da cooperação com a França, o Brafitec foi um dos principais programas em termos de número de alunos (771) e gasto total (R\$ 29,1 milhões). Como segundo destino de brasileiros, os Estados Unidos receberam 694 discentes brasileiros, dos quais 474 foram ao país para programas de doutorado, doutorado-sanduíche e pós-doutorado (68,3%). No total, o governo brasileiro investiu cerca de R\$ 44 milhões na mobilidade dos estudantes brasileiros para os Estados Unidos. Assim como França e Estados Unidos foram os destinos

de mais de 50% dos brasileiros, os gastos com a mobilidade de estudantes do Brasil para os dois países alcançaram R\$ 102 milhões, o que representa 49,5% do gasto total em 2021. A figura 5 apresenta uma nuvem de palavras na qual a frequência do número de estudantes é proporcional ao tamanho do nome do país.

FIGURA 5

**Outbound mobility: quais foram os principais destinos dos estudantes do Brasil? (2021)**



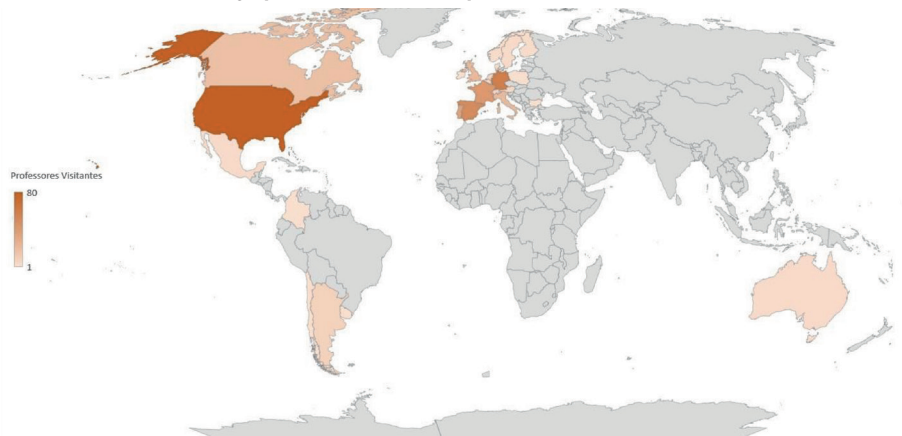
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Embora os números referentes à temática da mobilidade estudantil em nível de educação terciária contenham evidências para a discussão sobre a criação de redes internacionais e fluxo de ideias, também é fundamental comentar a mobilidade de professores brasileiros para o exterior e de docentes estrangeiros para o Brasil. No total, 465 docentes receberam apoio do governo brasileiro para a mobilidade internacional. Desse total, apenas 88 vieram para IES brasileiras, e os professores dos Estados Unidos (22), da França (12) e da Espanha (10) representaram exatamente 50% do total em 2021. No que diz respeito ao apoio à mobilidade de docentes brasileiros para o exterior, o total em 2021 chegou a 377. Seguindo a tendência do fluxo de estudantes, os Estados Unidos representaram quase um quarto do total, tendo sido destino de 80 professores brasileiros. A Alemanha figura em segundo lugar, com 59 professores recebidos, enquanto a Espanha esteve em terceiro lugar, com 50 docentes brasileiros. A França foi o quarto país de destino, com 42 professores em 2021. A figura 6 constitui uma representação visual dos 377 professores brasileiros em IES estrangeiras.

FIGURA 6

**Outbound mobility: para onde foram os professores brasileiros? (2021)**

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 3 REDES INTERNACIONAIS DE PESQUISA DO BRASIL: QUEM PRODUZ O QUE E COM QUEM?

A participação e a inserção de um país em redes internacionais de pesquisa possui ligação direta com a qualidade e o impacto do conhecimento que é produzido. Seja pela circulação de pesquisadores, seja pela construção de estruturas de pesquisa e de projetos conjuntos, a colaboração internacional facilita a inovação em ciência e expõe as ideias ao exame crítico de outras visões de mundo, além de favorecer princípios que permitem o desenvolvimento do processo científico, como a tolerância, o respeito e o diálogo. A inserção do Brasil nas redes internacionais de pesquisa é emblemática para entender o enorme potencial dessa colaboração para a ciência do país.

O estudo das redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento do Brasil poderia ocorrer por dois caminhos naturais. O primeiro seria mapear diretamente a estrutura de tais redes. Para isso, seria necessário promover o levantamento dos dados de financiamento oriundo das agências oficiais de fomento e construir um mapa de todas as pesquisas ativas sob supervisão das IES e das demais instituições nacionais. Tal caminho, contudo, apresenta uma série de desafios e obstáculos práticos. O exame a partir das agências de financiamento apresenta uma visão fragmentada das pesquisas correntes, pois só se conheceria a produção a partir de gasto orçamentário direto. Além disso, excluir-se-iam as pesquisas financiadas por instituições estrangeiras e aquelas em que as IES e as demais instituições nacionais

entram apenas com a contrapartida de gastos indiretos (por exemplo, horas técnicas dos pesquisadores) e infraestrutura (por exemplo, laboratórios).

O segundo caminho natural seria mapear as redes internacionais de pesquisa do Brasil a partir da produção, e não das estruturas, isto é, discutir a colaboração internacional com base na produção conjunta de documentos científicos dos quais fazem parte pesquisadores brasileiros, seja como autores, seja como coautores. Embora com percalços que serão discutidos ao longo desta seção, esse caminho apresenta uma série de vantagens. A mais notável delas é o foco no efetivo resultado da colaboração internacional, parâmetro que permite comparar a produção brasileira doméstica com a internacional, além de possibilitar a comparação do Brasil com outros países do mundo por meio dos mesmos indicadores padronizados.

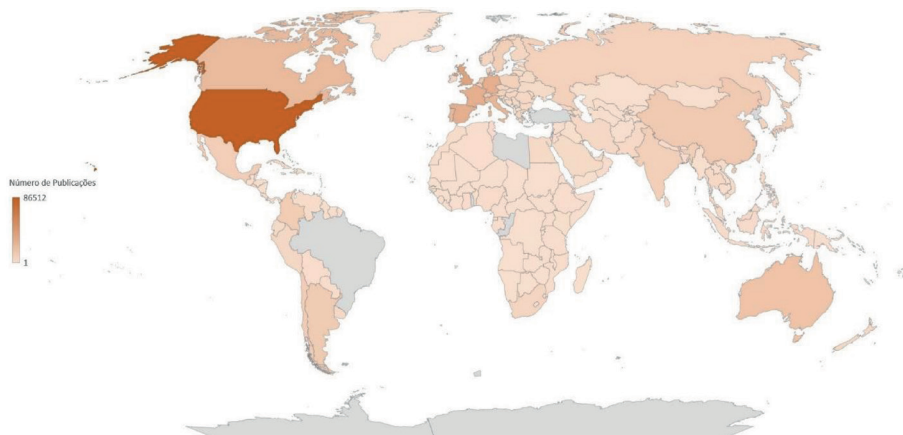
Antes de detalhar os dados e o método utilizado para as análises apresentadas neste capítulo, é importante discutir brevemente alguns fatores que devem ser considerados para a leitura dos resultados apresentados sobre a comparação da produção brasileira doméstica com a internacional e, igualmente, a comparação do Brasil com os demais países. A primeira questão diz respeito aos custos financeiros da participação brasileira em redes internacionais de colaboração científica. Os dados apresentados a seguir têm origem em bases de dados de agregadores de publicações científicas. Logo, deve-se considerar como fator relevante não somente o apoio financeiro local para a participação do Brasil, mas também os altíssimos custos editoriais envolvidos nas publicações em periódicos internacionais. Diretamente associados a essa questão estão os fatores referentes a barreiras linguísticas, baixo treinamento em redação científica, padrões internacionais de apresentação de resultados de pesquisas, entre outros. Todos esses fatores em conjunto constituem sérios limitadores à colaboração internacional do Brasil e têm impacto direto nos indicadores de produtividade associados à publicação de documentos em revistas científicas especializadas.

A aplicação de técnicas estatísticas para a análise de dados oriundos de agregadores de revistas científicas tem sido utilizada não somente para a discussão da colaboração internacional de um país, mas também para a formulação das estratégias dos países na área de ciência. As análises bibliométricas – ou “cienciométricas” – permitem a identificação de tendências e padrões a partir da produção documental da ciência dos países, com indicadores que alcançam desde o número absoluto de produção por área de conhecimento até os impactos da produção em cada Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Todos os dados apresentados nesta seção são originários das plataformas de *analytics* InCites e SciVal, cujos dados têm origem nos repositórios de agregação dos periódicos científicos Web of Science e Scopus, respectivamente. Todos os dados foram extraídos das mencionadas plataformas InCites e SciVal entre 18 e 24 de novembro de 2022.



No caso brasileiro, o primeiro indicador de interesse é o nível de colaboração internacional do país. Observando-se os dados agregados de colaboração por país para o período de 2012 a 2021, na figura 7, percebe-se nitidamente que a colaboração brasileira se dá com países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos. De fato, mais de um quinto da produção brasileira colaborativa nessa década está concentrada apenas nos Estados Unidos e no Reino Unido. Em adição, observando-se o grupo dos dez primeiros países com os quais o Brasil possui maior colaboração em produção (tabela 1), nota-se que apenas a Austrália não pertence ao eixo América do Norte e Europa. A produção com esses dez primeiros países concentrou cerca de 52% do trabalho brasileiro, em colaboração internacional, no período de 2012 a 2021.

FIGURA 7

**Colaboração internacional brasileira em publicações por país (2012-2021)**

Fonte: SciVal/Scopus. Disponível em: <https://www.scival.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Ainda em relação à tabela 1, é fundamental notar duas tendências importantes para o debate sobre a colaboração internacional do Brasil na área científica. Observando-se a terceira coluna da tabela 1, vê-se que, no geral, a colaboração brasileira aumentou com todos os seus vinte principais parceiros. Contudo, o aumento se deu em taxas diferentes entre eles, e Índia, Austrália e China computaram as maiores variações. Ainda que de forma acanhada, é possível que tal diversificação permaneça nos anos vindouros. A segunda observação importante diz respeito à relação entre a quantidade absoluta de publicações (primeira coluna da tabela) e o

seu impacto ponderado pelo campo de conhecimento (quarta coluna da tabela).<sup>1</sup> Pela lógica do impacto, sobressaem-se os países asiáticos – Japão, Índia, China – como os principais parceiros internacionais do Brasil em termos de produção científica.

**TABELA 1**  
**Colaboração internacional brasileira em publicações por país: top 20 (2012-2021)**

País	Número de publicações	Proporção do total (%)	Varição no período (%)	Impacto da citação (ponderado-campo)
Estados Unidos	86.512	14,65	122,7	2,27
Reino Unido	35.852	6,07	176,6	3,39
França	28.729	4,86	85,7	3,11
Espanha	28.700	4,86	149,6	3,12
Alemanha	28.446	4,82	137,9	3,3
Itália	23.719	4,02	173,3	3,58
Portugal	23.238	3,94	199,8	2,21
Canadá	21.738	3,68	191,4	3,63
Austrália	16.745	2,84	235,4	4,51
Holanda	13.206	2,24	142,2	4,72
China	12.836	2,17	200,4	4,8
Argentina	12.031	2,04	86,4	3,15
Suíça	11.692	1,98	124	4,84
Colômbia	10.787	1,83	184,5	3,47
Chile	9.887	1,67	253	3,35
México	9.718	1,65	171,7	3,81
Índia	9.635	1,63	262,9	5,31
Suécia	9.285	1,57	175,6	4,88
Japão	9.200	1,56	151,3	5,39
Bélgica	8.603	1,46	140	4,8
<b>Total</b>	<b>410.559</b>	<b>69,52</b>	-	-

Fonte: SciVal/Scopus. Disponível em: <https://www.scival.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

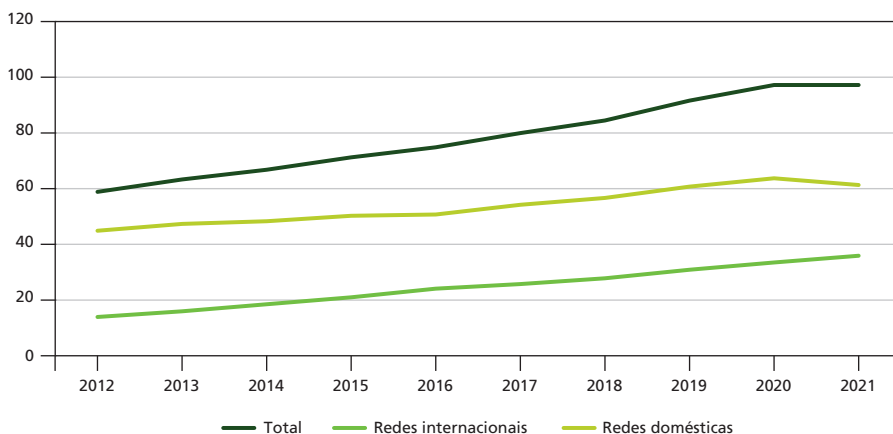
Embora este capítulo seja referente à cooperação educacional e científica brasileira implementada ao longo de 2021, faz sentido analisar a colaboração internacional do Brasil a partir de uma perspectiva que permita ao menos um ponto de comparação com 2021, ou mesmo a construção de uma linha de tendência. Observando-se a produção brasileira ao longo da última década no gráfico 4,

1. O impacto de citações ponderado por campo (do inglês *field-weighted citation impact*) é definido como a proporção entre o total de citações recebidas anualmente e o total de citações esperadas com base na média do campo de conhecimento. No caso apresentado, o indicador é construído a partir da soma de todas as citações e da média esperada para todos os campos de conhecimento.

notam-se ao menos três tendências. Primeiramente, verifica-se certa estagnação da produção total a partir de 2020. No tocante à produção originária exclusivamente em redes domésticas de pesquisas, observa-se queda desde 2020. Por fim, registra-se crescimento linear e contínuo do número de publicações internacionais brasileiras desde 2012.

#### GRÁFICO 4

**Total de publicações brasileiras: redes domésticas, internacionais e total (2012-2021)**  
(Em 1 mil)

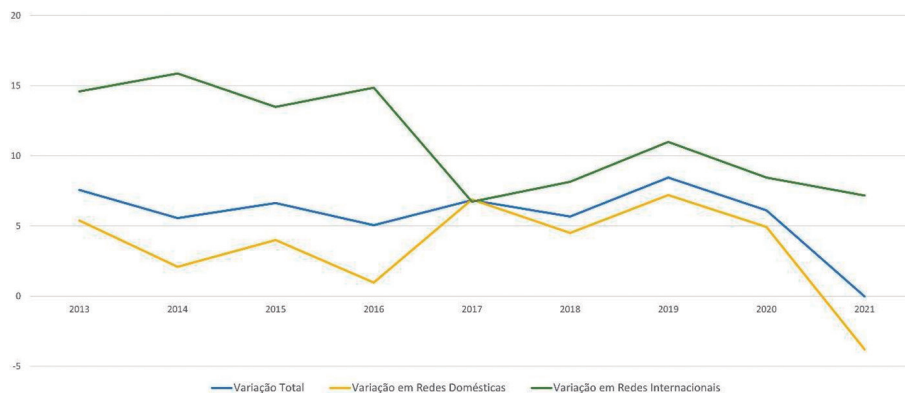


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://www.scival.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

No intuito de investigar melhor as mudanças apontadas pelo gráfico 4, computou-se, no gráfico 5, uma série temporal para as variações da produção total, a produção exclusivamente oriunda de redes domésticas e aquela produção em colaboração internacional. Como esperado, notam-se ao menos duas inflexões importantes para as tendências na produção científica brasileira recente. A primeira é a queda acentuada da variação da produção por colaboração internacional entre 2016 e 2017, sendo imediatamente suplementada pela produção advinda de redes nacionais, a qual sofreu variação positiva importante naquele biênio. A segunda inflexão é a variação positiva constante do número de publicações a partir do biênio 2017-2018. Embora a tendência de crescimento da colaboração internacional tenha perdido fôlego a partir de 2019-2020, as publicações domésticas também sofreram acentuadas variações negativas a partir desse biênio. Tais tendências parecem indicar que há um fator exógeno explicativo na estrutura de produção da ciência nacional para o fenômeno. Observando-se a data de início da queda, verifica-se que a pandemia de covid-19 poderia ser uma explicação estrutural consistente, caso a variação negativa não tivesse se iniciado no biênio 2019-2020.

## GRÁFICO 5

**Variação anual do total de publicações brasileiras: redes domésticas, internacionais e total (2012-2021)**  
(Em %)



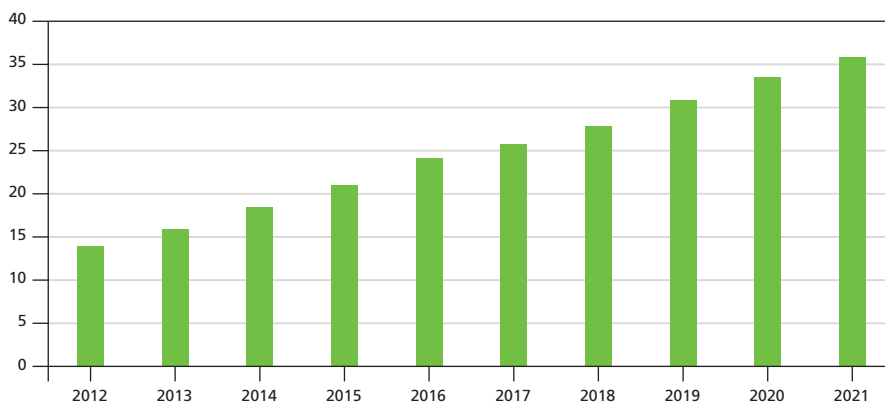
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Apresentando uma visualização mais direta e isolada do principal objeto de análise desta seção, o gráfico 6 traz o número absoluto de publicações brasileiras oriundas de colaboração internacional entre 2012 e 2021. Embora já seja visualmente discernível, optou-se por analisar o padrão de linearidade do crescimento de tal colaboração. A principal utilidade dessa empreitada é computar o nível de certeza em relação às previsões para os próximos anos, pois, mesmo em um modelo quase linear, a inclinação da reta de tendência e a taxa de crescimento possuem essencialmente o mesmo significado. De fato, um modelo linear parece explicar grande parte da variação nos números de produção total ( $R^2 > 0,99$ ), sendo 7% a taxa média de crescimento anual no período.

GRÁFICO 6

**Número de publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)**  
(Em 1 mil)

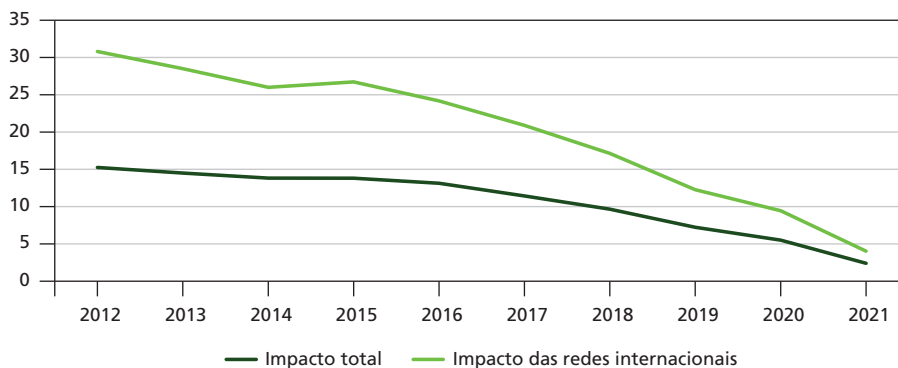


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Se, desde o biênio 2019-2020, a produção brasileira nacional e internacional já demonstrava variações negativas. Os dados apresentados no gráfico 7 evidenciam que a queda no indicador de impacto das publicações brasileiras foi ainda mais acentuada. A primeira tendência a ser observada é a de que, em geral, o impacto de publicações brasileiras em colaboração internacional é maior que o de publicações oriundas exclusivamente de redes domésticas de pesquisa, que é componente da linha de impacto total no gráfico 6. Já a segunda tendência é a queda vertiginosa do impacto tanto das publicações internacionais do Brasil entre 2012 e 2021, que registrou variação negativa de 87%, quanto das publicações totais do Brasil, que caiu 84,25% no período.

GRÁFICO 7

**Impacto das publicações brasileiras por ano: redes internacionais e total (2012-2021)**  
(Em %)



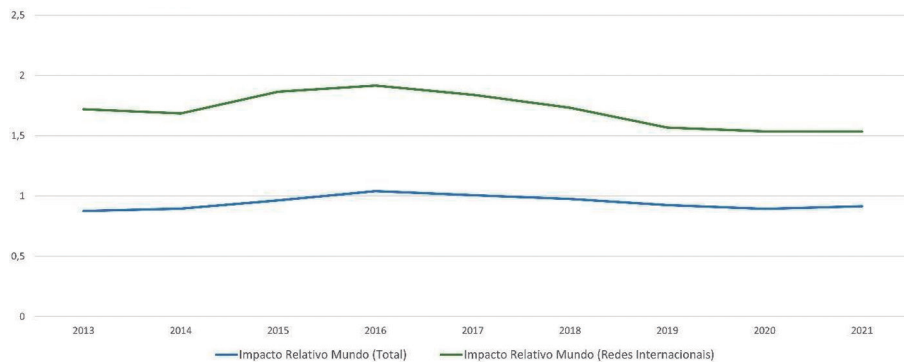
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Ainda que os resultados pareçam alarmantes, é preciso comparar os dados brasileiros com aqueles referentes ao resto do mundo, uma vez que as mesmas tendências podem ter sido observadas no agregado de países.<sup>2</sup> De fato, observando-se as tendências do indicador de impacto relativo, a variação aparente no período parece menor que aquela indicada pela variação absoluta do impacto das publicações brasileiras – em seu total ou apenas aquelas oriundas de redes internacionais. O gráfico 8 também ilustra a tendência já apontada de maior impacto das publicações brasileiras, em colaboração internacional, quanto às demais obras.

GRÁFICO 8

**Impacto relativo das publicações brasileiras por ano: redes internacionais e total (2012-2021)**

(Em %)



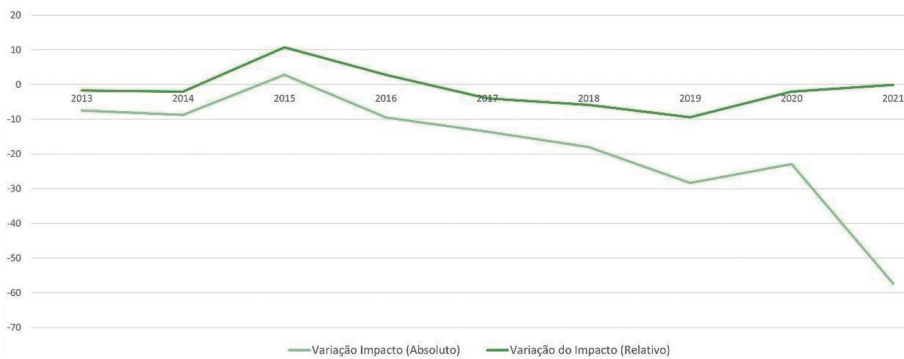
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No intuito de isolar apenas as publicações oriundas de redes internacionais, o gráfico 9 apresenta as variações no impacto absoluto e relativo ao resto do mundo. Como resultado, nota-se variação menos acentuada do indicador relativo quanto àquele do impacto absoluto das publicações em colaboração internacional. Com efeito, o indicador relativo ao mundo – dessa modalidade de publicações brasileiras – mostra até certo ponto uma recuperação em termos de impacto entre 2019 e 2020. As tendências do gráfico 9 parecem indicar que o fenômeno de queda nos indicadores de impacto ocorreu não apenas no Brasil, mas também em vários países do mundo.

2. O indicador *impacto relativo ao mundo* (do inglês, *impact relative to world*) é uma proporção entre o impacto do total de citações do país e o impacto das citações para o resto do mundo em determinado período de tempo.

## GRÁFICO 9

**Varição absoluta e relativa do impacto das publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)**  
 (Em %)


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Finalmente, a tabela 2 apresenta a coletânea de dados para todos os indicadores comentados até o momento para o período de 2012 a 2021. Adicionalmente, a tabela 2 traz os números absolutos de citações ano a ano para as publicações brasileiras. Observando-se os números desse indicador, vê-se que há queda acentuada a partir de 2019. Como se sabe que o tempo de exposição de um documento tem efeito direto no número absoluto de citações, optou-se por não analisar esses números em uma perspectiva de série temporal.

## TABELA 2

**Estatísticas de publicações brasileiras por ano: redes internacionais (2012-2021)**

Ano	Número de publicações	Número de citações	Impacto de citações	Impacto em relação ao mundo
2012	13.928	429.091	30,81	1,75
2013	15.959	454.772	28,50	1,72
2014	18.491	480.671	25,99	1,68
2015	20.984	560.702	26,72	1,86
2016	24.102	582.767	24,18	1,92
2017	25.724	537.436	20,89	1,84
2018	27.820	476.587	17,13	1,73
2019	30.879	378.724	12,26	1,57
2020	33.486	316.532	9,45	1,54
2021	35.887	144.504	4,03	1,53
<b>Total</b>	<b>247.260</b>	<b>4.361.786</b>	-	-

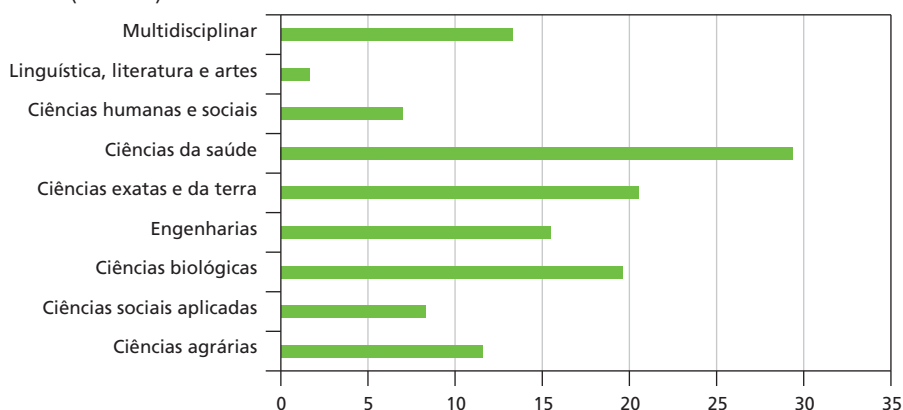
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Visando enriquecer a análise apresentada anteriormente, faz sentido destacar as áreas de maior concentração das publicações brasileiras (gráfico 10). Inicialmente, observando-se apenas 2021, vê-se que quase um quarto das publicações totais do Brasil concentrou-se em ciências da saúde (23,18%), seguidas pelas áreas de ciências exatas e da terra (16,7%), ciências biológicas (15,45%) e engenharias (12,19%). De fato, somadas, representaram 67% das publicações totais em 2021.

GRÁFICO 10

**Total de publicações brasileiras por área de conhecimento (2021)**

(Em 1 mil)



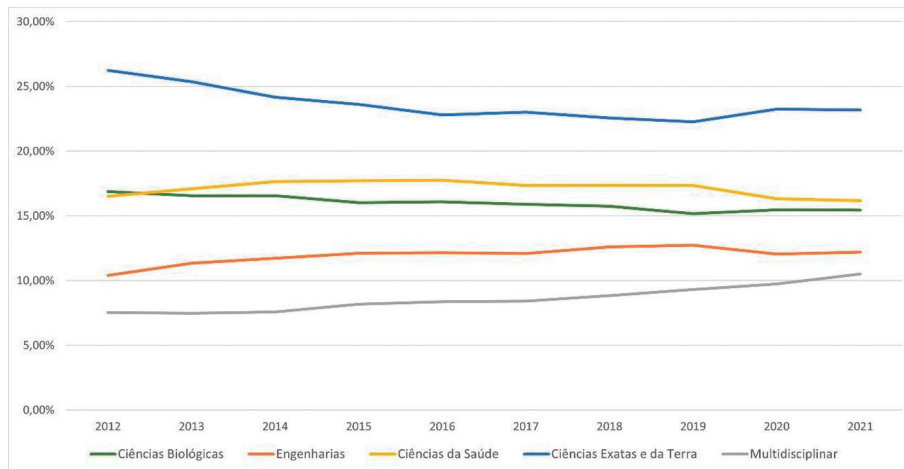
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Uma investigação mais aprofundada, com foco nas quatro áreas responsáveis pela maior porcentagem das publicações totais brasileiras, é apresentada no gráfico 11. Esse gráfico apresenta a evolução da participação de cada área em relação ao total de publicações brasileiras entre 2012 e 2021. No geral, apenas a área de ciências da saúde perdeu participação no total do período, com queda de 3,04%. Já a área de engenharias cresceu 1,79%, e as duas áreas remanescentes permaneceram estáveis em termos de participação no total. O gráfico 11 também mostra o crescimento de um tipo importante de pesquisa científica – aquela entre áreas de conhecimento, ou multidisciplinar. Esse tipo de colaboração cresceu de forma sustentada entre 2012 e 2021, cuja participação aumentou de 7,53% para 10,50% do total anual de publicações.



## GRÁFICO 11

**Participação proporcional de áreas de conhecimento pelo total de publicações brasileiras (2012-2021)**  
(Em %)

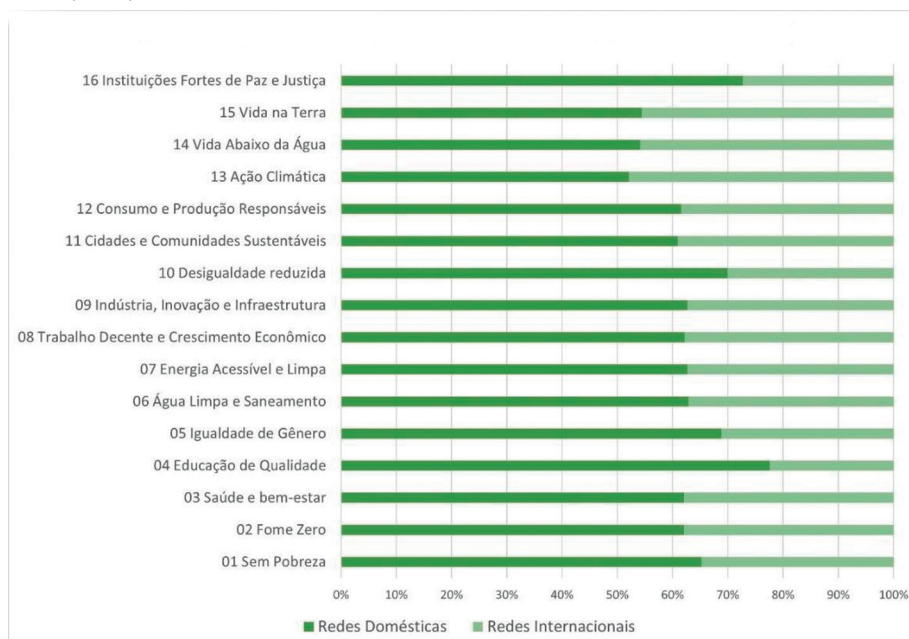


Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

De forma geral, observa-se para os ODS tendência de concentração parecida àquela das áreas de conhecimento, em torno de publicações no campo de ciências da saúde; ciências exatas e da terra; ciências biológicas; e engenharias. A análise da distribuição das publicações por ODS para 2021 mostra concentração no ODS3 (saúde e bem-estar), tanto para publicações originárias de redes domésticas quanto de colaboração internacional. Com efeito, 44% do total de publicações brasileiras em 2021 está relacionado ao ODS 3. O ODS 5 (igualdade de gênero), o ODS 15 (vida na terra) e ODS 14 (vida abaixo da água) representam entre 7% e 8% do total de publicações. Comparando a ligação dos ODS às redes de pesquisa doméstica e internacional no gráfico 12, observa-se que as publicações internacionais estão mais associadas aos ODS 13, 14 e 15, todos diretamente relacionados à preservação ambiental. Da mesma forma, o ODS 4 (educação de qualidade) é o que tem a menor porcentagem de publicações oriundas de redes de colaboração internacional (22,4%).

## GRÁFICO 12

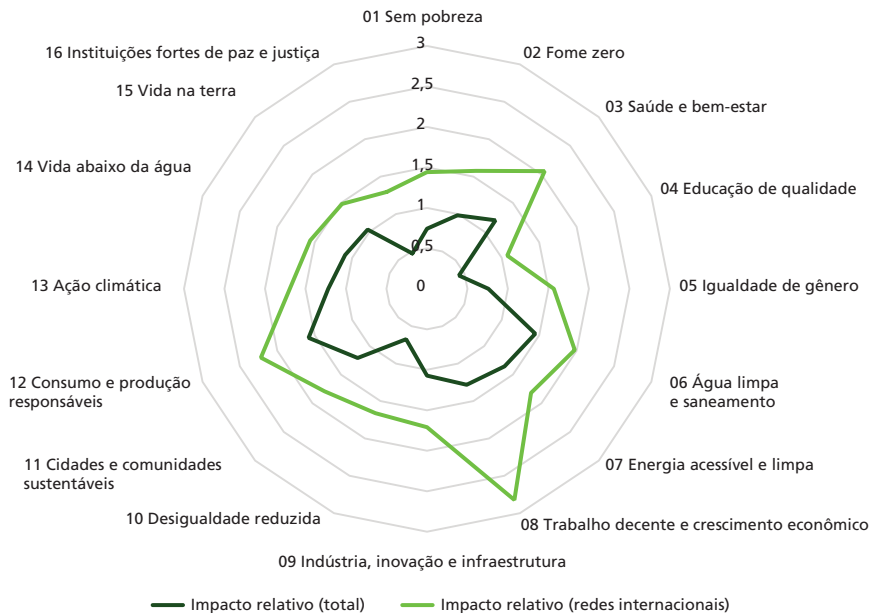
**Publicações brasileiras por ODS: redes domésticas e internacionais (2021)**  
(Em %)

Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Se a distribuição das publicações mostra uma tendência de concentração em ODS parecida com aquela de áreas de conhecimento, o mesmo não ocorre quando se faz a distribuição do impacto geral das publicações por ODS. Ainda que o ODS 3 reapareça no topo da lista de impacto para as publicações oriundas de redes domésticas de pesquisa, a realidade é diferente para redes internacionais, em que o ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico) tem maior impacto. Outra diferença é o fato de o ODS 12 (consumo e produção responsáveis) aparecer em segundo lugar em termos de impacto de publicações originárias de redes domésticas e internacionais de pesquisa. Além da já comentada tendência de maior impacto das publicações em colaboração internacional, é necessário notar, conforme aparece no gráfico 13, que as publicações ligadas ao ODS 4 (educação de qualidade) figuram como as de menor impacto, tanto oriundas de redes domésticas quanto de redes internacionais.

GRÁFICO 13

**Impacto das publicações brasileiras por objetivo de desenvolvimento sustentável (2021)**

Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

#### 4 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: COMO É A PARTICIPAÇÃO DAS IES BRASILEIRAS?

Tendo percorrido o caminho de análise sobre a mobilidade de estudantes e docentes, além da análise das características da produção científica brasileira como forma de entender a inserção do país nas redes internacionais de pesquisa, resta investigar os dados sobre os principais atores na cooperação educacional e científica do Brasil: as IES. Os dados analisados nesta seção têm essencialmente duas origens. Em relação à produção científica e à inserção das IES nas redes internacionais de pesquisa, os recortes advêm da plataforma InCites, cujos dados têm origem no repositório de agregação de periódicos científicos Web of Science (extração em 18 de novembro de 2022). Os demais dados são originários da própria pesquisa Cobradi 2021.

Conforme apontado no segundo capítulo deste relatório, é importante lembrar que a pesquisa Cobradi 2021 estabeleceu dois prazos iniciais para o envio de dados. O primeiro prazo geral, de 30 de setembro de 2022, foi dado essencialmente para todas as instituições que quisessem participar da pesquisa, sendo posteriormente estendido até 31 de outubro de 2022. Até 31 de outubro, foram enviadas 66 respostas, sendo 22 de instituições que não possuíam dados e conjuntos de dados completos e 44 de instituições que tiveram iniciativas de

cooperação internacional em 2021. Um terceiro prazo especial foi estabelecido, a saber, 31 de dezembro de 2022, em virtude da participação das IES públicas brasileiras na pesquisa.

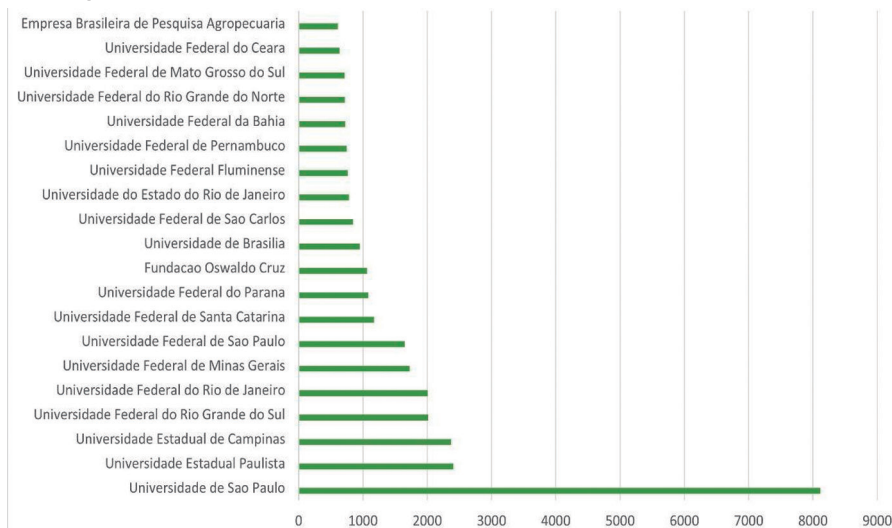
Até a data final, a pesquisa Cobradi 2021 recebeu mais respostas de universidades federais e de institutos federais, as quais foram agregadas a outras respostas anteriormente recebidas. Desse modo, a segunda parte da análise apresentada nesta seção se refere a um conjunto de 201 iniciativas de cooperação internacional das dezenove IES brasileiras que submeteram dados até 31 de dezembro de 2022. *É fundamental ressaltar que não é possível generalizar as conclusões apresentadas como uma tendência para o conjunto de todas as IES ou mesmo os Ifes*, uma vez que a análise se baseia em dados de uma amostra restrita – e talvez não representativa – do universo de instituições públicas de ensino superior do Brasil.

Feitas as considerações metodológicas, o primeiro dado que merece ser analisado é o da participação das IES brasileiras nas redes internacionais de pesquisa em 2021. Utilizando novamente o recurso de produção científica constante em bases agregadoras de periódicos referentes a 2021, o gráfico 14 exibe produção extremamente concentrada na Universidade de São Paulo (USP). A USP concentrou 15,54% da produção brasileira em redes internacionais de pesquisa no mencionado ano, o que representa essencialmente a soma dos totais das IES que figuram em segundo, terceiro, quarto e quinto lugares.

O gráfico 14 também aponta que todas as vinte instituições brasileiras que mais produzem em colaboração internacional são públicas, do governo federal ou estadual. Entre as vinte primeiras, apenas a Fiocruz e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) são instituições de governo. Todas as demais dezoito instituições são universidades públicas cuja produção conjunta alcançou 56,45% do total da produção científica em colaboração internacional do Brasil em 2021. Caso a análise fosse ampliada para as trinta primeiras instituições que mais produzem em colaboração internacional, apenas a trigésima instituição da lista não seria pública, sendo de fato a primeira instituição privada da lista de entidades nacionais (Hospital Albert Einstein). Nesse novo cenário de 30 instituições, as 27 universidades públicas que compõem a lista concentram mais de 65% da produção científica por colaboração internacional do país.

## GRÁFICO 14

## Número de publicações de IES brasileiras em redes internacionais de pesquisa: top 20 (2021)



Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

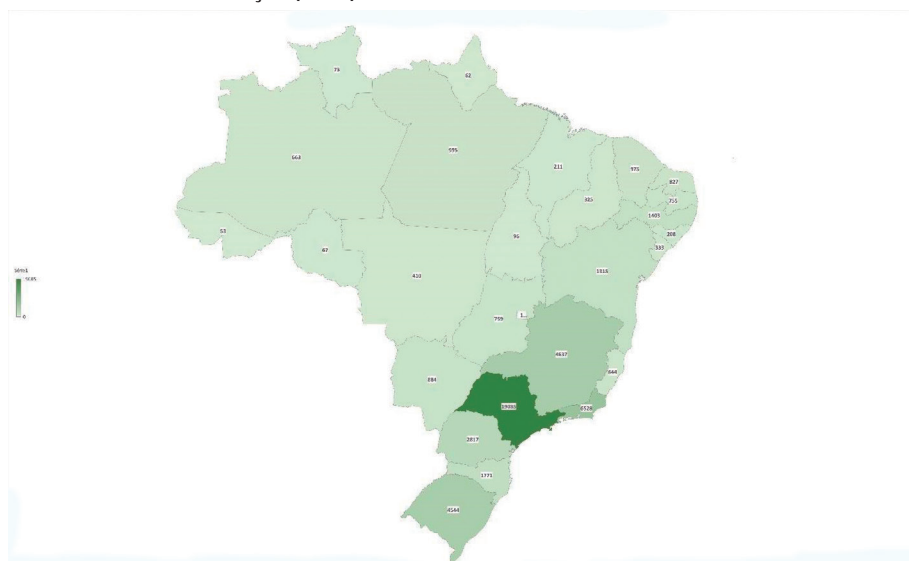
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Embora a maior porcentagem do total das publicações em colaboração internacional brasileiras esteja concentrada em instituições públicas (universidades e centros de pesquisa do governo federal), a efetiva distribuição dessa produção pelos estados da Federação demonstra uma desigualdade abismal. A figura 8 é uma representação visual da extrema concentração das publicações em colaboração internacional do país nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ao todo, esses três estados concentraram quase 58% da produção internacional do Brasil em 2021.

Logo na terceira, na quarta e na quinta posições, estariam, respectivamente, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, estados que juntos alcançaram 17,50% da produção brasileira em colaboração internacional em 2021. Acrescentando o percentual correspondente à produção do estado do Espírito Santo, os sete estados que compõem as regiões Sudeste e Sul do país concentraram 76,68% dessa produção colaborativa internacional. A mesma tendência pode ser observada no número de citações às publicações em colaboração internacional dessas duas regiões, que em 2021 concentraram 75,35% do total de citações a publicações do Brasil nessa modalidade.

FIGURA 8

Publicações de IES brasileiras em redes internacionais de pesquisa: distribuição por estados da Federação (2021)



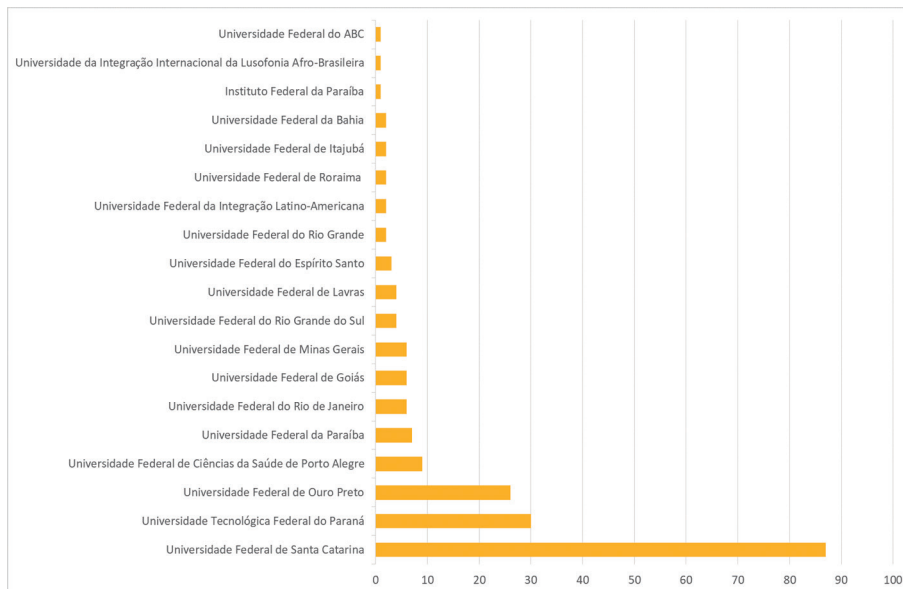
Fonte: InCites/Web of Science. Disponível em: <https://incites.clarivate.com/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Alterando o foco da análise da produção para as iniciativas das dezenove IES no campo da cooperação educacional e científica, o gráfico 15 apresenta as iniciativas de cooperação das IES equanto investidas no papel de instituição responsável (aquela que financia a iniciativa), e não de canal de implementação (aquela que executa a iniciativa). A maior concentração de iniciativas advém da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição que adaptou a metodologia Cobradi para o contexto da universidade e promoveu uma coleta ampla de dados em sua comunidade. As iniciativas da UFSC representam 43% do total de iniciativas, seguida pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UFTPR), com 15%, e pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), com 13%.

GRÁFICO 15

## Instituições responsáveis por iniciativas em IES brasileiras (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

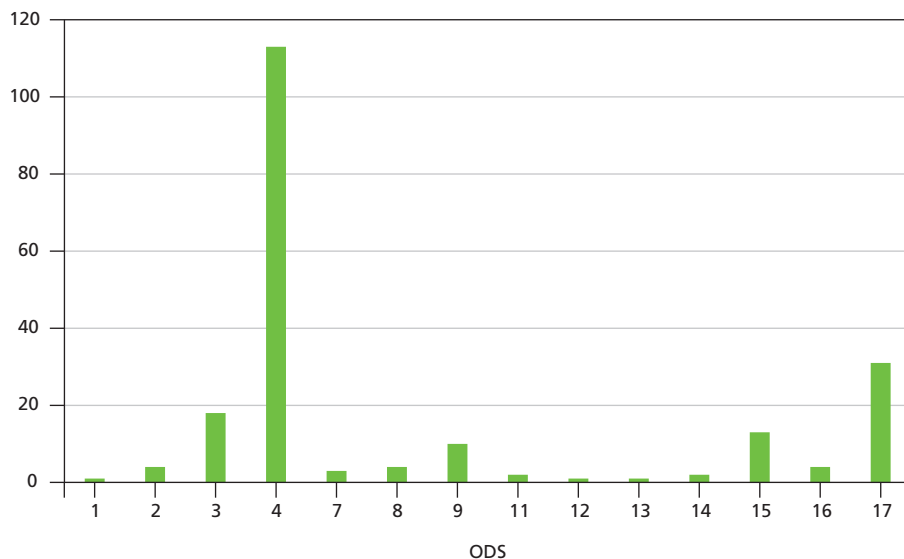
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A distribuição das IES a partir do gasto difere sobremaneira da exibida no gráfico 15. Embora a UFSC ainda figure como primeira, com gasto total que ultrapassou R\$ 4,5 milhões, a Universidade Federal de Sergipe – UFS (R\$ 850 mil) e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB (R\$ 795 mil) figuram em segundo e terceiro lugar em termos de gastos. No total, as IES gastaram mais de R\$ 6,7 milhões com as 201 iniciativas de cooperação educacional e científica em 2021.

A distribuição das iniciativas das IES por ODS, exibida no gráfico 16, não destoia da expectativa, tendo em vista a natureza de suas missões institucionais. Nesse sentido, não é estranho que o ODS 4 (educação de qualidade) concentre quase 57% das iniciativas das IES em 2021. As iniciativas ligadas ao ODS 9 (indústria, inovação e infraestrutura) apontam em terceiro, concentrando 7,88% do total. Embora os gastos da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) brasileira em 2021 tenham se concentrado em contribuições obrigatórias e voluntárias, a mesma tendência não ocorre com as IES. Mesmo assim, é possível perceber que as iniciativas classificadas como ODS 17 se referem essencialmente às contribuições das IES a associações internacionais, que figuram em segundo lugar em termos de iniciativas (17,4%) e em terceiro lugar em termos de gastos (5,17%).

GRÁFICO 16

Número de iniciativas de IES brasileiras por ODS (2021)



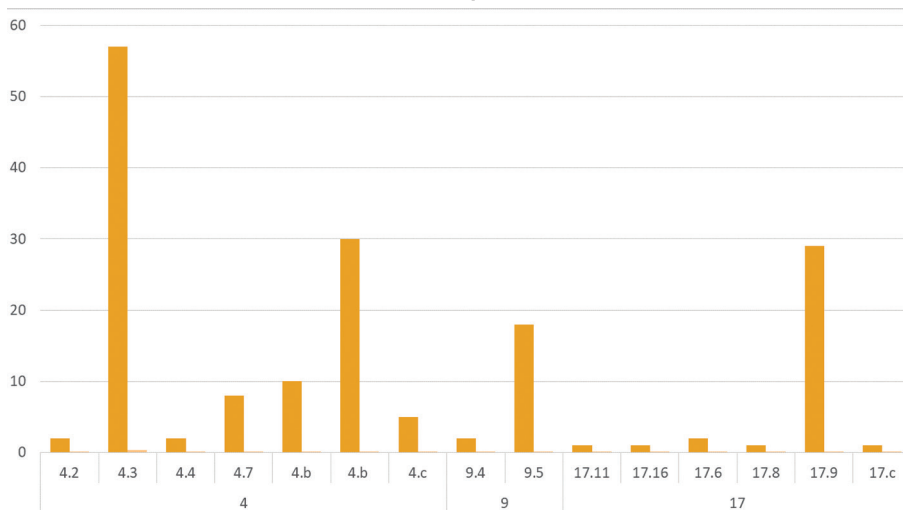
Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

Detalhando as metas ligadas aos três ODS que mais agregam iniciativas de cooperação das IES no gráfico 17, percebe-se tendência menor de concentração. Em relação ao ODS 4, as 57 iniciativas ligadas à meta 4.3 se referem às atividades gerais de mobilidade das universidades com seus parceiros internacionais. A mesma situação ocorre com as trinta iniciativas ligadas à meta 4.b, que se referem a atividades de mobilidade para países em desenvolvimento. No caso do ODS 17, a tendência de concentração de 29 iniciativas na meta 17.9 era esperada, uma vez que todas estão associadas às contribuições a associações internacionais ligadas à temática de ensino superior.



GRÁFICO 17

Número de iniciativas de IES brasileiras por metas de ODS (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

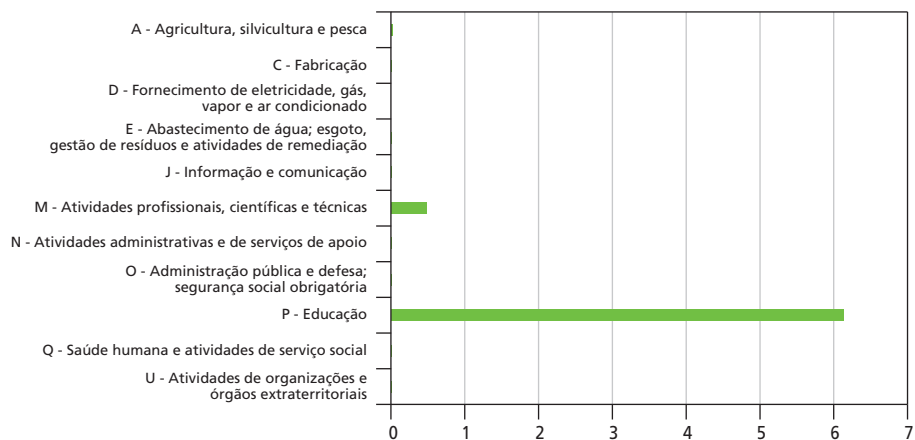
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A classificação dos dados das IES por setor econômico ressalta ainda mais a característica de concentração em atividades educacionais e de pesquisa, conforme exibido no gráfico 18. Com efeito, o setor P (educação) concentra mais de 90% do gasto com cooperação, ao passo que o setor M (atividades profissionais, científicas e técnicas) representa 8,3% do gasto. Assim, apenas dois setores econômicos corresponderiam a mais de 98% do total do gasto de cooperação internacional das IES participantes da pesquisa Cobradi em 2021. Por fim, a concentração em termos de gastos em dois setores também ocorre em relação aos número de iniciativas, de modo que os setores P (66%) e M (28,4%) representam 94,5% do total.

GRÁFICO 18

Iniciativas de IES brasileiras por setor econômico: classificação ISIC (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

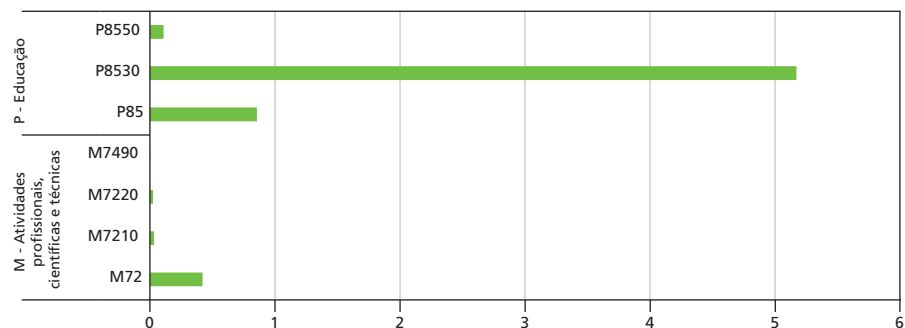
Obs.: ISIC – Classificação Internacional Normalizada Industrial de Todas as Atividades Econômicas.

Aumentando o nível de detalhamento dos principais setores econômicos ligados aos gastos com cooperação internacional, dois padrões visuais claros emergem no gráfico 19. O primeiro é a concentração em atividades de pesquisa e desenvolvimento científico (M72), seja na área de pesquisas experimentais em ciências e engenharias, (M7210), seja nas áreas de ciências sociais e humanas (M7220). O segundo é a agregação de 77,15% das iniciativas de cooperação internacional na categoria *ensino superior* (P8530).

GRÁFICO 19

Iniciativas de IES brasileiras por setores econômicos selecionados: classificação ISIC (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

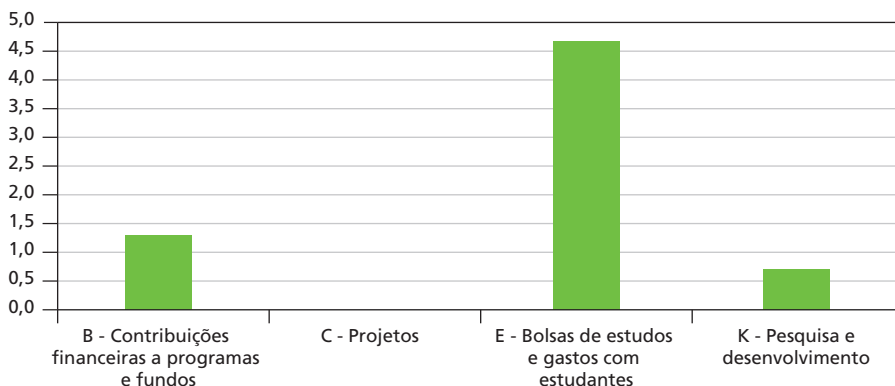
Elaboração dos autores.

No que diz respeito às modalidades de cooperação internacional, há algumas tendências que ensejam comentários adicionais que clarificam aqueles já apresentados na discussão sobre instituição responsável e ODS. Observando o gráfico 20, é importante notar que não há surpresas em relação à alta concentração do gasto nas modalidades E (contribuições financeiras a programas e fundos) e K (bolsas de estudo e gastos com estudantes). Essas modalidades, juntas, alcançam 90% do gasto computado para as IES em 2021. Outra situação digna de maior detalhamento é aquela relacionada à modalidade de cooperação B (contribuições financeiras a programas e fundos), que concentra número elevado de iniciativas em virtude das já comentadas contribuições das IES a associações internacionais.

GRÁFICO 20

## Iniciativas de IES brasileiras por modalidade de cooperação (2021)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

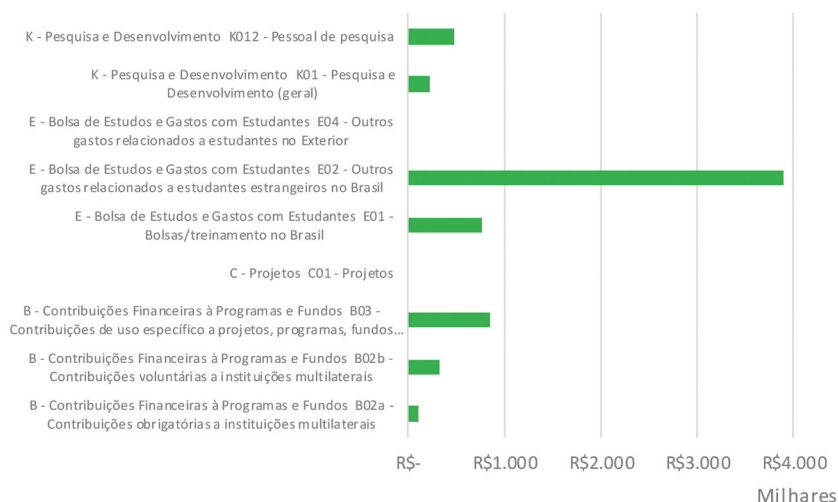
Apresentando nível ainda maior, o gráfico 21 traz detalhamento importante por subitem, o que ajuda a entender as características das bolsas e das iniciativas de mobilidade das IES descritas na modalidade E (bolsas de estudo e gastos com estudantes). Embora os subitens referentes a estudantes estrangeiros matriculados em IES brasileiras tenham alcançado quase 70% das iniciativas da modalidade E (E01 e E02), as IES participantes também listaram 31 iniciativas de mobilidade dos próprios estudantes para instituições estrangeiras.

Outro caso que deve ser comentado é a existência de contribuições de IES brasileiras às organizações multilaterais (modalidade B) que não sejam *contribuições voluntárias* (B02b). De fato, os gastos listados sob a ação orçamentária 000Q levam o nome de *contribuições voluntárias da União a organismos internacionais*, ação à qual estão ligadas 33 contribuições de IES brasileiras em 2021, o que alcança R\$ 336 mil. É igualmente necessário esclarecer se a classificação oficial

do governo brasileiro poderia ser estendida para a utilização do código B03 (contribuições de uso específico). Para o caso da cooperação educacional e científica, parece fazer mais sentido dizer que as contribuições são de uso específico setorial, sendo definidas pelas IES.

### GRÁFICO 21

#### Iniciativas de IES brasileiras por subitens de cooperação internacional (2021)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

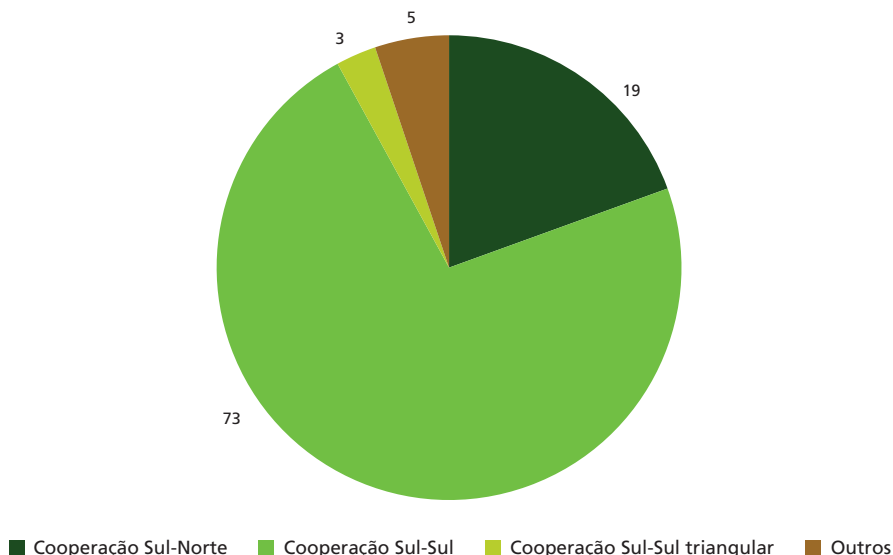
Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Finalmente, analisando a distribuição das iniciativas por arranjo de cooperação internacional, vê-se que há um leve incremento nas ações de cooperação Sul-Sul em comparação aos dados gerais da pesquisa Cobradi 2021 apresentados nos capítulos 2 e 3 deste livro. Sabendo-se que as atividades das IES estão fundamentalmente concentradas em mobilidade e pesquisa, pode-se dizer, a partir das proporções exibidas no gráfico 22, que houve razoável equilíbrio entre as iniciativas Sul-Sul e Sul-Norte no contexto das doze IES que participaram da pesquisa.

GRÁFICO 22

Iniciativas de IES brasileiras por arranjo de cooperação internacional (2021)  
(Em %)



Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

É igualmente importante ressaltar as características da implementação das iniciativas de cooperação Sul-Sul e Sul-Norte. Uma característica já apontada ao longo deste livro também aparece na tabela 3 – a construção de parcerias amplas entre vários atores para a execução de iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Excetuando-se as contribuições a organismos multilaterais que figuram na categoria *outros*, é possível notar a presença de diversos canais de implementação tanto na cooperação Sul-Norte quanto na cooperação Sul-Sul, mesmo considerando que a amostra é exígua, oriunda de apenas dezenove IES, e que algumas não foram capazes de estimar o gasto com as suas iniciativas.

**TABELA 3**  
**Iniciativas de IES brasileiras por arranjo de cooperação internacional e canal de implementação (2021)**

Arranjo de cooperação/canal de implementação	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas
Cooperação Sul-Norte	1.388.389,54	93
11001 - Governo federal	-	28
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	1.388.389,54	65
Cooperação Sul-Sul	4.852.835,56	67
11001 - Governo federal	-	3
11004 - Governo municipal	-	1
40000 - Organizações multilaterais	856.000,00	4
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	3.996.835,56	59
Cooperação Sul-Sul triangular	187.735,62	7
11001 - Governo federal	-	1
11004 - Governo municipal	-	2
20000 - Organizações não governamentais e sociedade civil	-	1
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	187.735,62	3
Outros	344.805,60	34
40000 - Organizações multilaterais	37.890,14	7
51000 - Instituições de ensino ou pesquisa	306.915,46	27
<b>Total</b>	<b>6.773.766,32</b>	<b>201</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
 Elaboração dos autores.

## 5 IES PÚBLICAS

Em virtude da ampliação do público-alvo, o foco prioritário do relatório Cobradi 2021 é a análise sistemática dos dados da cooperação brasileira educacional e científica. A tarefa encontrou desafios tanto no campo conceitual, para abarcar algumas categorias, por exemplo, as relações de cooperação horizontal com países desenvolvidos nas áreas de educação superior e pesquisa (cooperação Sul-Norte), quanto na busca intensiva de dados em diversas bases, desde agências nacionais de fomento até bases internacionais de produção de conhecimento científico. Além da participação de agências públicas, como a Capes, o CNPq e as diversas fundações de amparo à pesquisa estaduais, este estudo contou com o envio direto de dados por dezenove Ifes.

A seção 4 teve como objetivo mostrar uma visão geral dos dados fornecidos por essas instituições sobre suas iniciativas de cooperação e os gastos relacionados, além de outras características. Esta seção tem o intuito de desenvolver análise qualitativa

da atuação das instituições públicas no campo da cooperação educacional e científica do Brasil, enfocando três aspectos específicos: informações gerais sobre as IES; a sua atuação no processo de internacionalização do binômio ensino-pesquisa; e a cooperação com outros países, além de suas diretrizes para essa política e um exame de suas cooperações em 2021. O público preferencial dos dados contidos nesta seção são os práticos da área de internacionalização do ensino superior.

Por último, é importante destacar alguns aspectos prévios dessa análise, como o fato de haver alinhamento entre os objetivos da internacionalização do ensino e a formação de parcerias no contexto da cooperação internacional para educação superior. Embora exista certa convergência entre os diversos planos estratégicos de internacionalização das instituições, há distinção em como essas organizações de ensino apresentam seu alinhamento com a cooperação. Algumas priorizam parcerias com países desenvolvidos, e outras intencionalmente buscam fortalecer a identidade e as redes entre países do Sul global, favorecendo a formação de projetos de cooperação Sul-Sul.

### **5.1 Instituto Federal da Paraíba**

O Instituto Federal da Paraíba (IFPB) é uma instituição pública de ensino criada em 2008 pela Lei Federal nº 11.892. Assim como os demais institutos, sua missão é formar profissionais capacitados – para atuar em diversas áreas do mercado de trabalho – por meio de ensino, pesquisa e extensão.

A internacionalização do ensino é uma importante diretriz do IFPB, e, para isso, a Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (Arinter) trabalha para estabelecer parcerias e gerenciar acordos de cooperação acadêmica com instituições estrangeiras. Por meio desses intercâmbios, o IFPB almeja desenvolver projetos, estágios, cursos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, além de proporcionar aos estudantes e professores a oportunidade de conhecer diferentes possibilidades de estudo e trabalho no exterior.

Em 2021, o IFPB atuou com contribuições voluntárias para um projeto de cooperação com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), organização não governamental (ONG) internacional que promove a cooperação e a troca de informações de universidades e institutos superiores entre os países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor e Macau).

### **5.2 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) é uma instituição federal do governo brasileiro que oferece ensino de graduação e pós-graduação, desenvolve pesquisas em diversas áreas de conhecimento e realiza ações de extensão universitária para atender às demandas da sociedade.

Criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a missão institucional específica da universidade é formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os países africanos, além de promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

A internacionalização da Unilab é um processo gradativo, que se estrutura e se desenvolve para contribuir como instrumento das relações do Brasil com outros países. Mediante a educação, é pautada pela cooperação solidária entre os povos. A universidade reúne estudantes e docentes de diferentes países, promovendo a interculturalidade e a produção de conhecimento voltado à formação de excelência de novos profissionais e ao desenvolvimento humano e social para superar as desigualdades.

Tendo em vista sua vocação e missão, a instituição tem sede na cidade de Redenção e *campus* em outras cidades do Brasil e de países da CPLP, como Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Angola. Nesse sentido, oferece cursos de graduação em ciências da natureza, humanidades, engenharias e saúde, além de programas de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento.

A Unilab também oferece programas de bolsas de estudos e incentiva a participação de estudantes e professores em eventos e atividades de intercâmbio acadêmico, como seminários, congressos e cursos de verão, além de investir em projetos de pesquisa e extensão para promover a integração entre os países da CPLP e o desenvolvimento regional e global. Em 2021, a Unilab atuou em um projeto de cooperação com a AULP.

### 5.3 Universidade Estadual de Minas Gerais

A Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) é uma instituição pública de ensino superior de Minas Gerais. Fundada em 1989, possui sete unidades acadêmicas em diferentes regiões do estado e oferece cursos de graduação e pós-graduação em várias áreas do conhecimento.

No campo das relações internacionais, a UEMG tem um plano de internacionalização do ensino que visa ampliar o alcance de sua atuação, aprimorar a qualidade do ensino oferecido e formar profissionais com perfil internacional. O plano estratégico tem como objetivo ampliar parcerias com instituições estrangeiras, participar de redes interuniversitárias, facilitar a formação linguística, promover a internacionalização em casa, atrair e acolher estrangeiros, aumentar a mobilidade de docentes e discentes no exterior, ampliar a comunicação sobre os processos de internacionalização e capacitar tecnicamente os profissionais da assessoria de intercâmbio e cooperação interinstitucional.

À vista disso, é possível constatar que a UEMG possui atualmente quinze convênios vigentes firmados com instituições de oito países distintos, sendo eles:



Argentina (2), Canadá (1), Chile (1), Colômbia (1), França (2), Itália (2), México (1) e Portugal (5). Em 2021, a participação da UEMG se deu via cooperação com a Secretaria-Geral do Governo de Minas Gerais, setor que coordenou todo o processo de consultas às instituições do estado para a pesquisa Cobradi 2021.

#### 5.4 Universidade Federal da Bahia

Fundada em 1808 como Escola de Cirurgia da Bahia, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é uma das mais antigas do Brasil. Ao longo dos anos, a instituição expandiu sua oferta de cursos, incorporando áreas como farmácia, odontologia, direito e outras. A UFBA tornou-se uma universidade federal depois que seu primeiro reitor, Isaías Alves, implantou a infraestrutura física e de pessoal, abrindo caminho para uma universidade integrada que abrange as áreas de artes, letras, humanidades e ciências. Durante seu reitorado, a Bahia ganhou destaque na cena cultural, em especial em dança, música e teatro, tornando-se a primeira universidade no país a oferecer cursos universitários nessas áreas. Ademais, desempenhou papel fundamental na década de 1960, impulsionando dois importantes movimentos culturais brasileiros – o Cinema Novo e o Tropicalismo.

No campo da cooperação internacional, a Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI) da UFBA é responsável por promover relações acadêmicas e científicas entre a universidade e instituições internacionais, desenvolver convênios e projetos interuniversitários e assessorar docentes, discentes e órgãos administrativos em suas relações internacionais. Fundada em 1996, a AAI busca ampliar as trocas acadêmicas para enriquecer a comunidade da UFBA, valorizar e projetar seus cursos no exterior.

A AAI da UFBA disponibiliza oportunidades de mobilidade acadêmica para discentes, docentes, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo por meio de acordos de cooperação acadêmica internacional. Os editais de bolsas e oportunidades de estudos ou pesquisa no exterior são divulgados periodicamente na página de editais da AAI.

No campo da cooperação acadêmica internacional, os acordos atuam como um instrumento que viabiliza parcerias acadêmicas com instituições estrangeiras por um período de cinco anos, sempre com possibilidade de renovação e extensão. A celebração de tais parcerias pode surgir do interesse de alguma unidade da UFBA ou mesmo de uma instituição estrangeira.

No que diz respeito ao plano de internacionalização da instituição, a UFBA busca expandir as práticas de internacionalização de forma sustentável e direcionada, visando produzir recursos humanos competentes para atender às demandas locais e globais. Assim, adota como práticas de internacionalização a mobilidade de docentes e discentes, as publicações em veículos internacionais, os acordos de cooperação, os eventos internacionais, os cursos de língua estrangeira e os exames de proficiência.

Para tal, a UFBA tem a intenção de ampliar suas relações com países da América do Norte, da Ásia e da Europa, bem como com os países lusófonos, a América Latina e a África. No entanto, a universidade prioriza a história de Salvador e a sua população, bem como estende essa pretensão aos países lusófonos e aos países da América Latina e da África. O objetivo é estabelecer diálogos, em diferentes níveis de produção de conhecimento e desenvolvimento tecnológico, não apenas com países centrais, mas também com aqueles que compartilham realidades similares. O processo de internacionalização busca aprofundar e consolidar interações já existentes, tanto Sul-Norte quanto Sul-Sul.

Em 2021, a universidade atuou em dois projetos de cooperação internacional – um com a Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AILPcsh); e outro com a Associação Latino-americana de Escolas e Faculdades (Universidades de America Latina y el Caribe – Udual).

### **5.5 Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) é uma universidade pública federal brasileira e está localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Seu projeto de criação foi apresentado ao Congresso Nacional, em 2007, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aprovado por unanimidade.

Com pressupostos alinhados ao desenvolvimento sustentável e à identidade latino-americana, a universidade visa contribuir, de modo significativo, para a integração regional ao ofertar ampla gama de cursos de graduação e pós-graduação acessíveis a estudantes e professores de todos os países da América Latina, promovendo a pesquisa avançada em rede e a formação de recursos humanos de excelência por intermédio de seu Instituto Mercosul de Estudos Avançados (Imea).

Nessa seara, a Unila tem como objetivo principal a cooperação solidária na América Latina e mantém relações com diversas instituições internacionais e latino-americanas. Para isso, desenvolve programas de mobilidade de docentes, discentes e pesquisadores, além de realizar convênios de cotutela e parcerias com universidades de reconhecida qualidade acadêmica no Brasil e em outros continentes. Também promove a cooperação científica com estabelecimentos de ensino superior da região trinacional e outros centros de pesquisa do Brasil e de outros continentes, formando redes de pesquisa para resolver problemas comuns.

Além disso, promove o Fórum Anual Internacional para discutir problemas comuns da América Latina e participa de programas de cooperação técnica prestados a países em desenvolvimento e/ou recebidos de países desenvolvidos. A Unila também estrutura programas e políticas para a América do Sul, tendo em vista a possibilidade da força hegemônica brasileira, através da cooperação Sul-Sul.

Nesse contexto, a Divisão de Convênios Nacionais e Internacionais (Diconi) é a unidade responsável pela elaboração e pela ratificação desses acordos e convênios, enquanto a Seção de Acompanhamento de Convênios (Seaconv) supervisiona a execução e a prestação de contas dessas parcerias. Ambas as unidades trabalham juntas e são vinculadas à Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (Proint).

Em 2021, a Unila atuou em dois projetos de cooperação – um com a União de Universidades da América Latina e Caribe (Unión de Universidades de America Latina y el Caribe) e outro com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales). Ambos os projetos fazem parte de contribuições voluntárias da Unila para essas instituições.

### 5.6 Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) é uma instituição pública de ensino superior localizada na Paraíba. Fundada em 1955, tem uma estrutura com múltiplos campos e está presente nas cidades de João Pessoa, Santa Rita, Areia, Bananeiras, Rio Tinto e Mamanguape.

No que se refere à internacionalização do ensino, a UFPB segue os preceitos do Print/Capes. O objetivo do programa é estimular a internacionalização de IES e institutos de pesquisa no Brasil, com a intenção de aumentar o impacto da produção acadêmica e científica dos programas de pós-graduação com notas iguais ou superiores a quatro. A UFPB possui diversos projetos vinculados ao Print/Capes, os quais abrangem diferentes áreas temáticas, tais como tecnologia, saúde, educação, linguagens, políticas públicas, biodiversidade e sustentabilidade.

Nessa seara, por meio de política de internacionalização, a UFPB atua em diversos acordos de cooperação internacional, tendo como objetivo estimular e disseminar o conhecimento acadêmico e científico para diferentes atores e lugares, incentivando a promoção de valores que permitam a consolidação de uma cultura de paz e que possibilitem o acesso a recursos e conhecimentos os quais contribuam para o avanço da pesquisa e da inovação no país.

Diante disso, a UFPB mantém 101 acordos de cooperação acadêmica com estes 25 países: Alemanha (2), Argentina (3), Bielorrússia (1), Camarões (5), Canadá (3), Chile (4), China (2), Colômbia (2), Espanha (10), Estados Unidos (8), Equador (1), França (12), Guiné-Bissau (3), Holanda (1), Hungria (1), Índia (1), Itália (9), México (10), Moçambique (2), Peru (1), Polônia (1), Portugal (15), Reino Unido (2), Suíça (1) e Uruguai (1).

Em 2021, a UFPB desenvolveu um total de sete projetos de cooperação. Entre estes, quatro foram estabelecidos como contribuições voluntárias a organismos internacionais. Os outros três projetos envolveram a cooperação acadêmica com

instituições na Itália (1) e na Alemanha (2). No primeiro caso, dois estudantes da UFPB foram enviados para a Universidade de Torino. No segundo caso, três alunos da Universidade de Vechta (dois alemães e um luxemburguês) foram recebidos na UFPB. Por sua vez, cinco alunos da UFPB foram enviados para a Universidade de Vechta.

### 5.7 Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Fundada em 1953, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) tem como missão principal a atenção integral à saúde. Nesse contexto, objetiva promover a formação de profissionais qualificados e realizar pesquisas de excelência na área, buscando contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Brasil.

A UFCSPA atua em acordos de cooperação internacional por meio do Escritório de Internacionalização (EInter), responsável por ampliar e aprimorar a rede de parcerias internacionais da universidade, com a intenção de garantir a mobilidade de docentes e discentes. Ademais, promove cursos com dupla titulação; módulos internacionais; cursos de curta duração; projetos conjuntos de pesquisa, com prospecção de fomento em editais internacionais; publicações, eventos, entre outros.

Todas essas ações estão alinhadas ao plano institucional de internacionalização da UFCSPA, que tem o objetivo de promover a internacionalização, no âmbito da graduação, através da oferta de diferentes oportunidades de mobilidade acadêmica aos discentes, assim como de ações de internacionalização em casa, voltadas, em sua maioria, à expansão dos conhecimentos em idiomas. Nessa seara, os alunos estrangeiros que ingressam na UFCSPA possibilitam o desenvolvimento bilateral de habilidades interculturais, que não se restringem ao convívio das línguas estrangeiras, mas, através do seu convívio diário, também abrangem o espectro amplo de atividades universitárias e catalisam a construção de liderança e cidadania globais. Essas atividades visam aprimorar a formação dos estudantes, ampliar a experiência acadêmica e profissional e estabelecer novas parcerias de cooperação internacional para a UFCSPA.

Diante disso, a UFCSPA estabeleceu acordos de cooperação com universidades em diversos países, incluindo Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Inglaterra, Irlanda, Itália, Moçambique, Paraguai, Polônia, Portugal, Romênia, Suíça e Uruguai. Além disso, a instituição mantém parcerias com algumas organizações, como a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), e associações acadêmicas internacionais, por exemplo, a Associação Brasileira de Educação Internacional (Faubai), a AULP, o Bureau de Coopération Interuniversitaire (BCI), o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB), o Grupo Tordesilhas, a Organisation Universitaire Interaméricaine (OUI), o Projeto ECHO, a Rede Maristán e a Udual.

Em 2021, a UFCSPA participou ativamente de nove projetos de cooperação internacional, entre os quais três foram contribuições voluntárias às redes internacionais, nomeadamente a AULP, a Associação do Grupo Tordesilhas de Universidades e a Association of American Medical Colleges. Os outros seis projetos destacam-se por sua importância e diversidade, incluindo um projeto de pesquisa na Austrália; um programa de mobilidade acadêmica em Portugal, por meio do Programa de Mobilidade AULP, com dois estudantes da UFCSPA matriculados em um programa de graduação; uma parceria em pesquisa acadêmica em Portugal, alinhada com a internacionalização da pós-graduação; um projeto de pesquisa conjunto nos Estados Unidos, intitulado Bleeding in Hospitalized Patients With Liver Disease Undergoing Invasive Procedures (Proc-Bleed); e um projeto de pesquisa no Uruguai.

### 5.8 Universidade Federal de Goiás

A Universidade Federal de Goiás (UFG) é uma instituição pública de ensino superior no estado de Goiás. Fundada em 1960, é uma das principais IES no Centro-Oeste brasileiro, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento.

Em seu plano de internacionalização, a UFG desenvolve um conjunto de estratégias que incorpora a educação superior a uma dimensão internacional, intercultural e global, com o objetivo de ampliar e aperfeiçoar a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo de forma relevante para a sociedade e para o desenvolvimento do país.

Atualmente, a UFG possui 125 acordos vigentes e 32 em tramitação – renovados ou novos. Em sua maioria, esses acordos apresentam caráter geral, ou seja, abarcam todas as áreas do conhecimento que contemplam atividades de cooperação voltadas para o intercâmbio de discentes e docentes, bem como realização conjunta de pesquisa. Além dos acordos gerais, existem os acordos específicos de projetos; os acordos multilaterais, com atuação de diversas instituições; as cotutelas; e os termos aditivos. Em sua maioria, esses acordos são realizados com instituições da Europa e das Américas.

Em 2021, a UFG participou de seis projetos de cooperação, dos quais quatro foram contribuições voluntárias. Essas contribuições foram feitas para organizações internacionais importantes, incluindo: i) o Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), instituição internacional não governamental com status associativo à UNESCO; ii) a Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), associação internacional que tem o intuito de responder aos problemas específicos da região sul-americana; iii) a AULP, ONG internacional que promove a cooperação e a troca de informação entre universidades e institutos superiores; e iv) o Grupo Tordesilhas, rede acadêmica de universidades do Brasil, de Portugal e da Espanha.

A UFG possui mais dois acordos de cooperação relevantes realizados em 2021. O primeiro é com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o qual visa desenvolver pesquisas para a bioisenção de medicamentos essenciais da lista da OMS utilizando o sistema de classificação biofarmacêutica de fármacos. Já o segundo é um projeto conjunto com o México, que tem como objetivo investigar a violência e as relações de poder na América Latina, com enfoque na produção do conhecimento científico.

### 5.9 Universidade Federal de Itajubá

A Universidade Federal de Itajubá (Unifei) é uma instituição de ensino superior brasileira e está localizada na cidade de Itajubá, no estado de Minas Gerais. Fundada em 1913, oferece cursos de graduação, pós-graduação e extensão em diversas áreas do conhecimento, com destaque para as áreas de engenharia, ciências exatas e tecnologia.

Com o objetivo de fortalecer sua presença internacional, a Unifei busca consolidar sua participação em processos de cooperação com organizações e universidades internacionais. Para alcançar essa meta, tem como foco o desenvolvimento de parcerias, por meio de intercâmbios de pesquisadores, professores e estudantes, além da construção de redes interinstitucionais e da participação em fóruns internacionais, entre outras iniciativas.

A fim de alcançar esses objetivos, a Unifei conta com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI), que oferece programas de mobilidade acadêmica, parcerias em pesquisa, programas de graduação sanduíche, acordos de cotutela, entre outras iniciativas.

Em 2021, a Unifei esteve envolvida em dois projetos de cooperação internacional. O primeiro deles foi uma contribuição voluntária para a Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado. Já o segundo projeto teve como objetivo a formação de pós-graduandos na exploração dos potenciais energéticos da Nigéria.

### 5.10 Universidade Federal de Lavras

A Universidade Federal de Lavras (Ufla) é uma instituição de ensino superior pública e está situada na cidade de Lavras, no estado de Minas Gerais. Fundada em 1908, tem como missão ser referência nacional e internacional como uma universidade comprometida com a responsabilidade social e ambiental, além de promover excelência acadêmica, científica, tecnológica e cultural.

Com o intuito de expandir a política de internacionalização da instituição, a Ufla estabeleceu em seu *Plano de Desenvolvimento Institucional* uma política de internacionalização. O objetivo estratégico é aprimorar a internacionalização institucional com as seguintes ações planejadas: implementar as ações previstas

nos instrumentos de cooperação vigentes, aumentar o número de publicações de artigos científicos em colaboração com instituições internacionais, regulamentar a oferta de disciplinas em inglês e implementar um processo seletivo unificado para ingresso de estudantes internacionais tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Além disso, a instituição tem prestado atenção especial aos projetos de internacionalização, aumentando consequentemente o número de convênios com universidades estrangeiras e criando o Programa Institucional de Bolsas (PIB/Ufla) e suas várias modalidades de apoio. Ademais, a Ufla tem como objetivo permitir que pesquisadores estrangeiros, com reconhecida capacidade e liderança científica e tecnológica, possam colaborar com os programas de pós-graduação para aumentar as linhas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relevantes.

Em 2021, a Ufla atuou em quatro projetos de cooperação, conforme a seguir descrito.

- 1) Participou do Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Paec), promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em parceria com o GCUB. Da Ufla, houve 26 estudantes matriculados em programas de mestrado e 24 em programas de doutorado.
- 2) Mantém convênios com a Colômbia e o Uruguai para promover o intercâmbio de alunos, professores, pesquisadores e funcionários, além de colaborar na área de pesquisa. Em 2021, dois alunos de instituições parceiras realizaram intercâmbio sem bolsa na Ufla.
- 3) Tem um projeto de cooperação com a empresa Suntory Global Innovation Center Limited para execução do projeto de pesquisa intitulado Mecanismo de Formação de Gemas Assincronia Durante o Desenvolvimento Reprodutivo do Cafeeiro.
- 4) Tem um projeto de cooperação com a empresa Suntory Beverage and Food Limited para execução do projeto de pesquisa intitulado Inovações no Processamento de Café Aplicado à Produção de Cafés Especializados: Fermentação com Foco na Qualidade.

### **5.11 Universidade Federal de Minas Gerais**

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma instituição pública de ensino superior e está localizada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Fundada em 1927, é uma das maiores e mais prestigiadas universidades do país, oferecendo cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento. Tem como missão promover o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, além de contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

Desde sua criação, a UFMG tem direcionado esforços consideráveis para sua expansão internacional. Por meio da alocação de recursos humanos e materiais e da implementação de diretrizes alinhadas aos princípios de excelência acadêmica e científica, a universidade tem buscado intensificar seu processo de internacionalização, com o compromisso de estabelecer parcerias solidárias com outras entidades.

A UFMG promove a interação com outras instituições por meio de convênios bilaterais e redes colaborativas. Essas parcerias envolvem a capacitação de profissionais, para atuarem nessas instituições, por meio dos programas de pós-graduação, bem como dos programas de mobilidade para alunos e professores. Além disso, a universidade estabelece projetos colaborativos em áreas de ensino, pesquisa e extensão, entre outras formas de cooperação.

Por meio da DRI, a UFMG tem participação ativa em consórcios internacionais, como com a Asociación de Universidades Grupo Montevideo, o Grupo Tordesilhas, a AULP, o Worldwide Universities Network e a Agence Universitaire de la Francophonie. Ademais, a universidade possui centros de estudos especializados em diversas regiões do mundo, como o Centro de Estudos Africanos, o Centro de Estudos da Ásia Oriental, o Centro de Estudos Europeus, o Centro de Estudos Indianos, o Centro de Estudos Latino-Americanos e o Centro de Estudos Norte-Americanos, voltados para investigação científica e mobilidade acadêmica.

Ademais, a instituição também conta com o Programa de Mobilidade Acadêmica, o qual abrange alguns programas, como o Minas Mundi, o Print/Capes e o Summer School on Brazilian Studies. Este último é um curso de verão, de curta duração, ministrado integralmente em língua inglesa. Com todas essas iniciativas em seu projeto de internacionalização, atualmente a UFMG possui mais de seiscentos acordos de cooperação com instituições em diferentes partes do mundo.

Em 2021, a universidade mobilizou cinco iniciativas voltadas à cooperação internacional para educação. Entre essas iniciativas, destacamos as seguintes: i) a Formação Transversal em Estudos Internacionais, com oferta de disciplinas optativas no nível de graduação – com enfoque internacional ou comparado – ministradas integralmente em língua inglesa ou espanhola; ii) os acordos e os convênios internacionais para estimular a organização conjunta de cursos, facilitar a obtenção de financiamento a projetos desenvolvidos em parceria e estabelecer troca de estudantes de graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores da UFMG e de uma instituição estrangeira; iii) a atuação do Centro de Estudos Regionais, com o objetivo de assegurar a inserção da instituição no cenário internacional, além de fomentar a colaboração entre as seis regiões abrangidas (América Latina, África, América do Norte, Índia, Ásia Oriental e Europa); iv) o Programa de Mobilidade Estudantil, com a mobilidade de estudantes da UFMG; e v) as redes universitárias



internacionais, de forma a promover a interação e a colaboração entre universidades e fomentar a mobilidade e as pesquisas entre os membros.

### 5.12 Universidade Federal de Ouro Preto

A Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) é uma instituição pública de ensino superior localizada na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais. Fundada em 1969, hoje busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de trezentos anos. Com o objetivo de modernizar a cidade centenária, a Ufop oferece atualmente 51 cursos de graduação, sendo 47 presenciais e 4 a distância. Quanto à pós-graduação, são disponibilizados 24 cursos de mestrado acadêmico e 8 profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. Com mais de 11 mil estudantes, a Ufop conta com cerca de oitocentos funcionários técnicos-administrativos e aproximadamente novecentos professores, entre efetivos e substitutos.

Através de seu *Plano de Desenvolvimento Institucional*, a universidade visa promover e conduzir políticas e ações de internacionalização, procurando incentivar permanentemente ações que busquem inserir a universidade em contexto acadêmico global. O esforço principal da Ufop é criar uma cultura de internacionalização que seja vista como algo comum no ambiente acadêmico, o que é um passo inevitável para o processo de formação de todos os alunos e pesquisadores.

A Ufop visa implementar a internacionalização por meio de dois pilares principais: *internacionalização em casa e otimização de experiências*. A primeira se baseia em tornar a experiência internacional uma parte inerente ao processo de aprendizagem e construção do conhecimento, oferecendo disciplinas em idioma estrangeiro, currículos mais flexíveis e recursos multimídia para permitir intervenções acadêmicas internacionais em tempo real. O segundo pilar envolve ampliar as experiências internacionais pontuais, para toda a comunidade acadêmica, através da democratização dessas oportunidades, do mapeamento de afastamentos de pesquisadores do país e da atração de mais estrangeiros para a instituição.

Para alcançar esses objetivos, a Ufop tem desenvolvido diversas políticas de internacionalização, incluindo estímulos à mobilidade acadêmica de docentes, pesquisadores, gestores, técnicos-administrativos e estudantes, tanto para o exterior quanto para a Ufop, bem como a oferta de conteúdos em idiomas estrangeiros e a promoção da universidade no exterior.

No âmbito da cooperação internacional para educação, a Ufop possui mais de setenta acordos de cooperação, com mais de vinte países. Essas parcerias têm como objetivo principal incentivar e facilitar a colaboração em pesquisa e a educação internacional, oferecendo tanto à comunidade acadêmica da Ufop quanto à da instituição parceira a oportunidade de mobilidade acadêmica internacional, o que contribui para a internacionalização das instituições.

Em 2021, a Ufop estabeleceu 26 acordos de cooperação, dos quais 21 são acordos bilaterais voltados para a mobilidade de estudantes de graduação, estudantes de pós-graduação e docentes, sendo sete classificados como cooperação Sul-Norte e quatorze como cooperação Sul-Sul. Além disso, a universidade também implementou quatro projetos de cooperação, incluindo um acordo para fornecer três bolsas de mestrado a pesquisadores nigerianos, o Paec, em parceria com a OEA e o GCUB, no qual a Ufop recebeu nove alunos da Colômbia, três de Honduras, três do Peru, quatro da Venezuela, dois do México, um da Argentina, um do Paraguai, um da Nicarágua e um do Equador. Também foi implementado o Programa de Formação de Professores de Educação Superior de Países Africanos (Proafri), com a vinda de três alunos de Moçambique, e a International Association for the Exchange of Students for Technical Experience (Iaeste), que ofereceu estágios em empresas estrangeiras de forma remota e sem remuneração para um aluno de Bangladesh e um aluno da Bósnia-Herzegovina.

### 5.13 Universidade Federal de Roraima

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) é uma instituição pública de ensino superior localizada no estado de Roraima, no extremo Norte do Brasil. Fundada em 1989, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento social, cultural e econômico da região por meio de educação, pesquisa e extensão.

A instituição atua em acordos de cooperação internacional por meio da assinatura de convênios e parcerias com outras universidades e instituições de pesquisa de diversos países, visando promover o intercâmbio de conhecimentos e as experiências entre pesquisadores e estudantes de diferentes culturas e nações. Além disso, recebe estudantes estrangeiros para programas de intercâmbio e possui programas próprios de intercâmbio com outras instituições, permitindo que seus estudantes possam estudar em outros locais e culturas.

Com o objetivo de incentivar a pesquisa e o desenvolvimento científico e tecnológico, a UFRR mantém uma série de projetos de cooperação internacional em diversas áreas, como biotecnologia, recursos hídricos, meio ambiente e desenvolvimento regional. Esses projetos envolvem pesquisadores de diversas partes do mundo e contribuem para o desenvolvimento da região amazônica e do país como um todo.

Em 2021, a UFRR atuou em dois projetos de cooperação, com contribuições voluntárias a dois consórcios internacionais: o CLACSO e a AULP.

### 5.14 Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição pública de ensino superior sediada em Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Fundada em 1960, oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado em diversas áreas do conhecimento, como ciências exatas, sociais, humanas e da saúde.

A internacionalização do ensino é um dos principais objetivos da UFSC, com a meta de ampliar a cooperação internacional e aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa na universidade. Nesse sentido, desenvolveu um plano institucional cujo objetivo é promover a internacionalização em suas atividades acadêmicas e administrativas, transformando seus servidores técnico-administrativos e estudantes em cidadãos e aprendizes globais. Além disso, a instituição visa preparar seus alunos de graduação e pós-graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais.

Para isso, a UFSC incentiva seus professores a se desenvolverem como pesquisadores internacionais e a oferecerem ensino e treinamento em padrões internacionais, o que facilita ligações colaborativas entre comunidades internacionais, especialmente aquelas localizadas em áreas regionais. Outros objetivos incluem aumentar a exposição internacional da UFSC; aumentar o número de projetos de ensino, pesquisa e extensão em colaboração internacional; aumentar a produção científica em periódicos de circulação internacional e em colaboração internacional; incrementar o número de docentes com estágio pós-doutoral no exterior; e incrementar programas de mobilidade internacional.

A UFSC também visa se tornar mais atraente para alunos, docentes e pesquisadores estrangeiros, incentivando o estabelecimento de acordos de dupla diplomação, criando e expandindo ambiente multilíngue em todos os *campi*. A instituição disciplina em inglês na graduação e na pós-graduação, promove a internacionalização dos currículos dos cursos ofertados e proporciona formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente inglês, e em língua portuguesa para estrangeiros.

Nesse aspecto, a UFSC possui forte atuação em acordos de cooperação internacional, estabelecendo parcerias com diversas instituições de ensino e pesquisa em todo o mundo. A universidade participa de programas de mobilidade acadêmica, recebendo estudantes e pesquisadores de outros países, além de enviar seus próprios alunos e docentes para outras instituições no exterior.

Em 2021, a instituição participou de 52 projetos de cooperação, dos quais a grande totalidade envolveu o deslocamento temporário de professores para realizar pesquisas em universidades parceiras. Nesse contexto, foram executados 8 projetos no contexto da cooperação Sul-Sul e 44 projetos no contexto da cooperação Sul-Norte.

### 5.15 Universidade Federal de Sergipe

A Universidade Federal de Sergipe (UFS) é uma instituição de ensino superior pública e está localizada no estado de Sergipe, na região Nordeste do Brasil. Fundada em 1968, possui diversos *campi* espalhados pelo estado, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

Atualmente, é considerada uma das melhores universidades do Nordeste brasileiro, com destaque em diversas áreas de pesquisa, incluindo medicina, engenharia, ciências sociais e humanas, entre outras. A instituição também tem se destacado em projetos de extensão, busca maior aproximação com a comunidade e contribui para o desenvolvimento regional.

No intuito de fomentar e facilitar a interação com o âmbito internacional, a UFS tem como objetivos a elaboração, a proposição e a coordenação de políticas de cooperação internacional, bem como o acompanhamento e a promoção de convênios internacionais. Também promove intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre instituições internacionais e incentiva a formação de redes internacionais de pesquisa. Além disso, apoia docentes, pesquisadores, alunos e técnicos estrangeiros em atividade na instituição, bem como apoia os membros da própria UFS no exterior.

Para tal, a UFS instituiu uma Comissão Permanente de Internacionalização da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Compin), a qual atua no fomento à mobilidade internacional de docentes e discentes; na criação e no fortalecimento de parcerias com instituições estrangeiras; na divulgação de oportunidades de estudos e pesquisas no exterior; e na promoção de eventos acadêmicos e culturais com enfoque internacional.

### 5.16 Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC) é uma instituição de ensino superior brasileira criada em 2005. Localizada na Região Metropolitana de São Paulo, oferece formação interdisciplinar e de excelência, além de promover a pesquisa científica e tecnológica em diversas áreas do conhecimento.

A internacionalização é considerada elemento fundamental para a UFABC, que tem o objetivo de reforçar sua cultura institucional de excelência acadêmica por meio dessas ações, o que contribui para a integração da universidade a um contexto de excelência em nível mundial. Assim, a UFABC visa promover a mobilidade internacional e a formação de redes e parcerias internacionais, além de estimular a formação internacionalizada de estudantes, acadêmicos e funcionários, tanto dentro quanto fora da instituição.

Nesse sentido, adota ações coordenadas e estratégicas em duas frentes: *internacionalização no exterior* e *internacionalização em casa*. A internacionalização no exterior envolve a mobilidade de estudantes, pesquisadores, programas, cursos e projetos, bem como a integração da UFABC em redes e parcerias internacionais. Já a internacionalização em casa compreende atividades que promovem formação internacionalizada para estudantes, acadêmicos e funcionários, sem a necessidade de deixar a instituição, tais como palestras, seminários, eventos com temas e visitantes internacionais, além do uso do inglês como língua de instrução e colaboração internacional *on-line*.

No que concerne aos acordos de cooperação internacional, a UFABC tem como objetivo fundamental estabelecer cooperação acadêmica, científica e cultural entre a universidade e as instituições estrangeiras, permitindo ações de mobilidade, pesquisa e cooperação em geral. Em 2021, atuou em parceria com a Câmara de Comércio Brasil-Catalunha.

### 5.17 Universidade Federal do Espírito Santo

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é uma instituição de ensino superior pública e está localizada no estado do Espírito Santo. Fundada em 1954, possui autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, além de atuar com base no princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com vocação para atuar em todas as áreas do saber.

Visando à orientação e à implementação de ações voltadas à internacionalização, a universidade instituiu um planejamento sistemático articulado aos demais princípios e às estratégias de desenvolvimento da universidade. Nessa temática, a Ufes contempla um conjunto de objetivos estratégicos contidos na política de internacionalização, que busca aumentar a presença da universidade no cenário internacional e estimular a internacionalização do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação. O plano envolve algumas ações, como o desenvolvimento de projetos conjuntos com instituições estrangeiras, a participação em redes internacionais de pesquisa e a ampliação de programas de mobilidade acadêmica.

Em relação à atuação em cooperação internacional, a universidade mantém acordos com diversas universidades estrangeiras, promovendo a realização de projetos conjuntos de pesquisa, intercâmbios acadêmicos e mobilidade estudantil. Em 2021, a Ufes atuou em três programas de cooperação, quais sejam, Programa Bolsa Brasil, PEC-G e AULP.

### 5.18 Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) é uma instituição pública de ensino superior sediada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Fundada em 1920, é uma das mais prestigiadas universidades do país, tendo destaque na pesquisa científica e tecnológica. É composta por diversas unidades acadêmicas, incluindo faculdades, institutos e centros de pesquisa, abrangendo ampla gama de áreas do conhecimento.

A instituição tem forte atuação em acordos de cooperação internacional, mantendo estratégia que visa ampliar e fortalecer suas parcerias com atores estrangeiros, principalmente com IES, de modo a garantir seus valores historicamente construídos. Como fruto dessa estratégia, a internacionalização ganha forma como um processo academicamente orientado e crítico.

Em 2021, a UFRJ participou de seis projetos de cooperação internacional, contribuindo de maneira voluntária para diversos organismos internacionais dos quais faz parte. Entre esses organismos, destacam-se a Asociación de Universidades Grupo Montevideo, a Agência Universitária da Francofonia (AUF), a Organización Universitaria Interamericana (OUI), a AULP e a Udual.

### 5.19 Universidade Federal do Rio Grande

A Universidade Federal do Rio Grande (Furg) é uma instituição de ensino superior pública brasileira localizada na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul. Fundada em 1969, tem como missão promover o desenvolvimento científico, tecnológico e social da região em que está inserida por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Furg tem iniciativas de internacionalização tanto para a graduação quanto para a pós-graduação, com participação em organizações internacionais de cooperação institucional. A maioria dessas iniciativas é formalizada por meio de convênios de cooperação, os quais podem ser gerais ou específicos em determinados temas. No que diz respeito às ações de suporte à graduação, a universidade participa de diversos programas institucionalizados de mobilidade acadêmica, tais como Bramex (Brasil-México); Bracol (Brasil-Colômbia); GCUB; PEC-G; e Programa de Licenciaturas Internacionais (PLI), da Capes e do Grupo Santander.

Atualmente, a Furg possui 62 acordos internacionais com instituições da Europa, das Américas, da Oceania e da África. Seus objetivos incluem expandir acordos, principalmente em países e continentes onde ainda não há convênios; ser referência internacional nas áreas de atuação dos programas de pós-graduação; consolidar e fortalecer os acordos existentes por meio do desenvolvimento de projetos de cooperação, doutorado em cotutela e dupla titulação; captar professores visitantes estrangeiros; e lançar pós-doutorados. Além disso, a Furg participa

de associações nacionais e internacionais de projeção internacional, tais como o GCUB, a AULP, o Grupo Tordesilhas, a AUGM, entre outros. Em 2021, atuou em dois projetos de cooperação internacional, contribuindo de forma voluntária para a AULP e o Grupo Tordesilhas.

### **5.20 Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma das mais importantes IES do Brasil. Fundada em 1934, está localizada em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, e é reconhecida pela excelência em pesquisa e ensino em diversas áreas do conhecimento.

Em seu plano, a UFRGS compreende que uma estratégia voltada para a política de internacionalização deve abranger o ensino, incluindo graduação, pós-graduação e ensino a distância, assim como priorizar a pesquisa e a extensão. Nessa seara, a universidade instituiu aumento da mobilidade internacional para todos os segmentos, além de desenvolver política de atração e integração institucional de professores visitantes e pesquisadores acadêmicos. Ademais, incentiva a criação de programas internacionais de pós-graduação, com possibilidade de expansão dos acordos de formação conjunta e dupla diplomação.

No âmbito da cooperação internacional, a UFRGS busca consolidar seu prestígio no exterior através da mobilidade acadêmica internacional e da realização de ações de cooperação que visem ao desenvolvimento científico, ao fomento do pensamento crítico e à conscientização sobre a pluralidade cultural. Em 2021, a UFRGS contribuiu com quatro projetos de cooperação – em parceria com a Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado, a Publishers International Linking Association Inc, a AUGM e a AULP – para alcançar esses objetivos.

### **5.21 Universidade Tecnológica Federal do Paraná**

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) é uma instituição de ensino superior pública e tem como objetivo oferecer ensino, pesquisa e extensão nas áreas de tecnologia, ciências aplicadas e engenharias. A universidade está presente em treze cidades do estado do Paraná e oferece cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado, além de programas de extensão e projetos de pesquisa.

Desde a década de 1990, a UTFPR vem firmando parcerias com diversas universidades internacionais, especialmente da Alemanha e da França, com foco na mobilidade de alunos e servidores. Nos anos 2000, essa iniciativa foi intensificada com programas de dupla diplomação e projetos de pesquisa conjuntos, o que resultou em significativos avanços em termos de inserção internacional. Como universidade tecnológica, a UTFPR visa integrar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão ao mundo do trabalho e à solução de problemas do entorno, em colaboração com

governos, empresas e organizações da sociedade civil, além de manter a qualidade esperada de uma instituição internacionalmente respeitada. A política de internacionalização da UTFPR tem em vista guiar e definir as prioridades dos diversos setores da instituição, com a meta de expandir a inserção internacional de excelência e valorizar a importância de uma universidade multicultural e conectada às demandas globais.

Durante 2021, a instituição participou de trinta projetos de cooperação, e a maioria deles envolveu acordos de mobilidade estudantil internacional e/ou de dupla diplomação. É importante destacar que 28 desses projetos estão relacionados à cooperação Sul-Norte.

## REFERÊNCIAS

KNIGHT, J. **Internationalization: elements and checkpoints**. Ottawa: CBIE, 1994. (CBIE Research, n. 7).

KNIGHT, J. Concepts, rationales, and interpretive frameworks in the internationalization of higher education. *In*: DEARDORFF, D. K. *et al.* (Ed.). **The Sage handbook of international higher education**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012. p. 27-42.

KNIGHT, J. Is internationalisation of higher education having an identity crisis? *In*: MALDONADO-MALDONADO, A.; BASSETT, R. M. (Ed.). **The forefront of international higher education: a festschrift in honor of Philip G. Altbach**. Dordrecht: Springer, 2014. p. 75-87. (Higher Education Dynamics, v. 42).

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **International migration outlook 2022**. Paris: OECD Publishing, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/30fe16d2-en>.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Global education monitoring report, 2019: migration, displacement and education – building bridges, not walls**. Paris: UNESCO, 2018.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **UNESCO Science Report: the race against time for smarter development**. Paris: UNESCO, 2021.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Formulação de projetos de cooperação técnica internacional (PCT): manual de orientação**. 2. ed. Brasília: ABC, 2004.



ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: MRE; ABC, 2013.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Cotton-4 + Togo: uma parceria de sucesso**. Brasília: ABC, 2016.

ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. 5. ed. Brasília: ABC, 2020.

ACHCAR, H. de M. South-South cooperation and the re-politicization of development in health. **World Development**, v. 149, p. 1-12, 2022.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR; MJ, 2010.

CASTIONI, R. *et al.* **Universidades federais na pandemia de covid-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?** Brasília: Ipea, mar. 2021. (Texto para Discussão, n. 2637).

CASTRO, M. C. *et al.* Reduction in life expectancy in Brazil after covid-19. **Nature Medicine**, v. 27, p. 1629-1635, 2021.

COSTA, J. S.; BARBOSA, A. L. N. de H.; HECKSHER, M. **Desigualdades no mercado de trabalho e a pandemia da covid-19**. Rio de Janeiro: Ipea, ago. 2021. (Texto para Discussão, n. 2684).

DUARTE, N. de A.; ESCRIVÃO JUNIOR, A.; SIQUEIRA, S. O acesso aos serviços de saúde por emigrantes brasileiros nos Estados Unidos. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 365-376, 2013.

FERREIRA, K. L.; SCHREIBER, D.; PUFFAL, D. P. Análise reflexiva do turismo em saúde à luz da inovação. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 2, p. 254-273, 2016.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. S251-S266, 2007.

GÓES, G. S. *et al.* O mercado de trabalho no setor cultural: a influência da pandemia de covid-19 nos seus fluxos e estoques – janeiro de 2022. **Carta de Conjuntura**, n. 54, nota 7, jan.-mar. 2022.

KNIGHT, J. Updated definition of internationalization. **International Higher Education**, n. 33, p. 2-3, 2003.

LAMEIRAS, M. A. P.; CORSEUIL, C. H.; RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho – junho de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 51, nota 32, abr.-jun. 2021.

LIMA, J. A. dos S. Além do Haiti: a quem se destina a cooperação humanitária brasileira? **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 23, p. 73-99, maio-ago. 2017.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia**. Brasília: Ipea, ago. 2020. (Nota Técnica Disoc, n. 88).

NERI, M. C. **Mapa da nova pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, jun. 2022.

RABIU, A. T. *et al.* Dengue and covid-19: a double burden to Brazil. **Journal of Medical Virology**, v. 93, n. 7, p. 4092-4093, 2021.

ROCHA, E.; RESENDE, V. A pandemia de covid-19 na vida de crianças e adolescentes: efeitos secundários e o financiamento de políticas públicas – nota de política social 1. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 519-538, 2022.

SÁ, E. B. de *et al.* Saúde. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 29, p. 111-166, 2022.

SALDANHA, R. de F.; BASTOS, R. R.; BARCELLOS, C. *Microdatasus*: pacote para *download* e pré-processamento de microdados do Departamento de Informática do SUS (Datusus). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 9, p. 1-9, 2019.

SANTOS, M. *et al.* International trade and health care in Brazil: an unpredicted tale threatening health care entitlement? **International Journal of Health Services**, Los Angeles, v. 49, n. 2, p. 343-359, 2019.

SCHLEICHER, R.; BARROS, P. Medindo o gasto externo brasileiro para a implementação da Agenda 2030: o novo Cobradi 2021-2024. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 33, p. 139-160, maio-ago. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11572>.

SOLOMON, A. *et al.* (Ed.). **Impact of the covid-19 pandemic on seven neglected tropical diseases**: a model-based analysis. Genebra: WHO, 2021.

SOUZA JÚNIOR, J. R. de C. *et al.* Visão geral da conjuntura – dezembro de 2021. **Carta de Conjuntura**, n. 53, nota 27, out.-dez. 2021.

SOUZA, P. H. G. F. de. A pandemia de covid-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 37-44, mar. 2021.

SUGUIMOTO, S. P. *et al.* Latin American immigrants have limited access to health insurance in Japan: a cross sectional study. **BMC Public Health**, v. 12, p. 1-9, 2012.

WERNECK, G. L. Long-term mass population effects of the covid-19 pandemic: a long way to go. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 7, p. 1-3, 2022.

# APÊNDICE A

## QUADRO A.1

### Modalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Modalidade	Descrição	Subtipos	Descrição
A	Apoio orçamentário	A00	Identifica as contribuições do provedor para o orçamento do governo de um país receptor, que tem responsabilidade exclusiva pelo uso e pela prestação de contas pelos fundos. O apoio ao orçamento pode ser genérico (não alocado ao setor) ou setorial, por exemplo, energia, agricultura.
B	Contribuições financeiras a programas e fundos	B01	Os fundos são pagos às organizações não governamentais – ONGs (locais, nacionais e internacionais) para uso a critério delas e contribuem para programas e atividades que as próprias ONGs desenvolveram e que implementam pela própria autoridade e responsabilidade. Contribuições centrais para parcerias público-privadas (PPPs), fundos pagos a fundações (por exemplo, fundações filantrópicas) e contribuições a institutos de pesquisa (públicos e privados) também são registrados aqui.
		B02a	Contribuições <i>obrigatórias</i> aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. As contribuições são calculadas com base na fórmula acordada com a qual os membros se comprometem ao ingressar em uma instituição.
		B02b	Contribuições <i>voluntárias</i> não vinculadas aos orçamentos de instituições multilaterais, incluindo bancos de desenvolvimento, fundos de desenvolvimento, organizações internacionais de desenvolvimento e humanitárias. Excluem-se atividades em benefício do próprio país doador.
		B03	Contribuições <i>de uso específico</i> definidas pelo país doador, com foco específico setorial, temático ou geográfico. Inclui contribuições para projetos, programas e fundos administrados por instituições multilaterais, por exemplo. Fundos fiduciários de vários doadores e doadores únicos, bem como alguns fundos agrupados da Organização das Nações Unidas (ONU) e fundos intermediários financeiros, excluindo-se atividades em benefício próprio.
C	Projetos	C01	Identifica recursos, atividades e entregas específicas apoiadas pelo país para atingir objetivos/ resultados dentro de prazo definido, com orçamento definido e área geográfica definida.
D	Cooperação técnica	D01	Categoria geral relacionada a gastos com a cooperação técnica implementada por agentes do governo do país. Os gastos diretos com cooperação técnica nos projetos descritos em C01 não estão incluídos neste item.
		D011	Gastos específicos e relacionados a horas técnicas de agentes do governo, contratação de especialistas e custos de oportunidade, diretamente associados à atividade de cooperação técnica.
		D012	Gastos específicos e relacionados a diárias e passagens aéreas que estão diretamente associadas à atividade de cooperação técnica. Também incluem custos relacionados a viagens de voluntários.
		D013	Gastos específicos e relacionados a aquisição de serviços, materiais, equipamentos e suprimentos necessários para a implementação de atividades/projetos de cooperação técnica entre países em desenvolvimento.
		D021	Despesas específicas relacionadas a atividades de capacitação e treinamento, incluindo conferências, seminários, <i>workshops</i> , visitas de intercâmbio. Incluem a oferta de treinamento com especialistas recrutados internacionalmente ou localmente.

(Continua)

(Continuação)

Modalidade	Descrição	Subtipos	Descrição
E	Bolsas de estudo e gastos com estudantes	E01	Bolsas/treinamento para estudantes estrangeiros <i>no Brasil</i> .
		E02	Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros <i>no Brasil</i> .
		E03	Bolsas/treinamento para estudantes <i>no exterior</i> .
		E04	Outros gastos relacionados a estudantes <i>no exterior</i> .
G	Custos administrativos (não incluídos em outras modalidades)	G01	Custos administrativos de entrega de atividades (não incluídos em outras modalidades). Quando o valor exato não pode ser identificado, os relatores podem estimar esses custos da seguinte forma: i) tomar como ponto de partida os custos administrativos totais da instituição envolvida na entrega das atividades; e ii) fazer um cálculo proporcional, refletindo a participação das atividades nas despesas totais da instituição.
H	Despesas no país fornecedor	H00	Despesas no país fornecedor não incluídas em nenhum outro lugar.
I	Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e outras pessoas protegidas	I01	Custos incorridos em países doadores para assistência básica a requerentes de asilo, refugiados e pessoas protegidas de países elegíveis para Total Official Support For Sustainable Development – TOSSD (até doze meses).
		I02	Custos incorridos em países doadores para assistência básica a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas, além do período de doze meses, desde que o indivíduo não seja reconhecido pelas autoridades competentes do país em que solicitou asilo como portador de direitos e obrigações inerentes à posse de residência ou nacionalidade desse país.
		I03	Apoio financeiro, material ou técnico a solicitantes de refúgio, refugiados e pessoas protegidas em outros países de acolhimento.
		I04	Apoio a refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas protegidas que regressam voluntariamente a seus países de origem, sua nacionalidade ou sua última residência habitual. Exclui-se a assistência pré-partida.
		I05	Custos incorridos em países doadores para promover a integração, em sua economia, de solicitantes de refúgio, refugiados, pessoas protegidas e migrantes. Abrangem atividades que promovem a integração na economia e na cultura do país doador (incluindo formação linguística, formação profissional, regimes de proteção social, programas de emprego, sensibilização para a cultura nacional) até os primeiros cinco anos de permanência. O apoio temporário ou a assistência básica estão cobertos pelas modalidades I01 e I02.
J	Doações em espécie	J01	Doação de bens e materiais. Abrange alimentos, equipamentos (incluindo equipamentos médicos), materiais e veículos motorizados. Os materiais e os suprimentos necessários para implementar as atividades de cooperação técnica são registrados em D013.
K	Pesquisa e desenvolvimento	K01	Gastos gerais para projetos de pesquisa conjuntos entre dois ou mais países. Cobrem o tempo de trabalho e os custos de oportunidade de cientistas/especialistas e outro pessoal de pesquisa do país declarante, bem como as despesas com infraestrutura e serviços relacionados à ciência (laboratórios, equipamentos, materiais, suprimentos) diretamente associada à atividade de pesquisa.
		K011	Gastos específicos relacionados a laboratórios, equipamentos e insumos diretamente associados à pesquisa e às atividades de desenvolvimento.
		K012	Gastos específicos relacionados a horas de trabalho e custos de oportunidade de cientistas/especialistas, bem como de outros pesquisadores do país.

Elaboração dos autores.

## ANEXOS

### ANEXO A

TABELA A.1

**Internações hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde de nacionais de países em desenvolvimento (2021)**

Nacionalidade	Quantidade de internações	Valor gasto em internações (R\$)
Venezuela	8.245	8.813.392,13
Bolívia	4.594	7.789.934,10
Haiti	2.866	3.417.066,15
Paraguai	2.166	4.609.667,28
Argentina	1.056	2.433.184,01
Uruguai	404	1.585.035,28
Chile	403	1.153.678,82
Colômbia	387	795.320,41
Curaçao	367	631.694,66
Costa Rica	347	496.522,86
Peru	328	620.416,74
China	279	770.230,25
Angola	169	176.690,87
Costa do Marfim	138	98.365,00
Botsuana	119	231.248,43
Egito	84	128.926,08
Antígua e Barbuda	74	59.189,48
República Dominicana	69	59.145,13
Bahrein	60	136.353,47
Equador	57	48.377,42
Líbano	56	246.714,41
Etiópia	55	137.047,33
Gabão	52	71.122,88
Comunidade das Bahamas	51	80.889,35
Brunei	50	58.586,93
Guatemala	48	99.958,76
Senegal	47	61.966,23
Nigéria	46	46.971,37
Bangladesh	43	107.821,23

(Continua)

(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de interações	Valor gasto em interações (R\$)
Guiana	42	36.032,63
Estados Associados das Antilhas	40	76.089,45
Gana	39	27.976,05
Afeganistão	37	97.095,76
Síria	36	50.620,52
México	34	137.940,46
Suriname	31	21.986,62
Trinidad e Tobago	31	19.191,76
Belize	30	196.443,86
Dominica	29	56.720,01
Honduras	29	28.103,07
Filipinas	29	16.127,02
Marrocos	29	9.936,77
Congo (Kinshasa)	28	19.901,24
Guiné-Bissau	24	15.867,93
Albânia	23	88.071,15
Moçambique	23	23.663,37
Guiné	22	26.100,93
Paquistão	19	27.892,22
China (Taiwan)	18	48.646,54
Nicarágua	16	46.886,92
Namíbia	16	23.226,66
São Vicente e Granadinas	15	121.016,14
Cabo Verde	15	15.307,16
Líbia	13	13.791,66
Bermudas	13	8.580,08
Índia	12	39.578,86
África do Sul	12	16.874,89
Jamaica	12	16.816,43
Panamá	11	37.715,96
Togo	10	14.173,82
Santa Lúcia	10	8.947,85
Nicarágua	10	6.984,43
Turquia	9	37.245,88
Porto Rico	9	13.004,73
Camarões	9	7.424,36
Burkina Faso	9	5.734,53
Guiana Francesa	9	4.544,33

(Continua)

(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de interações	Valor gasto em interações (R\$)
Jordânia	8	25.097,49
Argélia	8	14.813,87
Palestina	8	10.415,34
Irã	7	30.545,25
Benim	7	16.124,41
Martinica	7	10.164,48
República Democrática do Congo	7	4.592,68
Zimbábue	7	7.529,23
Omã	6	16.801,06
Burundi	6	15.490,23
Iraque	6	4.878,07
Arábia Saudita	6	4.163,62
Lituânia	6	3.404,80
Chade	6	2.849,63
El Salvador	5	12.458,30
Quênia	5	12.214,28
Somália	5	7.365,41
Laos	5	4.726,82
Macau	4	14.795,22
Botsuana	4	13.902,48
Ruanda	4	8.038,97
Lesoto	4	4.907,71
Aruba	4	4.134,14
Guiné Equatorial	4	3.784,62
Iêmen	4	3.363,73
Saara Ocidental	4	3.312,61
Maldivas	4	3.075,83
Zâmbia	4	2.708,18
Níger	4	2.631,25
Zaire	3	34.893,79
Libéria	3	7.305,91
Sri Lanka	3	6.774,92
Butão	3	5.740,33
Papua-Nova Guiné	3	3.785,73
Uzbequistão	3	1.845,65
República Centro-Africana	3	1.634,95
Mauritânia	3	676,32
Serra Leoa	3	485,65

(Continua)



(Continuação)

Nacionalidade	Quantidade de internações	Valor gasto em internações (R\$)
Emirados Árabes Unidos	2	15.666,15
Tailândia	2	13.459,60
Tanzânia	2	4.070,04
Chipre	2	2.431,92
Vietnã	2	2.229,08
Tuvalu	2	2.064,73
Hong Kong	2	1.727,98
Tunísia	2	1.568,22
Madagascar	2	1.503,58
Nepal	2	1.409,04
Letônia	2	1.366,48
Armênia	2	1.327,18
Azerbaijão	1	9.716,50
Tadjiquistão	1	2.930,21
Sudão	1	1.800,44
Samoa	1	1.547,44
Tonga	1	1.500,00
Nguane	1	1.500,00
Mali	1	1.313,74
Myanmar	1	1.208,25
Malásia	1	790,50
São Tomé e Príncipe	1	719,78
Nauru	1	711,77
Vanuatu	1	636,96
Maurício	1	463,21
São Cristóvão	1	414,62
Fiji	1	336,34
Indonésia	1	179,62
Catar	1	55,27

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do Ministério da Saúde (SIH/MS). Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/producao-hospitalar-sih-sus>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Elaboração dos autores.

## ANEXO B

**TABELA B.1**  
**Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por**  
**instituição responsável (2021)**

Instituição responsável	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
Advocacia-Geral da União	107.384,65	3	22.742,40	184
Agência Brasileira de Cooperação	139.402.509,96	153	660.009,00	5.359
Agência Nacional de Aviação Civil	6.197,30	2	6.197,30	50
Agência Nacional de Cinema	1.059.382,85	2	24.102,00	195
Agência Nacional de Telecomunicações	150.676,00	3	50.676,00	410
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	13.505,75	2	1.854,00	15
Agência Nacional de Transportes Terrestres	16.128,52	1	0,00	0
Arquivo Nacional	158.208,00	4	158.208,00	1.280
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	0,00	1	0,00	0
Banco Central do Brasil	1.691.606,88	39	66.373,20	537
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	0,00	2	0,00	0
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	706.390,42	3	0,00	0
Comando da Aeronáutica	402.262,76	4	0,00	0
Comando da Marinha	111.370,30	1	0,00	0
Comissão de Valores Mobiliários	77.253,18	1	0,00	0
Comissão Nacional de Energia Nuclear	986.822,40	5	986.822,40	998
Companhia Nacional de Abastecimento	32.353.049,89	2	0,00	0
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	391.932,16	1	0,00	0
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	17.342.772,79	211	0,00	0
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	198.328.418,77	3.583	24.720,00	200
Defensoria Pública da União	1.514.874,17	24	1.041.082,80	8.423
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	222.544.790,00	2	0,00	0
Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial	13.837.640,54	14	0,00	0
Escola Nacional de Administração Pública	292.175,54	8	55.592,16	624

(Continua)

(Continuação)

Instituição responsável	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
Estado de Minas Gerais	424.924,49	12	61.112,64	142
Financiadora de Estudos e Projetos	1.178.641,27	1	0,00	0
Fórum de Pesquisa Agropecuária na África	0,00	1	0,00	0
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	850.411,87	10	0,00	0
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	80.843.796,52	1.355	0,00	0
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	166.980,00	2	0,00	0
Fundação Oswaldo Cruz	2.882.719,62	53	360.046,80	2.913
Governo do Distrito Federal	107.393,77	1	1.606,80	13
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	81.314,40	4	64.500,00	688
Instituto Federal da Paraíba	8.315,00	1	0,00	0
Instituto Nacional de Câncer	334.841,83	2	814.183,00	1.327
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	8.694.112,93	5	362.541,60	1.306
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	37.300,00	1	0,00	0
Instituto Nacional do Seguro Social	374.718,20	2	0,00	0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	362.585,11	2	5.760,00	96
Ministério da Cidadania	45.836,71	1	0,00	0
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.036.311,29	20	16.362,72	134
Ministério da Defesa	101.422.394,68	132	0,00	0
Ministério da Economia	5.696.651.716,20	133	0,00	0
Ministério da Educação	40.432.303,53	1.843	0,00	0
Ministério da Infraestrutura	181.792,83	3	0,00	0
Ministério da Justiça e Segurança Pública	73.099,74	1	0,00	0
Ministério da Saúde	54.741.462,65	139	0,00	0
Ministério das Comunicações	83.503,07	1	0,00	0
Ministério de Minas e Energia	39.755,75	2	3.090,00	25
Ministério das Relações Exteriores	7.790.646,58	40	0,00	0
Ministério do Trabalho	767.046,91	6	0,00	0
Ministério do Turismo	3.650.001,34	8	31.270,80	253
Superintendência de Seguros Privados	513.807,74	5	1.874,99	11
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	8.670,00	1	0,00	0
Universidade Federal da Bahia	2.023,45	2	0,00	0

(Continua)

(Continuação)

Instituição responsável	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	11.051,05	2	0,00	0
Universidade Federal da Paraíba	795.822,75	7	0,00	0
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	57.249,95	9	0,00	0
Universidade Federal de Goiás	79.392,15	6	0,00	0
Universidade Federal de Itajubá	10.289,50	2	0,00	0
Universidade Federal de Lavras	0,00	4	0,00	0
Universidade Federal de Minas Gerais	187.735,62	6	0,00	0
Universidade Federal de Ouro Preto	0,00	26	0,00	0
Universidade Federal de Roraima	13.291,88	2	0,00	0
Universidade Federal de Santa Catarina	4.579.721,10	87	376.868,16	890
Universidade Federal do ABC	1.904,29	1	0,00	0
Universidade Federal do Espírito Santo	856.000,00	3	0,00	0
Universidade Federal do Rio de Janeiro	79.279,43	6	0,00	0
Universidade Federal do Rio Grande	18.301,77	2	0,00	0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	64.718,38	4	0,00	0
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	-	30	0,00	0
<b>Total</b>	<b>6.643.038.538,18</b>	<b>8.057</b>	<b>5.197.596,77</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## ANEXO C

TABELA C.1

## Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por ODS (2021)

ODS	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
1 – Sem pobreza	10.316.278,27	7	619.977,60	5.016
2 – Fome zero	187.721.220,20	48	50.287,76	283
3 – Saúde e bem-estar	355.854.486,02	256	2.143.192,91	5.072
4 – Educação de qualidade	380.871.449,71	6.550	483.578,91	1.923
5 – Igualdade de gênero	301.055,10	4	1.854,00	15
6 – Água limpa e saneamento	1.765.710,93	4	0,00	0
7 – Energia acessível e limpa	2.988.767,28	9	14.935,20	50
8 – Trabalho decente e crescimento econômico	344.598.235,16	83	110.511,09	832
9 – Indústria, inovação e infraestrutura	3.994.666.675,48	703	167.459,33	707
10 – Desigualdade reduzida	106.948.547,43	8	79.121,30	640
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	18.563.012,63	18	31.735,02	72
12 – Consumo e produção responsáveis	2.144.358,04	6	33.871,74	72
13 – Ação climática	4.114.967,01	9	112.500,96	709
14 – Vida abaixo da água	6.193.362,02	17	58.394,80	266
15 – Vida na Terra	9.404.064,92	15	0,00	0
16 – Instituições fortes de paz e justiça	264.935.397,64	202	1.203.202,69	9.640
17 – Parceria global	951.650.950,36	118	86.973,46	776
<b>Total</b>	<b>6.643.038.538,18</b>	<b>8.057</b>	<b>5.197.596,77</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## ANEXO D

TABELA D.1

## Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por setor econômico (2021)

Setor econômico (Isic)	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
A – Agricultura, silvicultura e pesca	43.634.110,08	36	36.884,19	205
B – Mineração e pedreira	2.521.066,74	2	0,00	0
C – Indústria e produção	3.389.548,19	6	5.368,36	10
D – Energia, gás e eletricidade	1.367.882,76	5	618,00	5
E – Água e esgoto	3.556.790,24	5	13.346,21	21
F – Construção	222.594.390,00	4	0,00	0
G – Comércio atacado/varejo; reparação de veículos	1.776,48	3	1.071,48	24
H – Transporte e armazenamento	8.051,30	3	8.051,30	65
J – Informação e comunicação	4.897.228,95	15	79.990,40	620
K – Atividades financeiras e de seguros	3.914.598.316,32	46	68.248,19	548
M – Atividades profissionais, científicas e técnicas	71.372.877,75	776	482.167,49	2.091
N – Atividades administrativas e de serviços de apoio	1.353.999,43	11	80.216,40	649
O – Administração pública e defesa	44.822.543,64	212	1.173.947,58	9.265
P – Educação	323.517.898,19	6.588	563.372,20	3.071
Q – Saúde e assistência social	249.142.694,74	243	2.675.475,40	9.400
R – Artes, entretenimento e recreação	2.404.738,77	3	0,00	0
U – Atividades de organizações e órgãos extraterritoriais	1.753.854.624,61	99	8.839,57	99
<b>Total</b>	<b>6.643.038.538,18</b>	<b>8.057</b>	<b>5.197.596,77</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.

Elaboração dos autores.

Obs.: Isic – International Standard Industrial Classification of All Economic Activities.

## ANEXO E

TABELA E.1

## Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por modalidade de cooperação internacional (2021)

Modalidades e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
B – Contribuições financeiras a programas e fundos	5.729.697.147,04	239	375.148,80	1.408
B01 – Contribuições obrigatórias a organizações não governamentais (ONGs), centros de pesquisa, parcerias público-privadas (PPPs) e outros entes privados	2.336.958,33	3	300.000,00	800
B02a – Contribuições obrigatórias a instituições multilaterais	5.519.934.997,30	57	16.068,00	130
B02b – Contribuições voluntárias a instituições multilaterais	47.656.458,39	166	28.922,40	234
B03 – Contribuições de uso específico a projetos, programas, fundos e instituições	159.768.733,02	13	30.158,40	244
C – Projetos	2.238.746,16	34	1.102.280,62	8.593
C01 – Projetos de cooperação internacional	2.238.746,16	34	1.102.280,62	8.593
D – Cooperação técnica	292.161.357,09	316	2.691.679,99	9.909
D01 – Cooperação técnica em espécie (geral)	62.261.333,77	82	237.335,53	2.124
D011 – Custos com especialistas	969.572,04	60	879.374,16	5.939
D012 – Custos com diárias e passagens	1.155.825,71	11	7.539,60	61
D013 – Custos com serviços, materiais, equipamentos	224.639.458,02	134	0,00	0
D02 – Custos com treinamento e capacitação	3.135.167,55	29	1.567.430,70	1.785
E – Bolsas de estudo e gastos com estudantes	303.953.056,45	6.497	0,00	0
E01 – Bolsas/treinamento no Brasil	45.557.817,75	1.965	0,00	0
E02 – Outros gastos relacionados a estudantes estrangeiros no Brasil	15.479.270,12	457	0,00	0
E03 – Bolsas/treinamento no exterior	238.439.207,06	4.043	0,00	0
E04 – Outros gastos relacionados a estudantes no exterior	4.476.761,52	32	0,00	0
G – Custos administrativos	25.840.468,93	8	0,00	0
G01 – Custos administrativos não incluídos em outros lugares	25.840.468,93	8	0,00	0
I – Apoio a refugiados, solicitantes e pessoas protegidas	100.592.643,07	2	0,00	0
I02 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas no Brasil (além do período de doze meses)	100.053.643,07	1	0,00	0
I03 – Apoio a refugiados/pessoas protegidas em outros países de asilo	539.000,00	1	0,00	0
J – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016
J01 – Doações em espécie	124.807.885,18	200	619.977,60	5.016

(Continua)

(Continuação)

Modalidades e subitens de cooperação internacional	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
K – Pesquisa e desenvolvimento	63.747.234,25	761	408.509,76	1.146
K01 – Pesquisa e desenvolvimento (geral)	45.397.484,86	291	6.921,60	56
K012 – Pessoal de pesquisa	18.349.749,39	470	401.588,16	1.090
<b>Total</b>	<b>6.643.038.538,18</b>	<b>8.057</b>	<b>5.197.596,77</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.



## ANEXO F

TABELA F.1

## Estatísticas da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional por arranjos e canais de cooperação internacional (2021)

Arranjo de cooperação e canal	Gasto total (R\$)	Número de iniciativas	Gasto total em horas técnicas (R\$)	Número de horas técnicas
Cooperação Sul-Norte	304.302.340,95	4.909	526.564,18	2.439
11001 – Governo federal	397.368,09	49	148.005,68	1.375
11002 – Governo estadual	7.790,61	2	6.290,63	23
20000 – Organizações não governamentais (ONGs) e sociedade civil	1.283,52	1	1.283,52	12
30000 – Parcerias público-privadas (PPPs) e redes	1.080.000,00	1	0,00	0
40000 – Organizações multilaterais	187.979,52	2	1.272,72	16
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	302.627.919,21	4.854	369.711,63	1.013
Cooperação Sul-Sul	4.468.023.224,04	2.848	2.652.888,89	15.724
11001 – Governo federal	490.892.074,15	484	1.747.819,52	14.175
11002 – Governo estadual	2.357.540,69	8	51.311,36	80
11003 – Empresas públicas	334.841,83	2	814.183,00	1.327
11004 – Governo municipal	1.771.827,43	3	0,00	0
30000 – PPPs e redes	776,88	1	776,88	9
40000 – Organizações multilaterais	3.913.884.374,45	11	0,00	0
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	58.781.788,61	2.339	38.798,13	133
Cooperação Sul-Sul triangular	76.485.821,57	92	2.009.491,70	7.839
11001 – Governo federal	56.584.074,45	77	1.638.691,70	6.232
11004 – Governo municipal	121.132,65	3	0,00	0
20000 – ONGs e sociedade civil	0,00	1	0,00	0
30000 – PPPs e redes	196.771,20	1	196.771,20	199
40000 – Organizações multilaterais	18.710.094,00	3	19.776,00	160
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	306.391,62	5	118.656,00	960
60000 – Instituições do setor privado	567.357,65	2	35.596,80	288
Outros	1.794.227.151,62	208	8.652,00	70
11001 – Governo federal	2.196.433,54	3	8.652,00	70
40000 – Organizações multilaterais	1.790.322.133,62	171	0,00	0
51000 – Instituições de ensino ou pesquisa	1.708.584,46	34	0,00	0
<b>Total geral</b>	<b>6.643.038.538,18</b>	<b>8.057</b>	<b>5.197.596,77</b>	<b>26.072</b>

Fonte: Pesquisa Cobradi 2021.  
Elaboração dos autores.

## NOTAS BIOGRÁFICAS

### **Concepta McManus**

Bacharel em ciências da agricultura pela University College Dublin em 1987; mestre em genética e melhoramento animal pela University of Edinburgh em 1988; e doutora em filosofia pela University of Oxford em 1991. Foi bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para realizar estudos de pós-doutorado na University of Sydney em 2002. Professora titular da Universidade de Brasília (UnB), com bolsa de produtividade 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tem experiência na área de genética e melhoramento dos animais domésticos, bem como em conservação de recursos genéticos animais e genética de paisagem, utilizando diversas ferramentas de estatística. Publicou mais de 450 artigos em periódicos com corpo editorial, 26 capítulos de livro, 550 resumos em congressos e concluiu mais de 200 orientações de alunos. Tem uma rede de colaboradores de mais de 700 pessoas em publicações nacionais e internacionais. Foi membro do Conselho Internacional do Institute For Applied Systems Analysis (Áustria). Participa de projetos em conjunto com pesquisadores no United States Department of Agriculture (USDA) dos Estados Unidos, no Agricultural Research Council da África do Sul, no Institut National de La Recherche Agronomique (Inra) da França, entre outros. Participou como avaliadora do programa Mission 2018 do Massachusetts Institute of Technology. Atualmente, é membro titular do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Concea/MCTI). É revisora de 38 revistas nacionais e internacionais, de 11 agências de fomento, bem como editora associada de três revistas internacionais. Foi diretora de relações internacionais da Capes de 2016-2019. É membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da Academia Mundial de Ciências para o mundo em desenvolvimento (TWAS) e comendadora da Ordem Nacional de Mérito Científico. Em 2022, foi honrada com a Cátedra Paschoal Senise na Universidade de São Paulo (USP).

### **Cristina Toth Sydow**

Pesquisadora sênior no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para a pesquisa Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). Doutora em administração pública e governo pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP), especialista em economia de negócios também pela FGV-SP e bacharel e mestre em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Seus temas de interesse e pesquisa são: a Associação de

Nações do Sudeste Asiático (Asean); a China; a Organização Mundial do Comércio (OMC); a governança multinível; as relações intergovernamentais; o federalismo; o desenvolvimento, a educação, a formulação e a avaliação de políticas públicas; a análise de impacto regulatório (AIR); e a cooperação internacional.

### **Igor Uriel Alves de Araújo**

Tem formação acadêmica em administração pela Universidade Pitágoras. Atualmente, desempenha o papel de analista administrativo no Ipea, onde se destaca por suas propostas criativas e sua competência nos processos administrativos. Tem experiência na área de programação e desenvolvimento *web*, tendo desenvolvido o sítio eletrônico da pesquisa Cobradi, além das bases de dados e dos contatos com instituições parceiras para a pesquisa.

### **Paula Macedo Barros**

Assistente de pesquisa no Ipea. Produz análises e estudos sobre integração regional, cooperação internacional e políticas de defesa, contribuindo para a *Revista Tempo do Mundo* (RTM), periódico científico publicado quadrimestralmente pelo Ipea. Mestranda em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional pela UnB e bacharel em ciências econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Suas linhas de pesquisa são focadas em questões relacionadas a: segurança pública, determinantes sociais da saúde, cooperação internacional, violência contra a mulher, integração regional e dimensões internacionais das políticas de defesa. Também no Ipea, foi assistente de pesquisa para o projeto Cobradi.

### **Polianna de Almeida Portela**

Pesquisadora do projeto Cobradi e gerente da *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais* (RPPI). Mestre em gestão pública e cooperação internacional pela UFPB e graduada em relações internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Sua trajetória acadêmica é marcada pela participação ativa como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ásia-Pacífico (Gepap) do CNPq/UEPB, suas áreas de pesquisa abrangem temas relacionados à cooperação internacional e à cooperação Sul-Sul, assim como temas de desenvolvimento internacional.

### **Rafael T. Schleicher**

Pesquisador de carreira na Escola de Governo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Brasília, especializado em cooperação para o desenvolvimento internacional e em avaliação/monitoramento de projetos, programas e políticas públicas. É pesquisador nível A de desenvolvimento tecnológico e industrial (DTI-A) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mestre em administração pública pela Columbia University em Nova Iorque; MBA em

gerenciamento de projetos pela FGV; especialista em gestão pública pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap); e bacharel, mestre e doutorando em relações internacionais pela UnB. Foi assistente sênior e oficial associado de programas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), assessor do presidente da Enap, gerente de monitoramento e avaliação na Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento (Seges/MP), coordenador-geral de avaliação e medição na Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (SGD/ME), analista de dados de negócio na Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov/PR), além de coordenador de cooperação internacional da Diretoria de Estudos Internacionais (Dinte) do Ipea e do Relatório Oficial do Brasil sobre a Cobradi, também do Ipea. Como docente e colaborador, atuou no Instituto de Relações Internacionais (IRel) da UnB, no Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), na Escola de Governo da Fiocruz Brasília e na Enap.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elías de Souza

#### **Supervisão**

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

#### **Editoração**

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

#### **Capa**

Danielle de Oliveira Ayres

#### **Imagens da capa**

Freepik

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF











## Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO